

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

RODOLFO ALVES PEREIRA

**DE DEGENERADO A MEDICALIZADO: O CASO DO
JECA TATU E A CAMPANHA DO SANEAMENTO
RURAL (1910-1920)**

Niterói
2018

RODOLFO ALVES PEREIRA

LINHA DE PESQUISA

Sociedade, cultura e trabalho

**DE DEGENERADO A MEDICALIZADO: O CASO DO JECA TATU E A
CAMPANHA DO SANEAMENTO RURAL (1910-1920)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: MARY LUCY MURRAY DEL
PRIORE

NITERÓI

2018

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo

Campus Niterói

P436d Pereira, Rodolfo Alves.

“De degenerado a medicalizado: o caso do Jeca e a campanha do saneamento rural (1910-1920)”. / Rodolfo Alves Pereira. – Niterói, 2018.

213 p. : il.

Bibliografia: p. 205-213.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História - Universidade Salgado de Oliveira, 2018.

Orientador: Dsc. Mary Lucy Murray del Priore.

1. Brasil - História. 2. Lobato, Monteiro, 1882-1948.
3. Lobato, Monteiro, 1882-1944 - Personagens - Jeca Tatu. 4. Características nacionais brasileiras . 5. Literatura e sociedade - Brasil . 6. Brasil - Política e governo - 1930-1945. 7. Vargas, Getúlio, 1882-1954. 8. Saneamento - Brasil - História - Séc. XX. 9. Mercado editorial - Brasil - História - Séc. XX. I. Título. II. Subtítulo: O caso do Jeca e a campanha do saneamento rural (1910-1920).

CDD 981

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

RODOLFO ALVES PEREIRA

**“DE DEGENERADO A MEDICALIZADO: O CASO DO JECA E A
CAMPANHA DO SANEAMENTO RURAL (1910-1920)”**

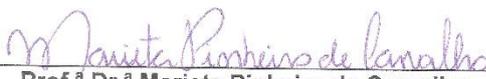
Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 13 de março de 2018 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Prof.^a Dr.^a Mary Lucy Murray del Priore
Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira
(UNIVERSO)



Prof. Dr. Aluizio Alves Filho
Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)



Prof.^a Dr.^a Marieta Pinheiro de Carvalho
Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira
(UNIVERSO)

Resumo

Monteiro Lobato (1882-1948) é um dos intelectuais mais interessantes do cenário cultural nacional. Além de grande escritor, possui uma biografia singular, marcada por ativa participação em movimentos de amplitude social, como a luta pela renovação literária e pela revitalização do mercado brasileiro de livros; a campanha pelo saneamento rural e, claro, a tentativa de desenvolver no Brasil a indústria do ferro e a exploração do petróleo. Foi preso pela ditadura varguista, censurado e, mesmo na redemocratização em 1946, teve o seu opúsculo *Zé Brasil* recolhido pela polícia, obra na qual apontava o latifúndio como um dos responsáveis pelas mazelas nacionais. Faleceu sem possuir casa própria, embora tivesse nascido no seio de uma família tradicional e proprietária de terras no Vale do Paraíba paulista. Deixou como legado suas ideias, publicadas em vasta obra, englobando Literatura Geral e Infantil. O criador do Sítio do Picapau Amarelo começou a notabilizar-se como escritor em 1914, quando produziu uma caricatura que representava o homem rural que vivia no interior paulista – o Jeca Tatu. O personagem rapidamente foi alçado a símbolo nacional, promovendo intenso debate na imprensa, nos círculos literários e também no meio político. Seria Jeca um representante do povo brasileiro, sinônimo de atraso, de apatia, de indolência e de inferioridade racial devido à mestiçagem? A princípio, a resposta para tal questão foi positiva, afinal havia um entendimento entre as elites do país acerca da necessidade de substituir o povo, considerado avesso ao progresso, por imigrantes, principalmente europeus, mais acostumados com a indústria e com a modernização agrícola. Some-se a isso o fato de que vários pensadores europeus, como Le Bon, Agassiz e Gobineau, amplamente divulgados entre intelectuais brasileiros, defendiam ideias que condenavam a raça de Jeca Tatu, sendo a mestiçagem vista como algo pernicioso e fator de fraqueza geral do povo. Esses elementos concorriam para uma visão negativa sobre o povo brasileiro e o futuro do país. Entretanto, na década de 1910, houve uma mudança científica e cultural no país. Médicos e pesquisadores brasileiros, os quais adentravam os sertões, dentre eles Belisário Penna e Arthur Neiva, apresentaram outra visão sobre o sertanejo, apontando o abandono das populações rurais pelo poder público como a causa dos empecilhos nacionais. O sertanejo, ou os caboclos, estavam doentes, consumidos pelas endemias, que os deixavam de cócoras, incapazes de trabalhar, de produzir, de exercer a cidadania e de viver, logo não era a condição climática e nem racial que fazia do campônio um ser indolente. A falta de saneamento e de políticas de saúde depauperavam o povo e faziam a miséria do Brasil. Ao ter contato com as ideias médico-

sanitárias e estreitar relações com os homens de ciências de Manguinhos, Monteiro Lobato faz uma releitura de seu personagem Jeca Tatu, publica um livro *Problema Vital* (1918) e um novo conto *Jeca Tatu: a ressurreição* (1924), nos quais revê antigas posições e analisa o caboclo sob o novo prisma, agora com os subsídios das ciências sanitárias. O objetivo de nossa pesquisa é compreender como se operou a mudança no pensamento lobatiano, com que autores e ideias Lobato dialogou, analisar, comparativamente, as versões do Jeca Tatu, a de 1914 e a de 1924, e vislumbrar qual foi o papel exercido pelo intelectual paulista durante a campanha pelo saneamento rural que ocorreu na Primeira República entre as décadas de 1910 e 1920.

Palavras-chave: Monteiro Lobato, Jeca Tatu, sanitarianismo, pensamento social brasileiro

Abstract

Monteiro Lobato (1882-1948) is one of the most interesting intellectuals of the national cultural scene. In addition to being a great writer, he has a singular biography, marked by active participation in social movements such as the struggle for literary renewal and the revitalization of the Brazilian book market; the campaign for rural sanitation and, of course, the attempt to develop in Brazil the iron industry and the exploitation of oil. He was arrested by the Vargas dictatorship, censored, and even in the redemocratization in 1946, his book *Zé Brasil* was collected by the police, a work in which the latifundio was pointed out as one of those responsible for the national ills. He died without owning a house, although he was born in a traditional family and landowner in the Paraíba Valley of São Paulo. He left behind his ideas, published in a vast work, encompassing General and Child Literature. The creator of the *Sítio do Picapau Amarelo* began to become famous as a writer in 1914, when he produced a caricature that represented the rural man who lived in the interior of São Paulo - Jeca Tatu. The character was quickly elevated to national symbol, promoting intense debate in the press, in the literary circles and also in the political environment. Was Jeca a representative of the Brazilian people, synonymous with backwardness, apathy, indolence, and racial inferiority due to miscegenation? At first, the answer to this question was positive, after all there was an understanding among the country's elites about the need to replace the people, considered to be averse to progress, by immigrants, mainly European, more accustomed to industry and agricultural modernization. Added to this is the fact that several European thinkers, such as Le Bon, Agassiz and Gobineau, widely circulated among Brazilian intellectuals, defended ideas that condemned the breed of Jeca Tatu, with miscegenation seen as something pernicious and a factor of general weakness people. These elements contributed to a negative view of the Brazilian people and the future of the country. However, in the decade of 1910, there was a scientific and cultural change in the country. Brazilian physicians and researchers, who were entering the hinterlands, among them Belisário Penna and Arthur Neiva, presented another view about the sertanejo, pointing out the abandonment of the rural populations by the public power as the cause of the national obstacles. The sertanejo, or caboclos, were ill, consumed by endemics, which left them squatting, unable to work, to produce, to exercise citizenship and to live, so it was not the climatic or racial condition that made the peasant a being indolent. The lack of sanitation and health policies deprived the people and made the misery of Brazil. Monteiro Lobato rehearses his character Jeca Tatu, publishes a book *Problema Vital* (1918)

and a new short story *Jeca Tatu: the resurrection* (1924)), in which he reviews old positions and analyzes the caboclo under the new prism, now with the subsidies of sanitary sciences. The aim of our research is to understand how the change in Lobatian thought has operated, with which authors and ideas Lobato dialogues, analyze, comparatively, the versions of the *Jeca Tatu*, the 1914 and the 1924, and to see what role was played by the intellectual during the campaign for rural sanitation that occurred in the First Republic between the 1910s and 1920s.

Keywords: Monteiro Lobato, *Jeca Tatu*, sanitarianism, Brazilian social thought

*A minha esposa, Cristiane Gonçalves Toso
Pereira, e a meu filho, Miguel Toso Pereira.*

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter me protegido e iluminado com sua bondade ao longo de toda a caminhada no mestrado, e depois à Universidade Salgado de Oliveira, por me proporcionar a preciosa oportunidade de concluir um curso *strictu sensu*. Também agradeço aos meus pais, Luiz e Helena; às minhas tias, Maria Helena e Maria Amélia, pelo incentivo constante aos estudos e à busca por conhecimento. Expresso minha gratidão à Cristiane, minha *ghost writer*, a minha inspiração; meu filho Miguel Pereira; aos meus sogros Welson e Cristina pelo suporte; à colega Natania Nogueira, pelo apoio e incentivo para que eu fizesse a seleção do mestrado. Gostaria de registrar minha gratidão aos professores da UNIVERSO-Niterói, os quais, com brilhantismo, carinho e dedicação, contribuíram substancialmente para a ampliação de nossa visão de mundo enquanto pesquisadores de História, em especial aos professores Jorge Prata, Marieta Carvalho, Érica Sarmiento, Vitória Schettini e Francisco Falcon. Agradeço aos colegas mestrandos pela ajuda e pela amizade, Alessandro Mendonça, Ofélia Ferraz e José Geraldo. Muitos colegas das escolas onde trabalho também me apoiaram, seu companheirismo e otimismo acerca de minha capacidade foram essenciais para este percurso, a vocês, amigos professores, meu muito obrigado! Não posso esquecer de agradecer ao professor Aluizio Alves Filho e a sua esposa dona Luzia Pinheiro, os quais abriram as portas de sua casa para mim e me receberam com todo o carinho e atenção. Sem a generosa ajuda do professor Aluizio, o qual me forneceu material bibliográfico e partilhou comigo seu conhecimento sobre o objeto deste trabalho, os caminhos da pesquisa teriam sido mais árduos. Por fim, agradeço a minha Orientadora, Doutora Mary del Priore, cujas intervenções precisas e sugestões valiosas me auxiliaram na pesquisa e na escrita. Além disso, a professora Mary sempre me incentivou, acreditou em mim e fez com que eu chegasse até o fim desta etapa. Obrigado por tudo, professora!

[...] entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beijo, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feio e sorna, nada a põe de pé.

Monteiro Lobato, 1914

O Brasil é um imenso hospital.

Miguel Pereira, 1916

O Jéca não é assim; está assim.

Monteiro Lobato, 1918

Lista de Imagens

Imagem 1	- Ficha de identificação ou registro geral nº 61.391.....	39
Imagem 2	- Pano de Boca apresentando a Monarquia nos trópicos	45
Imagem 3	- Oswaldo Cruz e o microscópio, símbolo da nova medicina.....	54
Imagem 4	- Um cortiço e estalagem no Rio de Janeiro, início do século XX.....	101
Imagem 5	- Jeca, ilustração de Belmonte.....	141
Imagem 6	- O Saci-Pererê. Desenho com nanquim por Monteiro Lobato.....	157
Imagem 7	- Capa da 1ª edição de <i>Urupês</i> . Arte por J. Wash Rodrigues.....	158
Imagem 8	- Capa de <i>O Malho</i> , 1919.....	160
Imagem 9	- Leishmaniose (Ferida brava – úlcera de Baurú).....	180
Imagem 10	- A cafúia - habitação típica do interior.....	189
Imagem 11	- Bócio causado pela Moléstia de Chagas.....	190
Imagem 12	- A casa do Jeca – antes e depois.....	192
Imagem 13	- Anúncio do Ankilostomina Fontoura.....	193

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Taxa de mortalidade em algumas cidades britânicas no século XIX.....	76
Gráfico 2 – Mortes por febre amarela no Rio de Janeiro no início do século XX	105

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1- Monteiro Lobato: o intelectual e o seu tempo	10
1.1. A trajetória de um industrioso “homem de letras”.....	10
1.2. Herdeiro de uma específica época psicossociocultural brasileira.....	42
1.3. Uma queixa (?) que virou livro.....	55
Capítulo 2 - Brasil: um país para sanear	71
2.1. Sanitarismo e higienismo: uma nova ciência do século XIX.....	72
2.2. Sanitarismo no Brasil e as reformas urbanas (1903-1909).....	90
2.3. Brasil: um imenso hospital.....	112
Capítulo 3 - Remédio para raça fraca: a medicalização do Jeca	133
3.1. Análise dos contos <i>Velha Praga</i> e <i>Urupês</i>	133
3.2. <i>Urupês</i> e o mito da identidade nacional.....	156
3.3. Eis que surge um novo Homem: a salvação que vem da Medicina e a regeneração do Jeca.....	170
Considerações finais	199
Bibliografia	205

Introdução

Escritor, fazendeiro, jornalista, intelectual, editor, empresário, idealista, inventor... Esse foi Monteiro Lobato (1882-1948), um dos grandes intelectuais de seu tempo, considerado homem de múltiplas facetas por seus inúmeros biógrafos. Por meio de seu fazer literário, Lobato militou em prol de campanhas que atingiram amplitude nacional, como seu engajamento em favor da indústria dos livros, a criação, produção e comercialização de obras literárias destinadas ao público infanto-juvenil, a defesa do saneamento rural e o sonho de enriquecer junto com o Brasil através da exploração do ferro e do petróleo.

Por ser dono de uma personalidade ímpar admirável e de uma biografia comovente, estudar Monteiro Lobato torna-se um desafio para o labor histórico, uma vez que o distanciamento do estudioso em relação ao seu objeto de estudo exigido pelas normas científicas e metodológicas da Academia pode ficar comprometido, promovendo uma “contaminação” da análise. Entretanto temos consciência de que a História está longe da imparcialidade idealizada por algumas correntes historiográficas. Mesmo assim, neste estudo analítico, investigativo e interpretativo, buscaremos preservar, dentro de nossas limitações, a neutralidade em relação ao objeto de pesquisa, a saber a obra e o pensamento de Lobato sobre o povo brasileiro e o seu engajamento em prol do saneamento do país.

Embora muito material tenha sido produzido sobre Monteiro Lobato por diversos pesquisadores de várias áreas do conhecimento - teses, artigos e livros - acreditamos que esta temática esteja longe de ser esgotada, pois, pela complexidade, o autor/objeto e suas ideias serão sempre passíveis a novas indagações, que ensejarão problemas os quais demandarão a busca por respostas e, quem sabe, poderemos trilhar novos caminhos, fazendo leituras e releituras da obra lobatiana e de seus críticos. É com esta motivação que ousamos seguir por estradas já abertas, que nos apontam não apenas respostas, mas também possibilidades de contribuir para a melhor compreensão do pensamento lobatiano. Assim, ao final deste trabalho, esperamos atingir nosso objetivo de entender como Lobato usou a literatura para criar um tipo, o célebre personagem Jeca Tatu, em 1914, o qual passou a representar o povo brasileiro, identificando-o como preguiçoso e avesso ao progresso. E, passados alguns anos, em 1918, o autor revisou suas antigas posições afirmando que o “Jéca não é assim; ele está

assim”¹. Após o criador do *Sítio do pica-pau amarelo* ter constatado que o problema do Jeca não era inato, o que indica um crescente diálogo com as teorias médico-sanitárias e um afastamento da doutrina racial que condenava a mestiçagem, seria possível corrigi-lo, remediá-lo, erguê-lo de sua representativa posição de cócoras e fazê-lo um novo homem. Além disso, pretendemos descobrir quando ocorreu, de fato, essa mudança no pensamento de Monteiro Lobato a respeito do caipira e responder a outras perguntas: quais ideias, teorias, obras e pessoas influenciaram a alteração no pensamento lobatiano acerca do sertanejo? Por que seu personagem literário alcançou tamanho sucesso e repercussão nacional? Lobato achava que o povo brasileiro era inferior ao campônio europeu? Eis algumas questões que pretendemos elucidar ao longo de nosso trabalho. Para tanto, delimitamos o espaço-tempo de análise, fazendo o seguinte recorte temporal: desde 1910 até o final dos anos 1920. O recorte espacial, por sua vez, é flexível, passando pelas principais cidades brasileiras da época, Rio de Janeiro e São Paulo, sem se esquecer de abordar o interior do país, genericamente chamado de “sertões” pela elite intelectual daquele momento histórico.

Esse contexto foi marcado pela entrada de milhares de migrantes europeus no país, um momento de crescimento industrial, de urbanização e do avanço do capitalismo no Brasil. Do ponto de vista político, a jovem república buscava a sua consolidação e precisava se fixar tanto no imaginário quanto nos corações dos cidadãos para afastar-se do regime monárquico, a pouco substituído por setores do exército, com o apoio dos cafeicultores. Após um início conturbado dos governos militares à frente da presidência da república, os paulistas assumiram o poder e, a partir de então, as oligarquias, ou os interesses dos cafeicultores, ditavam as regras gerais da política nacional. As capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, fervilhavam de gente, de ideias, de negócios e de doenças. E os sertões e sua gente? Pouco se sabia sobre eles, era um lugar esquecido, que ficava às vezes muito longe e em outras vezes muito perto. Apesar disso, os sertões e os sertanejos ou os caboclos (mistura de branco com índio) despertavam o interesse de muita gente do litoral, pessoas que viviam nas grandes cidades. É o caso, por exemplo, de Euclides da Cunha, cuja obra *Os Sertões*, publicada em 1902, foi uma das pioneiras a apresentar o interior ao restante do país, graças à cobertura que o escritor-jornalista fez da Guerra de Canudos (1893-97), observando de perto a guerra, o homem e a terra.

¹ Essa frase marca o revisionismo que Monteiro Lobato faz sobre o seu personagem Jeca Tatu. Se em 1914, o Jeca era preguiçoso e indolente por conta de sua própria natureza, em *Problema Vital* (1918), obra na qual a expressão estava inscrita, Lobato atribuiu os males que afligiam o Jeca ao descaso dos governantes.

Na década de 1910, o mundo passou pela Primeira Grande Guerra (1914-1918), e a onda nacionalista que varreu a Europa não tardou a atingir o Brasil, onde pulularam grupos que reuniam intelectuais, político, professores, advogados, médicos, militares etc defendendo a nacionalidade brasileira. Essa corrente do pensamento refletiu-se em debates no parlamento, repercutidos na imprensa, a respeito do povo brasileiro e de sua capacidade de defender, ou não, a pátria. Além disso, influenciou significativamente uma rica produção literária com temas nacionais, como o romance *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), de Lima Barreto, cujo protagonista preferia os elementos nacionais aos estrangeiros, e os contos de Monteiro Lobato *Velha Praga e Urupês* (1914), os quais denunciavam as queimadas, o abandono do homem do campo e o fato de as pessoas se preocuparem mais com o que ocorria na Europa (a Guerra Mundial) do que com os problemas internos. E não só no meio literário que grandes ideias foram gestadas; entre os intelectuais do pensamento social brasileiro muito se produziu, caso de Manuel Bonfim (*América Latina, males de origem*, 1905) e de Alberto Torres (*O problema nacional brasileiro*, 1914), o primeiro favorável a uma ampla reforma da educação pública, com mais qualidade, para dar um novo rumo ao país, o último defensor do fortalecimento do executivo, da vocação agrária do Brasil e do incentivo à pequena propriedade rural.

Nessa época, também estavam bem vivas no círculo cultural e intelectual brasileiro as teorias de cunho racista, muitas delas importadas dos darwinistas sociais europeus, como Gobineau, Lapouge, Spencer, Le Bon e outros. Tais pensadores estabeleciam uma hierarquia racial e condenavam a mestiçagem, por acreditar que ela depauperava os melhores caracteres raciais e, conseqüentemente, produzia um povo fraco, indolente, feio e sem identidade. Nesse sentido, a gente brasileira, por sua condição mestiça, foi vista por muitos intelectuais como incapaz, sem futuro e com marcante inaptidão ao desenvolvimento, ao trabalho e ao progresso. As ideias de cunho sócio-darwinista chegaram ao Brasil e exerceram forte influência sobre diversos estudiosos nacionais, perdurando no meio intelectual até, pelo menos, a década de 1950, quando caíram em desuso e o racismo científico perdeu prestígio. Dentre alguns dos defensores ou aqueles que foram influenciados de alguma maneira pelo darwinismo social, podemos citar Sílvio Romero, João Batista Lacerda, Renato Kehl entre outros.

No mesmo espaço de tempo, Monteiro Lobato escreveu contos nos quais fixou uma imagem negativa do homem do campo, culminando na criação do personagem Jeca Tatu, que, acreditamos, dialogava com as doutrinas sócio-darwinistas preocupadas com a mestiçagem, a hereditariedade e a degeneração física e moral dos humanos. Posteriormente, Lobato fez a

releitura de seu personagem, consequência da mudança de ideias do autor, da adoção de um novo paradigma e de novas teorias que contradiziam o racismo científico. Tal alteração de pensamento operou-se após a “redescoberta” do Brasil e dos sertões, vasta área no interior do país que passou a ser explorada e examinada por médicos e cientistas. Uma expedição médico-científica em particular, liderada por Belisário Penna e Arthur Neiva em 1912, obteve grande repercussão após a publicação do relatório da viagem, que passou por vários estados e revelou que os sertanejos estavam doentes, não tinham identificação alguma ou qualquer sentimento nacional; o país era, de fato, um “imenso hospital”, nos dizeres do médico e professor carioca Miguel Pereira.

O diagnóstico causou estardalhaço entre as elites, a imprensa e os parlamentares. Alguns achavam exagero afirmar que o “Brasil estava doente”, outros se agarraram aos dados empíricos do relatório Penna-Neiva para exigir da república maior atuação federal no campo da saúde, iniciando a campanha pelo saneamento rural do país, orquestrada por médicos, intelectuais, professores, políticos, engenheiros, militares etc. Os defensores da causa advogavam que sanear os campos era uma luta patriótica, pois por meio da saúde e da oferta de educação higiênica para o povo seria possível recuperá-lo, deixá-lo mais forte, enfim, promover a eugenia da raça, que, curada e saudável, em nada perderia para as demais etnias do planeta. Intelectuais respiraram aliviados, já que o povo brasileiro, antes condenado pela mestiçagem, agora poderia ser regenerado pela medicina; muitos, inclusive Monteiro Lobato, alimentaram a fé na ciência como ferramenta capaz de transformar o homem.

Parte da historiografia que analisamos acredita que as políticas públicas de saúde colocadas em prática no início do século XX estavam atendendo às novas demandas do capitalismo, que exigia toda uma organização sanitária para que os setores econômicos pudessem funcionar sem o obstáculo representado pelas doenças. Outros autores, recusando explicações monocausais, alinhados, de certo modo, com o pensamento de Marc Bloch, para o qual “o monismo da causa seria para a explicação histórica simplesmente um embaraço”², defendem que o saneamento no Brasil não foi mera resposta ao desenvolvimento das relações capitalistas, mas também um processo político de expansão e de construção do Estado Nacional através da federalização dos serviços de saúde pública em, praticamente, todo o território brasileiro. Nesse sentido, estamos de pleno acordo com Bloch que nos ensina que a História “busca fluxos de ondas causais e não se assusta, uma vez que a vida assim os mostra,

² BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 111.

ao encontrá-los múltiplos”, isto é, há diferentes formas de ver e de interpretar os eventos históricos estudados sob óticas e abordagens distintas.

Para isso, contaremos essencialmente, como base documental primária ou direta, com as fontes literárias - parte da obra de Monteiro Lobato³-, as quais serão analisadas segundo os objetivos e intenções de nossa pesquisa: identificar a visão lobatiana sobre o sertanejo e como e por que sua perspectiva sobre o campônio brasileiro se modificou ao longo do tempo. É mister ressaltar que o uso do discurso literário tem ocorrido desde a década de 1950, quando esse tipo de texto adquiriu status de fonte histórica, configurando-se num fértil registro que contém informações sobre os costumes⁴, as ideologias, a organização social, a política e a cultura das épocas em que os documentos foram produzidos, desde que devidamente interrogados pelo historiador. Nesse sentido, concordamos com Roger Chartier⁵ quando ele afirma que todo documento, literário ou não-literário, é uma representação do real, cuja escrita possui intencionalidades e historicidade, sendo condicionada por diversos fatores sociais e culturais de seu contexto de produção. Também reconhecemos os limites entre História e Literatura: aquela tem o compromisso com o real, enquanto esta dialoga com a realidade e, por meio de sua narrativa, pode negar ou reafirmar o real⁶.

Entretanto o discurso literário enquanto fonte deve ser contextualizado, e na investigação, devemos considerar a história de seu autor e “sociedade que envolve e penetra o escritor e seu texto”⁷, além da recepção e da leitura desse texto por um conjunto de pessoas na sociedade. Ao elencar obras literárias como documentos primários em nosso estudo, para melhor compreensão do pensamento lobatiano, das trocas de influências, das ideias correntes em seu tempo e da intertextualidade, isto é, do diálogo dos escritos de Lobato com outros textos, temos como proposta:

(...) historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance -, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo⁸.

³ Contos: *Velha praga; Urupês* (1914); *Jeca Tatu: a ressurreição* (1924). Livros: *Urupês e Problema Vital* (1918).

⁴ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Henrique Maciel. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 160

⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2 ed. Lisboa: Difel, 1990. p. 62-3.

⁶ BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*, v. ANO 1, p. 94-109, 2010. Disponível on-line em: <https://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO__BORGES.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018. p. 98-9.

⁷ *Ibid.*, p. 96.

⁸ CHALHOUB e PEREIRA, 1998, p. 7 apud BORGES, 2010, p. 103.

Além da literatura, por vezes recorreremos a outras fontes primárias, como cartas e periódicos da época em análise, para nos auxiliar na investigação, por meio do cruzamento das fontes e de suas informações, a fim de melhor compreendermos o ir e vir das ideias e a expressão do pensamento dos sujeitos históricos que interagem no período em questão. Convém destacar que concordamos com Le Goff sobre a natureza dos documentos históricos e os cuidados que eles exigem em seu manuseio. Segundo o medievalista francês,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinha o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa⁹.

Logo cabe ao historiador a crítica às fontes e a compreensão de que sua existência é parte de escolhas e tomadas de decisões das pessoas do passado, sendo resultado das interações sociais, das forças e dos interesses predominantes nas sociedades, que deixavam marcas de seu tempo nos documentos/monumentos. De acordo com Ciro Flamarion Cardoso, a História inclui “os processos “hermenêuticos” de interpretação e decodificação das fontes, e em geral a crítica externa e interna destas, no sentido do que os historiadores tradicionais chamavam de “estabelecimento dos fatos”.¹⁰ Eis a questão chave no trabalho do pesquisador: indagar suas fontes, o que pode resumir o problema desta ciência em construção numa só frase expressa por Foucault: “o questionar do documento”¹¹”. Entendemos que os registros documentais “só têm sentido quando inseridos numa totalidade, que é a existência do homem no tempo”¹²”. Assim estamos em consonância com o estudioso português José Mattoso, para o qual “os documentos só revelam o verdadeiro significado quando fazem parte integrante de uma globalidade que se apresenta como a existência do homem no tempo”¹³. Com esse quadro teórico-metodológico, consideramos que somente será possível compreender a obra de Monteiro Lobato se relacionarmos a existência do autor às influências e ideias que circulavam naquele determinado contexto. Caso contrário, o trabalho do pesquisador perde sentido,

⁹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 288.

¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à história*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 108.

¹¹ FOUCAULT, 1969, p. 13 apud LE GOFF, 1990, p. 288.

¹² MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 17.

¹³ LINO, Maria Clara. Rev. Lusófona de Educação. n. 12. Lisboa 2008. Disponível on-line: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502008000200014> Acesso em: 20 nov. 2016.

limitando-se ao registro e à catalogação de informações pretéritas sem que elas passem pelo crivo da crítica histórica e produzam um conhecimento significativo.

Em nossa dissertação, as fontes secundárias ou indiretas também serão fundamentais. Buscaremos a experiência de outros historiadores, cientistas sociais, críticos literários, filósofos e antropólogos para nos fornecer o embasamento necessário bem como um norte que nos auxilie na construção e no desenvolvimento desta pesquisa. A historiografia e toda a produção acadêmica e literária confeccionada ao longo do tempo constituem-se em rico acervo de memória, de história e de preciosos ensinamentos, sem os quais dificilmente teríamos sucesso nesta árdua, e por vezes tortuosa, jornada de construir um trabalho científico.

Estruturaremos esta dissertação em três capítulos, a saber: **Monteiro Lobato: o intelectual e seu tempo; Brasil: um país para sanear; Remédio para raça fraca: a medicalização do Jeca.**

No primeiro capítulo, nosso objetivo será conhecer a vida de Monteiro Lobato¹⁴ e identificar sua formação humana e psicossocial, as influências que recebeu e lhe permitiram construir sua própria visão sobre o sertanejo brasileiro. Analisaremos também de que maneira se deu a criação do personagem Jeca Tatu, em 1914, e com quais tendências do pensamento Lobato dialogou ao pintar o “piraquara do Paraíba”. Para isso, tornará necessário retroceder no tempo, às primeiras décadas do século XIX, quando, após a independência do Brasil, se iniciou, efetivamente, o projeto de construção de identidade do homem brasileiro, primeiro com a idealização do índio e depois com a idealização do caboclo, a qual especialmente irritou bastante o autor de *Urupês* por ser uma imagem falseada não correspondente à realidade. Este capítulo exigirá o estudo da biografia de Lobato, o que será uma parte empolgante do trabalho, tendo em vista que esse homem viveu intensamente e, ao morrer, deixou como legado uma trajetória honesta, marcada por erros e por acertos, mas sobretudo, lições de bondade e de humanidade, além de sonhos de grandeza para si, para o Brasil e para o seu povo.

O segundo capítulo tratará da constituição da higiene enquanto disciplina científica, elaborada na Europa no século XIX, quando foi inserida nos manuais didáticos, devendo ser ensinada e cultivada por todos para melhorar as condições gerais de vida das

¹⁴ Na confecção deste capítulo, pesquisamos, principalmente, três obras biográficas que tratam da vida e obra de Monteiro Lobato, além de informações colhidas em artigos e teses. Dentre os principais livros estão o esmerado trabalho de Edgar Cavalheiro – *Monteiro Lobato: vida e obra*. 2 vol. 1956; o trabalho de Cassiano Nunes - *Monteiro Lobato: o editor do Brasil* (2000); e, finalmente, a obra *Furacão na Botocúndia*, de Carmen Lúcia de Azevedo et al (1997).

populações, sem prejudicar o avanço do capitalismo urbano-industrial. Inglaterra e França foram nações-modelo de como a higiene e o saneamento se mostraram instrumentos poderosos e eficazes na contenção de epidemias e também no controle social, com a finalidade, não explícita, de manter inalterada a ordem socioeconômica capitalista. Tais ideias foram reforçadas com as pesquisas bacteriológicas pelos “homens de ciência”, dentre eles o francês Louis Pasteur, o alemão Robert Koch e outros contemporâneos cujos trabalhos contribuíram significativamente para revolucionar as práticas médicas do final do século XIX e início do século seguinte, graças à descoberta de um novo mundo invisível a olho nu. Rapidamente, a influência desses cientistas difundiu-se pelo mundo ocidental, inclusive pelo Brasil, que promovia intercâmbio intelectual com a Europa, especialmente com a França. Foi lá que homens, como o médico Oswaldo Cruz e o engenheiro Francisco Pereira Passos, tiveram contato com os novos métodos higiênico-sanitários e medicinais. Trouxeram essa experiência para o Brasil e colocaram o saber científico à serviço do Estado, promovendo uma transformação na saúde pública e na paisagem do Rio de Janeiro, cidade que até então era evitada por navios e tripulações estrangeiras devido ao risco de aportar e contrair alguma doença: peste, varíola ou febre amarela. E não apenas a capital do Brasil que precisava de cuidados médicos e sanitários; todo o país, com raras exceções, era “um imenso hospital”, que urgia ser tratado caso quisesse se converter numa nação, de fato.

No terceiro e último capítulo, a análise se deterá na obra lobatiana, identificando nos discursos literários do autor as várias influências de seu tempo incorporadas em seu pensamento e depois convertidas em contos e livros, especificamente aqueles que tratam sobre o povo brasileiro. Nesse sentido, Jeca Tatu, o personagem criado em 1914, tornou-se um símbolo nacional, passando a representar, para alguns equivocadamente, toda a população brasileira que habitava os sertões. Jeca fez a fama de Lobato, elevando-o a figura de destaque e proeminência no cenário intelectual e cultural do Brasil. Também provocou a ira de opositores, seja no meio literário ou no meio político, os quais viram no caricato personagem uma depreciação do povo, uma figura antipatriótica que não correspondia à real identidade do brasileiro. Com a emergência da medicina social e das campanhas sanitárias em terras tupiniquins, especialmente a campanha pelo saneamento rural, o “piraquara do Vale do Paraíba” foi convocado pelos hoplitas do higienismo e do saneamento para lutar pela recuperação do sertanejo. Jeca era o ícone que simbolizava o povo do sertão, redescoberto pelos médicos-sanitaristas, marcado pela doença, culpa de um governo que virou as costas para o interior, deixando os caboclos à própria sorte, num estado de abandono. O personagem denunciava, portanto, essa situação, reforçada pelo engajamento de seu “pai criador” no

esforço de sanear o meio rural, através da publicação de dezenas de artigos no “Estadão”, depois reunidos no livro *Problema Vital* (1918), os quais visavam conscientizar as elites políticas e econômicas sobre o grave estado de saúde nacional diagnosticado pelos médicos de Manguinhos. Já convertido pelos médicos-sanitaristas sobre a importância de implementar métodos profiláticos e políticas públicas de saúde nos sertões, Lobato ainda publica, em 1924, o conto *Jeca Tatu: a ressurreição*, em que faz uma releitura de seu personagem, antes marcado pela preguiça quase fatalista, condenado pelas leis da hereditariedade, agora com a possibilidade de se erguer e ser um novo homem. Eis a principal missão do capítulo final: identificar e analisar como se operou a metamorfose no clássico personagem literário Jeca Tatu, o que passa primeiro, obviamente, pelas mudanças de crença na mente de seu próprio criador.

Capítulo 1 - Monteiro Lobato: o intelectual e o seu tempo

Intelectual, escritor, fazendeiro, editor, tradutor, empresário... Monteiro Lobato possui múltiplas facetas as quais fazem dele um homem singular e autor complexo. O literato revolucionou o mercado do livro no Brasil, estremeceu o círculo cultural e literário do país com a publicação de *Urupês* inovou ao dedicar-se à Literatura infanto-juvenil, publicando histórias que encantam os infantes até os dias atuais. Imortalizou o Jeca Tatu, personagem que se transformou num ícone representativo do homem brasileiro e do atraso do país. Advogou por grandes causas, envolvendo-se em batalhas, como a causa do saneamento e da soberania nacional e econômica do Brasil opondo-se à interesses poderosos do Capital internacional, os quais tencionavam manter o país sob a dependência e tutela de grupos financeiros estrangeiros.

Enfrentou o Estado Novo (1937-1945) varguista, acabou sendo preso, chocando a opinião pública e expôs o viés autoritário e antidemocrático do Governo Vargas. Mas como Lobato era um “Homem de Letras” e uma personalidade industriosa que tinha devaneios de riqueza, não apenas para si, mas para seu país e seu povo, usou o que tinha de melhor para lutar por suas bandeiras – a pena. Boa parte de sua literatura, tanto a Geral quanto a Infantil, é comprometida com suas causas, e engajada na transformação da realidade, o que faz dele um intelectual que pode ser identificado ao pensamento social brasileiro, do qual fazem partes pensadores que procuraram, através do intelecto e de suas obras, soluções para as mazelas nacionais. Neste capítulo iremos conhecer um pouco da vida de Monteiro Lobato, sua trajetória, sua formação, sua família, seus amigos, sua rede de sociabilidades, sua Literatura, os intelectuais que o influenciaram e os autores com os quais ele dialogava, em sua, historicizá-lo, bem como explorar o seu contexto histórico afim de melhor compreender tão a obra e o pensamento de tão ilustre escritor e pensador brasileiro.

1.1 A trajetória de um industrial “homem de letras”

Nascido em Taubaté, interior de São Paulo, em 18 de abril de 1882, José Renato Monteiro Lobato era filho de José Bento Marcondes Lobato e Olímpia Augusta Monteiro Lobato. Posteriormente, tornou-se José Bento Monteiro Lobato, adotando o mesmo nome de

seu pai, cujas iniciais estavam gravadas em uma linda bengala que seu progenitor possuía, a qual esperava um dia usar¹⁵.

Cresceu num ambiente estimulante, numa fazenda de café, cortada pelo rio Paraíba e envolta pela exuberante vegetação da Serra da Mantiqueira. José Renato, chamado em sua casa de Juca, enquanto admirava a mata, ouvia estórias de seu pajem Evaristo, sobre índios e onças habitando a floresta¹⁶. Em criança, gostava de brincar com suas irmãs – Ester e Judite – de folgedos. Além disso, naquela época,

(...) as crianças costumavam brincar com bonecos de sabugo. Tomavam sabugos de milho e os vestiam como se fôsem bonecas. Ou então xuxus, aos quais punham pernas de palitos, e assim eles ficavam sendo os “cavalos”, os “porquinhos”...¹⁷

Quando não estava brincando, ficava no pomar saboreando as frutas e, aos domingos, acompanhava Joaquina, ex-escrava de seu pai, com quem saía para “mariscar de peneira no ribeirão”¹⁸, onde a negra apanhava “camarões de água doce, guarus barrigudinhos, filhotes de lambaris e de vez em quando uma ou outra traíra. E também bichos esquisitos, pernudos e molengos”¹⁹.

A infância vivida nesse ambiente rural foi determinante para a formação de Lobato. As brincadeiras, os passeios pela propriedade, o contato intenso com a natureza, as caçadas na floresta ao lado de seu pai e os causos que ouvia dos empregados da fazenda irão ressurgir, anos mais tarde, em sua obra infantil – *O Sítio do Picapau Amarelo* - por exemplo, nas aventuras de Pedrinho, ao encontrar a onça na mata, ou tomando os bonecos feitos com sabugo de inspiração para criar o Visconde de Sabugosa. Esse aspecto marcante da infância refletido no fazer literário do criador de Narizinho é reforçado por Cassiano Nunes, que escreveu o seguinte: “No ambiente rural, que [Monteiro Lobato] conheceu bem, participou de pescarias e caçadas. O cotidiano da vida interiorana e as reminiscências de uma infância bem relacionada com a terra inspiraram as melhores páginas da literatura infantil²⁰” produzida pelo autor de *Cidades Mortas* (1919).

Seu contato com o mundo das letras foi precoce, aprendendo a ler e a escrever com sua mãe. “Dona Olímpia começou a ensiná-lo quando êle tinha quatro ou cinco anos de idade.

¹⁵ NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato: o editor do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 6.

¹⁶ CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1955, p. 18.

¹⁷ *Ibid.*, p. 19.

¹⁸ *Ibid.*, p. 19.

¹⁹ *Ibid.*, p. 20.

²⁰ NUNES, 2000, p. 6.

Antes de completar seis, já escrevia bilhetinhos para o avô, pedindo-lhe fogos e uma bandeira para o mastro de São João, que iam levantar na fazenda²¹”. Já alfabetizado, teve um professor particular, estudou piano e depois foi matriculado num colégio na cidade de Taubaté.

O encantamento e o amor de Lobato pelas letras era tamanho que o menino estava sempre acompanhado por livros, por isso “não havia noite em que o pai não fôsse obrigado a ir, pessoalmente, retirar o lampião de seu quarto, deixando-o às escuras²²”, caso contrário a leitura seguia noite adentro.

Aos sete anos de idade, quando ia a passeio à propriedade do avô, Monteiro Lobato começou a frequentar a “sala encantada”, o escritório de José Francisco Monteiro - o Visconde de Tremembé, onde folheava livros e revistas ilustrados, dentre eles a revista do famoso ilustrador do Segundo Reinado, Angelo Agostini. O avô era um político influente, dono de terras e de escravos, que assumiu a criação de Juca quando ele perdeu o pai, em 1898, e, logo em seguida, a mãe, no ano em que Lobato completou seus 16 anos de idade. “Em sua biblioteca particular, o menino, futuro escritor, sentiu pela primeira vez a fascinação pelos livros”.²³

Morando com o avô, que não descuidava da educação de seu neto e netas, Lobato continuou a frequentar a escola e foi lá que começou a escrever para o jornalzinho escolar chamado “O Guarani”, no qual “publicou suas lucubrações, aos quatorze anos”²⁴. Ao longo de sua trajetória escolar, ele colaborou com inúmeros periódicos internos, sempre assinando seus contos e crônicas com pseudônimos. O uso de nomes falsos permanecerá por muito tempo, segundo Cavalheiro, e a intenção deles era “de esconder o autor envergonhado²⁵”. Tal prática só será abandonada na fase adulta, quando Lobato passará a assinar seus artigos, buscando reconhecimento nas páginas de grandes jornais e retorno financeiro dos artigos publicados. Entre um texto e outro, o jovem também se dedicava ao desenho, que submetia à apreciação de parentes e amigos, dos quais recebia elogios. Sonhava em ingressar na Academia de Belas-Artes, mas foi encorajado pelo avô a abandonar essa ideia para almejar a carreira de bacharel.

²¹ CAVALHEIRO, 1955, p. 24.

²² Ibid., p. 43.

²³ NUNES, 2000, p. 6.

²⁴ Ibid., p. 6. O pseudônimo com o qual Lobato assinou seus primeiros escritos no *O Guarani* foi Josbem. Nos tempos da faculdade, quando Lobato passou a colaborar com textos para outros periódicos, a lista de pseudônimo aumentou, com o intuito de criar nos leitores a sensação de que o jornal dispunha de “exército de redatores”: Lobatoyewsky, Yewsky, Pascalon, o Engraçado, Rui d’Hã, Hélio Bruma, Enoch Vila-Lobos, Josbem, Mem Bugalho entre outros (CAVALHEIRO, 1955, p. 87).

²⁵ CAVALHEIRO, 1955, p. 87.

Seguindo a vontade do avô²⁶, ingressou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, em 1900. Assim, seguiu uma tradição comum entre os jovens de origem social abastada daquela época, pois “(...) naqueles tempos, para uma família tradicional, o caminho mais nobre, mais digno, mais de acordo com todas as aspirações, era o de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais²⁷.” Afinal, no

país dos bacharéis – como alguns definiam o Brasil daquele período – um diploma de médico, engenheiro ou advogado significava garantia de acesso às esferas institucionais da República²⁸.

Assim, “obter o título de “doutor” tornava-se condição *sine qua non* para os rapazes bem-nascidos – mesmo para os que não pretendessem exercer a profissão”²⁹.

Segundo Edgard Cavalheiro, biógrafo oficial do criador de Jeca Tatu, a “passagem de Monteiro Lobato pela academia de Direito será marcada por poucos acontecimentos: uma conferência, um discurso, meia dúzia de artigos nos órgãos estudantis, e nada mais³⁰”. Mas, num ambiente cultural em constante fervilhamento em São Paulo, seria possível um gênio como o de Lobato ter uma passagem discreta pela Academia?

Apesar dessa passagem supostamente “apagada”, Lobato, junto com seus colegas do grêmio estudantil, teve momentos intelectuais intensos e chegou a defender ideias socialistas, definindo-as como “a regeneração da humanidade pelo advento definitivo da justiça, pelo império da verdade, pela extinção da miséria, pela destruição das classes, pela moralização da moral, pela reivindicação enfim de todos os direitos postergados...”³¹ O socialismo de Lobato era “meio anárquico, meio romântico, produto mais do sentimento do que da razão”³². Também concorreu num concurso de contos entre os discentes da faculdade e obteve o primeiro lugar com o texto *Gens Ennuyeux*, que recebeu de um dos jurados a seguinte observação: “É um trecho de prosa bem construído, de prosa forte, maleável, corrente, colorida, e sobre tudo tão pessoal e tão espiritualmente irônica!”³³ Nesse trabalho, Lobato já registrou uma pequena amostra de seu porvir literário, como o emprego de “prosa forte”, uma

²⁶ “Para o visconde não havia alternativa possível: o neto seria bacharel”. (CAVALHEIRO, 1955, p. 61).

²⁷ *Ibid.*, p. 61.

²⁸ AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na botocúndia*. 2 ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 1997, p. 27.

²⁹ *Ibid.*, p. 27.

³⁰ CAVALHEIRO, 1955, p. 62.

³¹ *Ibid.*, p. 68.

³² *Ibid.*, p. 121.

³³ CAVALHEIRO, 1955, p. 70.

linguagem direta, que atingia desde leitores avançados aos medianos, e a ironia, com a qual satirizava tipos e costumes sociais de seu tempo.

Outra passagem demonstrando que a vida acadêmica de Lobato não foi tão insossa quanto descreveu Cavalheiro se deu no momento em que o biografado se uniu aos seus companheiros de faculdade para fundar uma revista chamada “Cenáculo”. O projeto provocou euforia e empolgação a ponto de o jovem Monteiro Lobato afirmar que ela “ia reformar o mundo, modificar as leis do universo. Uma arte nova ia surgir, uma ciência e uma filosofia inéditas!³⁴” Eis a utopia experimentada por tantos acadêmicos – “reformar o mundo”. Lobato levou essa expressão a sério, pois ao longo de sua trajetória quis transformar o Brasil através das inúmeras causas que defendeu. Importante frisar que o biógrafo destaca que, durante a estadia de Lobato na faculdade, ele leu Gustave Le Bon e, na biblioteca de seu avô, havia obras de Spencer, dois reconhecidos teóricos racistas, defensores do darwinismo social, os quais influenciaram, sem dúvida, o pensamento lobatiano³⁵. Essas influências serão percebidas em certos aspectos a serem examinados adiante no seu personagem literário Jeca Tatu. De acordo com André Campos, Le Bon foi um dos pensadores do século XIX que mais marcaram Lobato. O estudioso francês criticou a concepção iluminista da natureza humana, que atribuía aos homens e todas as raças e épocas características semelhantes. Para Le Bon, as raças possuíam diferentes modos de agir, de conceber as instituições, crenças e a ideia de moral, e esses caracteres eram transmitidos de forma hereditária. Nas palavras do sociólogo francês, “a energia, a perseverança, o gosto pelo trabalho, a iniciativa e o sentimento de família são qualidades que a hereditariedade pode dar mais que qualquer instituição pode criar”³⁶.

Se a Faculdade proporcionou a Lobato a leitura e o aprofundamento de teóricos sociais de sua época, “os estudos de Direito pouco interessam a Monteiro Lobato, a literatura, ao contrário, acaba por dominá-lo inteiramente³⁷”. Morando com os amigos em São Paulo, num chalé apelidado de “Minarete”³⁸, Lobato e seus companheiros liam e discutiam de tudo –

³⁴ Ibid., p. 74.

³⁵ Cavalheiro (1955) revela a reação de Lobato após seu contato com a obra de Gustave Le Bon: “Que bombardeio aéreo, que chuva de picaretas demolidoras me foi aquilo. Não ficou de pé um adôbe do edifício da minha catolicidade caseira. Dum momento para o outro vi-me transformado em montão de ruínas” (p. 68). A obra em questão que mexeu com os alicerces intelectuais de Lobato foi *L'Homme et les Sociétés* (1881).

³⁶ CAMPOS, André. Raça ou Doença? O Problema Vital do Brasil. p. 46-7. *Ipotesi: revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, vol. 2, nº 2 - p. 45 a 52, jan/jun. 1998. p. 46-7. Disponível on-line: <<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/12/Ra%C3%A7a-ou-Doen%C3%A7a1.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2016.

³⁷ CAVALHEIRO, 1955, p. 78.

³⁸ O chalé foi assim apelidado por um dos colegas de Lobato, que achava que ele parecia uma torre islâmica. Sua localização era “Rua 21 de Abril, fronteiro à Cesário Alvim” (Id., 1955, p. 79). A expressão “Minarete” depois

especialmente os franceses Daudet, Zola, Victor Hugo, mas também Nietzsche³⁹ e Oliveira Lima. Dentre esses amigos, destacamos o mineiro Godofredo Rangel, com quem Lobato irá se corresponder durante décadas, após o fim da faculdade, partilhando opiniões sobre leituras, trabalho, família e ideias para novos artigos e livros.

Entre as aulas do curso de Direito e as leituras desordenadas, Monteiro Lobato se dedicava à Literatura, escrevendo e publicando os seus trabalhos em diversos periódicos, como *Minarete*, *O Povo* e *O Combatente*. Escrevia sobre vários assuntos, desde filosofia à crítica política e, em seus primeiros textos, começava a imprimir sua personalidade e “as principais qualidades que irão, depuradas, caracterizar-lhes a prosa⁴⁰”.

Nos momentos de lazer na capital paulista, Lobato adotava o estilo de uma “boêmia bem comportada” (idem. p. 98). Bebia até o segundo chope e preferia frequentar o “Café Guarani” às “grossas pagodeiras”, onde, cercado pelos amigos, analisavam ironicamente políticos, literatos e os professores. Embriagar-se apenas com as “bebedeiras de leituras”. No Café, ele seria encontrado regularmente. Sua identificação era fácil, devido à expressão física e, sobretudo, facial tão característica: “baixo, moreno, enormes sobrancelhas a lhe darem ferrenho aspecto, ei-lo sarcástico e sempre ferino...”⁴¹ Quando podia, jogava futebol, um esporte recém implantado no país por Charles Miller.

É importante notar que, além da transformação demográfica com o aditivo do imigrante, a cidade de São Paulo também passava por significativas mudanças no seu aspecto urbano e cultural. No plano urbano, inúmeros melhoramentos foram implementados, como por exemplo a substituição de parte dos bondes puxados por burros pelos bondes elétricos, em maio de 1900⁴². É nessa mesma época que as ruas da cidade começavam a receber luz elétrica, antes disso a iluminação ficava por conta da companhia de gás. Passaram a circular pelas ruas da capital paulista os primeiros automóveis para assombro de uma população acostumada com os carros movidos por tração animal. Enfim, a pacata cidade vai cedendo à

passou a denominar um jornal fundado por um dos amigos de Lobato, periódico no qual ele e os companheiros publicaram vários trabalhos sobre crítica política e “boemia literária”.

³⁹ O professor Aluizio Alves Filho lembra, em artigo publicado no Estadão e depois anexado a um ensaio que escreveu sobre o Jeca Tatu, o quanto a filosofia de Nietzsche mexeu com Lobato, causando-lhe “a maior bebedeira teórica de sua vida” (ALVES FILHO, 2003, p. 134). Em carta ao amigo Rangel, Lobato confidenciou: “Da obra de Spencer saímos spencerianos; da de Kant saímos kantistas; da de Comte saímos comtistas - da de Nietzsche saímos tremendamente nós mesmos. O meio de segui-lo é seguir-nos”. (LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda, 1957, p. 66. São Paulo, 24/08/1904).

⁴⁰ CAVALHEIRO, 1955, p. 97.

⁴¹ Ibid., p. 98.

⁴² Ibid., p. 98.

agitação com o limiar do século XX, notadamente com o aumento do tráfego de pessoas e de automóveis pelas ruas da cidade.

A efervescência cultural parece ter acompanhado o ritmo das transformações na paisagem urbana e na economia de São Paulo. É no início dos novecentos que os primeiros cinemas abriram suas portas. Havia também diversão, música, arte e cultura nas ruas do Triângulo⁴³. “Fazer o Triângulo” era o passeio predileto de muitos paulistas, sobretudo entre as camadas mais abastadas da sociedade. Nesse trecho da cidade, concentravam-se as confeitarias, lojas e orquestras que alegravam o ambiente com valsa e ópera, também havia os salões dançantes. Os homens vestiam-se com ternos e usavam chapéus, as mulheres apareciam em longos vestidos, a despeito de nosso clima tropical, tudo seguia a moda francesa. Nas rodas sociais elegantes da “Pauliceia”, pensava-se “em francês, comia-se em francês, escrevia-se em francês. Tudo quanto fôsse “chic” requeria o “made in France”: livros, pintura, escultura, roupas, artes em geral⁴⁴.” Era a *belle époque* paulista, desfrutada, sobretudo, por membros oriundos das classes altas e senhoriais, donos de terras, de fábricas, das empresas e dos bancos.

Aos domingos, assistir à corrida de bicicleta no Velódromo da Rua da Consolação era uma ótima pedida. “Mas o paulistano de 1900 se divertia mesmo era “fazendo o triângulo”. Depois do jantar, tôda a gente ia fazer o triângulo, e lá todo mundo encontrava todo mundo⁴⁵”. Era ali que se encontravam “as rodinhas literárias, as esportivas, as elegantes⁴⁶”. Nos cafés, a mocidade reunia-se para comentar as notícias dos principais periódicos do estado, como o *Correio Paulistano* ou *O Estado de S. Paulo*. Lobato e seus amigos da Faculdade de Direito fizeram esse percurso cultural inúmeras vezes, tendo lugar cativo no “Café Guarani” à Rua Quinze. Os cafés e as confeitarias eram centros importantes de difusão cultural, ali setores das classes médias e altas promoviam a troca de ideias, debatiam a conjuntura política local e nacional. No vocabulário político dos debates constavam palavras como república, federalismo e centralização, sendo posteriormente ampliado com a inclusão de novos verbetes, como socialismo, anarquismo e sindicalismo, inseridos nele pela pena dos imigrantes europeus, já familiarizados com as doutrinas revolucionárias ligadas à organização do trabalho. Os imigrantes, especialmente os italianos, trouxeram consigo as ideias do

⁴³ Cavalheiro (1955, p. 99) emprega a expressão “fazer o Triângulo”, corrente na época, referindo-se ao passeio pelas ruas Quinze, São Bento e Direita na capital paulista.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 192.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 99.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 99.

anarquismo e “tinham sido seduzidos pelas ideias de Bakunin e Malatesta, do socialismo, inspirado sobretudo em Marx, e do sindicalismo revolucionário, que nasceu não como teoria, e sim de uma prática sindical⁴⁷”.

Na faculdade, o desempenho acadêmico de Monteiro Lobato era razoável. Como o Direito não lhe despertava paixão, preocupava-se apenas em fazer o necessário para se formar. Concluiu o curso em 1904 e retornou para Taubaté, para junto do avô – o visconde de Tremembé. Embora a cidade fosse um centro econômico importante no Vale do Paraíba, rodeada por fazendas de café, com casas bancárias funcionando no município, bem como escolas, fábricas, bandas de música e jornais circulando na localidade, o ambiente não era tão estimulante quanto era a capital. Por isso ele sente “que está se “burrificando” com o ar dessa coisa chamada “interior”, capaz de arrasar qualquer criatura em poucos meses⁴⁸”. Apesar da monotonia e dos dias arrastados no interior, foi lá que Lobato conheceu sua futura esposa – Maria Pureza Natividade, que viera da capital passar uma temporada em Taubaté, na casa do avô. Eles ficaram enamorados e o escritor dedicava a sua musa poemas, com sentimentos sinceros, mas escritos por um poeta péssimo, que não tinha “conserto”.

Em 1906, ficou noivo de Maria da Pureza. Pensando em se casar e em sustentar a família que pretendia construir, Lobato buscou um emprego estável. Embora tenha fracassado na tentativa inicial de obter um cargo público em Ribeirão Preto, lugar da terra roxa, que tinha movimento e dinheiro, com a ajuda do avô, foi nomeado como promotor público em Areias, em março de 1907. Sobre sua nomeação, ele confidenciou ao amigo dos tempos de faculdade Godofredo Rangel:

Estou nomeado promotor publico da comarca de Areias, que deve ser nalgum lugar. Mas reverencia, portanto, amigo, quando escreveres ao Lobato. Exijo DD. no envelope. Sou o DD. Promotor Publico de Areias, cidade que positivamente ha de existir. Cento e tantos candidatos para esse ossinho – informou-me o proprio secretario Washington Luis (com “s” - ele faz questão). Foi trunfo decisivo uma carta de meu avô ao general Glicerio. De lá – de Areias – passarei para uma comarca da Terra Roxa, a terra abençoada onde se ganha dinheiro...⁴⁹

⁴⁷TOLEDO, Edilene. *Imigrantes e operários de origem italiana em São Paulo e Minas Gerais da Primeira República ao Estado Novo*. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário). p. 1. Disponível on-line: <http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/imigrantes_operarios.pdf>. Acesso em 05 fev. 2018.

⁴⁸CAVALHEIRO, 1955. p. 122.

⁴⁹LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, p. 332. São Paulo, 14/04/1907, p. 158-159.

O conteúdo da carta revela que Lobato “manifestou-se como legítimo filho de uma família vinculada à oligarquia do café...⁵⁰” Tal prática de conseguir um emprego público por meio de uma indicação feita por um “padrinho” importante era bastante comum na época, principalmente entre os membros da elite política e econômica de São Paulo.

No dia 28 de março de 1908, quando estava com 26 anos de idade, Monteiro Lobato casou-se com Maria Pureza. “Embora anticatólico, casou no civil e religioso⁵¹”. O casal seguiu para Areias, onde levava uma vida sossegada e até tediosa, devido à tranquilidade mórbida da cidade. O ócio permitiu a Lobato continuar a ler, escrever, embora não tanto quanto gostaria⁵², e até se dedicar a outras de suas paixões, como a carpintaria e a pintura. Embora se dedicasse bastante à arte, reconhecia suas limitações na pintura, confessando a Rangel que: “Quando escrevo, pinto – pinto menos mal do que com o pincel”⁵³. Em 1910, o casal Lobato já contava com dois filhos, no total a prole será de quatro crianças, dois meninos e duas meninas. O pai não deixou que eles fossem batizados, demonstrando o seu anticatolicismo e o desapego à doutrina religiosa. De Areias, Lobato, preocupado em ganhar dinheiro, enviava colaborações para jornais de Santos e do Rio de Janeiro, embora soubesse que a literatura lhe renderia quase nada. O ordenado do cargo de promotor permitia uma vida com decência, mas desejava ficar rico, ir pra o oeste, fundar fábricas e colocar em prática projetos editoriais.

O município de Areias, naquela época, não era nem sombra do que fora no passado. Em 1854, ele respondia pela produção de 78% do café paulista. Agora, suas terras não produziam nem 4%⁵⁴. A cidade mal tinha escolas e contava apenas com um teatro, a vida cultural resumia-se aos festejos promovidos pela igreja; as fazendas estavam entregues ao sapé e às samambaias, num estado de morbidez que refletia seu declínio econômico, bem como o de outras cidades do Vale do Paraíba. A partir da observação do contexto decadente de Areias e de outras cidades da região com as quais Lobato teve contato, ele pode “meditar sobre o assunto, procurando para êle uma explicação mais profunda, de raízes sociológicas⁵⁵”.

⁵⁰ KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 57.

⁵¹ CAVALHEIRO, 1955, p. 141.

⁵² Cavalheiro (1955) afirma que, por um tempo, Lobato perdeu o gosto pela leitura e pela escrita (p. 142) e que lutava para não se tornar passivo, nos moldes do ambiente em que vivia. Nesse sentido, Lobato se esforçou para ser removido para o oeste paulista, região que considerava mais dinâmica, e decretou: “Não concebo artista capaz de construir obra valiosa, se reside em cidade pequena, marasmada” (p. 145).

⁵³ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Editora Globo, 2009. p. 15.

⁵⁴ CAVALHEIRO, 1955, p. 131.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 132.

Tais reflexões irão originar alguns escritos importantes na produção literária lobatiana, que serão transformados em contos publicados posteriormente, como *A vida em Oblivion* e *Cidades Mortas*. De modo geral, esses textos traziam à tona as reflexões do autor acerca das razões que fizeram as cidades do Vale do Paraíba pararem no tempo, basicamente, a partir de algumas constatações – como a decadência do café, a mentalidade atrasada das elites locais e a presença dos caboclos, tidos como pessoas incapazes de lavrarem a terra e de almejavem o progresso. Apesar de ter tempo para se dedicar à leitura e à escrita, a rotina em Areias estava fazendo Lobato “burrificar”. Ele sentia falta da agitada vida cultural da capital paulista e dos tempos em que se reunia com os amigos de faculdade para discutir literatura, política e filosofia. No entanto, em 1911, recebeu a notícia de que seu avô falecera e precisou partir para Taubaté, deixando Areias para trás.

Após a morte do avô em 1911, Monteiro Lobato mudou-se para Buquira, no vale do Paraíba, onde fora administrar a fazenda, com 1515 alqueires, que havia herdado. Abandonou a carreira de promotor público, pois agora “êlé é proprietário de coisas – terras, casas, fazendas...”⁵⁶. As propriedades que herdara estavam encravadas

(...) na Serra da Mantiqueira, seus campos, morros e matas perdiam-se de vista. A casa-grande fôra construída numa baixada, formidável casarão de oitenta janelas e portas. Só a sala de jantar media quatorze metros de comprimento. Um tanto lúgubre, com os longos corredores e os inumeráveis aposentos que dariam para abrigar, não duas famílias como a do novo proprietário, mas pelo menos cinco. Uma larga escadaria de pedras dava acesso à porta principal; ao redor, formando um quadrado, a casa da máquina, a tulha, antigas senzalas, cocheiras, residência do administrador e camaradas. Atrás da casa-grande o amplo e bem formado pomar⁵⁷.

Em suma, era um “fazendão” que fora transmitida do avô para o varão de sua família. Monteiro Lobato assumiu o negócio com entusiasmo e projetos para tornar a propriedade rentável. Entre eles estava “a modernização da agricultura, a importação de cabras, galinhas e porcos, a plantação de café, milho e feijão, e até o cruzamento para melhorar a criação”⁵⁸.

À frente da fazenda, Lobato estava entusiasmado com a nova vida, mas demonstrava irritação no convívio que tinha que estabelecer com os funcionários da propriedade, os caboclos, os quais se tornaram a principal referência para a criação do célebre personagem

⁵⁶ CAVALHEIRO, 1955, p.149.

⁵⁷ Ibid., p. 150.

⁵⁸ MARTINELLI, Laís Pacifico. *Monteiro Lobato e a educação: da crítica à produção de uma nova literatura infantil brasileira*. 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível on-line: <<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2014%20-%20Lais.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018. p. 39.

Jeca Tatu. Na correspondência enviada ao amigo Rangel, fica clara a ambiguidade de sensações que a vida no campo provocava n'alma de Lobato:

A maior delícia da minha vida da roça aqui é justamente lidar com pintos, com perus, com bois e cavalos, e do bípede humano só me meter com esta insuficiência mitral que é o caboclo da roça. Mesmo assim só lido com eles através do “administrador”, a ponte de ligação.⁵⁹

Apesar dos ambiciosos projetos para a Buquira, naquela época, as terras do vale do Paraíba já demonstravam esgotamento, devido ao uso de técnicas agrícolas rudimentares, escassez de mão de obra qualificada e o contexto econômico nacional e internacional desfavorável aos produtores rurais. Assim, Lobato, ao “cabo de alguns anos de luta, começou a desanimar, a ficar cansado, a descrever de possibilidades econômicas oriundas do trato da terra⁶⁰”. No mercado, o preço do café oscilava, constituindo “o drama de todo o lavrador⁶¹”. A economia nacional vivia a chamada “crise do encilhamento”, marcada por falências e inflação que se arrastaram por alguns anos na Primeira República. Tal situação “desfavorável da economia brasileira nos anos 1913-1914, a restrição dos créditos, as constantes flutuações nos preços do café e o início da guerra na Europa, conjuntura que afetava indistintamente os produtos agrícolas, tornava ainda mais aflitiva a saúde financeira de Lobato⁶²”. Dessa forma, o retorno financeiro esperado por Lobato nunca veio, exceto as dívidas. Havia aquelas que foram herdadas com a fazenda e depois as contraídas junto ao cunhado ou ao banco, como deixa claro na correspondência que enviou para sua irmã no mês de junho de 1915: “Este mês tenho de entrar com dois contos para o Banco Agrícola e perco mais três de uma letra que endossei e tenho de pagar”.⁶³

A vida em Buquira perdera a graça para Lobato. O ânimo inicial ao assumir a herança decaiu com a mesma velocidade com a qual desapareceram os nutrientes daquele solo empobrecido, não suportava mais a vida interiorana. Ele desejava ficar livre da fazenda, vendê-la e livrar-se desse fracasso. Tentou a sorte na política, mas começou a desenvolver aversão aos chefes locais, devido aos seus mandos e desmandos, e aos eleitores, os quais comparava a ovelhas, que se deixavam tosquiadas⁶⁴. O que não lhe deixava “embrutecer de

⁵⁹ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, p. 332. Fazenda, 19/09/1912.

⁶⁰ CAVALHEIRO, 1955, p. 154.

⁶¹ *Ibid.*, p. 153.

⁶² DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 64.

⁶³ LOBATO, Monteiro. *Cartas Escolhidas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959. p. 55-57.

⁶⁴ CAVALHEIRO. 1955, p. 156.

tudo” eram os livros que trazia da capital e as “idéias de vaguíssimos projetos literários na cabeça”, combinadas com a “incessante atividade pictórica⁶⁵”.

Se não bastassem os infortúnios com a fazenda e as dificuldades financeiras, o período da seca em 1914 foi bastante problemático, prejudicando a produção agrícola. Além da seca, havia outro mal que irritava Lobato: a prática das queimadas, cuja responsabilidade ele atribuía ao caboclo. As queimadas destruíam o húmus e arrancavam a seiva de um solo já bastante avariado pela atividade agrícola rudimentar e predatória. Como consequência, as colheitas decaíam a cada ano, provocando enormes prejuízos. Lobato denunciou essa situação ao enviar para o jornal *O Estado de São Paulo* um artigo relatando o drama que estava vivendo na fazenda e que também atingia as áreas circunvizinhas. Segundo Koshiyama, a “combinação prática de fazendeiro com o exercício literário originou um texto, “*A Velha Praga*”, um protesto contra o institucionalizado hábito caboclo das queimadas, observado em todo o interior paulista⁶⁶”. Entretanto, Habib ressalta que o tom empregado pelo autor “foi discurso de grande parte da oligarquia paulista, que estava tendo prejuízos financeiros com a lavoura. E assim, o lucro que não estava obtendo, para o cronista fazendeiro, era culpa do caboclo, e não da seca⁶⁷”.

O artigo de Lobato, no qual “estilo e conteúdo se casavam harmoniosamente”⁶⁸, obteve alguma repercussão. Com uma linguagem simples e direta, comparou o caboclo a um piolho. Enquanto o parasita provocava a “pelada” no couro cabeludo, o caboclo era o “piolho da terra” que despojava o solo de sua cobertura natural com os incêndios. O autor também comparou os estragos provocados pelas queimadas ao horror da Primeira Guerra Mundial: “A Serra da Mantiqueira ardeu como ardem aldeias na Europa...⁶⁹”, por culpa do Jeca e do “von Fogo”! Após a publicação, Lobato recebeu cartas e até convite para fazer conferências em São Paulo, demonstrando que a publicidade do texto havia sido positiva e bem aceita pelos leitores do jornal.

Assim, em dezembro de 1914, o proeminente escritor criou um de seus personagens mais marcantes e famosos, por meio de novo artigo publicado no “*Estadão*” – *Urupês*. O texto

⁶⁵ Ibid., p. 158.

⁶⁶ KOSHIYAMA, 2006, p. 58

⁶⁷ HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação*. 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281539/1/Habib_PaulaArantesBotelhoBriglia_M.pdf> . Acesso em 15 fev. 2018. p. 28.

⁶⁸ CAVALHEIRO, 1955, p. 167.

⁶⁹ LOBATO, Monteiro. 2009, p. 159.

trazia o Jeca, que se tornou símbolo de uma população sertaneja, mestiça, doente, incapaz de progresso e deixada à própria sorte pelo poder público. Em *Urupês e Velha praga*, Lobato denunciava as mazelas nacionais relacionando-as diretamente ao caboclo. Segundo Vieira de Campos, “a visão de Lobato sobre o trabalhador brasileiro está determinada por dois fatores condicionantes: a imagem racista da população brasileira e a necessidade de atualização das formas de dominação sobre os trabalhadores livres⁷⁰.”

Com relação à concepção racista de Lobato sobre o povo, encontramos exemplo na forma com a qual ele se referia, inicialmente, ao caboclo: piolho, parasita e fungo. No que diz respeito à questão racial, o autor flertava com as ideias eugenistas e sanitaristas defendidas por alguns de seus amigos médicos, como Renato Kehl (1889-1974) e Arthur Neiva (1880-1943). Se por um lado a eugenia, a ciência do melhoramento racial, tendia a condenar a mestiçagem e se posicionava a favor da entrada de imigrantes para fins de branqueamento do povo, por outro os princípios sanitaristas e higienistas apresentavam uma alternativa para reabilitar o caboclo, tornando-o produtivo e apto ao trabalho. Essa questão do racismo em Lobato é bastante polêmica; alguns autores o condenam, tomando como prova menções depreciativas que faz aos negros em parte de sua obra literária⁷¹. Acreditamos que Lobato, da mesma maneira que a maioria dos intelectuais de sua época, discutiu e pensou o Brasil sob a ótica racial. Aliás foram raros os pensadores, caso de Manuel Bonfim e Alberto Torres, que não fizeram uma análise nacional sob o prisma da raça. Entretanto nos interessa compreender o pensamento de Lobato e como ele dialogou com as ideias de seu tempo, e não rotulá-lo de racista ou de libertário.

Sobre a necessidade de atualização dos meios de dominação dos trabalhadores, Lobato, embora não defendesse abertamente a imigração, menciona a chegada de imigrantes europeus ao país como algo positivo⁷². A opinião majoritária entre os intelectuais era a de que o europeu possuía mão de obra mais qualificada para o trabalho agrícola e industrial. Em trecho de *Velha praga*, Lobato descreve o comportamento do caboclo quando detectava os sinais de mudança:

⁷⁰ VIEIRA DE CAMPOS, 1986, p. 11-12 apud HABIB, 2003, p. 36.

⁷¹ Sobre esse debate, ver o artigo de Aluizio Alves Filho: *O racismo em Monteiro Lobato segundo leituras de afogadilho*. Disponível on-line em: <
<http://www.revistapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/92/98>> Acesso em 07 de jan. 2017.

⁷² Em carta a Godofredo Rangel, Lobato descreve a situação econômica favorável de Ribeirão Preto e região devido à fertilidade do solo, à terra roxa e também por conta da chegada em massa de imigrantes. Eis o que disse o missivista: “Saíamos destas nossas cidades cloróticas, Rangel, onde não dá italiano. Se permanecer por aí nessa Minas acabas criando urupês na raiz da alma...” (LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957. p. 154. Taubaté, 18/01/1907)

À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da terra, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado em uma rotina de pedra, recua para não adaptar-se⁷³.

Em outra passagem relevante, Lobato relata, agora em carta endereçada ao juiz mineiro, o amigo Rangel, o que ocorria com o caboclo frente à chegada do italiano: “Um dia aparece o pó da Persia que afugenta a piolhada: o italiano. Senhorea-se da terra, cura-a, transforma-a e prospera. O piolho, afugentado, vai parasitar um chão virgem mais adiante”⁷⁴.

Note que, para Lobato, o italiano, a estrada de ferro e a modernização das técnicas agrícolas eram sinônimo de progresso, ao contrário do caboclo, que recuava para não se adaptar aos novos tempos. Convém mencionar que, entre 1875 e 1930, entraram em São Paulo, 2.396.305 trabalhadores; desse total, 274.032 eram brasileiros vindos de outras regiões, e 2.122.273 eram estrangeiros. Os italianos somavam 935.222, o que correspondia a 44% do total de estrangeiros egressos no estado paulista⁷⁵. Essa entrada maciça de italianos não ficou despercebida pelos intelectuais. Para Alfredo Moreira Pinto, naquele momento, São Paulo passou de “uma cidade puramente paulista; hoje é uma cidade italiana⁷⁶”. Nesse mesmo sentido, Monteiro Lobato afirmou que São Paulo tornara-se “a Calábria paulista”. Posteriormente, quando Lobato se encantou pelo pensamento de Henry Ford e pelo modo de produção capitalista norte-americano, ele almejou “semelhante industrialização para nosso país⁷⁷”. Possivelmente, viu na eficácia do modelo de produção fordista uma alternativa para modernizar as relações de trabalho no Brasil e extrair maior produtividade do trabalhador brasileiro, isso se o novo sistema fosse aqui implementado.

Antonio Candido acredita que o fracasso de Lobato enquanto proprietário rural “talvez haja contribuído para o desprezo amargo com que tratou o homem do campo em vários contos e artigos⁷⁸”. Sem dúvida, essa experiência no meio rural influenciou bastante sua concepção do homem sertanejo, o caboclo, e sua produção literária acerca do assunto, como pode ser notado nos contos *Velha praga* e *Urupês*, ambos escritos e publicados em 1914. Porém, como veremos, a construção do homem rural na obra de Lobato assumiu contornos complexos, dialogando com várias linhas de pensamento social – inicialmente pode ser alinhada ao

⁷³ LOBATO, Monteiro. *Urupês*, 2009, p. 161.

⁷⁴ LOBATO, Monteiro, 1957, p. 364. Fazenda, 20/10/1914.

⁷⁵ CATELLI JÚNIOR, Roberto. *Brasil: do café à indústria*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 26.

⁷⁶ PINTO, 1900 apud CAVALHEIRO, 1955, p. 98.

⁷⁷ HABIIB, 2003, p. 36.

⁷⁸ CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 86-7.

“determinismo racista da época anterior a 1914”⁷⁹, que via na mestiçagem um problema; depois aos nacionalistas que acreditavam na redenção do homem por meio do saneamento do campo e na inclusão do sertão na construção da nacionalidade.

Devido ao insucesso à frente da fazenda, por conta do esgotamento do solo, das dificuldades com a mão de obra e de problemas financeiros, Lobato decidiu vender a propriedade em 1917. Após a Guerra Mundial, em 1918, houve muita dificuldade na agricultura brasileira, por isso muitos fazendeiros optavam por deixar o ramo e investir num setor mais favorável, a indústria⁸⁰. Assim, Lobato decidiu investir na incipiente indústria editorial, tendo em vista que, naquela época, a maior parte dos livros vendidos no país era impressa em Portugal. Em 1918, ele adquiriu a *Revista do Brasil*⁸¹, depois de se mudar para São Paulo. Segundo Tânia Regina de Luca, a “aquisição da *Revista do Brasil*, periódico que desfrutava de grande reputação nos meios intelectuais, coadunava-se perfeitamente com os projetos de Lobato, que poderia então fundar sua editora sob a prestigiosa chancela da revista⁸²”.

A redação da revista era ponto de parada obrigatória e de encontro para inúmeros pensadores e intelectuais daquela época. Não foi sem razão que Edgard Cavalheiro afirmou que todo “o movimento intelectual do País passara pelas saletas da Rua Boa Vista, entre os anos de 1918 e 1925⁸³”, referindo-se à sede da revista de Lobato. A esse respeito, Cassiano Nunes destacou a importância e o pioneirismo de Lobato como editor. Lobato: Foi um pioneiro da editoração moderna. Seu modesto escritório, à rua Boa Vista, torna-se um dos pontos mais importantes da vida literária do país. Literatos de todas as partes do Brasil – e até alguns intelectuais estrangeiros – para ali se dirigiam⁸⁴. O escritório da conceituada revista foi, portanto, um local certo da passagem de inúmeros personagens, pensadores e escritores brasileiros, de tipos

(...) variados, heterogêneos e descontraídos espécimes intelectuais: Martim Francisco, Artur Neiva, Manequinho Lopes, Plínio Barreto, Felinto Lopes, Paulo Setúbal, Hilário Tácito, Raul de Freitas, Quinzinho Correia, Indalécio Aguiar, Armando Rodrigues, Júlio Cesar da Silva, Wasth Rodrigues,

⁷⁹ SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 259.

⁸⁰ LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e Industrial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1973. p. 330.

⁸¹ “O programa da “Revista” era muito claro e simples: formar uma consciência nacionalista”. (CAVALHEIRO, 1955, p. 187). O objetivo de fazer algo novo, sem inspiração e influência do que era produzido e escrito na Europa, agradou Lobato, o qual passou a frequentar a redação da *Revista do Brasil* e a publicar em suas páginas vários de seus trabalhos.

⁸² DE LUCA, 1999, p. 66.

⁸³ CAVALHEIRO. 1955, p. 13.

⁸⁴ NUNES, 2000, p. 14.

Roberto Moreira, Ricardo Cipicchia, Voltolino, Cornélio Pires, Sílvio Floreal, Amadeu Amaral, Simões Pinto, Cândido Fontoura, Gelásio Pimenta, Oswald de Andrade, Jairo de Góes, Mário Pinto Serva, Moacir Piza, René Thiollier, Rebouças, Pinheiro Junior, Assis Cintra, Antônio Figueiredo, Jacomino Define, Adalgiso Pereira etc. Do interior, do Rio, de outros estados, intelectuais e artistas que vinham a São Paulo sempre passavam pela redação da Revista⁸⁵.

Nesse universo frequentado por escritores, poetas, jornalistas, artistas, médicos e pensadores

(...) é patente que realmente houve troca de informações, idéias e influências políticas, filosóficas, estéticas entre esses escritores, todos nacionalistas, cada qual a seu modo voltado para as coisas do Brasil e de São Paulo⁸⁶.

Tomaremos, como exemplo desse intercâmbio, a relação estabelecida entre Lobato e o médico Artur Neiva, cujas ideias acerca da medicina sanitária exerceram grande influência sobre Lobato ao longo de parte significativa de sua trajetória e de sua produção literária.⁸⁷ Provavelmente, o engajamento de Lobato com o saneamento dos sertões brasileiros deve-se, em grande medida, à amizade estabelecida com Neiva.

Posteriormente, o então empresário transformou a prestigiada revista numa editora, a Monteiro Lobato & Cia. Entre 1918 e 1922, Lobato publicou vários textos de alguns dos autores anteriormente mencionados e outros tantos que não figuraram naquela lista. De maneira geral, a orientação dessas obras oscilavam

(...) entre um regionalismo de exaltação, nostálgico e passadista, a anedota superficial e amena, e a sátira, dividida entre costumes e política, em que se encontra desde o tratamento de fragilidades particulares de indivíduos até a crítica diluída num humor mais abrangente, que toca a coletividade. Essa literatura constituía-se em novidade para a época, ao tomar temas locais e/ou nacionais, desenvolvendo-os de modo mais distenso do que era usual, em linguagem mais simples e criativa, tocando eventualmente em questões delicadas⁸⁸.

⁸⁵ VAZ, 1948, p.57-8 apud LEITE, 1996, p. 60.

⁸⁶ LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1996, p. 61.

⁸⁷ Lobato dedicou a Neiva um artigo, publicado em jornal e incluído, posteriormente, na obra *Problema Vital*, tratando da importância da campanha sanitária. Também dedicou ao médico baiano o romance *Presidente Negro*, publicado em 1926. Na 1ª edição dessa obra, constava "A Arthur Neiva e Coelho Netto, dois grandes mestres no trabalho, na ciência e nas letras". Foi após diálogo com Neiva que Lobato decidiu o título de seu primeiro livro – *Urupês* (1918). Além disso, os dois viajaram juntos ao interior de São Paulo e trocaram correspondências por vários anos. Em suma, a amizade e o respeito mútuo entre os dois gênios são evidentes, tal como a influência de Neiva sobre Lobato.

⁸⁸ LEITE, 1996, p. 60-1.

Lobato também imprimiu, oficialmente⁸⁹, o seu primeiro livro, que se tornou um grande sucesso literário – *Urupês*. A repercussão do livro ecoava pela opinião pública e chamou a atenção até do candidato à presidência da república, em 1919, Rui Barbosa. Em um de seus discursos pronunciados, ele citou Lobato⁹⁰ e o personagem de *Urupês*, em sua campanha presidencial, ele arguiu os ouvintes:

Senhores: Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos Urupês, de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista? Tivestes, algum dia, ocasião de ver surgir, debaixo desse pincel de uma arte rara, na sua rudeza, aquele tipo de uma raça que, “entre as formadoras da nossa nacionalidade”, se perpetua, “a vegetar de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso?”⁹¹

A referência do eminente político ao *Urupês* e ao Jeca Tatu animou ainda mais Lobato, pois a provocação feita por Rui Barbosa ao público que lhe assistia aguçou a curiosidade e o interesse de todos por aquele elemento da nacionalidade que vegetava de cócoras pelos sertões do Brasil. Além disso, Com a crescente curiosidade, houve um aumento da procura e das vendas do título, como se pode perceber na correspondência, de 20 de abril de 1919, de Lobato endereçada ao seu amigo Rangel:

O discurso do Ruy foi um pé de vento que deu nos Urupês. Não ficou um para remédio, dos 7000! Estou apressando a quarta edição, que irá do quarto ao décimo segundo milheiro. Tiro-as agora aos quatro mil. E isto antes de um ano, hein! O livro assanhou a taba – e agora, com o discurso do Cacique-Mór, vai subir que nem foguete.⁹²

Entretanto, quando o jurista e presidenciável Rui Barbosa – o cacique-mór – citou Lobato, o autor já era conhecido, tanto é que *Urupês* já se encontrava na 3ª edição. Logo, a “citação de

⁸⁹ Antes de *Urupês*, o autor publicou, no início de 1918, *O Sacy Pererê: resultado de um inquerito*. O livro foi produto de uma enquete realizada pela coluna *Estadinho*, no qual Lobato reuniu as respostas enviadas à redação pelos leitores. Esse trabalho inovador, impresso nas gráficas do jornal *O Estado de São Paulo*, tinha muitas ilustrações e anúncios, ajudava a resgatar um dos personagens do folclore brasileiro, que era um elemento da cultura popular bastante valorizado por Monteiro Lobato.

⁹⁰ A citação de Rui Barbosa foi muito celebrada pelos amigos de Lobato, o qual recebeu inúmeros telefonemas de congratulações pelo feito, tendo em vista que raramente Rui Barbosa citava, em seus discursos, algum escritor vivo! Lobato, por sua vez, admirava o “Águia de Haia”, como deixou claro em epístola enviada à Rangel ainda em 1909: “Que assombro de homem, esse Ruy! Que cetaceo nesse nosso marzinho de arenques! Ele rege as frases como um cocheiro russo rege a troika! Que nababo!” E prossegue o missivista: “Acho uma honra tremenda sermos coevos de tal homem, e duvido que tenhamos outro semelhante na vida” (Monteiro Lobato. *A barca de Gleyre*. Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957. Tomo I. p. 251. Areias, 01/07/1909).

⁹¹ Rui Barbosa. “A questão social e política no Brasil”, conferência pronunciada no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, a 20 de março de 1919. BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998.

⁹² Monteiro Lobato. *A barca de Gleyre*. Tomo II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1944. p. 194-195. São Paulo, 20/04/1919.

Lobato no discurso de Rui pode ter sido, portanto, muito mais a consagração de um autor já razoavelmente conhecido, do que o lançamento de um escritor ignorado⁹³.

Por meio de sua editora, ele aglutinou e divulgou novos autores, revolucionou a indústria gráfica e editorial, investindo em máquinas adquiridas no exterior e imprimindo obras com capas coloridas. Lobato passou a divulgar a venda de livros em jornais, transformando-os num produto mais acessível. A esse respeito, um observador de sua época anotou:

Quando Monteiro Lobato apareceu anunciando seus livros pelos jornais, foi um escândalo de grandes proporções, pois ninguém compreendia que o livro fosse uma mercadoria anunciável... Lobato veio revolucionar todo esse comércio da inteligência, mostrando, para o espanto geral, que o livro devia ser escrito e lido por toda gente, vendido em toda parte e devia circular tanto como qualquer jornal⁹⁴.

O ano de 1918 marcou o início, efetivamente, da cruzada pessoal de Lobato em prol do saneamento do Brasil. Em meados deste ano, o escritor foi convidado pelo amigo Artur Neiva, médico sanitarista e chefe do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, para lhe acompanhar em uma visita de inspeção a Ribeira de Iguape. Nessa viagem, Lobato pode observar o homem rural sob a perspectiva médico-sanitária, o que lhe fez reavaliar seu juízo a respeito dos caboclos. A partir daí, a doença, em vez dos determinismos racial e climático, passou a identificar as populações sertanejas em seu pensamento. Isso lhe fez repensar o Jeca e também a acreditar que “o combate às doenças garantiria a constituição de uma nação moderna e civilizada⁹⁵”. Através de dezenas de crônicas publicadas nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*, depois reunidas no livro *Problema vital*, Lobato denunciava um país doente e a necessidade de saneá-lo. Sem dúvida, nesta fase de sua vida, Lobato embebeu-se das ideias de higienismo e sanitarismo, compartilhadas em círculos médico-científicos com os quais mantinha contato, como, por exemplo, a Sociedade de Eugenia de São Paulo e a Liga pró-saneamento do Brasil, ambas fundadas em 1918.

Ele frequentava um círculo social que pertencia à oposição. Contrapondo-se ao perreppismo, isto é, práticas políticas de segmentos tradicionais ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP), participava de um “grupo pequeno, de elite, composto de intelectuais desejosos da reforma da cultura e dos costumes brasileiros, homens sobretudo de trato social

⁹³ LEITE, 1966, p. 76.

⁹⁴ TRAVASSOS, 1964, p.130-2 apud LEITE, 1996, p. 76.

⁹⁵ LAMARÃO, Sérgio. *Os Estados Unidos de Lobato e as respostas ao "atraso" brasileiro*. Lusotopie. Enjeux contemporains dans les espaces lusophones, Paris, v. 9, p. 51-68, 2002. Disponível on-line em: <http://www.lusotopie.sciencespo-bordeaux.fr/lamarao.pdf> Acesso em 05 jun. 2016. p. 58.

apurado, moralmente íntegros”⁹⁶. O ponto de encontro do grupo era a redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, ali os “sapos”⁹⁷ se reuniam quase todas as noites para discutirem sobre diversos assuntos, de literatura à política. Apesar disso, não tinha interesse de ingressar na política, não possuía vínculo partidário e interessava-se mais pelas ideias do que pelos homens. Tinha pavor de falar em público e as recepções e ritos públicos com as autoridades o irritavam, preferia, sem dúvida, uma boa conversa informal.

Em 1921, Lobato inovou novamente ao decidir explorar o mercado editorial infantil, quando escreveu *A Menina de Narizinho Arrebitado*, uma história destinada às crianças que fez bastante sucesso, a ponto de o governo do estado adquirir milhares de exemplares e distribuí-los gratuitamente para os alunos nas escolas. É a partir daí que começou a saga do Sítio do Pica-pau Amarelo, que obteve notável repercussão junto ao público infanto-juvenil e consagrou o nome de Lobato na literatura desse gênero.

A frente da Monteiro Lobato & Cia, Lobato promoveu uma revolução editorial no Brasil. Se antes as poucas edições brasileiras eram editadas em Portugal, tornando o livro escasso e inacessível, entre os anos de 1917 e 1926, Lobato irá editar centenas de obras e de escritores, os quais enviavam seus originais de várias partes do país. Foi ele quem incentivou, por exemplo, a publicação de textos de novos autores, como “Léo Vaz, Hilário Tácito Paulo Setúbal, Oliveira Viana e outros”⁹⁸. Com Monteiro Lobato no mercado editorial, o livro tornou-se uma mercadoria, um artigo comercial, que ele anunciava em jornais e distribuía, de forma consignada, por várias casas comerciais, além das livrarias, bancas de jornais, farmácias, bazares, papelarias e até lojas de ferragens. Isso aumentou o número das vendas, entusiasmando Lobato: “Isto é o melhor negócio que existe!”⁹⁹ Para ele, o brasileiro iria comprar livros, contrariando quem afirmava que os seus conterrâneos não gostavam de ler. Tudo se resumia a uma questão de logística, em “saber levar a edição até o nariz do leitor, aqui ou em Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, no Acre, na Paraíba, onde quer que êle esteja, sequioso por leituras...”¹⁰⁰. O projeto gráfico-industrial de Lobato emplacou, sua fábrica chegou a ter 300 funcionários. Eis o que o jornalista Francisco Pati escreveu sobre a empresa liderada pelo pai do Jeca:

⁹⁶ CAVALHEIRO, 1955, p. 327.

⁹⁷ O jargão “sapo” era empregado para classificar aqueles homens que diariamente compareciam à redação do jornal. (AZEVEDO, Carmem Lúcia; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na botocúndia*. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 1997. p. 102)

⁹⁸ CAVALHEIRO, 1955, p. 244.

⁹⁹ LOBATO, [s.d.] apud CAVALHEIRO, 1955, p. 242.

¹⁰⁰ Ibid., p. 242.

Hoje, as suas magníficas instalações à rua Brigadeiro Machado, no Brás, desafiam o ceticismo dos mais desanimados. O que está – um quarteirão inteiro para oficinas e depósitos, com centenas e centenas de operários – é já um monumento que faz honra à cultura do povo paulistano. Verdadeira fábrica de onde jorram continuamente livros e mais livros para o consumo do Brasil inteiro. A quem cabe a glória de tudo isso, senão ao espírito de iniciativa de Lobato?¹⁰¹

Com aporte de novos capitais, Lobato expandiu o seu negócio, conforme se pode perceber no relato do jornalista, criando um empreendimento admirável.

Além disso, o editor revolucionou o formato dos livros no Brasil, deixando-os mais atraentes e bonitos, pois naquela época o usual entre as edições eram as

(...) capas tipográficas, em geral amarelas, cópia das populares edições francesas. Êle mudou tudo, inclusive o formato clássico, e vestiu as brochuras de capas desenhadas, coloridas, moda que pegou e ainda perdura.¹⁰²

A revolução do livro não se limitou à questão de sua distribuição no território nacional ou à adoção de novas técnicas de impressão e de aprimoramento visual. Lobato atacou a excessiva influência francesa na literatura brasileira e a falta de criatividade dos escritores brasileiros, os quais se apegavam ao francesismo e não produziam nada a respeito dos temas nacionais. Outro aspecto combatido por Lobato foi quanto ao uso da linguagem. Para ele não era admissível continuar empregando nos textos brasileiros o português que se falava em Portugal, cuja língua ele achava distante da realidade dos brasileiros e afugentava alguns leitores. Por isso, valorizou, em sua obra, a linguagem regional, resultado de uma busca por aprimoramento literário que Lobato fez ao estudar cada verbete do dicionário *Aulete*.

Embora seu amigo Oswald de Andrade reconheça que o *Urupês* tenha sido o “marco zero” do Modernismo, o pai do Jeca não participou da Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo, no ano de 1922. Lobato torcia o nariz para alguns autores e artistas modernistas, os quais, por sua vez, o criticavam, como, por exemplo, Mario de Andrade, que publicou um necrológio do criador de Emília e da turma do Sítio do Picapau Amarelo, considerando-o passadista. Esse distanciamento entre Lobato e os modernistas deve-se, em grande parte, a uma crítica que o escritor publicou sobre uma exposição da modernista Anita Malfatti em 1917¹⁰³. Se o seu estilo literário, que valorizava o regionalismo e rompia com as idealizações nativistas, aproximava Lobato do movimento Moderno, a sua preferência pela arte neoclássica

¹⁰¹ PATI, [s.d.] apud NUNES, 2000, p. 40.

¹⁰² CAVALHEIRO, 1955, p. 245.

¹⁰³ O título do texto é *Paranóia ou mistificação?*, publicado no *Estadinho*, com severas críticas ao estilo adotado por Malfatti, considerado por Lobato “uma atitude estética forçada no sentido das extravagâncias de Picasso & Cia” (LOBATO, Monteiro. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Editora Globo, 2008, p. 51).

provocará certo repúdio às tendências artísticas de vanguarda, como o cubismo, o futurismo e o impressionismo, afastando-o do grupo de 1922. Defensor do nacionalismo na Literatura e nas artes, achava necessário abandonar as influências estrangeiras, por isso, quanto à arte moderna, considerava-a “fruto de modelos importados e em nada capazes de expressar a realidade brasileira”.¹⁰⁴ Apesar de não ter participado do movimento de 1922, Lobato cultivava relações amistosas com alguns dos expoentes do modernismo, mantendo correspondência com Di Cavalcanti, Graça Aranha, Oswald e Mario de Andrade¹⁰⁵.

Na capital paulista, a vida seguia feliz para a família Monteiro Lobato. O negócio editorial caminhava bem, a sede da *Revista do Brasil* e da Editora, na Rua Boa Vista, era ponto de encontro para intelectuais e escritores que desejavam publicar os seus trabalhos, os quais eram sempre recebidos pelo editor, que, nos intervalos das partidas de xadrez, ouvia suas propostas editoriais. Cavalheiro afirma que Lobato “sentia-se como peixe dentro d’água. Nascera para aquilo¹⁰⁶”. Contudo, mesmo obtendo lucros e reconhecimento, isso não mudou sua personalidade de homem simples, sentimental e seu idealismo¹⁰⁷, pois continuava promovendo diversos escritores, mesmo aqueles sem fama e talento, que não eram economicamente viáveis para o negócio.

Foi justamente nesse contexto industrioso, à frente da Editora, que Lobato descobriu Henry Ford, editou e traduziu sua autobiografia, nutrindo grande admiração pelo industrial norte-americano. “Para Lobato, o vocábulo *ford* significava eficiência elevada ao grau máximo.”¹⁰⁸ Com sua editora em franca expansão, Lobato encomendou novas máquinas e ampliou suas instalações, ao passo que propôs para seus operários um programa de trabalho, inspirado no fordismo, que previa ganhos salariais decorrentes da melhoria da produtividade e da qualidade da produção.

Quando tudo corria bem, estourou na capital paulista, em 1924, um levante tenentista, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, no qual os revolucionários pretendiam derrubar o presidente Artur Bernardes. Aqui nos interessa o fato de que o conflito paralisou as

¹⁰⁴ NEPOMUCENO, André Juliano. *Monteiro Lobato e a crítica da cultura brasileira*. 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado em Teoria literária e crítica da cultura) – Departamento de Letras, Artes e Cultura, Universidade Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei. Disponível em: < https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/mestletras/DISSERTACOES/MONTEIRO_LOBATO.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018. p. 38.

¹⁰⁵ A respeito da complexa relação de Monteiro Lobato com os modernistas é elucidativa a análise feita por AZEVEDO, Carmem Lúcia; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na botocúndia*. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 1997, no capítulo *Moderno pelo avesso*, p. 169-185.

¹⁰⁶ CAVALHEIRO, 1955, p. 251.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 251.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 255.

atividades editoriais da empresa de Lobato, fazendo-a acumular dívidas. Meses depois da Revolução paulista, sucedeu uma crise energética em São Paulo, por conta de forte seca, que reduziu muito a capacidade das máquinas de imprimir. Sem crédito bancário, restou a Lobato abrir falência, a qual serviu de prato cheio para seus críticos atacarem o seu otimismo exagerado. Alguns, como o maledicente Humberto de Campos, anotou o seguinte sobre o ocorrido: “o que se diz por aí, é que êle está vivendo règeiamente na América do Norte, com o dinheiro que levou daqui”¹⁰⁹.

Mas nada disso afetou o espírito empreendedor e o idealismo de Lobato, agora, empobrecido, mas não derrotado. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e, em 1925, criou uma nova empresa, a Cia. Editôra Nacional, a qual inaugurou seus trabalhos com a impressão de *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*, de Hans Staden. Assim, continuou a editar e a publicar livros.

No Rio de Janeiro, sua vida enquanto editor ganhou novo fôlego. Apressou-se para republicar velhos escritos, aproveitando que a marca Lobato era reconhecida no mercado. O sucesso de Lobato escritor devia-se, em grande parte, ao tom caricatural e à ironia com a qual tratava suas histórias e seus personagens, caso, por exemplo, do Jeca Tatu e do Bocatorta, para citar apenas algumas das figuras enfeixadas no *Urupês* (1918). Além disso, o emprego de uma linguagem acessível e objetiva, influência de Camilo Castelo Branco, um mestre do vernáculo, cativava os leitores e fazia crescer o seu público. O trabalho de editor, buscando parceiros comerciais, lendo e relendo textos, consumia-lhe o tempo e o impedia de se dedicar integralmente à literatura, fato que lhe entristecia. Pensava que o ideal seria enriquecer, deixar sua vida mais tranquila e estável, para depois disso poder se dedicar de corpo e alma ao fazer literário.

Inicialmente, via a capital federal como um “mangue encantado”; depois de algum tempo, cansou-se de sua paisagem tropical e não suportava mais o calor do lugar. Lá fez novos amigos, com os quais se reunia na Livraria Leite Ribeiro, para conversar sobre literatura e política nacional. Começou a trabalhar em seu primeiro e único romance, *O choque ou O presidente negro* (1926), um verdadeiro tratado sobre eugenia, cuja história se passava nos EUA, no ano de 2228, num país marcado por forte segregação racial entre brancos e negros.

¹⁰⁹ CAMPOS, [s.d.] apud. CAVALHEIRO, 1955, p. 259.

Ele também publicou *Mr. Slang e o Brasil* (1927), série de crônicas que abordavam os inúmeros problemas brasileiros a partir dos diálogos travados entre um cidadão comum e um inglês da Tijuca, os quais conversavam durante intermináveis disputas de xadrez. A obra discutia questões nacionais importantíssimas, como a economia, a indústria, a política, a burocracia, a liberdade de imprensa, o sistema eleitoral, a corrupção, o exército e as elites. Com linguagem objetiva e direta, uma das marcas do estilo de Lobato, o autor discorria sobre temas complexos, tornando-os acessíveis e inteligíveis aos leitores. Enfim, por meio do velho inglês da Tijuca, Lobato fez uma radiografia da República Velha que estava em curso e dos vícios inerentes a esse período. Além de criticar as deficiências do regime republicano, Mr. Slang também apontava soluções. Um dos aspectos que foi incisivamente criticado pela obra foi o setor de transportes. Através do personagem inglês, Lobato denunciava o descaso do governo para com as estradas, explicando que as “nossas más estradas decorrem do mau cérebro que há por aqui¹¹⁰”. Essa observação foi publicada justamente em meio ao governo do presidente Washington Luís (1926-1930), para quem “governar é abrir estradas”¹¹¹. Apesar da frase do presidente, para Lobato

(...) o “brasileiro não possui, pois, a mentalidade estradeira, isto é, não reconhece, não admite, não concebe, que a *estrada é tudo num país*, mas absolutamente tudo! É a instrução, a riqueza, a defesa, a ordem, a lei, a polícia, o progresso, a felicidade...”¹¹²

Se em *Problema Vital* (1918), Lobato defendia que a falta de saneamento dos sertões e de hábitos de higiene entre a população eram os responsáveis pelas mazelas nacionais, agora mudara de ideia. Para ele só haveria um jeito de transformar o Brasil: o enriquecimento da nação, pois só “a riqueza traria instrução e saúde, como só ela traz ordem, moralidade, boa política, justiça¹¹³”. Argumentava que a riqueza traria estabilidade política e solucionaria os conflitos e as revoltas, por isso Lobato preferirá militar em prol das causas econômicas em vez de se filiar a algum partido político.

Assim, com a força e a tenacidade de seu espírito prático e pragmático, criticou o parasitismo da classe política que estava no poder, atacou a burocracia estatal que servia como obstáculo ao progresso e denunciou a ausência de escolas profissionais nas cidades brasileiras. Sua crítica ferina chamava a atenção das autoridades, a ponto de ser convocado à delegacia de

¹¹⁰ LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1951, p. 88.

¹¹¹ Importante destacar que o presidente criou um plano de construção de estradas de rodagem que incluía as estradas Rio-São Paulo e foi ele quem inaugurou a Rio-Petrópolis, em 1928, a primeira rodovia asfaltada do país.

¹¹² LOBATO, 1951, p. 88.

¹¹³ CAVALHEIRO, 1955, p. 349.

polícia quando publicara um artigo entusiasmado sobre a Rússia socialista governada por Lênin.

Em 1927, Lobato foi nomeado interinamente, pelo presidente Washington Luís, adido comercial brasileiro em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. A intenção do presidente, segundo Cavalheiro era “manda-lo para algum posto fora do País, não só para evitar qualquer incidente, mas também para que, lá fora, se convencesse de que o Brasil não era tão ruim como êle dizia¹¹⁴”. O incidente que o presidente pretendia evitar era algum revide por parte da oficialidade da Marinha de Guerra que estava insatisfeita com as críticas de Lobato anotadas em *Mr. Slang e o Brasil*. Nada disso importava, o autor estava empolgado com a mudança para os E.U.A, embora tivesse aversão ao bacharelismo que marcava a política brasileira e a práxis dos altos funcionários estatais. Viu na oportunidade dessa nomeação para a diplomacia brasileira a chance de viver num país de Primeiro Mundo, lar de Henry Ford, que para ele era um verdadeiro ídolo¹¹⁵. Então, partiu Lobato para a América, cheio de planos e ideias.

Ele chegou a Nova Iorque em 07 de junho de 1927. “Lobato, que sempre admirara os Estados Unidos, sente-se feliz, vivendo no país que representava a modernidade e a prosperidade. Lá, o autor de *O choque das raças* americaniza-se, “ao adquirir automóvel, rádio e apartamento¹¹⁶”. Encantou-se pelo jazz, mas confessava ser um cretino com relação à música. Morando nos EUA, passou a se dedicar às atividades do cargo que ocupava, tendo como “tarefa básica a penetração dos produtos brasileiros nos mercados das Américas do Norte e Central”¹¹⁷. Se a proposta do presidente Washington Luís era mostrar a Lobato que o Brasil não era tão ruim, a experiência na América provocou o efeito contrário. Depois de observar e se encantar pela dinâmica da economia e da sociedade norte-americana, Lobato, por meio de correspondência enviada ao amigo Arthur Neiva, manteve e reforçou seu pensamento crítico em relação à sua terra natal e relatou o seguinte

Deste ponto de vista, vejo bem o Brasil em conjunto e posso julgar sua mentalidade. É o caso perdido que eu já supunha aí. (...) Um país onde um sujeito para ir de um ponto a cem milhas de distância precisa, salvo honrosíssimas exceções, montar num nosso irmão cavalo e gastar 150 horas

¹¹⁴ Ibid., p. 356.

¹¹⁵ Em 1926, Lobato publicou uma série de artigos sobre Henry Ford, os quais foram vertidos para o inglês e compuseram um opúsculo intitulado *How Henry Ford is regarded in Brazil* e, no mesmo ano, traduziu e prefaciou *Minha vida e minha obra*, de autoria do industrial norte-americano.

¹¹⁶ NUNES, 2000, p. 17.

¹¹⁷ AZEVEDO, Carmem Lúcia; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir., 1997. p. 223.

da sua vida é positivamente um país paralítico. O americano faz essas 100 milhas com o dispêndio de 2 horas de vida¹¹⁸.

Representando o Itamaraty, enviou inúmeros relatórios para o Brasil alertando sobre a concorrência de outros países tropicais com produção similar à nossa que iam ganhando espaço nos EUA, por isso sugeria ao governo brasileiro a adoção de medidas, como o desenvolvimento dos meios de transportes e a melhoria da apresentação dos produtos a fim de conquistar mais espaço no mercado norte-americano. As respostas do governo aos seus ofícios são sempre demoradas e nunca satisfatórias, o que deixava Lobato irritado com a tramitação burocrática e a lentidão com a qual as informações eram enviadas e recebidas.

Na América, pensou em fundar uma editora – a Tupy Publishing Co, mas o projeto não foi adiante. Teve também a intenção de lançar o seu romance *O Choque*, com elevadas expectativas sobre isso: “Já tenho um bom tradutor, o Stuart, e em New York um agente que se entusiasmou com o plano e tem boa porcentagem no negócio. Imagine se me sai um *best-seller*! Um milhão de exemplares...”.¹¹⁹ Contudo, ao remeter a obra para um editor de Hollywood, recebeu uma resposta negativa. O editor-chefe, embora tenha achado o material rico e criativo, justificou a não publicação do trabalho devido ao enredo “baseado em um assunto particularmente difícil de se abordar neste país, porque ele irá, certamente, aceder o topo mais amargo de sectarismo...”¹²⁰,

Foi a Detroit, onde visitou as fábricas da Ford e da General Motors, conheceu os seus processos de produção, manteve diálogo com os executivos e ficou encantado com a indústria norte-americana, que se tornará, para Lobato, um paradigma de avanço científico e tecnológico alicerçado na eficiência. Observar o desenvolvimento proporcionado pelo modelo econômico norte-americano e a prosperidade que dele resultava e se refletia no *american way of life* fez Lobato pensar em formas de implantar tal modelo em sua terra natal para extirpar a miséria humana e o estado letárgico brasileiro. Numa dessas visitas a Detroit, conheceu o Mr. W. H. Smith, que foi engenheiro da Ford e era atual presidente da *General Reduction Corporation*, empresa que prometia produzir ferro de forma mais eficaz e barata. Smith convenceu Lobato sobre o seu método, o que o deixou entusiasmado para levá-lo ao Brasil. Em seu espírito, Lobato estava determinado de que o país só ficaria rico se abraçasse o

¹¹⁸ Ibid., p. 237-8.

¹¹⁹ LOBATO, 1944, p. 293-294. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1926.

¹²⁰ AZEVEDO, Carmem Lúcia; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir, 1997. p. 220.

“binômio salvador”: ferro e petróleo; o ferro para construir as máquinas, e o petróleo para movê-las, tornando o trabalho mais produtivo e gerando riqueza para a nação.

Com o crack da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, Lobato, que também havia investido suas economias esperando fazer fortuna, perdeu tudo, mas isso não abalou sua empolgação em levar para o Brasil o processo Smith. Como o governo não demonstrou interesse em seus relatórios e sugestões sobre a produção de ferro, procurou chamar a atenção de seus vários amigos, com os quais mantinha correspondência, para a oportunidade de implantar na terra natal o método Smith e “ferrar o Brasil”.

Em 1930, após a Revolução que conduziu Getúlio Vargas ao poder, o novo presidente exonerou todos os funcionários interinos e extranumerários de diversas representações diplomáticas e consulares no estrangeiro. Monteiro Lobato estava desempregado e teve que retornar ao Brasil em março de 1931. Vivendo na capital federal, engajou-se em nova campanha: depois da luta pelo livro e pelo saneamento, agora brigava pelo ferro. Gritava na imprensa, protestava por meio de livros como, por exemplo, *Ferro* (1933), tentando demonstrar os benefícios que o método Smith traria para o Brasil. Enviou longo documento ao presidente Vargas, buscando convencê-lo de sua tese ferrífera, mas seus esforços não surtiram o efeito esperado. Como o poder público não reagia, Lobato iniciou, junto com amigos e empresários, um Sindicato Nacional de Indústria e Comércio para tentar trazer o método Smith para o Brasil. Lobato visava “a ingente tarefa de dar ao Brasil, de criar neste País a mentalidade do ferro e do petróleo que nos libertaria do pauperismo¹²¹”. Ele fazia isso apenas para enriquecer? Provavelmente não, fazia também por idealismo e também por amor ao seu povo e a sua terra, pois sentia: “Apenas dó de minha terra. Um dó que nasceu em consequência duns anos que passei na América¹²²”.

Ele visava “resgatar o Jeca, não como outra palinódia literária, mas dando-lhe o remédio que o iria salvar da miséria crônica, mãe de todos os seus males¹²³”, a saber, a riqueza da nação por meio do ferro e, depois, do petróleo. Sua mudança a respeito da interpretação e apontamentos sobre os problemas brasileiros lhe renderam críticas. Uma delas veio de Mário Pinto Serva, que duvidava das qualidades de economista ou de sociólogo de Lobato e questionava: “Afinal – em que ficamos, nos vermes intestinais ou no ferro?¹²⁴” Ocorre que a personalidade de Lobato era flexível quanto à crença em novas ideias, desde que

¹²¹ CAVALHEIRO, 1955, p. 448

¹²² LOBATO, apud CAVALHEIRO, 1955, p. 448.

¹²³ CAVALHEIRO, 1955, p. 448.

¹²⁴ Ibid., p. 399.

ele fosse convencido acerca de sua validade. Fora assim quando abraçou o sanitarismo, após conferir *in loco* o estado de letargia da população de Iguape, e depois com o ferro, quando Smith lhe apresentou seu método para fabricar o metal. Por isso, sua mudança de interpretação sobre o Brasil não era fruto de incoerência ou inabilidade sociológica ou econômica, mas de um intelectual que estava aberto às novas ideias e, como qualquer outro ser humano, vivia, em seu caso expressava sem receio, as contradições inerentes à natureza do Homem.

Por meio da campanha do ferro, enfrentou os interesses estrangeiros, opondo-se ao investidor norte-americano Percival Farquhar, ligado a *United Steel*, a qual pretendia explorar as jazidas do minério em Minas Gerais por outros métodos. Os esforços de Lobato não lograram êxito, pois, sem a aprovação do governo, não seria possível competir e sobreviver à pressão do capital externo que dominava o setor. Acaba que:

... a saga do ferro, pela qual Lobato empenhara-se com uma pertinácia quixotesca, perdia-se nas engrenagens do Estado, sufocada por interesses poderosos. Mas seu desejo de mudar o Brasil era ainda maior do que as decepções – e derrotas – colhidas ao longo da jornada. A epopéia continua. A nova bandeira, que absorverá suas energias por mais alguns anos, agora chama-se petróleo¹²⁵.

Derrotado na campanha pelo ferro, Lobato criticou o governo na imprensa, sempre com sua pena objetiva e, por vezes, irônica, denunciando o atraso nacional que beneficiava alguns e era terrível para muitos. Por isso, partiu para outra cruzada, desta vez pelo petróleo. Lobato defendia que o petróleo

... é o sangue da terra; é a alma da indústria de hoje; é o sêgrêdo da riqueza dos grandes Países; é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação. Tê-lo é ter o Sésamo que abre tôdas as portas. Não tê-lo é ser escravo, é permanecer colônia produtora apenas de matéria-prima¹²⁶.

Ao final de 1931, fundou a Companhia Petróleos do Brasil, contrariando a crença, bastante difundida na época, de que não havia petróleo no território brasileiro. Lobato não acreditava nisso, tanto que usou a imprensa e a literatura para afirmar e sustentar o contrário, acusando os trustes internacionais, como a *Standard Oil*, de realizarem manobras com a conivência governamental para evitar que o Brasil tivesse petróleo e continuasse dependente das importações. Nesse sentido, editou e publicou obras que venderam milhares de

¹²⁵ AZEVEDO, Carmem Lúcia; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. 1997. p. 260.

¹²⁶ LOBATO, apud CAVALHEIRO, 1955, p. 445.

exemplares, como *A luta pelo petróleo* (1935), *O escândalo do petróleo* (1936) e o *Poço do Visconde* (1937), sendo as duas últimas de sua autoria, e a primeira, escrita por Essad Bey e prefaciada por Lobato. Por meio da imprensa e de sua atuação editorial, Lobato transformou o tema do petróleo num debate público, ampliado com suas viagens por todo o país, onde fazia conferências. Embora fosse avesso ao ato de falar em público, precisava buscar apoio e atrair investidores para financiar suas empresas de perfuração dos campos de petróleo. Acreditava que seria impossível num país com dimensões de 8,5 milhões de quilômetros quadrados não haver fontes petrolíferas.

Seu notável esforço parecia lograr êxito. Havia muitos sinais da existência de petróleo em várias regiões do Brasil - indícios despontavam do solo em áreas do nordeste, do centro-oeste e do sudeste. Lobato estava animado; se tivesse sucesso, poderia ficar rico e trazer riqueza para o Brasil. Numa das correspondências que enviou a Rangel, deixou transparecer toda a sua empolgação e expectativas acerca do “binômio salvador”: “Que aventura tremenda, Rangel! (...) Se o governo não me atrapalhar, dou ferro e petróleo ao Brasil em quantidades rockefellerianas”¹²⁷. Recebia inúmeras visitas em seu escritório e exibia para todos elas, orgulhoso, um frasco com amostras do óleo extraído de um dos poços sob sua propriedade. Fazia questão que as pessoas cheirassem, depois embebia uma folha de papel com o óleo esverdeado e incendiava, provocando uma fumaceira¹²⁸. Em 1933, em um de seus poços, achou-se um veio de petróleo, comprovando que Lobato estava certo, havia sim petróleo no Brasil.

Enquanto procurava o ouro negro, escondido debaixo da terra, escrevia e traduzia, afinal era um “homem de letras” e, em sua época, o escritor mais lido e comentado do país! Produzia principalmente para crianças, pois já estava enjoado e até arrependido de escrever para adultos que duvidavam das ideias defendidas por ele. As crianças, por outro lado, acreditavam e até compartilhavam de alguns dos sonhos do escritor, por isso era comum ele receber centenas de cartas pedindo o endereço do Sítio do Picapau amarelo ou um pouco do pó do pirlimpimpim. As cartas de seus leitores e admiradores chegavam de todos os cantos do Brasil e eram o maior troféu de Lobato, que as respondia carinhosamente.

Contudo, as companhias precisavam de mais recursos para continuar com as perfurações até atingirem as grandes fontes petrolíferas, e isso dependia de dinheiro e do apoio governamental. O recursos financeiros eram escassos e o apoio político também e, para

¹²⁷ LOBATO, Monteiro, 1944, p. 328. São Paulo, 7/10/1934.

¹²⁸ AZEVEDO, Carmem Lúcia; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir, 1997. p. 279.

piorar a situação, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), ligado ao governo, fixou regras que proibiam as companhias nacionais de petróleo de terem acionistas estrangeiros, dificultando a obtenção de capital. Importante destacar que Lobato, apesar de se considerar um nacionalista, não era contra o uso de capital monetário estrangeiro ou suporte técnico-científico internacional para executar a tarefa de encontrar petróleo no país. Ele mostrava-se contrário ao estabelecimento de monopólios pelas multinacionais, fato que atendia apenas aos interesses de grupos ligados ao grande capital e impedia o desenvolvimento econômico brasileiro e, conseqüentemente, a superação de seu atraso em relação às outras potências mundiais.

Com as novas regras impostas pelo CNP e as dificuldades de obter apoio e subvenções governamentais, as companhias de Lobato foram sendo aniquiladas. Ele enfrentava e denunciava, por meio da imprensa, a ação dos trustes que tentavam sabotar a exploração do petróleo no Brasil. O objetivo dessa sabotagem era assegurar o monopólio da venda de combustíveis pelas multinacionais para o país, conservando-o assim seu refém. Em 1936, Lobato publicou a obra *O escândalo do petróleo*, rapidamente esgotando os 20 mil exemplares. Foi um golpe significativo contra o grande capital e também alvejou certos setores do governo, pois o autor não perdoou ninguém nas críticas que fez. Atacou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), acusando-o de agir em favor dos interesses imperialistas, o que gerava enormes prejuízos à nação.

No ano seguinte, o presidente Vargas decretou o Estado Novo, que irá perdurar até 1945. A imprensa sofreu censura, o livro de Lobato sobre o petróleo foi proibido de circular, jornais foram amordaçados, e o escritor-empresário sentiu-se “aleijado, sem função na vida¹²⁹”, por não poder dizer o que pensava. Como os jornais não podiam soltar nenhuma nota sobre o caso do petróleo, Lobato apelou para as cartas; escreveu, em 1940, para o presidente Getúlio Vargas alegando ser vítima de perseguição de um agente público, o diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, e afirmando que o Código de Minas, instrumento que regulava a exploração do petróleo, seria fatal para os empreendimentos nacionais que estavam em curso¹³⁰.

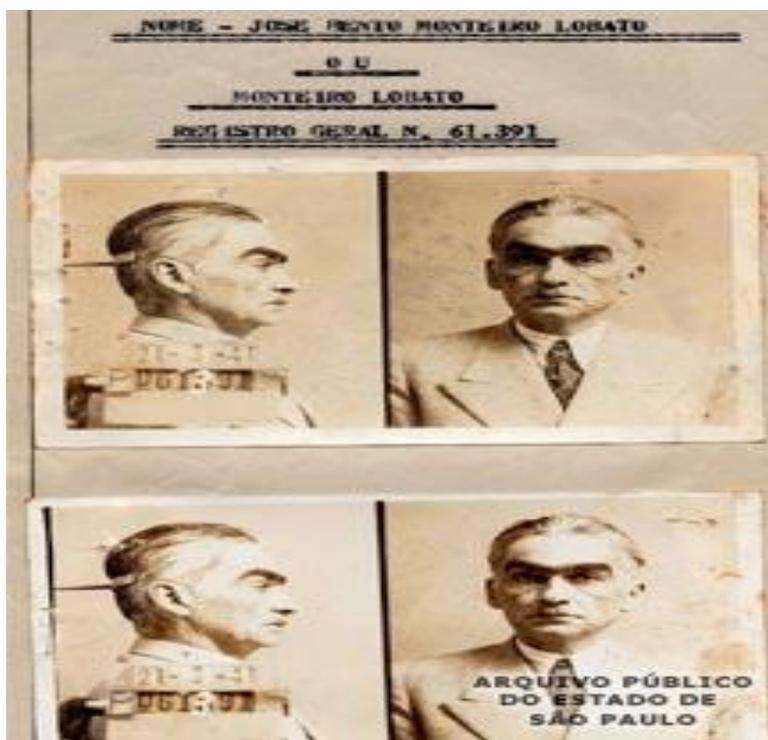
Após três meses da carta enviada à Getúlio, Lobato recebeu um convite do presidente para se tornar ministro do Ministério de Propaganda, mas ele declinou imediatamente, pois não admitia o cerceamento do direito de liberdade de imprensa (CAVALHEIRO, 1955, p.

¹²⁹ CAVALHEIRO, 1955, p. 451.

¹³⁰ AZEVEDO, Carmem Lúcia; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir, 1997. p. 293-4.

468). Endereçou outra carta de teor semelhante àquela remetida ao presidente, agora ao general Góis Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, explicando que a campanha pelo petróleo prosseguiria através das cartas, já que não havia liberdade de expressão no país, e acusava, novamente, o Conselho Nacional do Petróleo de agir a favor dos trustes internacionais. As cartas soaram como bombas e despertaram a ira de agentes do Estado Novo. Como resultado, Monteiro Lobato, aos 59 anos de idade, foi levado sob custódia e preso, em São Paulo, em 20 de março de 1941. Havia sido acusado de infringir a Lei de Segurança nacional, ofendendo os poderes públicos por meio de palavras.

Imagem 1 – Ficha de identificação ou registro geral nº 61.391¹³¹



Se inicialmente Lobato brincou com o fato de ter sido preso, decorridos alguns dias do cárcere, começou a ficar entediado, porque não podia estar com os amigos e nem se dedicar à leitura e à produção literária. Para ele, a campanha do petróleo havia chegado ao fim. Agora lutaria, com os recursos possíveis, contra a ditadura fascista implantada por Vargas no Brasil. Seu julgamento ocorreu no dia 20 de maio de 1941 e ele foi condenado a 6 meses de prisão.

Da cadeia, Lobato escreveu para seus amigos e autoridades denunciando as torturas praticadas pela polícia. Em 04 de junho de 1941, por exemplo, escreveu a Fernando Costa, que havia sido empossado interventor em São Paulo, dizendo: “Os presidentes de S. Paulo se

¹³¹ Imagem capturada no sítio: <<http://www.usp.br/proin/inventario/destaques.php?idDestaque=5>> Acesso em 27 jul. 2016.

sucedem e nenhum se lembra de corrigir as falhas horrendas dessa coisa monstruosa que se chama *Polícia de S. Paulo*, com a sua Câmara de Torturas, que se chama Gabinete de Investigações.”¹³² Cansado e descontente com a vida e com os rumos políticos do Brasil, mesmo trancafiado, Lobato não perdeu seu espírito combativo.

Enquanto isso os amigos se mobilizaram para reivindicar sua soltura. No Rio de Janeiro, a amiga “Rosalina Coelho Lisboa poe todo o seu prestígio social em cena: vai a Getúlio, a Generais, Ministros, Juízes¹³³.” Ela redigiu um apelo, assinado por intelectuais, pedindo a Vargas que libertasse Lobato. Após 90 dias de prisão, o presidente assinou a ordem de Liberdade e nenhum jornal pode fazer referência ao caso Lobato.

Monteiro Lobato estava próximo dos 60 anos de idade, empobrecido e com a saúde começando a claudicar. Nem a informação recebida da Cia. Editora Nacional de que suas tiragens ultrapassaram um milhão de exemplares ajudou a lhe devolver o ânimo. Para piorar, em 1943, faleceu o seu segundo filho – Edgard, antes havia perdido Guilherme. Agora estava num estado fúnebre, pensando em morrer. Embora não fosse religioso, começou a frequentar um centro espírita, mais preocupado com seus aspectos científicos e com as experiências metapsíquicas do que com a doutrina e os ritos religiosos que Lobato tanto repudiava. Esqueceu os projetos ambiciosos e passou a se dedicar somente à Literatura infantil e, às vezes, a alguma tradução.

Em 1944, lançou *A barca de Gleyre*, reunindo quarenta anos de correspondência enviada ao seu amigo Godofredo Rangel¹³⁴. Neste mesmo ano fundou, junto com Arthur Neves e Caio Prado Júnior, a editora Brasiliense, pela qual lançara um de seus últimos trabalhos, *Obras Completas* (1946), em 30 volumes e mais de dez mil páginas. Lobato tornou-se um escritor consagrado, com trabalhos vertidos em vários idiomas - francês, espanhol, inglês, árabe, alemão, japonês e italiano – e livros circulando por todo o Brasil e pela América do Sul. Sua principal fonte de renda, senão a única, eram os níqueis que recebia da literatura infantil.

¹³² Coleção Família Monteiro Lobato apud AZEVEDO, Carmem Lúcia; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na botocúndia*. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 1997. p. 306.

¹³³ CAVALHEIRO, 1955, p. 498.

¹³⁴ A publicação dessa obra foi sugestão de Rangel a Lobato. Lobato dizia que, se não fosse pelo amigo missivista, talvez não tivesse permanecido na Literatura, pois, por meios das cartas, dentre outros assuntos discutidos, eles trocavam ideias que acabavam se tornando livros. Nas palavras de Lobato: “Fomos o porretinho um do outro...”

Acompanhou com atenção o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e previu que, com a queda do antifascismo, o Estado Novo também cairia. Irritou-se com o fato de os EUA combaterem o fascismo na Europa e apoiarem a ditadura no Brasil, ao mesmo tempo em que passou a tecer elogios a URSS e ao socialismo. Aliás, a admiração de Lobato pela proposta política do socialismo havia aumentado substancialmente, bem como a empatia pelo líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - Luís Carlos Prestes (1898-1990). Lobato celebrou o fim da ditadura Vargas e recusou convite para ser candidato a deputado pela bancada comunista, uma vez que não aceitava a ideia de se sujeitar às inflexões partidárias. Ficou apreensivo com a eleição do General Dutra, cujo governo Lobato classificou de “Estado Novíssimo” por não respeitar a Constituição e cassar o registro do Partido Comunista.

Em Junho de 1946, Lobato decidiu se mudar para a Argentina - conhecer a república platina era um sonho antigo que agora se tornaria realidade. Ele tinha amigos e contatos em Buenos Aires que o incentivaram a se mudar e lhe acolheram no novo país. Na Argentina, Lobato fundou, junto com amigos, uma editora, a Editorial Acteon, pela qual continuou a publicar seus trabalhos para o público infantil. Pensou ainda em viajar para o Peru e escrever um livro contando a História da América, mas desistiu da viagem por conta da saúde fragilizada e da saudade que sentia do Brasil. Assim, menos de um ano após se mudar, retornou ao país de origem. Bastante assediado pela imprensa, era muito requisitado para conceder entrevistas e dar suas opiniões sobre tudo, aproveitando para criticar o governo, entretanto suas entrevistas não eram publicadas, então ele recorria ao mimeógrafo para reproduzir os textos e divulgar seus pensamentos.

Em 1947, Lobato estava com 67 anos de idade, quando publicou *Zé Brasil*, uma terceira versão do Jeca Tatu, em que o personagem central lutava por uma estrutura fundiária mais justa. O opúsculo tinha 24 páginas e narrava o sonho de Luís Carlos Prestes no qual os trabalhadores poderiam ser donos de terras e viverem felizes. O livreto foi apreendido pela polícia e impedido de circular, no entanto nem a censura impedia Monteiro Lobato de se manifestar, pois, para ele, “o preço da liberdade é uma vigilância barulhenta como a dos gansos do Capitólio.” Em 1948, o livreto foi publicado em nova edição, com ilustrações de Cândido Portinari.

O incansável Lobato ainda divulgou as ideias do filósofo e economista norte-americano Henry George (1839-1897). Acreditava que o georgismo poderia ser uma alternativa para o radicalismo e as utopias de ideias socialistas e comunistas, já que a doutrina

do pensador norte-americano previa o imposto único para estimular as forças produtivas sem alterar a ordem social vigente.

Irritado com a velhice e descrente dos homens, com pouco interesse literário, levava uma vida desregrada, não seguia dietas e nem obedecia as recomendações médicas para fazer repouso. Em abril de 1948, sofreu um espasmo vascular que o deixou inconsciente por algumas horas. Quando acordou, ficou com sequelas, teve alexia, que lhe provocou agrafia, perdendo a capacidade de relacionar os símbolos gráficos com o seu significado. Começou a se recuperar lentamente, lia histórias infantis e conseguia escrever curtos bilhetes, uma severa punição para quem vivera da escrita e que, até então, seguia uma rotina literária intensa. O velho Monteiro Lobato já estava conformado com a morte. Em vida, recusou os convites para se tornar um imortal da Academia de Letras, uma vez que não suportava os ritos acadêmicos, mas no dia 04 de julho de 1948, por volta das quatro horas da manhã, foi acometido por novo espasmo vascular que lhe ceifou a vida e inaugurou sua imortalidade na História e na Literatura brasileira.

1.2 Herdeiro de uma específica época psicossociocultural brasileira

Quando Lobato publicou *Velha praga* e *Urupês* nas páginas do *Estado de S. Paulo*, em 1914, expressou sua visão sobre o país, seu povo e suas perspectivas para o futuro. Nos textos, analisou a população interiorana, os caboclos, tipo de gente que julgava inapta, nada sendo capaz de colocá-la de pé, dada a sua condição biológica mestiça, inferior, por exemplo, aos imigrantes de origem europeia. Essa interpretação mantinha forte diálogo com correntes de pensamento que remontam ao final do século passado, ao período imperial, quando as elites tupiniquins recorriam ao auxílio de teóricos europeus para pensar a realidade brasileira. Porém, em 1918, quando publicou um livro – *Urupês* - que reunia contos, incluindo os dois anteriormente citados, Monteiro Lobato revê, em grande medida, sua forma de enxergar os habitantes do sertão. Agora, sob a ótica médico-sanitária, caracterizou o povo do interior como doente, por isso incapaz, abandonando a interpretação racial determinista que condenava o caboclo. Com o advento das prédicas sanitárias, cuja campanha começará, de fato, em 1916, vê no higienismo a possibilidade de colocar os seus Jecas de pé, rompendo, assim, com uma tradição que analisava o povo brasileiro pelo viés racial. As raízes dessa questão encontram-se no século XIX, quando se desenvolveram várias linhas de pensamento

as quais executaram a tarefa de analisar o povo brasileiro por meio de teorias generalizantes na tentativa de compreender a realidade que o cercava. Foi com esses intelectuais e suas ideias que Monteiro Lobato manteve constante diálogo para construir, a seu modo, sua própria visão sobre o seu povo. Esse breve exercício investigativo é relevante para a melhor compreensão do movimento e da influência de ideias e seus impactos na visão de mundo e, conseqüentemente, na produção literária lobatiana.

Logo após a independência do Brasil, em 1822, houve uma preocupação, entre as elites intelectuais do império, com a criação da identidade nacional do “novo” país. Nesse sentido, “selecionaram no indígena (mitificado e afastado da própria realidade) um modelo de nacionalidade¹³⁵”. Inicialmente, “esqueceram-se” dos negros e dos mestiços na representação do povo brasileiro.

Apesar disso, a população escrava permeava o pensamento daqueles que arquitetavam as bases política, econômica e social do império brasileiro. José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da independência, em abril de 1823, já demonstrava sua preocupação com a composição étnica da população da Monarquia. Numa correspondência enviada a um ministro britânico, ele declarou:

absoluta necessidade de tomarmos medidas para garantir um aumento da população branca antes da abolição, para que as lavouras do país possam continuar produzindo, caso contrário, com o fim do suprimento de negros, a lavoura diminuirá, causando grandes transtornos [...] esperamos adotar medidas para atrair imigrantes europeus para cá sem perda de tempo¹³⁶.

José Bonifácio deixa claro que a necessidade de aumentar o contingente populacional branco é fundamental para suprir a mão de obra na lavoura, quando houvesse a abolição da escravidão, admitindo-se, assim, um sentido estritamente econômico para justificar o incentivo à imigração europeia. Em outra correspondência datada daquele mesmo ano, o Patriarca da Independência revela o tipo ideal do imigrante: “A população que queremos é branca, e espero ver chegar logo da Europa os pobres, os desditosos, os industriais; aqui eles terão fartura, com um clima bom; aqui eles serão felizes; eles são os colonos que queremos.”¹³⁷ Posteriormente, o estímulo à imigração deixará de ser subvencionado exclusivamente para fins econômicos e se tornará uma obsessão de parte da elite nacional

¹³⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 23.

¹³⁶ José Bonifácio de Andrada e Silva, 1823 apud. MAXWELL, Kenneth. 2000, p. 11.

¹³⁷ José Bonifácio de Andrada e Silva, 1823 apud. MAXWELL, Kenneth. 2000, p. 14.

para branquear o povo brasileiro, depurando a raça negra e ameríndia em nome de um ideal civilizatório inspirado nos moldes europeus.

Como a Europa, sobretudo a França, era a grande referência para os brasileiros ocorria que:

Os políticos tinham os olhos voltados para a Europa, ansiosos por se tornarem integrantes do “mundo civilizado”, e para tanto buscavam adotar alguns de seus valores, decifrar seus códigos culturais; faziam isso mantendo inalterada a ordem interna¹³⁸.

Segundo Schwarcz, o regime monárquico no Brasil preocupou-se em estabelecer uma simbologia tropical, “que misturava elementos das tradicionais monarquias europeias com indígenas, poucos negros e frutas coloridas¹³⁹”. Gerava incômodo destacar a presença negra, pois tal fato evocava a escravidão, “mas nem por isso a realeza abriu mão de pintar um país que se caracterizaria por sua coloração racial distinta¹⁴⁰”. Tal representação fica evidente em um dos trabalhos do artista francês Jean-Baptiste Debret. Trata-se de um pano de boca, feito em 1822, por ocasião da coroação de D. Pedro I no Teatro da Corte. O trabalho do artista realça a singularidade da monarquia num solo tropical, isto é, no Brasil, com um povo multiétnico – brancos, portando armas; índios, trajando algumas roupas, sinal de civilidade; e negros com ferramentas em punho; todas as etnias harmonicamente saúdam a mulher que está no trono, representando a monarquia. Ao fundo constam palmeiras e, nas escadas que conduzem ao trono, há uma cornucópia, símbolo de abundância e prosperidade entre os greco-romanos da Antiguidade, de onde saem inúmeras frutas típicas do país, numa provável referência à fertilidade do solo e à importância da agricultura para a economia do império. A representação imagética ilustra o esforço da intelectualidade pós-independência em pensar a construção da nação e do próprio Estado brasileiro.

¹³⁸ Guimarães, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia da C. (orgs). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: REVAN, 2001. p. 188-9.

¹³⁹ SCHWARCZ, 2001, p. 23

¹⁴⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 27.

Imagem 2 – Pano de Boca apresentando a Monarquia nos trópicos¹⁴¹



Nos anos seguintes à independência do Brasil, houve um grupo de escritores, influenciado pelo romantismo europeu, que se dedicou a glorificar as belezas naturais do país. Com isso acreditavam estar “articulando uma consciência nacional independente”¹⁴². A literatura romântica compartilhava uma imagem positiva do Brasil, exaltando o homem e a natureza brasileira. Mas entre

(...) os autores românticos, não encontramos, no entanto, a ideia do encontro das três raças. O brasileiro era representado pelo indígena, num primeiro momento e, posteriormente, pelo caboclo sertanejo, notando-se a ausência quase absoluta do negro¹⁴³.

Nesse contexto, as “invocações românticas de brasilidade serviam como um manto literário para as campanhas antilusitanas dos políticos¹⁴⁴”. Com esse sentimento antilusitano, alguns chegaram a deixar de lado os nomes portugueses para adotar nomes indígenas, enquanto outros procuravam provar que tinham sangue índio nobre correndo em suas veias. Surgiram estudos e até dicionários com a língua indígena. O índio, portanto, “tornou-se um símbolo das

¹⁴¹ A imagem foi captura no site < <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/debret35a.jpg>>. Acesso em 07 jan. 2017. O pano de boca foi confeccionado para uma apresentação teatral, em 1834 no Rio de Janeiro, que celebrava a coroação do primeiro imperador do Brasil, D. Pedro I.

¹⁴² SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 41.

¹⁴³ HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. *Condenando pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República*. MAIO, Marco Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996. HOCHMAN e LIMA, 1996, p. 28.

¹⁴⁴ SKIDMORE, 2012. p. 41.

aspirações nacionais¹⁴⁵”. O romantismo indianista tem seu maior exemplo na obra de José de Alencar¹⁴⁶ (1829-1877), porém a idealização do índio, que lhe impunha valores estranhos, romanizados e nobiliárquicos tal qual um cavaleiro medieval, transformou-o “num protótipo literário, com pouca conexão com seu papel real na história brasileira. Esse romance indianista será duramente criticado por Monteiro Lobato, o qual apresenta o seu caboclo, o Jeca Tatu, enquanto uma manifestação do real em oposição às figuras indígenas heroicas construídas por Alencar, como o personagem Peri.

A partir da década de 1830, tornou-se ainda mais notável o esforço imperial no sentido de moldar a identidade nacional. Por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1834, estava institucionalizado o apoio estatal para que fosse escrita uma história que contribuísse para consolidar a monarquia e fundar a nacionalidade brasileira. Nesse sentido, o instituto promoveu um concurso com o tema “Como se deve escrever a História do Brasil”. Em 1847, o vencedor foi o viajante e naturalista alemão Carl von Martius. Em sua proposta, ele defendia que, para escrever a história do Brasil, havia de se considerar “a ideia de que o país se definia por sua mistura - sem igual – de gentes e cores¹⁴⁷”.

No entanto, a mistura de diferentes povos destacada por Martius “não oculta a hierarquia social, uma vez que o autor evoca o elemento português utilizando a imagem de um rio caudaloso que absorve outros afluentes menores, os índios e negros.¹⁴⁸”

Nessa perspectiva,

...O Brasil era desenhado por meio da imagem fluvial, três grandes rios compunham a mesma nação: um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas, e ainda outro, mais diminuto, composto pelos negros¹⁴⁹.

A metáfora dos três rios, correndo juntos e de maneira harmônica, não significava a existência de igualdade entre os diversos grupos étnicos ali elencados. Pelo contrário, as diferenças nos volumes dos rios simbolizavam as desigualdades e as hierarquias raciais estabelecidas.

Segundo Schwarcz,

¹⁴⁵ Ibid., p. 41.

¹⁴⁶ Para uma análise mais detida sobre José de Alencar e o Romantismo brasileiro ver: BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 141-8.

¹⁴⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. Usos e Abusos da mestiçagem e da Raça No Brasil. *AFRO-ÁSIA*, Salvador, v. 18, p. 77-101, 1996. p. 87. Disponível on-line em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20901/13519>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

¹⁴⁸ ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ MAUAD, 2001. p. 235.

¹⁴⁹ SCHWARCZ, 2012, p. 27.

o rio branco que ia incluindo os demais, no seu contínuo movimento de inclusão. Mais ainda, na imagem forte do rio, muitas vezes usada nesse momento, estava presente a ideia de “depuração”, e de como as águas iam ficando cada vez mais “límpidas”, “puras” – ou seja, brancas¹⁵⁰.

Assim, fica evidente a prevalência e o protagonismo do elemento branco na construção da nacionalidade e o papel secundário dos elementos de cor, especialmente dos negros, dos índios e dos mestiços, os quais deveriam ser absorvidos pelo ideal de branqueamento que começava a ser esboçado no Império.

Essa ideia será reforçada a partir da segunda metade do século XIX, quando vários cientistas europeus debruçaram-se sobre estudos biológicos e, por diversas vezes, utilizaram premissas científicas para atribuir uma superioridade racial aos povos brancos, legitimando o preconceito com os povos de cor. A chegada dessas ideias ao Brasil, por meio dos viajantes europeus, inauguraram a crença de que a miscigenação seria prejudicial. Desse modo, os mestiços eram apontados como os responsáveis pela perspectiva incerta acerca do futuro do país¹⁵¹.

Nessa época, influenciada pelo pensamento científico europeu, havia, em grande parte da intelectualidade brasileira, uma crença de que a miscigenação explicaria o atraso do país em relação às nações “puras” e civilizadas, como, por exemplo, as potências europeias. Essa tese era alimentada pelos registros dos viajantes europeus que passavam pelo Brasil, caso do suíço Agassiz, que esteve aqui em 1865. Numa de suas observações sobre a constituição do povo brasileiro, ele anotou:

“que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-estendida filantropia a botar abaixo todas as barreiras que a separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia e mental”.

¹⁵²

Já o diplomata francês, o conde de Gobineau, o qual esteve na corte do Rio de Janeiro entre 1869 e 1870, registrou suas impressões sobre o povo do Brasil: “Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia¹⁵³.” Em suma, para esses pensadores, a miscigenação condenara a raça brasileira, pois “a hibridização resultava

¹⁵⁰ Ibid., p. 27.

¹⁵¹ SCHWARCZ, 2001, p. 25.

¹⁵² AGASSIZ, 1868, p. 71 apud SCHWARCZ, 2001, p. 25.

¹⁵³ SCHWARCZ, 2001, p. 25.

sempre na permanência do gene mais fraco, menos apto e na potencialização dos defeitos e imperfeições, gerações após gerações¹⁵⁴.

Percebemos, por meio desses registros históricos, um cunho fortemente racista baseado em premissas biológicas do darwinismo social, ideia que transpunha a seleção natural do campo biológico para a esfera humana e social. Enquanto conceito, o darwinismo social pode ser entendido como:

[...] principal doutrina racista vigente na passagem do século – radicalizou o primado das leis biológicas na determinação da civilização, afirmando que o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos) – no caso, os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social.¹⁵⁵

São esses princípios científicos que exercerão forte influência sobre muitos homens de Ciência e de Letras da época, como Sílvio Romero e Nina Rodrigues, e perdurarão até meados do século XX, com outros representantes, sendo os principais Oliveira Viana, Renato Kehl etc.

Internamente, por volta dos anos 1870, certos intelectuais brasileiros interpretavam a realidade local com preocupação e certo pessimismo quanto ao futuro. A análise realista dessa geração irá se contrapor ao modelo romântico de nação imaginado e idealizado pela elite imperial. Dentre esses pensadores realistas estavam Nina Rodrigues (1862-1906), da Escola de Medicina da Bahia; João Batista Lacerda (1846-1912), do Museu Nacional do Rio de Janeiro; e Sílvio Romero (1851-1914), da Escola de Recife. Há em comum entre os três o fato de que todos eram homens de Ciência; os dois primeiros eram médicos, e o último, advogado e historiador, além de compartilharem uma visão racial preocupada com os efeitos da miscigenação sobre os destinos do país. De acordo com Nancy Stepan, esses intelectuais:

leram com avidez os trabalhos dos importantes pensadores científicos da Europa. Eles abraçaram a ciência como uma forma de conhecimento progressista, uma alternativa para a visão religiosa da realidade e um meio de estabelecer nova forma de poder cultural¹⁵⁶.

¹⁵⁴ PIETRA, Diwan. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 89.

¹⁵⁵ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 43.

¹⁵⁶ STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 50

Segundo Lilia Schwarcz (1994), as teorias raciais e as preocupações com a mestiçagem tiveram maior relevância no contexto brasileiro entre os anos de 1870 e 1930, sendo muito bem recebidas “nos diversos estabelecimentos de ensino e pesquisa, que na época congregavam boa parte da reduzida elite pensante nacional¹⁵⁷”. Apesar da boa acolhida, a antropóloga ressalta que as ideias raciais não foram aceitas “de forma unívoca. *Raça* aparece enquanto um conceito de negociação, sendo que as interpretações variaram, assim como eram diversas as metas e especificidades de cada um desses estabelecimentos¹⁵⁸”.

Logo, havia especificidades que variavam de uma instituição a outra e de um autor para o outro. Nina Rodrigues, por exemplo, publicou *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, “em que não só defendia a proeminência do médico na atuação penal, como advogava a existência de dois códigos no país – um para negros, outro para brancos -, correspondentes aos diferentes graus de evolução apresentados por esses dois grupos¹⁵⁹”.

João Batista Lacerda apresentou sua tese “Sobre os Mestiços” no Primeiro Congresso Internacional das Raças, em 1911, na qual

... tecia considerações sobre o processo de miscigenação vivenciado no país e as expectativas futuras de uma nação mais branca. Na visão desse cientista, estava expressa a teoria do branqueamento, modelo que implicava a crença num clareamento geral – não só físico, mas também moral e social ...¹⁶⁰

¹⁵⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo da Miscigenação. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, p. 137-152, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf>>. Acesso em: 05 fev, 2018. p. 139.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 139.

¹⁵⁹ RODRIGUES, 1894 apud SCHWARCZ, 2001. p. 24.

¹⁶⁰ SCHWARCZ, 2001. p. 27.

Por fim, o advogado, historiador e crítico literário Sílvio Romero admitia que a mestiçagem era um traço essencial na formação da nacionalidade brasileira. Acreditava na desigualdade das raças, concordando com intelectuais como Gobineau sobre a hierarquia e a superioridade dos brancos, mas se afastando dele ao duvidar do caráter degenerativo da miscigenação. “Enquanto Gobineau via na mestiçagem a degeneração da raça branca, Sílvio Romero enxergava a elevação das “raças inferiores”, negando a degeneração dos mestiços”¹⁶¹. Romero tentou escapar do caráter determinista das questões raciais. Por isso pode se perceber “a tensão de sua obra, pois, de um lado está a autoridade da ciência, que condena a mestiçagem, e de outro, a militância nacionalista empenhada em aceitar a mestiçagem como uma realidade histórica do país”¹⁶².

A questão racial sempre foi um dilema para o Brasil, pois, quando esses “homens de Ciência” apontavam, através de vários recursos desenvolvidos em sua época, como a frenologia e a antropometria, que a miscigenação era a responsável pelas mazelas nacionais, isso causava bastante desconforto. Desse modo, as ideias importadas da Europa, *a priori*, especialmente o darwinismo social, rebaixavam o Brasil, relegando-o a ocupar uma posição inferior no mundo capitalista moderno. Uma das estratégias adotadas por nossos cientistas, para amenizar tal desconforto, foi apropriar-se das teorias raciais europeias, adaptando-as à realidade brasileira, uma sociedade marcadamente mestiça e multirracial, a fim de criar uma perspectiva para uma nação cuja identidade estava em construção. Os intelectuais brasileiros que tomaram as ideias racistas europeias de empréstimo descartaram “dois de seus pressupostos teóricos principais – o caráter inato das diferenças raciais e a degeneração dos mestiços”¹⁶³. Desse modo, formularam suas próprias soluções para a questão da mestiçagem. Uma delas viria pela política do branqueamento que acreditavam estar funcionando¹⁶⁴ com o estabelecimento do imigrante europeu em terras nacionais. Outra solução referia-se ao “problema negro”, que desapareceria, brevemente, por dois motivos: baixa taxa de natalidade e o branqueamento. Com a introdução da “mão-de-obra imigrante branca, acreditava-se, contribuiria para a formação de uma sociedade mais progressista e para a melhoria da imagem do país como nação potencialmente branca”¹⁶⁵. Percebemos que “esses intelectuais foram sobretudo filhos de seu tempo ao utilizar os equipamentos científicos que possuíam. Longe

¹⁶¹ SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Sílvio Romero, Hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 76.

¹⁶² *Ibid.*, p. 75.

¹⁶³ SKIDMORE, 2012, p. 126.

¹⁶⁴ A respeito do branqueamento, alguns intelectuais faziam projeções de que o Brasil se tornaria uma nação branca em breve. É o caso, por exemplo, de João Batista de Lacerda, que, em 1910, previu um Brasil branco após um intervalo de 100 anos.

¹⁶⁵ STEPAN, 2005, p. 53.

dos centros políticos decisórios, a confiança cega na ciência possibilitava-lhes prever um futuro, imaginar uma nação até então desconhecida”¹⁶⁶.

O fato é que as interpretações puramente raciais acerca da identidade brasileira “inibiam uma discussão sobre cidadania, no contexto de implantação da jovem República¹⁶⁷”. Assim ideais de justiça, igualdade social e maior participação política ficavam distantes do foco das discussões sobre o futuro da nação, em detrimento das análises de cunho determinista ou biológico que cravavam a inapetência de negros e mestiços. Além disso, a crença de que a miscigenação era um fator degenerativo gerava um incômodo, na medida em que ficava constatado que o desenvolvimento, a modernização e o progresso nacional eram inviáveis, dadas as condições históricas, raciais e biológicas que formaram o povo brasileiro.

É ao final do século XIX que a elite pensante do país se embriagará do darwinismo social, empregando o instrumental da ciência para justificar a hierarquização dos tipos raciais e, em certos casos, se apoiando nos determinismos racial e climático, os quais colocarão em xeque a identidade nacional e a própria noção de modernização do país. Institutos, museus, faculdades de medicina e de direito eram os locais onde se travavam tais debates, artigos eram publicados em periódicos e revistas, bem como trabalhos discutindo evolucionismo, miscigenação, degeneração, eugenia e temas correlatos eram apresentados em congressos nacionais e internacionais. Participavam deste círculo um

Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhes deixavam, haja visto que, nesse momento, indagar sobre que nação era essa significava, de alguma maneira, se perguntar sobre que raça era a nossa ou, então, se uma mestiçagem tão extremada não seria um sinal em si de decadência e enfraquecimento¹⁶⁸.

Ficava claro que, sob a ótica do darwinismo social, o Brasil ainda tinha longo caminho a percorrer para “civilizar-se” ao modo da América do Norte e da Europa, entretanto assumir que a mestiçagem era um mal significava condenar o futuro do país.

Intelectuais importantes como Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Nina Rodrigues, Roquete Pinto e Monteiro Lobato aderiram, em maior ou menor grau, a estas idéias. Alguns renunciaram a elas mais tarde, como fez Monteiro Lobato em 1918. De todo modo, vieram a contribuir para a

¹⁶⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 223.

¹⁶⁷ SCHWARCZ, 2001. p. 24.

¹⁶⁸ SCHWARCZ, 1994, p.139-40.

divulgação de um racismo com bases pretensamente científicas, legitimado pelos ensinamentos da biologia da época¹⁶⁹.

Mas nem todos os intelectuais pensavam assim. Alguns fugiram da análise do Brasil sob a ótica do determinismo racial ou climático para explicar, com doses de fatalismo, as causas do atraso do povo, devido à indolência e à falta de produtividade. No início do século XX, dois intelectuais romperam com as teorias raciais da Europa - Manuel Bonfim e Alberto Torres - pioneiros, nesse sentido, ao buscarem outras explicações para o atrofamento nacional.

Esses pensadores que tinham “almas solitárias eram progressistas e independentes o suficiente para, em suas tentativas de explicar as condições presentes no Brasil [...]”, “rejeitar todo o quadro determinista¹⁷⁰”. O médico e ensaísta sergipano, Manuel Bonfim, publicou, em 1903, a obra *América Latina: males de origem*. Nela o autor criticou o fato de as nações ibéricas, na Idade Moderna, não terem participado da Revolução Científica, tornando-se dependentes das potências industriais. Trouxeram essa cultura degenerada para a América Latina, o que prejudicou o desenvolvimento do continente. Sua posição antirracista foi transformada em bandeira nacionalista, contra o imperialismo que tentava desmoralizar os demais povos. Propunha uma vasta expansão dos serviços educacionais e a diversificação agrícola para o Brasil superar os seus problemas.

O jurista Alberto Torres, assim como fez Bonfim, refutou as teorias racistas em seus dois livros principais publicados em 1914.¹⁷¹ Para ele, a “natureza do problema podia ser vista, primeiramente, na exploração do país por estrangeiros” e “depois, na crescente dominação dos setores dinâmicos da economia por investidores e administradores estrangeiros” e, por último, “o sistemático descaso em relação à população nacional, enquanto os imigrantes estrangeiros contavam com privilégios¹⁷²”. Também criticou a elite brasileira por sua alienação, propôs uma reforma constitucional que fortalecesse o Executivo e foi defensor da agricultura, opondo-se à urbanização e à industrialização, pois considerava a vida no campo mais saudável.

O contista e editor Monteiro Lobato, após rever seu pensamento sobre o povo brasileiro, em sua obra *Problema Vital*, publicada em 1918, coloca a questão da saúde

¹⁶⁹ ALBURQUEQUE, Marli Brito et al (org.). *A ciência à caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz, 1991. p. 5. Disponível on-line em: <<http://books.scielo.org/id/5vx2d/pdf/intituto-9788575413074.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2018.

¹⁷⁰ SKIDMORE, 2012, p. 171-2.

¹⁷¹ As obras são *A organização Nacional* e *O problema nacional* (1914).

¹⁷² SKIDMORE, 2012, p. 179.

nacional acima de todas as outras para o desenvolvimento do Brasil. Da saúde derivaria todo o restante, é o argumento fundamental do autor. Nas primeiras páginas do livro, ele referiu-se, com sua costumeira ironia, aos intelectuais que pensavam diferente, afirmando: “De longa data vivemos num perfeito mundo da lua muito parente daquele camoneado estado d’alma ledo e cego da Inês de Castro...”¹⁷³ Também atacou alguns “dogmas” que considerava “axiomas”: o povo brasileiro é um dos mais inteligentes e sensatos do mundo, o país é o mais rico do mundo e, além do Japão, o Brasil nunca havia sido vencido em guerra. No primeiro axioma, ele tece uma acre crítica ao pensamento de Alberto Torres, alegando que o jurista

ocupa as quatrocentas paginas de sua obra no demonstrar que em apenas um século de vida livre á completa *degradação moral, política e financeira*, o leitor sai do livro com esta mirifica lição nos miolos: quanto mais inteligente e sensato um povo, tanto menos capaz de organização e progresso¹⁷⁴.

O texto de Lobato prossegue combatendo pensadores e poetas que, com “comovidas ufânias pelas maravilhas da nossa terra, impam solenes, com ares comiserados pelo resto do mundo – esse miserável resto do planeta que não tem a sorte de ser Brasil¹⁷⁵”. A argumentação de Lobato desemboca na ideia de que naquele momento havia sido inaugurada “para a humanidade uma nova era; a era dum novo sentido, a ultra-visão¹⁷⁶”. Desse despertar nascera a higiene, segundo o criador de Emília, e ela sim poderia colocar o país nos trilhos do progresso.

Todavia, nas primeiras décadas do século XX, um grupo de médicos centrado no eixo Rio-São Paulo mudou o enfoque das análises e interpretações sobre os rumos do povo e da nação brasileiros. Com o advento das descobertas médico-científicas do químico francês Louis Pasteur (1822-1895), os médicos brasileiros, cuja formação tinha forte tradição higienista, começaram a analisar o Brasil sob o ponto de vista da microbiologia. Agora, a interpretação da realidade brasileira e de seu povo tinham novo enfoque – o médico-cientificista, e não se restringia mais à visão determinista que condenava a mestiçagem, tampouco culpava as condições climáticas pelas mazelas nacionais. O hibridismo que marcou as relações interétnicas no Brasil não seriam mais apontadas como a responsável pela falta de progresso, mas sim os micróbios, a falta de higiene, o analfabetismo e a desnutrição que causavam as doenças.

¹⁷³ LOBATO, Monteiro, 1951, p. 223.

¹⁷⁴ Ibid., p. 223.

¹⁷⁵ Ibid., p. 224.

¹⁷⁶ Ibid., p. 227

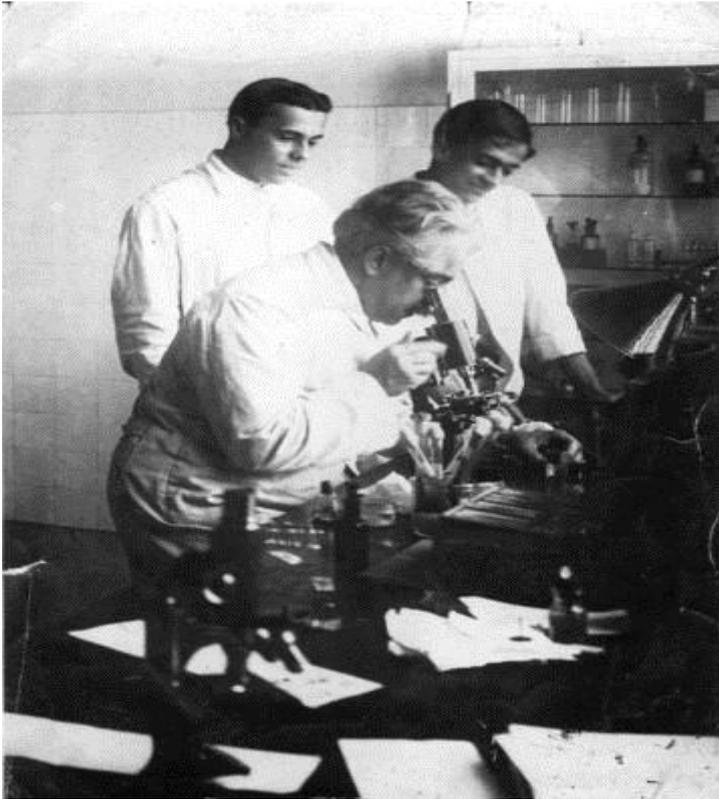
Nesta perspectiva, o microscópio se tornará um poderoso instrumento para auxiliar a “cura nacional”, símbolo de modernidade e de ciência, conforme podemos depreender de um registro anotado pelo médico Oswaldo Cruz, um dos principais adeptos da microbiologia no Brasil:

Desde que o primeiro dia que nos foi facultado admirar o panorama encantador que se divisa quando se coloca os olhos na ocular de um microscópio, sobre cuja platina está uma preparação; desde que vimos com o auxílio deste instrumento maravilhoso, os numerosos seres vivos que povoam uma gota de água; desde que aprendemos a lidar, a manejar com o microscópio, enraizou-se em nosso espírito a idéia de que os nossos esforços intelectuais de ora em diante convergiriam para que nos instruíssemos, nos especializássemos numa ciência que se apoiasse na microscopia¹⁷⁷.

Imagem 3 – Oswaldo Cruz e o microscópio, símbolo da nova medicina¹⁷⁸.

¹⁷⁷ CRUZ, 1892 apud BRITTO, 2006, p. 110.

¹⁷⁸ Na imagem, Oswaldo Cruz examina microscópio em laboratório de Manguinhos, observado por seu filho Bento Oswaldo Cruz e por Burle de Figueiredo. (1910). (<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/oswaldo-cruz-examina-microscopio-em-laboratorio-de-manguinhos-observado-por-seu-filho-bento-oswaldo-cruz-e-por-burle-de-figueiredo-2>)



A partir da descoberta do mundo microscópico possibilitada pelos avanços da ciência, da tecnologia e da medicina, novas possibilidades se abriram para interpretar a realidade brasileira. E os médicos, sobretudo, terão um papel singular nesse processo. “Na ótica médica o objetivo era curar um país enfermo, tendo como base um projeto médico-eugênico, amputando a parte gangrenada do país, para que restasse uma população de possível “perfectibilidade”¹⁷⁹. Nesse sentido, o “homem de direito” seria um assessor que colocaria sob a forma de lei o que o perito médico já diagnosticara e com o tempo trataria de sanar”¹⁸⁰. Entretanto, nas faculdades de direito, o papel se inverte, o protagonismo é do bacharel em ciências jurídicas, cabendo-lhe “codificar e dar uma forma unificada a esse país, sendo o médico entendido como um técnico que auxiliaria no bom desempenho desses profissionais das leis.¹⁸¹”

Aliás, a respeito das divergências entre os bacharéis que dirigiam a república e os médicos higienistas que granjeavam espaço nas esferas de poder, Monteiro Lobato tomou partido. Mesmo sendo advogado por formação, teceu críticas ao bacharelismo e à forma como a república era conduzida, apoiando os profissionais da saúde.

¹⁷⁹ SCHWARCZ, 1993, p. 249.

¹⁸⁰ Ibid., p. 249.

¹⁸¹ Ibid., p. 249.

Disputas a parte sobre qual profissional deveria conduzir o processo de “cura” nacional, foi graças ao contato direto com os médicos sanitaristas, sobretudo Arthur Neiva, com quem Lobato manteve correspondência regular, que as ideias do sanitarismo convenceram o escritor paulista de que o grande problema nacional era a doença. A morbidez fora alçada a um patamar que passou a identificar o povo brasileiro, substituindo uma visão pessimista que condenava o futuro do Brasil por conta da condição mestiça de seu povo. A expectativa agora era de que, com a medicalização da sociedade e com o advento da expansão do sanitarismo e do higienismo, o povo fosse revigorado e emergisse uma nação forte e próspera. Isso mudou o pensamento de Lobato e o fez reformular suas ideias e o seu personagem Jeca Tatu. Segundo Luís Antônio Teixeira, o personagem literário “apresentado ao mundo, em 1914, como uma praga nacional, um parasita inadaptável à civilização, foi alçado, em 1918, à posição de vítima das péssimas condições de saúde dos nossos sertões. Ele não era assim, estava assim”¹⁸². Cumprir analisar como se operou essa metamorfose no pensamento lobatiano. Por isso, ao longo de nosso trabalho, pretendemos investigar e responder algumas questões:

1. Quando Monteiro Lobato se converteu à causa sanitarista?
2. Como essa conversão influenciou o seu fazer literário?
3. Por que o Jeca Tatu se tornou um símbolo do movimento sanitarista?

Antes de nos determos na busca das respostas para essas questões, pretendemos estudar a campanha pelo saneamento dos sertões brasileiros e também das cidades, que foi empreendida nas primeiras décadas do século XX em todo o território nacional, como veremos no segundo capítulo desta dissertação.

1.3 Uma queixa (?) que virou livro

Quando Lobato herdou a fazenda do avô, em 1911, viu ali a possibilidade de fazer dinheiro. Seus projetos previam o investimento em maquinário agrícola, diversificação da lavoura, expansão do cultivo do café e cruzamento de novas espécies de galinhas. Entretanto, suas ambições esbarraram em dificuldades financeiras, na instabilidade da economia da Primeira República e na falta de mão de obra qualificada. Após pouco mais de um ano de se

¹⁸² TEIXEIRA, Luiz Antonio. Da raça à doença em Casa-grande e senzala. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p. 234, 1997. Disponível on-line em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n2/v4n2a02.pdf>> Acesso em 05 fev. 2018.

tornar fazendeiro, começou a ficar impaciente e aborrecido, então passou a atentar para os homens que lhe rodeavam, colocando a culpa por seus infortúnios na mão de obra da qual dispunha. Edgard Carvalheiro lembra que “Monteiro Lobato não chega ao Jeca Tatu de improviso, ou imprevistamente. É todo um longo processo de gestação o que nêle se desenvolve até a cristalização da figura que salta viva e eterna...” em sua obra. A esse respeito, na medida em que as ideias iam surgindo, elas "amadureciam, resultavam em contos maciços, carregados de sua revolta e, conseqüentemente, de críticas."¹⁸³.

No campo, os empecilhos tornaram-se insuperáveis para Lobato, deixando os seus dias mais amargos por conta da frustração de não obter os resultados financeiros esperados. Culpava o caboclo pelos prejuízos contabilizados, seja pela incompetência em empregar novos meios para lavrar a terra já fragilizada, ou seja por conta do hábito de tocar fogo no mato, prejudicando ainda mais o solo. É bem verdade que sua análise, cheia de fúria e preconceitos, desconsiderava o processo histórico de ocupação das terras do Vale do Paraíba paulista, as quais, desde o final do século XIX, davam sinais de esgotamento devido a alguns fatores, como a monocultura predatória, a falta de investimentos em novas técnicas de cultivo, a ausência de mão de obra qualificada e a instabilidade do mercado, que fazia o preço do café oscilar. Enquanto essa região definhava, outra despontava, o Oeste paulista, novo eixo agrário-exportador, onde havia a linha férrea, o imigrante europeu e a fértil terra roxa.

Lobato confia que na fazenda a “maior delícia da minha vida de roça é justamente lidar com pintos, com perus, com bois e cavalos, e do bípede humano só me meter com esta insuficiência mitral que é o caboclo da roça. Mesmo assim, só lido com eles através do "administrador", a ponte de ligação”.¹⁸⁴ Foi da fazenda Buquira, portanto, que, em 12 de novembro de 1914, Monteiro Lobato remeteu ao jornal *O Estado de S. Paulo*¹⁸⁵ um texto intitulado “Uma velha praga”¹⁸⁶. É interessante destacar a discussão existente a respeito do

¹⁸³ GARCIA, Juliana Cristina. *Monteiro Lobato: contista e editor*. 2013. 150 p. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Florianópolis, SC, p. 86. Disponível em < <https://core.ac.uk/download/pdf/30387483.pdf> > Acesso em 05 mar. 2017.

¹⁸⁴ LOBATO, 1957, p. 332. Fazenda, 19/09/1912.

¹⁸⁵ Em trabalhos e livros, encontramos a versão de que Monteiro Lobato enviou *Uma Velha Praga* para o Estadão como uma “carta de leitor” para a seção “Queixas e Reclamações”. Entretanto o professor Aluisio Alves Filho (2003), em um ensaio sobre as Metamorfoses do Jeca, identificou que o jornal não tinha por praxe publicar cartas dos leitores e esporadicamente publicava notas com as reclamações recebidas. Ele também enfatizou que o texto não guardava semelhança com uma carta, logo não seria razoável supor que a aludida versão é verdadeira. Alves Filho também mostrou que Lobato já era colaborador remunerado do jornal desde 1909, publicou artigo em 1913 nas páginas do periódico, fazendo-o novamente em 1914, com o texto *Uma Velha Praga*. Para maiores informações, ver ALVES FILHO, Aluisio. *As metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro, Inverta: 2003. p. 35-6.

¹⁸⁶ O texto do jornal recebeu o título “Uma velha praga” e, em 1918, ao ser incorporado ao livro *Urupês*, passou a ser “Velha praga”.

destino que a missiva teve ao ser enviada para o jornal e da entrada do autor no mundo das Letras. O imbróglio foi criado pelo próprio Lobato, pois, no prefácio à 2ª edição do livro *Urupês*, ele falava a respeito de uma carta enviada ao jornal, já em correspondência privada dizia se tratar de um artigo enviado ao periódico de Júlio Mesquita¹⁸⁷.

A historiadora Tania Regina de Luca afirma que

foi apenas com *Velha Praga*, carta dirigida à seção queixas e reclamações, impressa no jornal *O Estado de S. Paulo* em 12 de novembro de 1914 e reproduzida por periódicos dos mais variados cantos do país, que Lobato tornou-se efetivamente conhecido¹⁸⁸.

O escritor Cassiano Nunes coloca a situação da seguinte forma:

Mas, em 1914, queimadas irresponsáveis levam-no a escrever um forte protesto para a seção de “Queixas e Reclamações” de *O Estado de S. Paulo*. A direção do jornal, apreciando a catilinária, deu-lhe especial destaque numa página do jornal. O sucesso dessa publicação mudou a vida de seu autor¹⁸⁹.

Para o cientista político Aluizio Alves Filho, que consultou a coleção do jornal em tela, a seção de reclamações de leitores era sintetizada pelos editores, e os assuntos discorriam sobre problemas como iluminação, água, policiamento etc. “A longa “carta” do “humilde lavrador”, em linguagem rebuscada, carta que possuía até título (*Velha Praga*), estava totalmente fora dos parâmetros do reproduzível nas páginas do jornal”[...]. Portanto, segue Alves Filho, “seria um contra-senso que alguém perdesse tempo para escrevê-la e enviá-la para a seção de “queixas...” na esperança de vê-la publicada como carta de leitor”¹⁹⁰. Depois difundiu-se a “lenda” de que Lobato se tornou escritor após a publicação do artigo. Entretanto isso “não tem base na verdade. Com algumas publicações anteriores e mal conhecidas, Lobato já provava que era um escritor valoroso, especial”¹⁹¹. Desde a infância, o menino Juca tinha apreço pela literatura, começou a escrever na adolescência para os jornaizinhos escolares e, basta uma rápida análise pelas páginas de *A barca de Gleyre*, para se perceber o quanto Lobato lia e discutia literatura com Rangel, citando inúmeros autores; também trocavam textos, corrigiam-se mutuamente, como “porrretinho um do outro”; além de apresentar os planos de estrear em livro. Em suma, sua entrada no mundo das Letras não ocorreu por acaso, após publicar no “Estadão” um texto sobre as queimadas na serra. Aluizio Alves Filho classifica a versão do acaso como uma alegoria.

¹⁸⁷ ALVES FILHO, 2003, p. 36.

¹⁸⁸ DE LUCA, 1999, p. 62.

¹⁸⁹ NUNES, 2000, p. 11.

¹⁹⁰ ALVES FILHO, 2003, p. 35.

¹⁹¹ NUNES, 2000, p. 11.

Em *Velha praga*, o autor denunciou a prática da queima das pastagens, que considerava predatória, por destruir a camada vegetal e empobrecer o solo. Responsabilizava o caboclo, torcendo-lhe o nariz, pois o julgava uma “espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças.”¹⁹²

Lobato comparou os prejuízos provocados pelas queimadas na Serra da Mantiqueira aos danos ocasionados pela Primeira Guerra Mundial, que fazia arder as vilas europeias. Lançou mão desse recurso, sem dúvida, para chamar a atenção dos leitores e despertar-lhes para uma “guerra” que deveria ser travada dentro do próprio país, contra as queimadas. Nesse sentido, o autor contabilizou as perdas, falando do “gado morto e das plantações, passando pelas aves silvestres até as cercas e aramados destruídos”¹⁹³.

“Ao fustigar os queimadores de mato, nomina-os como Manuel Peroba, Chico Maribondo e Jeca Tatu”, todos nomes de “dolorosa memória para a natureza circunvizinha”¹⁹⁴. Eis os culpados pelas perdas infligidas à terra e aos proprietários rurais – os caboclos. Pouco importava para Lobato se a seca de 1914 fora terrível, propiciando que o fogo lambesse os vales e montanhas de agosto ao final de outubro¹⁹⁵. O causador do problema já fora identificado, não se tratava das condições climáticas adversas, mas do homem.

O artigo enviado ao jornal foi também um desabafo do fazendeiro, que logo percebeu ser incapaz de combater o problema, pois quase nada se podia fazer contra os incendiários do ponto de vista legal. De acordo com o registro de Edgard Cavalheiro, eles eram eleitores do governo e eleitor “da roça, naqueles tempos, em paga da fidelidade partidária, gozava do direito de queimar o mato próprio e... o alheio”¹⁹⁶. A impunidade contra os ateadores de fogo fez com que Lobato despedisse alguns agregados e também o motivou a redigir o “violento protesto”, *Velha Praga*, uma espécie de vingança pessoal do autor contra os caipiras.

Se no primeiro texto o personagem caboclo tinha vários nomes, no segundo artigo, intitulado *Urupês*, “resumi-los-á em Jeca Tatu, transformando-o em epítome de carne onde todas as “maravilhas” da espécie se resumem. Jeca é o símbolo”¹⁹⁷. Agora, portanto, recebe uma “certidão de nascimento definitiva, com nome e sobrenome: Jeca Tatu”¹⁹⁸. Com ele,

¹⁹² LOBATO, 2009, p. 161.

¹⁹³ HABIB, 2003, p. 27.

¹⁹⁴ CAVALHEIRO, 1955, p. 171.

¹⁹⁵ HABIB, 2003, p. 26.

¹⁹⁶ CAVALHEIRO, 1955, p. 160.

¹⁹⁷ Ibid., p. 171.

¹⁹⁸ HABIB, 2003, p. 32.

fixou o “personagem-símbolo não só da sua obra, mas de toda uma fase da literatura brasileira”¹⁹⁹. A ideia de batizá-lo de Jeca Tatu veio das

...reminiscências de vinte anos antes, em torno de uma velhinha chamada Gertrudes, moradora de um rancho à beira da estrada da Fazenda Paraíso, cujo neto, Jeca, reunia todas as características inerentes ao personagem: “bichinho feio, magruço, arisco, desconfiado, sem jeito de gente”. A princípio pretendia dar-lhe o sobrenome “peroba”, mas como não soara bem, decide substituí-lo por Tatu, inspirado nas reclamações que seu capataz vinha fazendo sobre os estragos causados pelo animal nas roças de milho.²⁰⁰

Nesse novo artigo publicado no *O Estado de S. Paulo*, de 23 de dezembro de 1914, intitulado *Urupês*, o protagonista foi construído com traços eminentemente caricaturescos, que realçavam seus defeitos, demonstrando o repúdio do escritor à cultura caipira e, por outro lado, com a finalidade de provocar comicidade. A partir de então, a figura do Jeca foi tomada como um modelo associado ao povo do interior do Brasil, em grande medida devido à aplicação do recurso da caricatura, que segundo Leite foi,

parte de um "desenlace" (o desvio, a descontinuidade, a disjunção), que desnuda a insuficiência, desconstruindo a imagem do caricaturado ao mesmo tempo que reconstrói um "outro", revelador das incongruências do original; por isso é reprodução negativa, às avessas. A caricatura humilha porque amplia os desvios, a incongruência (como se o seu observador usasse lentes de aumento), e faz deles a norma²⁰¹.

Num primeiro momento, a feição do Jeca Tatu, bem como suas atitudes, ou ausência delas, seus hábitos, sua cultura e seus costumes serão negados pelo seu criador. Lobato, convivendo com os caboclos do interior paulista e não obtendo os lucros desejados à frente de sua fazenda, responsabiliza seus infortúnios à incapacidade do Jeca de se adaptar às exigências dos novos tempos.

À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se²⁰².

É nesse tom caricatural, jocoso e depreciativo que se originou o Jeca Tatu, a partir de uma tentativa de seu autor de construir um tipo que representasse a gente “sorna” do campo. Os

¹⁹⁹ AZEVEDO, Carmem Lúcia; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir, 1997, p. 58.

²⁰⁰ Ibid., p. 58.

²⁰¹ LEITE, 1996, p. 20.

²⁰² LOBATO, 2009, p. 161.

desvios e os “defeitos” do Jeca serão amplificados por seu criador e passarão à condição de norma servindo para caracterizar a população sertaneja ou caipira²⁰³.

É comum ler em vários trabalhos explicações da origem do Jeca que vinculam exclusivamente o nascimento do personagem à experiência infeliz de Monteiro Lobato em sua fazenda no interior de São Paulo. Obviamente que essa interpretação está correta, mas nos parece um pouco reducionista limitar a imagem caricatural e depreciativa construída por Lobato sobre as populações sertanejas somente à criatividade e às experiências pessoais do escritor. O Jeca parece ter nascido de ideias comuns, isto é, partilhadas coletivamente, de modo especial pelas elites agrícolas do Vale do Paraíba descontentes com o declínio econômico vivido no início do século XX. Leite considera a redução a qual nos referimos um engano e ressalta que o Jeca é, possivelmente, “o pensamento de um setor considerável da oligarquia paulista no início do século²⁰⁴”. É sabido que naquela época a principal atividade econômica do Vale do Paraíba, o cultivo e a exportação do café, estava decadente, o que significava a perda de poder, prestígio e influência dos fazendeiros e chefes locais. Assim, o Jeca não seria apenas resultado exclusivo da frustração de seu criador com o insucesso da fazenda, mas uma representação do pensamento coletivo de boa parte da elite latifundiária daquela época.

Em correspondência enviada a Rangel, em 20 de outubro de 1914, o “pai” do Jeca esboçou para seu amigo algumas das características de seu personagem, o qual já deveria se encontrar numa fase final de gestação e também de sua pretensão de criar uma obra com abordagem inovadora sobre o tema que pretendia tratar.

(...) gesto uma obra literária, Rangel, que, realizada, será algo nuevo neste país vítima duma coisa: entre os olhos dos brasileiros cultos e as coisas da terra há um maldito prisma que desnatura as realidades. E há o francês, o maldito macaqueamento do francês. Nesta obra aparecerá o caboclo como o piolho da serra (...). Atualmente estou em luta contra quatro piolhos desta ordem – “agregados” aqui das terras. (...) Meu grande incêndio de matas deste ano a eles o devo. Estudo-os. Começo a acompanhar o piolho desde o estado de lêndea, no útero duma cabocla suja por fora e inçada de superstição por dentro.²⁰⁵

Lobato compara o caboclo com o piolho, um parasita que nada produz, ao contrário destrói a terra, provocando as queimadas. Em sua “queixa” ao jornal *O Estado de S. Paulo*²⁰⁶, ele detalhou a relação predatória estabelecida entre homem-natureza, repetiu a analogia do piolho, mencionada na carta, e aprofundou a descrição do personagem

²⁰³ LEITE, 1996, p. 20.

²⁰⁴ Ibid., p. 76-7.

²⁰⁵ LOBATO, 1957. p. 362-3. Fazenda, 20/10/1914.

²⁰⁶ *Uma velha praga*. Publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em 12 de novembro de 1914.

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o *Argas* o é aos galinheiros ou o *Sarcoptes mutans* à perna das aves domésticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do *Porriigo decalvans*, o parasita do couro cabeludo produtor da “pelada”, pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada²⁰⁷.

Na carta à Rangel, o remetente também afirma que sua obra trará algo novo. Essa novidade só foi possível, pois Lobato observou *in loco* a vida do caboclo, desde seu estado de lêndea até sua fase adulta, diferente dos outros tipos de caipiras criados por autores que escreviam das cidades e segundo, Lobato, não conheciam a realidade do campo.

A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos. E se por acaso se atreve e faz uma “entrada”, a novidade do cenário embota-lhe a visão, atrapalha-o, e, ele, por comodidade entra a ver o velho caboclo romântico já cristalizado – e até vê caipirinhas cor de jambo, como o Fagundes Varela. O meio de curar esses homens de letras é retificar-lhes a visão. Como? Dando a cada um, ao Coelho, à Júlia Lopes, uma fazenda na serra para que a administrem. Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era estar lá na cidade a perpetuar a visão erradíssima do nosso homem rural. O romantismo indianista foi todo ele uma tremenda mentira; e morto o indianismo, os nossos escritores o que fizeram foi mudar a ostra. Conservaram a casca... Em vez de índio, caboclo²⁰⁸.

No trecho acima Lobato critica de forma veemente o romantismo, que julga ter sofrido uma metamorfose no século XX, o indianismo converteu-se em caboclismo. Agora, em vez de “romanizar” os índios, a literatura ufanista transformava o caboclo em “estandarte de bandeira nacionalista, exaltado de modo pitoresco, motivo de louvação idílica, idealizadora²⁰⁹”. A obra *Porque me ufano do meu país* (1908), do político, professor e escritor mineiro Afonso Celso, é um grande exemplo do ufanismo e representativa de um grupo de intelectuais do caboclismo.

Os mestiços ou os caipiras brasileiros, no texto de Afonso Celso, “contribuíram e contribuem eficazmente para a formação da riqueza pública”²¹⁰. Para o autor, eles são inteligentes, fortes e saudáveis, tomando a resistência dos mestiços em Canudos contra o exército como o maior exemplo de sua força, coragem e bravura. Afonso Celso conclui a análise do mestiço brasileiro contrariando os determinismos biológicos e raciais típicos do final do século XIX e ainda bem significativos e presentes no meio intelectual brasileiro até as primeiras décadas do século XX, fazendo um elogio a miscigenação:

²⁰⁷ LOBATO, 2009, p. 160-1.

²⁰⁸ LOBATO, 1957, p. 364-5. Fazenda, 20/10/1914.

²⁰⁹ LEITE, 1996, p. 77.

²¹⁰ CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. Capítulo XXI. Publicado em 2002. Disponível on-line em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ufano.html#21>> Acesso em 06 mai. 2016.

O mestiço brasileiro não denota inferioridade alguma física ou intelectual. É susceptível de quaisquer progressos. Têm produzido grandes homens em todos os ramos da atividade social. S. Paulo, lugar em que mais considerável se operou o cruzamento com os índios, marcha na vanguarda da nossa civilização²¹¹.

Um outro adepto importante do caboclismo e da literatura que via no caipira aspectos positivos foi Cornélio Pires (1884-1958)²¹², escritor e folclorista paulista, que a exemplo de Lobato descreveu uma representação caricatural do homem do campo, do interior de São Paulo, porém, na obra de Pires, o caipira foi apresentado, de modo geral, como

sendo um trabalhador, lavrador, que estabelece uma relação harmoniosa e romantizada com o meio ambiente em que vive, e que dessa relação emerge um homem de sentimentos e atitudes simplórias, sinceras, cordiais...²¹³

O caipira de Lobato era diametralmente oposto àquele desenhado por Cornélio Pires, inclusive, Lobato questionou nominalmente esse autor, sua tendência literária e atacou, novamente, o caboclismo, acusando-o de idealizar o homem do campo:

A história de caboclismo... Aquilo foi fabricação histórica para bulir com o Cornélio Pires, que anda convencido de ter descoberto o caboclo ... O caboclo do Cornélio é uma bonita estilização - sentimental, poética, ultraromântica, fulgurante de piadas - e rendosa. O Cornélio vive, e passa bem, ganha dinheiro gordo, com as exibições que faz do "seu caboclo". Dá caboclo em conferências a 5 mil réis a cadeira e o público mija de tanto rir... Ora, meu *Urupês* veio estragar o caboclo do Cornélio - estragar o caboclismo.²¹⁴

As críticas de Lobato não se restringiram à Cornélio Pires, de acordo com Leite (1996, p. 78), elas visavam muito mais gente, atingindo vários autores que tentavam, cada qual ao seu modo, reabilitar as populações sertanejas, opondo-se ao tipo caricatural modelado por Lobato. Assim, além de Pires, incluíam-se aí

Coelho Neto, Júlia Lopes, implicitamente o ufanismo nacionalista de Bilac, e mesmo Euclides da Cunha, escritor muito admirado e apreciado pelo criador do Jeca, mas que vira no sertanejo "antes de tudo um forte", enquanto para Lobato "o sertanejo era acima de tudo um fraco"

²¹¹Ibid., capítulo XXI.

²¹² Cornélio Pires, entre 1910 e 1945, escreveu mais de 20 obras abordando o universo cultural do homem do interior paulista, dentre elas destacam-se *Quem Conta um Conto* (1916), *Conversas ao Pé do Fogo* (1921) e *As Estrambóticas Aventuras do Joaquim Bentinho – o queima campo* (1924) (SILVA, 2008, p. 13).

²¹³ PINTO DA SILVA, Albert Stuart Rafael. *Representações de Caipira nas Práticas Literárias de Cornélio Pires*. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdigi/pdfs/2006/RQEIMGVLSXKI.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018. p. 13.

²¹⁴LOBATO, 1944, p. 50. Ponta da Praia, 03/07/1915.

Para Lobato, esses autores exaltavam o caipira, pois não o conheciam de fato, tampouco sabiam como era a vida rural, por isso afirmava: “Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!”²¹⁵ O caipira de Lobato buscou “registrar um modo de vida determinado, apreendido na observação da realidade regional, local, em um momento delimitado da história de São Paulo, a personagem tem seu alcance ampliado, atingindo abrangência nacional, e se espalhando na linha do tempo²¹⁶”. O local e o momento histórico em questão, que marcam o nascimento do personagem descrito em “Uma velha praga” e “Urupês” foi o interior paulista na primeira década do século XX. De fato, a experiência pessoal do autor enquanto fazendeiro pesou bastante para a construção do personagem, pois ele pode observar *in loco* a vida do caboclo e o que encontrou foi o seguinte:

Êsse caboclo, tão decantado pelo ufanismo nacional, estava ali, à sua frente, e o que vê não é nada parecido com o que os livros contam, nada possui daquilo que os pais da pátria vivem apregoando em patrióticos e bombásticos discursos. Pelo contrário: o homem que lavra as terras da “Buquira” é um depredador inconsciente, sem iniciativas, espécie de homem-baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização²¹⁷.

Apesar de o Jeca Tatu se referir a um tempo e a um espaço delimitado²¹⁸, após a publicação dos artigos de Lobato nos jornais e, posteriormente, em livros, ganhou tamanha popularidade que passou a identificar as populações interioranas de grande parte do território brasileiro. E, além disso, o

Jeca congrega traços ainda hoje identificados em muitos brasileiros, não sendo, portanto, gratuita a constante retomada, sob diferentes roupagens, desse anti-herói, constituído em símbolo e síntese de razoável parcela da população, verdadeiro índice da sub-raça que compõe grande parte da nação²¹⁹.

Na abertura do artigo *Urupês*, o autor posicionou-se de forma objetiva, como é característico de seus textos, contra as tendências literárias românticas – o indianismo e o caboclisto, e sem abrir mão de uma dose de ironia, atacou veementemente as tentativas de idealização dos caboclos pelos escritores brasileiros:

“Esboroou-se o balsâmico indianismo de Alencar ao advento dos Rondons que, ao invés de imaginarem índios num gabinete, com reminiscências de

²¹⁵ LOBATO, 2009, p. 170.

²¹⁶ LEITE, 1996, p. 78.

²¹⁷ CAVALHEIRO, 1955, p. 172.

²¹⁸ O Jeca Tatu baseava-se no Piraquara, caipira típico da região do Vale do Paraíba paulista, com quem Lobato conviveu e pode observar seus costumes e seu modo de vida desde a infância até parte de sua vida adulta.

²¹⁹ LEITE, 1996, p. 78.

Chateaubriand na cabeça e a Iracema aberta sobre os joelhos, metem-se a palmilhar sertões de Winchester em punho. Morreu Peri, incomparável idealização dum homem natural como o sonhava Rousseau, protótipo de tantas perfeições humanas (...). Contrapôs-lhe a cruel etnologia dos sertanistas modernos um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz, muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Ceci. A sedução do imaginoso romancista criou forte corrente. Em sonetos, contos e novelas, hoje esquecidos, consumiram-se tabas inteiras de aimorés sanhudos, com virtudes romanas por dentro e penas de tucano por fora²²⁰.

Os dois artigos publicados no jornal em 1914 possibilitaram, definitivamente, que Monteiro Lobato tivesse acesso à grande mídia e se tornasse um escritor remunerado. Os textos tiveram uma repercussão significativa no círculo cultural de São Paulo, “Uma velha praga”, por exemplo foi transcrito em sessenta jornais. A partir desses artigos, o autor “estava entre os colaboradores remunerados d’ *O Estado de São Paulo*, escrevia para *A Cigarra*, *O Pirralho*, *O Queixoso*, *O Parafuso*, figurava nas páginas do *Estadinho* e da *Revista do Brasil*”²²¹.

Nos dois textos publicados em *O Estado de São Paulo* (1914), Lobato denunciou a inapetência física e social do Jeca, ao passo que construía o personagem de forma caricatural, e procurou descrever o universo da cultura caipira, analisando seus hábitos, seus costumes, suas crenças, práticas econômicas e políticas. Em suma,

há um processo de dissecação da personagem, e, por extensão de sua cultura, dos traços físicos ao substrato psíquico, dos hábitos às reações, recurso também típico da literatura satírica, tudo sempre convergindo para a definição do Jeca e de sua experiência alicerçada nos mínimos vitais - o Jeca é o "sacerdote da grande lei do menor esforço"²²².

Interessante notar que na análise lobatiana fica evidente que o autor, ao dissecar o caboclo em seus textos, dialogava com o segmento do pensamento social brasileiro que condenava a mestiçagem e desacreditava no potencial do povo brasileiro. Provavelmente, Lobato reproduziu toda a influência intelectual que acumulou de suas leituras, incluindo aí os pensadores racistas europeus, como Gustave Le Bon, que tanto o fascinara nos tempos em que cursava a faculdade.

Uma relevante contribuição desses textos de Lobato foi ter apresentado o sertanejo sob uma perspectiva mais realista e menos idealizada, contrariando a abordagem característica da

²²⁰ LOBATO, 2009. p. 167.

²²¹ LUCA, Tania. Regina de. Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n’A Barca de Gleyre. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). *Escritas de si, escritas da história*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 141.

²²² LEITE, 1996, p. 81.

literatura ufanista, “o tom dominante ao se tratar do universo caipira era o da idealização e do pitoresco, resultantes de uma abordagem superficial e equivocada do assunto²²³”. Ele chocou a opinião pública, ao trazer à tona um Brasil doente e abandonado, dessa forma, o seu personagem “procura fazer o contraponto ao caboclo²²⁴, muito popular e apreciado no começo do século²²⁵”.

A respeito da abordagem lobatiana e da forma como ele construiu seu personagem, incluindo sua caracterização física e cultural, Leite afirma que, apesar de sua análise ser feita com um olhar patronal, sem conhecer toda a extensão da tragédia do Jeca²²⁶, ela “não é inverídica, como claramente se confirma, por exemplo, no clássico estudo de Antonio Candido acerca da cultura caipira²²⁷.” De acordo com o crítico literário, a cultura cabocla estava “ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros²²⁸. Quando Candido diz que a cultura caipira estava atrelada a soluções mínimas para sua sobrevivência, ele, de certo modo, corrobora a análise de Lobato a respeito da vida do caboclo. Lobato sustenta que na cultura cabocla predomina a “lei do menor esforço²²⁹”, demonstrando aplicações desde sua morada até a obtenção de seu alimento. A casa é de improviso, feita de sapé, a comida vem da terra - a mandioca, que não precisava ser cultivada, “por ser um pão já amassado pela natureza”, que não “impõe colheita, nem exige celeiro²³⁰”. Em síntese, a vida fácil, sem esforço e trabalho, era sempre a primeira e a melhor opção para o caboclo.

Apesar do Jeca Tatu fixar uma imagem real sobre a vida do caipira, considera-a injusta “à medida que apenas constata fatos, sem buscar a causalidade profunda da imagem projetada²³¹”. Contudo, o personagem e a análise de Lobato não permanecerão estáticos. Logo após conhecer o médico sanitarista Arthur Neiva, a partir de 1918, ele começa a reorientar o Jeca Tatu e a identificar as causas do atraso do homem do campo, relacionando-as ao seu estado doentio e ao descaso e abandono governamentais, que não lhe proporcionavam condições sanitárias mínimas e nem educação que pudesse lhe arrebatar das presas e das

²²³ Ibid., p. 81.

²²⁴ Outros autores regionalistas relevantes que publicaram obras abordando a vida do sertanejo foram: Afonso Arinos, *Pelo Sertão* (1898); Simões Lopes Neto, *Contos Gauchescos* (1912); entre outros.

²²⁵ LEITE, 1996, p. 74.

²²⁶ CAVALHEIRO, 1955, p. 213.

²²⁷ LEITE, 1996, p. 81.

²²⁸ CANDIDO, 1977, p.78 apud LEITE, 1996, p. 81

²²⁹ LOBATO, 2009. p. 170.

²³⁰ Ibid., p. 172.

²³¹ LEITE, 1996, p. 81.

garras das doenças e das verminoses. A partir daí, Lobato convertera-se ao sanitarismo e levantará essa bandeira em parte de sua vida, defendendo a higienização dos sertões brasileiros e de suas gentes.

O próximo passo de Monteiro Lobato foi publicar um livro, além de intensificar sua atuação de colaborador de periódicos, escrevendo para vários jornais. A esse respeito, novamente o autor partilha suas aspirações de sucesso na imprensa e projeta que a visibilidade lhe ajudaria no comércio de seu futuro livro.

Escrevendo no Estado, consigo um corpo de 80 mil leitores, dada a circulação de 40 mil do jornal e atribuindo a média de dois leitores para cada exemplar. Ora, se me introduzir num jornal do Rio de tiragem equivalente, já consigo dobrar o meu eleitorado. Ser lido por 200 mil pessoas é ir gravando o nome – e isso ajuda... Para quem pretende vir com livro, a exposição periódica do nomezinho equivale aos bons anúncios das casas de comércio – e em vez de pagarmos aos jornais pela publicação dos nossos anúncios, eles nos pagam – ou prometem pagar. Quem mais anuncia, mais vende.²³²

Desde 1916 já preparava um livro de contos e era incentivado pelos amigos a publicá-lo, apesar das dificuldades editoriais e comerciais que um produto como livro encontrava no Brasil naquela época. Enquanto amadurecia a ideia de publicar seu livro, Lobato dizia: “Ou dou coisa que preste, que esborrache o indígena, ou não dou coisa alguma”²³³. Contudo, nesse contexto, para ser considerado um escritor era preciso publicar um livro, “mesmo qualquer magra brochurazinha²³⁴”, pois os artigos publicados em revistas e jornais eram lidos, poderiam até render algum nome para o autor, mas acabavam esquecidos. Dois anos depois, incentivado pelos amigos, Lobato, então com 36 anos de idade, publicou, enfim, o seu primeiro livro – *Urupês*. A obra foi impressa em julho de 1918, quando já residia em São Paulo, após ter vendido sua fazenda em agosto de 1917, e já tivera adquirido a Revista do Brasil pela qual, paralelamente, irá editar e publicar o trabalho.

A ideia inicial do título era *Dez Mortes Trágicas*, mas o autor foi aconselhado a trocá-lo pelo nome por *Urupês*, pelo amigo Artur Neiva, o médico sanitaria. O livro reuniu vários contos escritos por Lobato e ao final dele foram inseridos os textos escritos em 1914, “Velha praga” e “Urupês”. Segundo Leite, essa inserção dos textos no volume deve-se em parte para contribuir com o aumento das vendas, pois a repercussão dos artigos lhe renderam alguma fama, e também como “uma espécie de declaração de princípios do autor, atuando como matrizes ou reiterações da concepção acerca do caipira expressa em alguns contos²³⁵”.

²³² LOBATO, 1944, p. 20. Fazenda, 12/02/1915.

²³³ CAVALHEIRO, 1955, p. 199.

²³⁴ Ibid., p. 199.

²³⁵ LEITE, 1996, p. 75.

Rapidamente, *Urupês* tornou-se um campeão de vendas, esgotando 30 mil exemplares entre 1918 e 1925. Lobato confidenciou ao amigo Rangel toda a sua surpresa com a crescente procura pela obra: “Os *Urupês* vão se vendendo melhor do que esperei e neste andar tenho de vir com a segunda edição dentro de três ou quatro semanas. Há livrarias que no espaço duma semana repetiram o pedido três vezes²³⁶”. O sucesso de vendas foi amplificado quando o candidato à presidência da república, Rui Barbosa, perguntou à plateia que assistia à sua conferência se ela conhecia o personagem Jeca Tatu do notável escritor paulista. A menção ao Jeca Tatu e a Lobato pelo “cacique-mór” foi um pé de vento nas vendas e fez com que o escritor paulista apressasse a quarta edição para atender a demanda do mercado por *Urupês*. Gilberto Freire²³⁷ considera que o trabalho de Lobato tinha surtido efeito, na medida em que evidenciou o estado de abandono das populações interioranas e por ter despertado a atenção das elites políticas e das oligarquias do país. Assim, foi

por obra e graça de “Urupês” que o maior campeão sul-americano da inocência de Dreyfus verdadeiramente descobriu que a poucas léguas da Rua de S. Clemente havia quem sofresse mais do que o remoto mártir do anti-semitismo europeu; sofresse de dores que o habeas-corpus não cura, não alivia sequer. Nem o habeas-corpus, nem a anistia; nem o sursis. Nenhuma solução simplesmente jurídica.

Dessa forma, “Rui retirava o Jeca das páginas de “Urupês” para a arena política, onde as paixões são mais suscetíveis de explosões, e as repercussões bem mais profundas²³⁸”. O livro obteve grande repercussão, não só entre os letrados, mas também no meio político. No meio literário, vários escritores publicaram trabalhos questionando o “tipo” fixado pelo Jeca e criticando Lobato, acusando-o de antinacionalista²³⁹. No entanto, Oswald de Andrade, grande nome do Modernismo brasileiro, considerou *Urupês* o “marco zero” do movimento modernista. Cavalheiro ressalta que, antes de *Urupês*, o movimento literário brasileiro vivia numa completa pasmaceira. “Não se escrevia nem se publicava nada. O jeito era reler o velho Machado de Assis ou Aluizio de Azevedo, Coelho Neto, João do Rio, Dona Júlia Lopes de Almeida, Franklin Távora, Euclides da Cunha, Taunay ou alguns autores de livros e não de obras...²⁴⁰” Gilberto Freyre afirmara: “Quem diz *Urupês* diz uma revolução nas letras brasileiras²⁴¹”. Na esfera política, as reações também foram diversas e provocaram acalorados

²³⁶ LOBATO, 1944, p. 173. São Paulo, 8/07/1918.

²³⁷ FREIRE apud CAVALHEIRO, 1955, p. 210.

²³⁸ CAVALHEIRO, 1955, p. 210-1.

²³⁹ É o caso da crítica do Sr. Leônidas Loiola, que escreveu “essa campanha sistemática de depreciação e ridículo do homem e das coisas do Brasil” (CAVALHEIRO, 1955, p. 207).

²⁴⁰ CAVALHEIRO, 1955, p. 201.

²⁴¹ FREYRE, GILBERTO apud NUNES, CASSIANO, 2000, p. 13.

debates entre parlamentares. O deputado cearense Ildefonso Albano, por exemplo, criou o Mané Xique-xique, que para ele era como uma "rocha viva da nacionalidade", o oposto do Jeca. No Sul, havia o Jeca Leão, figura descrita por Rocha Pombo como "cheia de inúmeras virtudes e de nenhum defeito."²⁴² Até o oposicionista Rui Barbosa, conforme verificado na campanha presidencial de 1919, lançou mão da imagem do Jeca em um de seus discursos para atacar o *modus operandi* da república no seu trato com o povo interiorano²⁴³, pois, como se sabe, no período que ficou conhecido como "A república Velha", os problemas sociais brasileiros foram, segundo Viana Moog, "durante muito tempo equiparado a um simples caso de polícia"²⁴⁴.

Moog acredita que o Jeca Tatu se tornou um símbolo, algo significativo e importante no fazer literário, e que seu sucesso estava atrelado à realidade social que ele representava. Dessa forma, diz o ensaísta:

... enquanto existirem socialmente as condições que o possibilitaram, êle não perecerá e valerá mais para a exata compreensão de nossos problemas que todos os relatórios com que anualmente os pensadores administrativos homenageiam as traças dos arquivos.²⁴⁵

Era a consolidação e o reconhecimento de um escritor talentoso, já reconhecido no círculo cultural paulista e que estava em franca ascensão no cenário nacional. A obra *Urupês* continuou a ser editada por muitos anos, reforçada, posteriormente, por produções no cinema e na televisão, o que contribuiu para cristalizar a figura do Jeca no imaginário das pessoas. Até os dias de hoje, o Jeca continua alimentando causos e histórias na cultura popular, fazendo parte de festejos e celebrações que ocorrem por todo o país, como as festas juninas, nas quais é realizado o casamento do Jeca.

Nos manuais de Literatura, Monteiro Lobato é apresentado como pré-moderno, ao lado de Euclides da Cunha, Lima Barreto e outros, cujas produções foram publicadas entre os anos 1890-1920. Alguns críticos literários classificam essa fase "como pouco renovadora ou criativa, uma espécie de extensão dos preceitos estéticos vigentes entre 1880 e 1900"²⁴⁶. Nesse sentido, "a literatura pré-moderna assume importância apenas como precursora da

²⁴² CAVALHEIRO, 1955, p. 211.

²⁴³ "Senhores: Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos Urupês, de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista? Tivestes, algum dia, ocasião de ver surgir, debaixo desse pincel de uma arte rara, na sua rudeza, aquele tipo de uma raça que, "entre as formadoras da nossa nacionalidade", se perpetua, "a vegetar de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso"? Rui Barbosa. *A questão social e política no Brasil*, conferência pronunciada no Teatro Lírico do Rio de Janeiro a 20 de março de 1919. Campanha Presidencial.

²⁴⁴ MOOG apud CAVALHEIRO, 1955, p. 215.

²⁴⁵ MOOG apud CAVALHEIRO, 1955, p. 215.

²⁴⁶ LEITE, 1996, p. 41.

literatura modernista ou da moderna²⁴⁷”. Essa visão positiva e evolucionista tende a considerar as obras modernas superiores àquelas do período imediatamente anterior, o que configura um equívoco na medida em que desconsidera as especificidades de cada época, bem como o valor cultural das obras e da relação que elas mantinham com seu tempo. Por isso, Leite questiona o rótulo “pré-modernista²⁴⁸”, no caso específico de Lobato. Ela considera que a “sua obra é dotada de uma complexidade e heterogeneidade que exige estudo detido, minucioso, isento e preferencialmente global, para uma compreensão mais abrangente”. Portanto, classificá-lo como “pré-moderno” pode ser equivocado, principalmente se tomar o seu trabalho como embrião de algo melhor que estaria por vir. Daí a necessidade, segundo alguns estudiosos, de buscar uma designação mais adequada para esse período da literatura Brasileira.

As transformações e as metamorfoses que ocorreram com o personagem Jeca, ao longo do tempo, podem ser tomadas como exemplo para demonstrar as mudanças de percepção de seu autor, bem como a absorção de novas influências que recebia de seu tempo e de seu círculo social. Leite ressalta que essas mudanças de concepções permitem identificar as diferentes ideias difundidas no tempo em que o autor viveu. Segundo Lajolo,

O escritor veste a máscara das diferentes ideologias com as quais conviveu: *o pessimismo determinista*, herança do evolucionismo do século XIX, que vê na miséria e desalento do povo um fadário atávico a ser cumprido e cuja expressão mais significativa consta dos artigos "Velha praga" e "Urupês", publicados em *O Estado de S.Paulo*, em 1914; a *visão higienista*, segundo a qual as mazelas da nação seriam resultantes fundamentalmente do descaso com a saúde pública, o saneamento básico - é desse tempo a retomada do Jeca "higienizado", versão mais conhecida e popularizada por meio dos folhetos fartamente distribuídos pelo país em campanha do Biotônico Fontoura. Exemplificam bem essa fase do pensamento lobatiano as crônicas e artigos constantes em *O problema vital* (1918)²⁴⁹...

O personagem promoveu uma associação, de forma generalizada e talvez equivocada, entre a população rural e a ignorância e ao atraso, mas serviu para denunciar o abandono e o pouco caso dos governos com a saúde e com aqueles que habitavam os sertões do Brasil. Os textos sobre o Jeca, com linguagem acessível e o tom predominante satírico e caricatural das histórias e do personagem, aliados à crescente popularidade do escritor, contribuíram para promover um amplo debate público sobre o assunto, mobilizando setores políticos e grupos sociais, como a classe médica. Eles também serviram para alçar Monteiro Lobato a um

²⁴⁷ Ibid., p. 41.

²⁴⁸ Ibid., p. 112.

²⁴⁹ LAJOLO, 1983, p.101 apud LEITE, 1996, p. 74.

patamar atingido por pouquíssimos escritores - a aceitação e a preferência dos leitores, além de garantir sua imortalidade na literatura nacional, mesmo sem fazer parte da egrégia Academia Brasileira de Letras.

Capítulo 2 - Brasil: um país para sanear

Neste capítulo, verificaremos como e por que as ideias higienistas e sanitárias chegaram ao Brasil. A partir do final do século XIX, cresceu entre as elites do país uma consciência a respeito dos graves problemas estruturais nacionais, o que demandava maior atuação do Estado no sentido de centralizar as ações e políticas de saúde pública em todo o território brasileiro. Após o saneamento do Rio de Janeiro, então capital, os serviços sanitários federais expandiram-se e, entre 1910 e início da década de 1930, procuravam agir sobre vasto território, momento chamado de a “era do saneamento” por Gilberto Hochman.

Entendemos que é fundamental compreender como as políticas públicas foram estabelecidas no país, onde médicos, intelectuais e as classes dirigentes e elites econômicas abraçaram os ideais do higienismo para viabilizar um projeto de construção da identidade nacional e, ao mesmo tempo, erradicar as doenças que impossibilitavam o Brasil e o seu povo de alcançar o *hall* das nações consideradas “civilizadas”.

Monteiro Lobato, intelectual e empresário importante no ramo gráfico-editorial, foi uma engrenagem chave nesse contexto da “era do saneamento”, sobretudo através de sua prática literária, seja pela publicação do livro *Problema Vital* (1918) ou pela reinterpretação que fez do seu personagem Jeca Tatu, o qual se transformou num dos símbolos da campanha pelo saneamento do Brasil.

Portanto, vislumbrar o contexto histórico em que o pensamento lobatiano se desenvolveu e se metamorfoseou, além de identificar influências externas e correntes intelectuais com as quais o autor dialogava, é elementar para a melhor compreensão do ir e vir das ideias de seu tempo, que deixaram profundas marcas no fazer literário de Lobato por guardarem fortes vínculos com os grandes debates nacionais, políticos e sociais de sua época. Assim sendo, estruturamos este capítulo da seguinte forma: na primeira parte, faremos um estudo sobre o momento em que o higienismo é transformado numa disciplina científica na Europa, capaz de modificar hábitos, costumes e promover a saúde e o bem-estar; na segunda parte, analisaremos como o higienismo cruzou o Atlântico, encontrou terreno fértil no Brasil e se instalou nas capitais, sob a promessa de resgatar as cidades das garras das epidemias; finalmente, na última parte, discutiremos como se deu a proposta de higienizar os sertões e revigorar o povo do campo, cuja força de trabalho era a base da economia brasileira.

2. 1 Sanitarismo e higienismo: uma nova ciência do século XIX

Desde os primórdios da civilização, os humanos preocupam-se com as regras de limpeza e com a higiene. Aliás, a expressão *higiene* tem sua origem na Antiguidade Clássica, sendo um desdobramento do substantivo próprio Hígia, a deusa grega da limpeza e da saúde, cultuada pelos antigos helenos. Embora a saúde e as práticas higiênico-sanitárias ainda estivessem longe de serem institucionalizadas, as primeiras referências da cultura Ocidental a respeito do assunto remontam à Grécia Antiga, mais especificamente à teoria hipocrática sobre *Água, Ares e Lugares*, a qual por meio do empirismo tentava encontrar alguma explicação racional para os fenômenos da saúde e da doença. Em linhas gerais, Hipócrates relacionava bem-estar aos cuidados com o corpo, a higiene, a nutrição, o descanso, além de se preocupar com o estado das aglomerações urbanas e com o ambiente. A saúde derivaria, portanto, do equilíbrio do homem, considerando também o seu meio. No Ocidente, vêm da Grécia Antiga as primeiras iniciativas no campo da higiene e da medicina com vistas à preservação da saúde nas *poleis*, com indicações para uma vida ideal, organização das cidades e estabelecimento de alguns princípios da semiologia médica. No mundo ocidental, a teoria dos miasmas, que explicava a origem das doenças a partir do ar proveniente de regiões insalubres, será preponderante entre os médicos na Antiguidade e servirá como explicação para o surgimento de várias doenças, como por exemplo a malária, cujo nome deriva da expressão “mau ar”. Acreditava-se que a malária fosse contraída dos ares exalados de charcos e pântanos. A teoria miasmática prevalecerá sólida até as descobertas no campo da microbiologia no século XIX da era cristã.

Já no período medieval, os doentes, as viúvas e os loucos recebiam cuidados por parte da Igreja. Ainda não existiam políticas sociais e de saúde devido à fragmentação do sistema político da Idade Média. Assim, a assistência aos desamparados resumia-se essencialmente às obras da Igreja, onde havia pouco atendimento médico e científico aos necessitados. Essa situação começa a ser modificada com a desagregação do mundo e da ordem feudal em virtude do avanço do capitalismo comercial e do renascimento urbano, que atraíram número cada vez maior de camponeses e grupos “marginalizados” em direção às cidades. Foi esse contexto, no limiar do mundo Moderno, que forçou o Estado a assumir o cuidado e o controle dos desvalidos e desocupados²⁵⁰.

²⁵⁰ CAMPOS, Oswaldo; OLIVEIRA, Elizabeth Machado; SINGER, Paul. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981, p. 17.

Nas sociedades europeias, desde o século XVI, os grupos dirigentes dos reinos mercantis buscavam formas de fortalecer suas nações. Uma das maneiras encontradas foi a geração de riqueza por meio do trabalho, o qual passou a ser elencado como uma força que precisava ser protegida para não haver queda de produtividade. As doenças e a morte eram fatores que colocavam a força de trabalho sob risco, o que por sua vez se tornaria um obstáculo ao projeto mercantil²⁵¹. Por isso, os estados nacionais formularam as políticas de saúde para assegurar o crescimento populacional e garantir a prosperidade nos negócios do reino. Na Inglaterra, por exemplo, o economista William Petty (1623-1687) indicou que o Estado resguardasse a vida para prevenir a mortalidade, controlando as doenças transmissíveis, criando hospitais onde os doentes com peste pudessem ficar isolados e disponibilizando maternidade para mães solteiras, dentre outras medidas.

Vários autores são unânimes em apontar a “Poor Law” (Lei dos Pobres), criada em 1601 na Inglaterra, e seus desdobramentos legais como um marco importante no processo de constituição dos serviços de saúde e do controle e assistência social²⁵². Além desse marco legal, Singer et al. destacam a criação dos Hospitais Gerais nas grandes cidades francesas no século XVII. Os hospitais, mantidos pelo Estado, destinavam-se a receber mendigos, pobres, pessoas acometidas por doenças e invalidez, desocupados e causadores de desordem. Segundo Foucault, essas casas de internação recebiam, “em suma, aqueles que em relação à ordem da razão, da moral e da sociedade dão sinais de “desarranjo”²⁵³.

Na Alemanha, as ideias mercantilistas ou o cameralismo propiciaram o surgimento do conceito de polícia médica. De acordo com Nilson do Rosário Costa, a

base doutrinária da polícia médica – o absolutismo esclarecido – partia do pressuposto de que ao Estado cabia assegurar bem-estar e segurança para o povo, mesmo que contrariando os interesses individuais e justificava-se o controle coercitivo sobre os problemas sanitários como mecanismo de assegurar a defesa pelo Estado dos interesses gerais da nação.²⁵⁴

A noção de polícia médica correspondia aos anseios dos grupos dirigentes dos países europeus, especialmente na Alemanha, onde ocorreu a “chamada *transição pelo alto* desse país para a ordem capitalista, sob a direção dos grandes proprietários de terra e do capital industrial”²⁵⁵, pois permitiria maior controle sobre a saúde da população a fim de evitar a

²⁵¹ COSTA, Nilson Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986. p. 19.

²⁵² SINGER et al., 1981, p. 17; COSTA, 1986, p. 23.

²⁵³ FOUCAULT, 1954 apud SINGER et al., 1986, p. 18.

²⁵⁴ COSTA, 1986, p. 20.

²⁵⁵ Ibid., p. 20.

propagação de doenças. Além da polícia médica, as ideias de Johann Peter Frank (1745-1821), médico considerado um dos pioneiros em saúde pública e medicina social, influenciaram sobremaneira as nações europeias, os EUA e, posteriormente, o Brasil. Frank propunha que o poder público estimulasse os casamentos, garantisse atendimento aos recém-nascidos por pessoas preparadas para tal, aprovasse uma legislação que permitisse à mulher um repouso após o parto e tratasse de outras questões relativas à saúde, como elaboração de estatística vital, manutenção de hospitais, controle de doenças epidêmicas, fiscalização de habitação e de gêneros alimentícios e prevenção de acidentes.

A ideia de saúde pública começava a tomar forma. Os intelectuais e as elites econômicas e dirigentes dos países perceberam que somente a iniciativa privada e a filantropia eram incapazes de atender à crescente demanda pelos serviços de saúde. Logo, caberia ao Estado prover essa necessidade, devendo ser a entidade responsável pela elaboração e execução das políticas nacionais públicas no setor da saúde. Essa tese de que competiria ao Estado promover as políticas públicas no campo da saúde foi reforçada em fins do século XVIII, sobretudo após a Revolução Francesa, quando tais políticas ganharam uma nova concepção.

Contudo foi ao longo do século XIX, ainda na Europa Ocidental, que se fortaleceu a crença de que a adoção de hábitos de higiene ajudaria a promover o progresso econômico e social²⁵⁶. Nessa época, a higiene não era apenas uma virtude, adquirindo status de ciência moderna. Ela tornou-se fundamental para assegurar a saúde dos corpos, vistos como um instrumento de trabalho pelas elites dirigentes e pelos empresários ansiosos pela expansão do capitalismo industrial. Assim, o higienismo foi transformado em disciplina acadêmica e escolar, devendo ser propagado para as massas, a fim de combater as doenças e as epidemias que representavam um obstáculo para o crescimento dos negócios e impediam a formação de soldados fortes e saudáveis para compor as falanges dos exércitos nacionais.

A Inglaterra, berço da Revolução Industrial, viveu um acelerado crescimento urbano e demográfico, por conta da industrialização. Entre os anos de 1801 e 1841, a população de Londres saltou de 958.000 para 1.948.000; em Leeds, no período de 1801 e 1831, houve crescimento de 53.000 para 123.000 almas²⁵⁷. Todo esse acúmulo de pessoas nas cidades ocorreu sem um prévio planejamento que se preocupasse com a disponibilidade de moradias, a canalização das águas e a coleta de lixo. Conseqüentemente, o que se viu foi a deterioração

²⁵⁶ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: Mary Del Priore; Marcia Amantino. (Org.). *História do corpo no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2011, p. 302.

²⁵⁷ Os dados foram fornecidos por COSTA, 1986, p. 22.

da qualidade de vida dos indivíduos, pois faltavam habitações, os bairros operários eram repletos de imundície, lar da peste, chamados por Engels de “inferno sobre a Terra”.

O filósofo alemão visitou Manchester, a principal cidade industrial do mundo no século XIX, e eis o dramático relato do que viu num dos bairros operários:

...um completo caos de casas amontoadas, todas mais ou menos inabitáveis, cuja sujeira interna corresponde perfeitamente à imundície que as circunda. E como, nessa situação, as pessoas poderiam ser limpas? Não existem as mínimas condições para a satisfação das necessidades naturais e cotidianas. As instalações sanitárias são tão raras que estão constantemente ocupadas ou, para a maioria das pessoas, muito afastadas. Como pretender que as pessoas se lavem, quando têm à sua disposição somente as águas imundas do Irk, com canalizações e bombas apenas nos bairros decentes? Na verdade, é impossível censurar esses hilotas da sociedade moderna por serem suas habitações tão sujas como os chiqueiros que se encontram de vez em quando no meio delas²⁵⁸.

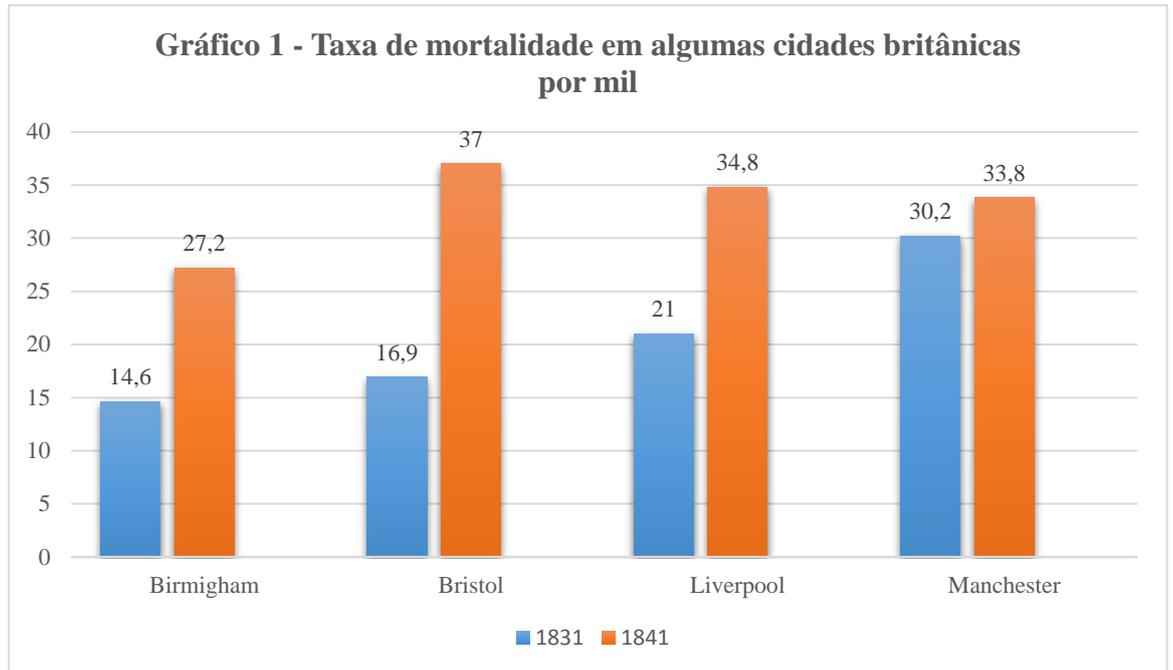
Outro centro urbano importante, a capital Londres, na década de 1840, era considerada a cidade mais fétida do mundo. O rio Tâmsa era um esgoto que cortava a cidade, tamanha a imundície lançada no curso d'água.

Em lugares assim surgiam inúmeras doenças agravadas pela má alimentação, péssimas condições de vida e de higiene e pela falta de atendimento especializado. Como resultado, os surtos epidêmicos foram constantes no período, males como tifo, cólera e varíola fizeram incontáveis vítimas e representavam um risco para todos, incluindo os grupos sociais dominantes. Além das aglomerações urbanas inadequadas que favoreciam o surgimento das pestilências, as precárias condições de vida de homens, mulheres e crianças, cuja carga horária de trabalho era extenuante em fábricas insalubres, em nada contribuíam para atenuar a delicada situação a qual a classe operária estava sujeita. Para amenizar a dureza do cotidiano fabril, muitos operários recorriam à bebida nos poucos momentos livres, logo a prática se tornava um vício que agravava o estado físico e mental, fazendo muitos sucumbirem ao álcool.

As consequências humanas de todo esse caos social foram terríveis, resultando em elevadas taxas de mortalidade, como se pode verificar no gráfico²⁵⁹ abaixo.

²⁵⁸ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 94.

²⁵⁹ Os dados que nos permitiram a elaboração do gráfico foram colhidos em COSTA, 1986, p. 23.



Nilson do Rosário Costa ressalta que, apesar do aumento da mortalidade na Inglaterra oitocentista ser uma realidade, isso não representou uma hecatombe, ou seja, não se tratava de um desastre populacional de grandes proporções, pois a população inglesa, desde o século XVII, apresentou taxas de crescimento que foram quadruplicadas entre a segunda metade do século XVIII e o início do XIX. Porém os índices de mortalidade serviram como alerta para intelectuais e autoridades públicas, fazendo-os pensar e adotar medidas para minimizar ou solucionar os problemas que afetavam a saúde em decorrência das deficiências higiênic-sanitárias.

Alguns podem argumentar que a Revolução Industrial proporcionou mais felicidade individual na medida em que possibilitou a um maior número de pessoas o acesso e a acumulação de determinados bens de consumo, como vestuário e alimentação. De fato, ela provocou mudanças na cadeia produtiva e favoreceu a expansão do comércio internacional. Entretanto a maior parte da riqueza gerada pela industrialização trouxe mais benefícios para determinados setores da sociedade inglesa em detrimento de grande parte da população que teve o seu modo de vida brutalmente modificado pela nova rotina imposta pelas fábricas, cidades e alterações na estrutura fundiária²⁶⁰. Essa mudança, porém, nem sempre fora para melhor, pois, como vimos até aqui, a qualidade de vida dos operários era, de maneira geral, péssima.

²⁶⁰ HOBBSBAWN, Eric John Ernest. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979, p. 74-5.

Com a transferência de milhares de indivíduos do campo para as cidades em virtude da nova realidade imposta pelo capitalismo industrial, ocorreram na sociedade britânica profundas transformações sociais. Singer et al. lembram que, no campo, as populações produziam sua subsistência, e a fome e a desnutrição não eram tão problemáticos. Além disso, o contato com a natureza e a dispersão demográfica pelo território deixavam os campônios mais resistentes às epidemias. Expulsos dos campos, os quais foram cercados para a criação de ovelhas ou passaram por modernizações agrícolas que dispensavam elevado número de trabalhadores, os migrantes seguiam para as cidades. Novamente recorreremos às palavras do historiador Eric Hobsbawn para evidenciar a violência da transformação operada pela industrialização no modo de vida de milhares de pessoas que buscavam a sobrevivência nas cidades operárias inglesas:

...era claramente maior o número dos que, face a uma catástrofe social que não entendiam, empobrecidos, explorados, tangidos para cortiços em que se combinavam desolação e imundície ou para conjuntos crescentes de pequenas aldeias industriais, caíam na desmoralização... O alcoolismo em massa, acompanhante quase invariável de uma industrialização e urbanização impetuosas e descontroladas, difundiu uma “epidemia de aguardente” através da Europa... Cidades e áreas industriais cresciam rapidamente, sem plano ou supervisão, e os serviços mais elementares para a vida urbana não acompanhavam esta expansão: limpeza das ruas, suprimento de água, saneamento, para não mencionar habitação operária. A consequência mais óbvia desta deterioração urbana foi a reaparição em massa, de epidemias, de enfermidades contagiosas...²⁶¹

Os problemas sociais enfrentados pelos desfavorecidos na Inglaterra, desde o início do século XIX, tornaram-se tema frequente da preocupação das elites políticas e econômicas do reino britânico.

Os problemas de saúde suscitados pela Revolução Industrial não afetavam apenas o proletariado mas também as classes dominantes. Em primeiro lugar, eles não ficavam imunes às epidemias que grassavam nos novos centros industriais. E, segundo lugar, as más condições de vida e de saúde deveriam reduzir significativamente a produtividade do trabalho. E, em terceiro lugar, a situação desesperadora em que se encontrava a classe operária era terreno fértil para movimentos de revolta, que punham em perigo a ordem constituída. Começou a ficar claro para a própria classe dominante que urgia remediar esta situação, criando-se condições mínimas para que a reprodução da força de trabalho pudesse se dar de modo sistemático e para que a capacidade de trabalho dos operários fosse preservada²⁶².

²⁶¹ HOBSBAWN apud SINGER et al., 1981, p. 22.

²⁶² SINGER et al., 1981, p. 21.

Em síntese, segundo Paul Singer et al., houve pelo menos três grandes razões que justificavam a preocupação dos grupos sociais de cima em relação aos de baixo e, dentre elas, não constará nenhum sentimento de solidariedade ou valores humanitários para com o sofrimento dos doentes e pobres. Os motivos que preocupavam os setores dirigentes foram os seguintes: 1 – as epidemias que surgiam nos bairros operários imundos frequentemente acabavam atingindo os locais mais limpos onde vivia a burguesia industrial, vitimando, portanto, também os mais ricos; 2 – as elevadas taxas de mortalidade colocavam em xeque a expansão dos negócios, a garantia da reprodução e a disponibilidade de mão de obra para o trabalho fabril, a expansão do capitalismo e a manutenção dos lucros; 3 – com a degradação das condições de vida da população, a ordem vigente ficava sujeita a perturbações sociais, aumentando tensões e potencializando os movimentos populares e, quem sabe, processos revolucionários.

Logo, caberia ao Estado intervir na realidade social, tendo em vista que as iniciativas privadas e filantrópicas eram insuficientes para atender à crescente demanda pelos serviços de saúde. Urgia, pois, o estabelecimento de uma política nacional de saúde pública que conseguisse, minimamente, amenizar os males provocados pelas doenças e epidemias, a fim de garantir a manutenção da ordem política, econômica e social. Foi a partir de então, especialmente pós 1834, quando ocorreu a reforma da “Poor Law”, que o Estado britânico assumiu o protagonismo em relação à saúde, estabeleceu uma legislação que protegia os operários mais fracos – mulheres e crianças, criou espaços onde doentes, velhos e desempregados eram reunidos e colocados para trabalhar e tratou de assegurar o fluxo contínuo de força de trabalho para as fábricas. O secretário responsável por essa Comissão foi Edwin Chadwick (1800-1890), advogado que dedicou sua vida à reforma sanitária na Grã-Bretanha. É importante destacar que Chadwick realçava o emprego das estatísticas vitais na prevenção de doenças. Em 1842, ele elaborou um documento intitulado *Report... on na inquiry into sanitary condition of the labouring population of Great Britain*, no qual demonstrou que “especialmente as doenças transmissíveis estavam relacionadas às condições ambientais precárias, à ausência de drenagem, de suprimento de água e meios de remoção de detritos de casas e ruas”²⁶³. O jurista, adepto da teoria dos miasmas, acreditava que a putrefação da matéria animal e vegetal e as águas estagnadas estavam na origem das epidemias. Essa crença permitiu a adoção de medidas de engenharia sanitária tendo em vista o saneamento do ambiente urbano.

²⁶³ COSTA, 1986, p. 24.

Na cidade de Liverpool, em 1846, foi aprovado um importante decreto sanitário (*Liverpool Sanitary Act*) que concedeu plenos poderes ao conselho da cidade para nomear médicos, inspetores e engenheiros para cuidar das obras de saneamento e da limpeza urbana. Isso abriu espaço para que outras medidas legislativas semelhantes fossem elaboradas após o *Liverpool Sanitary Act*.

A partir de um outro viés, o pesquisador Gilberto Hochman²⁶⁴ analisa a constituição dos serviços de saúde e das políticas nacionais no setor não apenas segundo os interesses econômicos, mas também como uma reação ao aumento da interdependência humana e das novas configurações sociais resultantes dos processos de transição para a sociedade urbana e industrial. As mudanças decorrentes dessa transição política, econômica e social despertaram entre as elites a consciência de que era necessário construir soluções coletivas e estatais para promover o bem-estar. Nessa perspectiva, tanto a saúde quanto a doença tornaram-se exemplos do aumento da interdependência humana, fato que ficou ainda mais evidenciado pelas epidemias de cólera que grassaram na Europa e nos Estados Unidos da América no século XIX, as quais atingiram ricos e pobres.

A conclusão a que os grupos dominantes chegaram foi a de que competiria ao Estado tomar as rédeas das políticas de saúde e de assistência aos necessitados, num grande plano nacional para assegurar a ordem social e econômica. Embora a Inglaterra, de maneira especial, tivesse forte tradição liberal, defendendo pouca intervenção estatal no corpo social e a livre-iniciativa dos indivíduos, houve consenso quanto à necessidade de o Estado interferir no campo da saúde pública e adotar novas medidas e regulamentos necessários para salvaguardar o bem-estar da população. E nesse “cenário, finalmente, emergiram as noções de medicina social, saúde pública e higiene social, que procuraram definir as numerosas relações entre saúde, medicina e os assuntos públicos”.²⁶⁵

Conforme visto, as reformas inglesas no campo da saúde coletiva receberam grande impulso a partir de 1834. Antes disso, em 1831 e 1832, a Inglaterra havia passado por surtos de cólera que alarmaram as autoridades. Assim,

em 1837, William Farr²⁶⁶ foi nomeado estaticista médico, iniciando-se a compilação de estatísticas vitais, de grande significado no desenvolvimento

²⁶⁴ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2013.

²⁶⁵ COSTA, 1986, p. 22.

²⁶⁶ Farr (1807-1883), médico e pioneiro no estudo quantitativo da morbidade e da mortalidade. Ele contribuiu para estabelecer o campo das estatísticas médicas. (<<https://global.britannica.com/biography/William-Farr>> Acesso em 05 mar. 2017).

da epidemiologia; em 1843, foi criada uma Comissão Real de Inquérito para a Saúde das Cidades, que concluiu ser necessário estabelecer um controle sanitário em nível local; em 1849, o “Public Health Act” criou um “General Board of Health”, com amplos poderes para remover fatores adversos à saúde pública.²⁶⁷

Por essa época ainda não se tinha certeza do valor do saneamento enquanto forma de prevenção das doenças, existiam sim “apenas hipóteses de que deveria haver alguma conexão entre a poluição do ar e da água e o surgimento de epidemias²⁶⁸”. Apesar das incertezas, o “General Board of Health” começou a agir nos bairros mais pobres, onde ficou constatado pelas estatísticas vitais que havia maior incidência de enfermidades e de surtos epidêmicos. As medidas sanitárias provocaram a ira de opositores, pois se acreditava que a intromissão estatal era uma ameaça à liberdade humana e ao direito de propriedade. Foi desenvolvido um programa ambientalista, o qual tinha uma concepção anticontagionista que “sugeriu medidas de caráter local, ações concretas sobre as condições sociais e ambientais geradoras dos miasmas causadores de epidemias²⁶⁹”. Nesse contexto, houve forte atuação da “polícia médica”, que impulsionou as primeiras reformas sanitárias, limitando-se a cuidar da “remoção dos elementos locais, considerados agentes difusores de doenças epidêmicas: lixo, esgoto, água poluída, habitação superlotada e pouco ventilada, etc²⁷⁰”.

Hochman destaca que esse programa sanitário implementado em meados do século XIX, mesmo estando fundado em concepções científicas que posteriormente se mostraram equivocadas com as descobertas de Pauster e Koch, acabou gerando importantes resultados, como a associação das doenças às más condições de vida, e também estabeleceu os primeiros serviços públicos, como a limpeza urbana, a coleta de lixo, o controle de alimentos e do suprimento de água. Essas medidas, por sua vez, terão impactos positivos sobre a coletivização do bem-estar. Apesar disso, a ação da “polícia médica” tornou Chadwick, uma das lideranças do “Board”, tão impopular que ele acabou sendo afastado de suas funções em 1854. Neste mesmo ano, John Snow, médico inglês considerado pai da epidemiologia moderna, demonstrou que a cólera era transmitida através das águas fluviais contaminadas por fezes. A partir dessa constatação, abria-se o caminho para a implementação de reformas sanitárias profundas, principalmente nos bairros operários onde não havia água encanada e nem esgotos, ao mesmo tempo o papel dos profissionais da medicina ganhava cada vez mais destaque e protagonismo na formulação das novas políticas públicas de saúde e saneamento.

²⁶⁷ SINGER et al., 1981, p. 23.

²⁶⁸ Ibid., p. 23.

²⁶⁹ HOCHMAN, 2013, p. 55.

²⁷⁰ Ibid., p. 55.

Com isso, a classe médica passou a influir e a intervir decisivamente na política. Após 1870, os serviços de saúde, bem como as autoridades médico-sanitárias, seriam efetivamente institucionalizados na Inglaterra²⁷¹ e provocariam repercussões em toda a Europa continental e também nos EUA. Esse fenômeno de expansão da interferência/cuidados médicos na sociedade, abrangendo áreas cada vez maiores da vida humana, foi chamado de “medicalização” pelo intelectual austríaco Ivan Illich (1975).

A medicalização da sociedade é criticada por Illich em suas dimensões políticas, sociais e culturais, uma vez que o saber médico passou a regulamentar a vida, criando normas de conduta, prescrevendo comportamentos, modificando hábitos e tornando os indivíduos reféns do conhecimento produzido pelos médicos e higienistas. Illich reconhecia o bem que a medicina poderia resultar, mas apontava que a medicalização traria a perda de autonomia das pessoas, já que elas se tornariam dependentes da medicina para cuidarem de sua saúde.

Segundo Singer et al., a medicalização resultou da crença generalizada de que o bem-estar poderia ser alcançado, desde que cada aspecto da vida fosse cientificamente regulado, missão que cabia ao médico e aos demais especialistas em Saúde. Foi assim que, desde o final do século XVIII, o conhecimento médico passou a ser cada vez mais reconhecido e valorizado. Como vimos, ao longo do século XIX, em virtude das reformas sanitárias, a medicalização tornou-se ainda mais intensa, modificando hábitos e provocando um gradual abandono dos saberes tradicionais devido à crença de que o conhecimento científico ou racional seria o ideal para assegurar a saúde. Houve, então, uma emergência do poder médico nas sociedades ocidentais, surgindo novos especialistas em saúde que assumiram os cuidados e o controle sobre a vida em suas diferentes fases. Assim, processou-se na sociedade uma transferência das responsabilidades, os

cuidados materno-infantis estavam antes a cargo de parteiras “curiosas” e das mulheres de mais experiência, que instruíam as jovens mães no que se refere ao tratamento das crianças. Eram também os mais velhos que instruíam, algumas vezes com assistência de religiosos, os moços no que tangia às relações sexuais e à reprodução humana. E eram os mais moços que se incumbiam de cuidar dos parentes, quando estes envelheciam e tornavam-se incapazes de auto-sustentar. Os pediatras, obstetras, ginecologistas e geriatras entraram em cena porque os conhecimentos tradicionais, transmitidos de geração em geração, perderam sua credibilidade e passou-se a admitir, com ou sem razão que havia conhecimentos científicos superiores, cuja aplicação garantiria o “pleno bem-estar”.²⁷²

²⁷¹ DAVIES, 1975 apud SINGER et al., 1981, p. 24.

²⁷² SINGER et al., 1981, p. 63.

A institucionalização efetiva dos serviços de saúde e das políticas sanitárias só ocorreu de fato quando os cuidados da saúde se tornaram exclusividade de um profissional – o médico, cuja legitimidade era assegurada mediante a detenção de provas e certificados que o permitissem exercer a função médica. Com a ascensão da medicina acadêmica, houve, desde a Idade Média, uma perseguição aqueles ou aquelas que praticavam a medicina popular, como curandeiros, feiticeiros e parteiras, os quais perderam terreno para as práticas médico-científicas. Passou-se a ter uma fé cega na nova medicina, como se ela detivesse todas as soluções para os problemas, o que para alguns é um engano e “o provam tanto as curas religiosas de males de origem psíquica ou psicossomática, onde a medicina convencional muitas vezes falha”²⁷³.

Sobre o avanço dos cuidados médicos, Illich, em sua obra *Nêmesis da Medicina* (1975), denominou de “imperialismo médico” a tentativa dos profissionais da saúde de cuidar de todos os aspectos da vida humana. Ele sustenta que a medicalização surgiu como consequência da industrialização, a qual trouxe consigo a profissionalização médica e a burocratização. O autor também ressalta outros problemas da medicalização, como diferentes níveis de iatrogênese, isto é, consequências e reações indesejadas ou negativas que resultavam da medicina e da medicalização, tolhendo a autonomia individual e acentuando a dependência das pessoas em relação às prescrições médicas, aos medicamentos, aos procedimentos cirúrgicos e hospitalares etc. Gaudentzi e Ortega (2011) ressaltam que os estudiosos da medicalização se preocuparam em denunciar o aumento do uso da racionalidade médica na abordagem de problemas de cunho social, econômico e cultural, perspectiva que originou a ideia de “culpabilização da vítima”. Segundo esse conceito, “o foco do problema deslocar-se-ia do problema objetivo em si – suas causas e implicações – para se concentrar no aspecto subjetivo do indivíduo”²⁷⁴. Então, segundo Gaudentzi e Ortega (2011), temos

“uma ideologia que culpabiliza o indivíduo pela sua doença e propõe que, ao invés de confiar a responsabilidade das doenças aos serviços médicos caros e ineficientes ou à falta de condições dignas de vida, o indivíduo deve assumir uma maior responsabilidade por si e por sua saúde”²⁷⁵.

Parece-nos que a ideia de culpabilizar o sujeito por seu estado de saúde foi uma das justificativas empregadas pelos reformadores sanitários para intervir na realidade das pessoas

²⁷³ SINGER et al., 1981, p. 27.

²⁷⁴ GAUDENZI, Paula; Francisco Javier Guerrero Ortega. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. *Interface* (Botucatu. Impresso), v. 16, p. 21-34, 2012. Disponível on-line em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/2012nahead/aop2112>> Acesso em 05 mar. 017. p. 23.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 23.

que viviam nos bairros operários. O discurso oficial da culpabilização inibia qualquer crítica de natureza social ou econômica, não atacava, portanto, a origem dos problemas de saúde – a desigualdade, a desnutrição, as más condições de trabalho, a jornada extenuante imposta aos operários e os baixos salários pagos aos trabalhadores. Acusavam os aglomerados urbanos e a falta de higiene das pessoas, bastando a intervenção sanitária e a adoção de hábitos higiênicos, por meio da educação higiênica, para que as doenças fossem controladas sem, contudo, modificar a ordem dominante e as estruturas políticas e socioeconômicas que favoreciam, de certo modo, o surgimento de epidemias.

Por outro lado, a medicalização serviu, em alguns países, para fins políticos, onde médicos e psiquiatras passaram a tecer comentários sobre grupos que ameaçavam a ordem social e política estabelecida. Ao longo do século XX, o comportamento de delinquentes, de membros feministas, de opositores e de indivíduos envolvidos em conflitos raciais tornou-se alvo das explicações médicas para condutas consideradas inadequadas, justificando, inclusive, uma internação dos elementos desviantes nas clínicas psiquiátricas²⁷⁶. Assim, os serviços de saúde eram convertidos em serviços de controle, caracterizando um abuso do poder para conservar o *status quo* e as normas sociais vigentes.

A medicalização, acreditamos, iniciada por volta da metade do século XIX e acentuada desde então, tornou os médicos protagonistas sociais e trouxe ainda mais relevância para seu papel na sociedade. Esse processo contribuiu para que os profissionais da medicina ocupassem importância política e tivessem poder de decisão sobre as obras sanitárias e a educação higiênica, o que lhes possibilitou intervir no planejamento urbano e ambiental e nos costumes das pessoas. Percebemos que a medicalização persiste até os dias atuais, visto que a função médica é reconhecida e valorizada pela sociedade, os médicos estão sempre indicando o que as pessoas devem comer e como devem agir para ter mais saúde, um corpo perfeito e uma vida mais feliz.

A função médica no século XIX foi reforçada e reafirmada com o advento das descobertas no campo da bacteriologia²⁷⁷. O microscópio tornou-se uma ferramenta notável,

²⁷⁶ SINGER et al., 1981, p. 61.

²⁷⁷ “[...] estudo sistemático dos microrganismos é uma área da microbiologia e tem grandes afinidades com as disciplinas médicas, notadamente a imunologia, epidemiologia e saúde pública. Como disciplina independente, a bacteriologia surgiu no terceiro quarto do século XIX quando estabeleceu as provas para a «teoria do germe» [«microrganismos são responsáveis pela doença, infecção, putrefação e fermentação»], provavelmente o mais importante conceito individual para a história da medicina moderna, e assim contribuiu para a compreensão das reações imunológicas e para a descoberta das sulfas e antibióticos”. MCGREW, 1985, p. 25 apud HOCHMAN, 2013, p. 51-2).

símbolo da ciência e revelou a existência de um mundo novo no universo da microbiologia. Destacaram-se, dentre outros cientistas, as descobertas de Louis Pasteur e de Robert Koch, as quais esclareceram o “problema da causação biológica da doença e permitiu, por outro lado, que, a partir de fins do século XIX, os programas de saúde pública pudessem ser efetivados ignorando a relação entre doença e condições sociais²⁷⁸”. Com a descoberta das bactérias microscópicas, a teoria dos germes ganhou fôlego, possibilitando significativos avanços nos estudos sobre bacteriologia, epidemiologia e parasitologia. Entretanto “a descoberta de que certas doenças têm causas necessárias (o micróbio) não elimina por completo o reconhecimento da existência de outras variáveis externas à interação humanos-germes, que poderia facilitar ou impedir esse encontro²⁷⁹”. Sendo assim, as medidas alinhavadas com a antiga teoria dos miasmas, como remoção de detritos e drenagem de pântanos, continuaram sendo implementadas, mesmo após a divulgação das novas teorias do contágio, pois “os atores relevantes decidem e agem de acordo com o conhecimento científico vigente, não importando se posteriormente este se mostre equivocado ou incompleto” (Idem, p. 57).

Os avanços no campo da bacteriologia tiveram impacto em todo o mundo ocidental, inclusive no Brasil, onde parte da intelectualidade e dos profissionais da medicina se encantaram pelas novas possibilidades abertas por Pasteur na prevenção das enfermidades que afligiam a nação. Em 1918, o intelectual e escritor brasileiro Monteiro Lobato anotara o seguinte, em sua obra *Problema Vital*, sobre as descobertas do cientista francês:

Pasteur descobria um como novo reino da natureza, o bacterial, ponto de convergencia, confusão e elaboração dos tres reinos classicos – mundo novo até ali apenas vislumbrado intuitivamente pela metafisica duns tantos precusores profeticos. Pasteur revelara o que por imagem chamaremos a teoria atomica da vida, esse esfervilhar invisivel de vibriões que fazem e desfazem os organismos superiores, transportam o organico para o inorganico e elaboram a materia morta para a criação da materia viva. Mundo maravilhoso do supra-sensível, onde a micro-sociedade de invisíveis anõesinhos belicosos faz do nosso corpo um eterno campo de batalha, e transforma as pobres criaturas humanas em loucos lueticos, tuberculosos, lazarus, leishmanicos, tíficos, papudos, paralíticos, afásicos, tracomatosos, cretinos, colericos, etc.;...²⁸⁰

O professor Nilson do Rosário Costa lembra que os avanços da microbiologia ocorreram na mesma época em que houve grandes conquistas no campo das ciências naturais, no século XIX. Além disso, menciona que Louis Pasteur iniciou os seus estudos em meados do século XIX, incentivado por produtores de vinho, de cerveja e da indústria têxtil. Na

²⁷⁸ COSTA, 1986. p. 31.

²⁷⁹ HOCHMAN, 2013, p. 57.

²⁸⁰ LOBATO, 1951. p. 226-7.

ocasião, ele procurava observar como se dava os processos de fermentação, no caso das bebidas alcoólicas, e a doença do bicho da seda, que interessava ao segmento têxtil. Havia a necessidade de ter um domínio racional sobre os processos produtivos para fortalecer o capitalismo industrial na França. De todo modo, os estudos de Pasteur e de outros estudiosos de sua época ofereceram a possibilidade, pelo menos parcial, de estabelecer uma conexão entre os micróbios e a doença.

Graças aos novos estudos que revelaram a ação microbiana na causa de várias doenças é que Pasteur, entre 1880 e 1888, retomou a proposta jenneriana²⁸¹ de fins do século XVIII para promover a vacinação contra a varíola. Pasteur “concebeu a ideia de prevenção de doenças infecciosas através de vacinas produzidas com microrganismos de virulência atenuada.”²⁸² A partir de uma série de investigações sobre cólera de galinha, erisipela suína e raiva, chegou à noção de imunologia, segundo a qual o corpo consegue se proteger dos microrganismos.

As descobertas científicas ocorriam paralelamente à expansão do capitalismo industrial europeu e ao neocolonialismo. O avanço europeu sobre os demais continentes, como a África e a Ásia, enfrentava o problema das chamadas “doenças tropicais”, como a febre amarela e a malária. Por isso houve investimento científico no estudo dos insetos vetores dessas doenças, não por motivos humanitários, mas para atender aos interesses militares e econômicos das metrópoles²⁸³. Estudioso da história da saúde pública, George Rosen esclareceu o seguinte a respeito do assunto:

Precisava-se conhecer e atingir nas raízes as causas das epidemias, sem que a penetração colonial fosse interrompida. Muitas pesquisas foram realizadas por médicos militares ingleses, franceses e americanos. Quem primeiramente se beneficiou com as descobertas foram os militares e os brancos residentes nas colônias. Somente depois, as populações locais.²⁸⁴

Dominar a doença mostrou-se uma necessidade vital, afinal “durante a expansão colonialista do final do século XIX livrar dos contágios os militares, funcionários e empresários, enviados

²⁸¹ Edward Jenner (1749-1823), médico inglês, foi o responsável por introduzir a vacina contra a varíola em 1796. Embora não soubesse a causa da doença, o médico teve a ideia de extrair o líquido das *vaccínia*, uma lesão leve que a varíola causava nas vacas, para aplicar nas pessoas. Logo, ele notou que os receptores do líquido ficavam imunizados. Posteriormente, a vacina antivariólica foi o primeiro imunizante a ser utilizado pela saúde pública (SCLIAR, Moacir. *História Viva*. 2004. São Paulo: Duetto. p. 86-7).

²⁸² COSTA, 1986, p. 28.

²⁸³ *Ibid.*, p. 30.

²⁸⁴ ROSEN, 1958 apud COSTA, 1986, p. 30.

para ocupar novas terras, abrir canais (Panamá e Suez) e transformar a economia”²⁸⁵ era fundamental para o sucesso da empreitada colonizadora.

Outra estratégia empregada pelas potências imperialistas europeias no que tange ao estudo, à adaptação do homem branco a climas tropicais e ao controle das doenças deu-se através do envio de expedições médicas e da fundação de hospitais e institutos nas áreas coloniais. Robert Koch, por exemplo, passou anos fora da Alemanha, entre 1896 e 1907, estudando como ocorria a transmissão da doença em outros locais, como na África do Sul. As viagens de Koch lhe possibilitaram isolar o vibrião do cólera. O Instituto Pasteur chegou a patrocinar missões científicas em Hong Kong em 1894, das quais resultaram a descoberta do bacilo da peste. Unidades do Instituto Pasteur foram montadas na China, Indochina e na África, seguindo os mesmos moldes da matriz sediada em Paris²⁸⁶.

Com a emergência da bacteriologia no final do século XIX, ficou comprovado que as doenças eram causadas pelos microrganismos. Efetivavam-se os programas de saúde pública sem considerar a relação entre as condições sociais e as doenças, o que permitia ao poder público endossar as práticas sanitárias, implementando medidas que se limitavam a conter as epidemias que prejudicavam a força de trabalho e a expansão capitalista. Os órgãos de saúde que surgiram nesse momento histórico eram marcadamente instituições militarizadas. Dentre suas ações, destacamos as propostas de vacinação e as campanhas sanitárias com o objetivo de combater as epidemias, com o foco “no conhecimento do papel que insetos e animais desempenham como vetores de doenças²⁸⁷”. As políticas de saúde terão forte impacto sobre os ambientes urbanos, servindo como justificativa remodelar as cidades, modernizá-las e expulsar as populações pobres de áreas estratégicas para o poder e para os negócios. Vários autores, como Paul Singer et al. e Nilson do Rosário Costa, ressaltam que os programas de saneamento delineados no século XIX e que adentraram as primeiras décadas do século XX inibiram os debates sobre cidadania, inclusão, condições dignas de vida e de trabalho, uma vez que consideravam os microrganismos os culpados pelas epidemias. Logo bastaria ao poder público combatê-los para assegurar a ordem capitalista, sem se importar, efetivamente, com a melhoria das condições sociais dos trabalhadores e dos desfavorecidos.

Interessante notar que as políticas sanitárias e as descobertas no campo da microbiologia alteraram não só o papel dos médicos, mas também o das instituições

²⁸⁵ COSTA, 1986, p. 30.

²⁸⁶ STEPAN, 1976, p. 80 apud COSTA, 1986, p. 31.

²⁸⁷ COSTA, 1986, p. 31.

hospitalares europeias quanto sua função e percepção social. Antes da medicina acadêmica ser reconhecida por sua eficácia e ter se tornado mais acessível à massa de pobres a partir de meados do século XIX, os cuidados médicos ficavam restritos apenas aos mais ricos, que podiam pagar pelos serviços. No século XVIII, a imagem que a população tinha dos hospitais era horrível, aqueles recolhidos a essas instituições dificilmente as deixavam com vida. Isso ocorria pois

ninguém saía do hospital. Ingressava-se nestas instituições para morrer. A técnica médica do século XVIII não permitia ao indivíduo hospitalizado abandonar a instituição com vida. O hospital era um claustro para morrer, era, como se dizia na época, um “mouroir”: um lugar para morrer.²⁸⁸

Uma vez internados, os doentes acabavam morrendo por conta da contaminação, da estrutura precária dos hospitais, que não tinham condições de higiene e nem pessoal especializado para tratar e realizar a triagem dos doentes, separando aqueles portadores de doenças infectocontagiosas dos demais pacientes. Antes de 1867, quando ainda não havia sido elaborados os conceitos e as práticas de antissepsia e de assepsia, “as condições de vida para os pacientes nos hospitais eram abomináveis considerados sob o prisma atual²⁸⁹”. Ainda segundo Singer et al., os

hospitais estavam sujos, com pouca ventilação e superlotados. As salas estavam repletas de camas alinhadas umas junto as outras, com pouco espaço para passar entre elas. Frequentemente os pacientes eram postos dois a dois numa cama, sem que se levasse em conta o tipo de enfermidade ou condição do enfermo. Nessas circunstâncias, muitas vezes ocorria que perecesse um paciente, e o cadáver permanecia na cama junto ao enfermo vivo, durante várias horas. Assim, pois, enfermos infecciosos, com gangrena, ou enlouquecidos pela febre podiam se encontrar todos na mesma sala²⁹⁰.

Isso tudo contribuiu para que houvesse elevada mortandade entre as pessoas internadas e, por isso, o hospital causava tanto assombro nos desvalidos que não podiam pagar pelos cuidados médicos em suas próprias casas e acabavam sendo recolhidos às instituições hospitalares de onde dificilmente saíam com vida.

Esse quadro só começou a ser alterado a partir de meados do século XIX, após as descobertas de Pasteur e Koch, as quais impulsionaram os estudos de bacteriologia, a introdução da antissepsia nos hospitais depois de 1870 e o emprego de enfermeiras no trabalho hospitalar. De todos esses elementos, há que se destacar que os estudos bacteriológicos permitiram aos médicos tratar de modo eficaz várias doenças infecciosas que

²⁸⁸ FOUCAULT, 1974, p. 202 apud SINGER et al., 1981, p. 28.

²⁸⁹ SINGER et al., 1981, p. 24.

²⁹⁰ Ibid., p. 24.

antes não podiam ser tratadas devido ao desconhecimento dos elementos patogênicos. Isso contribuiu para a cura de vários pacientes e para a mudança de paradigma dos hospitais. Os métodos da assepsia reduziram a mortalidade e o tempo de recuperação dos enfermos, o que transformou a imagem do hospital num lugar onde as pessoas iam para se curar, deixando de ser um local onde os indivíduos desfavorecidos iam para morrer. “Até então, a medicina universitária fora acessível apenas aos ricos, que podiam pagar honorários, e aos indigentes, que dela se beneficiavam por caridade²⁹¹”. Os mais pobres, que antes temiam os hospitais, passaram a buscá-los, pois, uma vez comprovada a capacidade da medicina de curar as enfermidades, ela se tornou desejada, inclusive pelos mais ricos. O direito à saúde virou também uma das reivindicações da classe operária no século XIX. Para atender à crescente demanda pelos serviços de saúde, os países europeus adotaram medidas que incluíam, além da proteção à saúde, aposentadoria e indenização por acidente de trabalho.

Na década de 1870, a Alemanha aprovou as primeiras medidas nesse sentido, garantindo aos trabalhadores um seguro de saúde e o direito à aposentadoria. Tais medidas foram uma resposta às crescentes agitações políticas operárias de cunho socialista, cujo partido estava na ilegalidade. Sendo assim, a “criação da previdência social sob a égide do Estado tem um claro caráter político: o de assegurar a lealdade da classe operária à ordem constituída²⁹²”, além de ser uma forma de evitar um conflito aberto com os trabalhadores, compensando-os pela política repressiva estatal em relação ao movimento operário e socialista. Depois dos alemães, outros países europeus adotaram medidas semelhantes como forma de atender às reivindicações do operariado e, ao mesmo tempo, enfraquecer os movimentos políticos radicais alimentados pelas ideias socialistas.

Na Inglaterra, a medicalização avançou através das reformas sanitárias e da constituição dos serviços de saúde pública para conter as doenças e garantir a reprodução da mão de obra, o que, como vimos, impactou no continente e até nos EUA, fomentando em outros países reformas semelhantes àsquelas implementadas pelos britânicos. Ainda na Europa, temos na França um outro exemplo relevante, e clássico, de como o conhecimento médico subvencionou as significativas reformas urbanas e culturais que ocorreram no país ao longo do século XIX.

Na França, em 1897, a higiene já havia deixado de ser uma virtude para se tornar uma disciplina acadêmica, ganhando, inclusive, status de ciência moderna, incorporada nas rotinas

²⁹¹ SINGER et al., 1981, p. 29.

²⁹² Ibid., p. 30.

escolar, familiar e militar. Acreditava-se que “por meio da higiene, podia-se regenerar uma raça, fortalecer uma nação”²⁹³, promovendo o progresso econômico e social, além de bem-estar. Desde a primeira metade do século XIX, publicações de cunho científico alertavam para os riscos advindos do descaso com a limpeza das ruas, das fábricas e das residências.

Em 1853, Georges Eugene Haussmann assumiu a prefeitura de Paris, pretendendo modificar o perfil da capital francesa. Seu plano de ação previa a substituição das ruas estreitas por amplas e arejadas avenidas e boulevares, que tornassem o centro da capital francesa mais salubre e adequado às exigências higiênico-sanitárias. Ao iniciar as obras, Haussmann procurou submeter os trabalhos de arquitetura e de engenharia à sensibilidade dos higienistas, médicos e educadores, os quais orientaram a execução das reformas. Além das questões higiênicas que nortearam a reformulação urbana, preocupava as classes dirigentes de Paris o uso que as classes populares faziam da cidade. As vielas permitiam aos amotinados escaparem do policiamento e as pedras do calçamento serviam como arma para manifestantes que reivindicavam melhores condições de vida. Embora não fosse anunciado, o remodelamento da capital esteve intimamente ligado a uma tentativa de controle das rebeliões, comunas e protestos, as “avenidas amplas e asfaltadas tornavam as barricadas praticamente inviáveis e davam total liberdade de ação à força policial”²⁹⁴.

Em suma, as reformas sanitárias e o estabelecimento das políticas nacionais de saúde e sua extensão para as classes trabalhadoras, além das reformas urbanas e dos novos conhecimentos médicos no campo da bacteriologia, foram fatores importantes para a queda significativa da mortalidade verificada nos países industrializados no século XIX, fato que os demógrafos chamaram de “Revolução Vital”²⁹⁵. A conquista das pestilências possibilitou um aumento geral na expectativa de vida e na longevidade das pessoas, mas não solucionou todos os problemas de saúde. Se as doenças infectocontagiosas estavam sob controle, houve, ao longo do século XX, um aumento da incidência das doenças degenerativas, o que demonstra que a medicina continua longe de ter todas as respostas para os males do corpo e dos problemas sociais. O “sucesso” das reformas sanitárias obtido pela França e pela Inglaterra tornou-se um exemplo de conquista da grandeza por meio da higiene. Muitos países seguirão esse modelo, inclusive o Brasil.

²⁹³ SANT’ANNA, 2011, p. 302.

²⁹⁴ SEVCENKO, N. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2003, p. 43.

²⁹⁵ SINGER et al., 1981, p. 38.

2.2 Sanitarismo no Brasil e as reformas urbanas (1903-1909)

As reformas que ocorreram na Europa, sobretudo na Inglaterra e na França, tiveram forte impacto no mundo Ocidental, tanto nos EUA quanto no Brasil. O modelo europeu foi difundido por meio da realização de congressos de higiene e do intercâmbio de estudiosos que saíam daqui para estudar na Europa. Oswaldo Cruz e Pereira Passos, por exemplo, que são figuras centrais na difusão do higienismo por aqui, estiveram na Europa e acompanharam de perto as mudanças urbanas, culturais e científicas, como as que ocorreram em Paris na segunda metade do século XIX. Ao retornarem ao Brasil, esses homens e intelectuais procuravam aplicar em sua terra natal o conhecimento apreendido no exterior, efetivando as novas práticas urbanísticas e sanitárias trazidas do “Velho Mundo”.

No Brasil, as ideias médico-sanitárias e higienistas encontraram um terreno fértil, mesclando-se ao processo de construção de identidade nacional, de formação e consolidação do Estado brasileiro e de expansão do capitalismo numa nação que se pretendia moderna e civilizada, tal qual as potências imperialistas europeias. Por isso, embora tais ideias tenham encontrado alguma oposição em sua implementação, podemos afirmar que a maior parte das elites políticas e econômicas abraçou-as e nutria esperanças de que seria possível higienizar a raça brasileira e fazer da nação uma pátria mais forte. Logo, o higienismo não demorou para seduzir os grupos dominantes desejosos de colocar o Brasil nos rumos de nações como França e Inglaterra, as quais passaram por grandes transformações urbanas e sanitárias no século XIX. Nesses países, avenidas foram abertas, bulevares substituíram estreitas vielas, rios foram despoluídos, pobres expulsos dos centros das principais cidades, tudo em nome do saneamento e de um projeto que visava higienizar e fortalecer a pátria.

Se as primeiras políticas públicas de saúde no Brasil assentadas sob bases modernas nasceram no início do século XX, recebendo forte influência das experiências que ocorreram nos países capitalistas mais avançados²⁹⁶, as preocupações com as epidemias eram uma constante em várias cidades do Brasil desde a segunda metade do século XIX, pelo menos. Periódicos da época estampavam em suas páginas o temor provocado pelas doenças, como a varíola e a cólera, contabilizavam os prejuízos provocados no comércio e também criticavam a falta de abastecimento de gêneros alimentícios por conta da paralisação dos trens que ligavam os centros urbanos às regiões produtoras.

²⁹⁶ COSTA, 1986, p. 33.

No Rio de Janeiro, ao final dos oitocentos, o acelerado crescimento urbano e o aumento populacional suscitavam preocupações e debates entre os dirigentes do império. Nos aglomerados urbanos, desprovidos de condições sanitárias básicas, grassavam epidemias de febre amarela, varíola e peste.

A pobreza, as condições de vida, de moradia e de trabalho da população formavam um quadro preocupante. Metaforicamente falando, o “organismo social”, com baixa imunidade, engendrava enfermidades perigosas, que, se não combatidas a tempo, poderiam alastrar-se rapidamente criando uma situação endêmica²⁹⁷.

A falta de cuidados mínimos com a população resultava em estatísticas desagradáveis, o que se pode notar nos registros a partir de 1860, os quais “mostraram que a mortalidade por tuberculose, febre amarela, malária era extremamente elevada no Rio de Janeiro²⁹⁸”. Nesse contexto, as “epidemias, doenças e demais enfermidades desafiavam a sociedade²⁹⁹”. Aqueles que contraíam as doenças “formavam um vasto contingente moribundo, e a proliferação não precisava de outro aliado que não a própria condição miserável em que a população vivia³⁰⁰”.

A cidade do Rio de Janeiro ao final do século XIX ainda tinha um aspecto colonial, os serviços de saúde eram precários³⁰¹ e o conhecimento médico baseava-se na teoria dos miasmas da tradição científica europeia e, segundo Capistrano de Abreu, “da higiene pública incumbiam-se as águas da chuva, os raios de sol e os diligentes urubus³⁰²”. Soma-se ao descaso com a higiene pública e social o fato de que o orçamento destinado às questões sanitárias era limitadíssimo e não havia um órgão público que executasse uma política nacional no setor. O Conselho Superior de Saúde Pública apreciava os temas ligados à higiene e à salubridade, porém sua função era limitada, restrita a um caráter normativo. A princípio, os cuidados com o meio ambiente foram predominantes nas atribuições dos primeiros higienistas, os quais se ocupavam das ações locais e se dedicavam a “aterrar águas estagnadas, limpar ruas e casas, construir canteiros, purificar o ar³⁰³” etc. Assim, os órgãos de

²⁹⁷ WANDERBROOCK JUNIOR, Durval. Soldados de todo país: higienizai-vos! A Liga Brasileira de Hygiene Mental e as Forças Armadas. In: Boarini, Maria Lúcia. (Org.). *Raça, Higiene Social e Nação Forte: mitos de uma época*. 1 ed. Maringá: EDUEM, 2011, p. 51.

²⁹⁸ COSTA, 1986, p. 33-4.

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 51.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 51.

³⁰¹ O orçamento imperial aprovado em 1889 destinava menos de 1% dos recursos para os serviços de higiene, controle dos portos, asilos e hospitais. Outros ministérios, como da Guerra e Marinha, receberam 19,6%; estradas de ferro 35% e imigração estrangeira 7%. BLOUNT, 1971, p. 39 apud COSTA, 1986, p. 35.

³⁰² ABREU, Capistrano apud SINGER et al., 1981, p. 96.

³⁰³ COSTA, 1986, p. 34.

higiene existentes na capital não se preocupavam com as pessoas, que não foram objeto da intervenção sanitária.

As medidas adotadas pelo governo imperial eram, portanto, precárias e insuficientes para debelar as doenças, as quais se espalhavam e vitimavam pessoas de todas as classes sociais. Com relação à assistência aos desvalidos, a

população pobre e indigente ficava sob responsabilidade da iniciativa filantrópica de figuras de importância econômica e social, e de instituições beneficentes, ligadas à Igreja Católica, como a Santa Casa de Misericórdia. A parcela restante da população se socorria dos médicos existentes, ou, então, de cirurgiões, barbeiros, sangradores, empíricos, curandeiros, parteiros e curiosas³⁰⁴.

Já que a assistência médica era insuficiente e as doenças representavam um risco real para a vida de muitos, as autoridades públicas mobilizaram-se na busca de uma “cidade saudável”³⁰⁵, apostando na higiene e no saneamento do meio para conter as pestilências.

A partir do início do século XX, com o desenvolvimento da saúde pública em bases científicas modernas, houve profundas transformações nas práticas dominantes de então. O saber médico foi drasticamente alterado pela bacteriologia e pela microbiologia, houve avanço na adoção dos métodos experimentais e declínio dos saberes tradicionais baseados na teoria dos miasmas. Importante frisar o aumento do número de escolas de medicina verificado no Brasil no período compreendido entre o final do século XIX e a década de 1920: o número saltou de 3 para 9, o que sem dúvida favoreceu a expansão da formação de médicos bem como dos atendimentos. Os novos programas de saúde pretendiam combater as doenças coletivas e baseavam-se agora em três aspectos gerais:

- 1) Controle dos insetos e animais vetores de doenças;
- 2) Investigação concentrada em instituições vinculadas ao Estado;
- 3) Influência do modelo organizativo do Instituto Pasteur nas instituições científicas.³⁰⁶

Essa transformação no caráter da saúde pública brasileira está inserida no bojo das mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorriam no país. Desde o final do século XIX, consolidou-se “em determinadas regiões novas formas de produção subordinadas à

³⁰⁴ COSTA, 1986, p. 34.

³⁰⁵ MOTTA, Marly. PASSOS, Pereira. In: ABREU, Alzira Alves et al (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PASSOS,%20Pereira.pdf>> Acesso em: 01/10/2016.

³⁰⁶ GARCIA, 1981, p. 74 apud COSTA, 1986, p. 35-6.

racionalidade capitalista e articuladas ao mercado internacional”³⁰⁷, e nessas regiões, sobretudo no eixo Rio-São Paulo, “impunha-se a necessidade de políticas públicas orientadas para a preservação da força de trabalho”³⁰⁸. A exportação do café trouxe recursos financeiros e investimentos para o país, sobretudo para o eixo sul-sudeste, com a expansão dos transportes e da urbanização. Houve acentuado crescimento demográfico e “entre 1890 e 1900, a população no Brasil aumenta em cerca de 3.000.000 de pessoas, passando então de 14 para 17 milhões”³⁰⁹. Apesar dos investimentos e do crescimento demográfico, tais processos não foram acompanhados do desenvolvimento urbanístico e do saneamento básico necessário para acolher todo esse contingente humano, o que resultará, como veremos mais adiante, em diversos problemas de ordem social e de saúde pública.

No processo de transição do trabalho escravo para o livre, houve grande incentivo à imigração europeia e, ao mesmo tempo, bastante preocupação, uma vez que esses imigrantes eram considerados “não imunes” às doenças tropicais, principalmente à febre amarela, que atacou regularmente as zonas portuárias brasileiras da segunda metade do século XIX até o início do século XX. O Estado viu-se obrigado a intervir nesses locais, visando melhorar as condições sanitárias gerais, por meio de obras como “obstrução de poços, drenagem de águas estagnadas, drenagem profunda do solo, retificação de cursos d’água e construção de grandes docas”³¹⁰. Quanto à população liberta de origem afrodescendente, pouca ou nenhuma assistência lhes foi oferecida, muitos foram abandonados após a abolição e forçados à marginalidade, agravando tensões e conflitos urbanos. Alguns faziam biscates ou exerciam alguma profissão, comiam e dormiam onde fosse possível, andavam embriagados, vivendo de roubos ou da caridade pública. Esse grupo social era, portanto, alvo fácil das doenças que grassavam pelo Brasil, sobretudo a febre amarela³¹¹.

Se nas demais regiões do Brasil havia limitados investimentos em saúde e em saneamento, o contrário ocorreu de forma mais significativa no estado de São Paulo, que desde o final do século XIX já esboçava uma organização sanitária, com a criação de laboratórios, e destinou vultuosos percentuais de seu orçamento para cuidar da higiene, da saúde e do saneamento. Os principais alvos dos médicos sanitaristas paulistas foram as cidades ligadas ao café, como

³⁰⁷ COSTA, 1986, p. 36.

³⁰⁸ Ibid., p. 36.

³⁰⁹ COSTA, 1985, p. 38.

³¹⁰ Ibid., p. 43.

³¹¹ WANDERBROOCK JUNIOR, 2011, p. 134. O autor ressalta que a ausência de políticas públicas de saúde favoreceu a organização e o surgimento de instituições de cunho social, tais como as Santas Casas de Misericórdia, o Hospital Psiquiátrico D. Pedro II, os asilos São Vicente de Paulo entre outros. Essas instituições que viviam de doações da comunidade, em suma, tentavam preencher o vácuo assistencialista deixado pelo Estado, amparando os pobres em suas necessidades básicas.

Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto, além de Santos, a cidade portuária, que, segundo Emílio Ribas, médico e inspetor sanitário do estado entre 1897 e 1918, tinha “grande importância comercial, porque é o único porto por onde se faz a importação e a exportação de todo o Estado de São Paulo”³¹². Podemos notar que as ações sanitárias e o aumento da intervenção estatal na saúde no início da república não objetivavam “manter a saúde do *comum dos habitantes*, mas para intervir objetivamente sobre grupos sociais cuja capacidade de trabalho era fundamental preservar”³¹³. Esse foi o caso dos imigrantes que chegavam em grandes quantidades³¹⁴ e eram inseridos na economia cafeeira e também nas nascentes indústrias que surgiam no eixo sul do país, acompanhadas pela expansão dos transportes e pelo surgimento de casas bancárias, inclusive estrangeiras, que alavancavam a inserção do Brasil no mercado mundial e o capitalismo financeiro.

Após a abolição da escravidão, operaram-se no país determinadas transformações socioeconômicas, como a tentativa de inclusão do mercado brasileiro no capitalismo global e o incentivo à imigração europeia, cuja mão de obra era qualificada, ao passo que servia para branquear o povo e melhorar o seu estoque bio-racial³¹⁵. Se por um lado os imigrantes europeus representavam a solução para o setor produtivo brasileiro, por outro, eles contribuíram para a organização da classe trabalhadora por meio das ideias socialistas e sindicais que trouxeram da Europa. Entre 1917-1920, especialmente, foi um período marcado por greves, as quais denunciavam a exploração do trabalho nas indústrias e as precárias condições de vida. À frente desses movimentos grevistas estavam “os imigrantes europeus, que possuíam mais conhecimentos e experiência na organização do movimento operário e mais consciência dos direitos trabalhistas”³¹⁶.

O historiador Bóris Fausto destaca que essas mudanças produziram novas e específicas configurações entre as exigências externas do capitalismo mundial e sua relação com o setor de poder dominante nacional: a burguesia agrária do café³¹⁷. Conseqüentemente, a partir do momento em que se instaurou a hegemonia dos setores sociais ligados à produção cafeeira sob a política nacional, “foram buscados padrões de atuação sanitária diferentes dos que predominaram no período escravista”, o que, prossegue Costa, deu início à “criação de modelos institucionais de prática sanitária orientados pelos mais avançados conhecimentos

³¹² RIBAS, 1909 apud COSTA, 1986, p. 42.

³¹³ COSTA, 1986, p. 36.

³¹⁴ Sérgio Silva lembra que, a partir de 1880, a imigração foi intensa. Entre 1887 e 1897, entraram no Brasil 1.300.000 imigrantes. A maioria deles foi para São Paulo e, entre 1887 e 1900, os imigrantes responderam por 82% do crescimento demográfico do estado paulista. (SILVA, 1976, p. 44 apud COSTA, 1986, p. 38).

³¹⁵ WANDERBROOCK JUNIOR, 2011, p. 135.

³¹⁶ *Ibid.*, p. 138.

³¹⁷ FAUSTO, 1977 apud. COSTA, 1986, p. 40.

desenvolvidos no campo médico-sanitário nos países capitalistas centrais³¹⁸”. Dessa forma, os dirigentes do Brasil, sobretudo os representantes das oligarquias paulistas, que almejavam a “ordem, o progresso, a civilização e a nação dependiam, na ótica positivista que orientava o pensamento dominante de então, de uma organização sanitária para se desenvolver”³¹⁹.

Se o estado de São Paulo, ao final do século XIX, havia sido o pioneiro³²⁰ no país a tentar organizar os serviços sanitários e de higiene pública, o exemplo clássico da presença do higienismo e do sanitarismo brasileiro, provavelmente, encontra-se nas reformas urbanas e sanitárias ocorridas no Rio de Janeiro no início do século XX. Enquanto o prefeito da cidade, Pereira Passos, entre os anos de 1902 e 1906, promoveu as reformas urbanas, inspirado pelo modelo de Haussmann, o qual remodelou Paris em 1853, o médico Oswaldo Cruz foi o responsável por introduzir no país a chamada medicina científica, com base nas sofisticadas descobertas no campo bacteriológico. Pereira Passos empregou a engenharia sanitária para reconstruir a cidade segundo as necessidades ditadas pelos médicos e higienistas.

Passos foi indicado para o cargo de prefeito da capital federal pelo presidente Rodrigues Alves, cujo mandato começou em 1902 e se estendeu até 1906. Antes de Alves assumir a presidência, Campos Sales, seu antecessor, deixara-a sob vaias, pois em seu governo enfrentou forte recessão econômica. Embora tenha conseguido, ao fim do mandato, produzir superávits no orçamento, o custo político dessa contabilidade fora alto: houve redução de despesas, demissão de funcionários, cancelamento de pagamentos e aumento de impostos, desencadeando uma insatisfação generalizada “que ia dos cafeicultores aos operários, passando pelos banqueiros e industriais³²¹”. O aumento dos impostos, inclusive, rendeu a Campos Sales o apelido de “Campos Selos”, devido ao imposto do selo criado em seu governo e que provocou profundo desagrado na população. A política econômica de Sales, que representava os setores produtivos paulistas, principalmente os cafeicultores, tinha por finalidade apresentar às potências capitalistas

a imagem de um governo sólido, estável, dotado de instituições liberais, economia saudável e administração competente. Só assim poderiam atrair os recursos sem os quais a cafeicultura paulista não poderia sobreviver: empréstimos externos que financiassem a expansão das lavouras e o preço declinante das sacas, recursos técnicos de infra-estrutura e mão-de-obra dos imigrantes europeus³²².

³¹⁸ COSTA. 1986, p. 40.

³¹⁹ WANDERBROOCK JUNIOR, 2011, p. 52.

³²⁰ A respeito do pioneirismo paulista em políticas públicas de saneamento, ver mais em COSTA (1986) p. 41 a 44.

³²¹ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 92.

³²² SEVCENKO, 2003, p. 28.

Rodrigues Alves, apelidado de “Soneca” por seus opositores, quando assumiu a presidência da república, não alterou a estrutura econômica que encontrara, mas colocou em prática um extenso programa de obras públicas com o aporte de capitais externos, contradizendo a alcunha recebida. O presidente eleito confidenciara a um amigo ainda no trem que o conduzia à capital federal, onde seria empossado, o objetivo de seu mandato presidencial: “O meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me quase exclusivamente a duas coisas: o saneamento e o melhoramento do porto do Rio de Janeiro”³²³. Em seu discurso de posse já deixara claro que sanear a capital federal e fazer obras de melhoramento do porto do Rio de Janeiro eram prioridades em seu governo. Eis o que disse o presidente nessa ocasião:

A Capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo.

20. Os serviços de melhoramento do porto desta cidade devem ser considerados como elementos da maior ponderação para esse empreendimento grandioso.

21. Quando se consumarem, poder-se-á dizer que a Capital da República libertou-se da maior dificuldade para o seu completo saneamento e o operário bendirá o trabalho que lhe for proporcionado para fim de tanta utilidade³²⁴.

Note que o presidente enfatizou a necessidade de modificar a imagem do Rio de Janeiro, uma vez que a cidade era atormentada por várias moléstias e conhecida no exterior como “o túmulo dos estrangeiros”. Muitos navios internacionais evitavam parar no porto, primeiro porque sua profundidade impossibilitava a chegada de grandes navios, e segundo por conta da má reputação do Rio devido aos surtos epidêmicos, os quais repeliam as tripulações e os passageiros de navios, que preferiam permanecer a uma distância segura a desembarcar na cidade.

Nesse contexto, tornou-se imperioso para o governo de Rodrigues Alves alterar a reputação da cidade no exterior, para que pudesse atrair investimentos, capitais externos e imigrantes necessários para o desenvolvimento da lavoura, sobretudo, do café³²⁵. No início do século, a cidade tinha uma população de aproximadamente 750 mil habitantes, concentrava

³²³ ALVES, Rodrigues apud SEVCENKO, p. 30.

³²⁴ Discurso do presidente Rodrigues Alves, 1902. Disponível on-line em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/91988>>

³²⁵ Entre o final do século XIX e início do século XX, o Brasil foi o maior produtor e exportador de café do mundo (FAUSTO, 1982 apud WANDERBROOCK JUNIOR, Durval, 2011, p. 131). O café respondia por cerca de 70% do total das exportações brasileiras.

atividades econômicas importantes e também era um núcleo da vida política e administrativa nacional. A condição urbana e sanitária da capital federal tornou-se algo insustentável e incompatível com o projeto modernizador desejado pelas elites dirigentes. Afonso Arinos de Melo Franco (1973) enfatizou a relevância da capital mostrando uma contradição:

Um dos principais, senão o principal centro econômico e financeiro do país, e seu núcleo populoso, sede e cabeça política e administrativa do Brasil, depósito e estuário da cultura nacional na literatura, no jornalismo, nas artes, na educação, a cidade atraía e repelia ao mesmo tempo³²⁶.

O porto do Rio de Janeiro, conforme mencionado, foi objeto da intervenção urbanística proposta pela presidência. Ele era o porto mais importante do país e ocupava a terceira posição no ranking dos portos mais movimentados do continente americano. Entretanto possuía uma estrutura deficitária: o cais não tinha profundidade suficiente para comportar a chegada de navios transatlânticos internacionais. Isso obrigava as embarcações a ficarem ancoradas mais afastadas e o embarque/desembarque de mercadorias ocorria a partir do traslado realizado por embarcações menores. Nas docas, o espaço reduzido não comportava o armazenamento de produtos que atendiam a todo o mercado nacional e internacional. Não menos complicado era o deslocamento dessas mercadorias do porto até a estação ferroviária, pois as “ruas da cidade ainda eram vielas coloniais, estreitas, tortuosas, escuras, com declives acentuadíssimos”, o que onerava o processo de transporte dos produtos. Além disso, o “trânsito dos carros que começavam a ser usados nessa atividade se embaraçava, nessa rede confusa de ruelas, como o das carroças, charretes e carrinhos de mão”. Em resumo, “a cidade, com desenho e proporções coloniais, não era mais compatível com a função de grande metrópole que a atividade febril do porto lhe impingira³²⁷”.

As obras portuárias, portanto, mantinham estreita relação com a remodelação e modernização da cidade, sobretudo das áreas centrais, e com o combate das endemias, como a febre amarela, febre tifoide, peste bubônica, impaludismo e tuberculose. A reforma do porto foi iniciada a partir de 1902 e coube a Lauro Müller, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, conduzi-las. Com amplos poderes e vultuosos recursos, o ministro poderia expandir e reestruturar o porto, “além de modernizar o cais já existente, pretendia alargar as instalações portuárias da Prainha, passando pela Praia de São Cristóvão, até a Ponta do Caju³²⁸”. Esperava-se que com essa reestruturação a estocagem de mercadorias fosse garantida,

³²⁶ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. 1973, apud Costa, 1986, p. 54-5

³²⁷ SEVCENKO, 2003, p. 31.

³²⁸ Ibid., p. 33-4.

agilizando sua circulação. A esse respeito, Nicolau Sevcenko observou que a necessidade de circulação das mercadorias redefiniu o circuito dos cidadãos, e o planejamento econômico elaborado pelo governo interferiu na política social. A comissão encarregada das obras do porto sugeriu ao presidente Rodrigues Alves que os trabalhos avançassem, argumentando que de nada adiantaria remodelar o porto se não fossem removidos os obstáculos que dificultavam a comunicação entre as áreas da cidade. Tais obstáculos eram as vielas e estreitas ruas que se entrecruzavam, constituindo um empecilho ao escoadouro das mercadorias. Era, pois, “indispensável que se elimine tão grande tropeço, prolongando-se a avenida através da cidade e pondo-a em comunicação com todas as ruas do centro comercial, muitas das quais terão de ser naturalmente alargadas no futuro”³²⁹. As obras urbanas que seriam executadas no centro da cidade ficariam sob a responsabilidade do prefeito indicado pela presidência - Pereira Passos.

Francisco Pereira Passos (1836-1931) nasceu em São João do Príncipe, na província do Rio de Janeiro. Filho de Antônio Pereira Passos, o barão de Mangaratiba, e de Clara Oliveira Passos, em 1850 mudou-se para a Corte e estudou no Colégio São Pedro de Alcântara e, posteriormente, na Escola Militar, onde cursou engenharia. Passos viajou para Paris em 1857, depois que concluiu sua graduação, e observou *in loco* as reformas urbanas que o barão de Haussmann empreendera na capital francesa após 1853. Permaneceu na França até 1860 e realizou cursos na École de Ponts et Chaussées, onde se dedicou aos “estudos sobre hidráulica, construção de portos, canais e estradas de ferro”³³⁰. Quando retornou ao Brasil, atuou no setor privado, dedicando-se sobretudo à construção de ferrovias e depois à construção civil. Sua origem social destacada e sua atuação profissional lhe renderam várias funções no governo imperial, no qual foi indicado para acompanhar obras de engenharia pelo país. Na administração do Império, ele participou da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, formada em 1874, que buscava formas de sanear a cidade, atacando, por exemplo, o canal do Mangue, considerado foco de “infecções miasmáticas”, com vistas a combater as frequentes epidemias de febre amarela e varíola, inclusive com a previsão de vacinação compulsória. Ele “fez parte da geração de engenheiros que, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, foi investida da missão de construir uma cidade “moderna” a partir de um saber considerado “técnico”³³¹. Contudo a falta de recursos e a não adesão do setor privado não permitiram que o projeto avançasse, sendo postergado para a

³²⁹ SEVCENKO, 2003, p. 34.

³³⁰ MOTTA, Marly, 2011, p. 1.

³³¹ *Ibid.*, p. 4.

República. Passos continuou a viajar pela Europa e, em 1882, retornou definitivamente ao Brasil. Tornou-se empresário e um grande fornecedor de madeira para a construção de mansões no Rio de Janeiro. Em 1902, por conta de sua vasta experiência e de redes de contato construídas tanto na esfera pública quanto no setor privado, Passos foi convidado pelo Presidente da República, Rodrigues Alves, para assumir a prefeitura da capital do país. Sua missão era clara: “consertar os defeitos da capital que afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional”³³². Reivindicou ao presidente “poderes discricionários para assumir o cargo de prefeito do Distrito Federal”, o que lhe foi garantido, sendo vedado apenas o poder para criar e elevar impostos³³³.

Assim, ao assumir a prefeitura, Passos deu início às reformas urbanas na capital da república, por meio das quais removeu as habitações coletivas - os cortiços - do centro da cidade, abrindo espaço para a construção de avenidas e de novos prédios mais condizentes com o ideal civilizatório almejado pelas elites. O *Correio da Manhã*³³⁴ aplaudiu a indicação do novo prefeito, classificando-o como “um homem, sem ligações partidárias, e que se tem distinguido principalmente como administrador”. A publicação prosseguiu dizendo que o presidente “só se preocupou, na escolha, com os interesses da cidade, pouco se lhe dando das conveniências da politicagem, que tanto mal tem feito à administração municipal”. Ruy Barbosa, entretanto, adotou cautela, sobretudo com o fato de o presidente ter concedido poderes ilimitados para o novo prefeito. Para Ruy

a faculdade de regular o policiamento, o trânsito, o arruamento, o embelezamento, a irrigação, os esgotos, o calçamento e a iluminação, enfeixando nas mãos de um só homem essa autoridade, ele poderá ser senhor absoluto desta capital, um ditador insuportável, poderá criar para todos os seus habitantes uma situação intolerável de opressão e de vexames.³³⁵

Em meio a críticas e a elogios, Passos iniciou os trabalhos visando ao remodelamento do centro da cidade, o qual era ocupado por hospedarias e cortiços. Nos cortiços viviam quase 25% da população residente no centro. Eles disputavam espaço com as estalagens, que agrupavam pequenas casas sem nenhum tipo de planejamento sanitário e salubridade. Por conta da imundice peculiar desses tipos de moradia, eram chamados pela imprensa de

³³² Mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional em maio de 1903. MOTTA, Marly, 2011, p. 3.

³³³ FIALHO JÚNIOR, Renato; PINHEIRO, Manoel Carlos. Pereira Passos: vida e obra. *Coleção Estudos Cariocas*. Rio de Janeiro: Agosto, 2006, p. 3-4. Disponível on-line em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2376_Pereira%20Passos%20vida%20e%20obra.pdf> Acesso em: 06 fev. 2016.

³³⁴ *Correio da Manhã*, 30 de Dezembro de 1902. Ano II, número 568, p. 1. Disponível on-line: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 06 fev. 2016.

³³⁵ BARBOSA, RUI apud SEVCENKO, 2003, p.37.

“oficinas da peste³³⁶”. Comumente surgia a publicação de reclamações nas páginas dos jornais da cidade denunciando a precariedade dos cortiços e de obras irregulares nesses locais. Uma dessas queixas foi endereçada ao barão de Pedro Afonso, médico e diretor geral de Higiene e Assistência Pública, na qual se relatou o seguinte: “Na rua da Conceição n. 83 existia um cortiço imundo, feito de madeira, onde não havia a menor hygiene. O commissario respectivo, visitando-o, intimou o proprietário a demolil-o³³⁷. A situação das moradias coletivas, como se percebe, representava um entrave para o projeto modernizador e para a racionalidade que os novos tempos exigiam.

Dentre os habitantes dos cortiços e das estalagens havia todo tipo de gente, sobretudo pessoas pobres que trabalhavam no centro, a saber operários, mascates e lavadeiras, as quais prestavam serviços para hospitais, asilos e casas de família no Rio. A vida nos cortiços permeou o universo literário, sendo o cenário para o célebre romance *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, publicado em 1890. Em diversas passagens da obra, ele descreveu como era o dia a dia das pessoas, especialmente das mulheres, que retiravam do ofício de lavadeira sua sobrevivência e “decoravam” os cortiços com os varais cheios de roupas. Essas mulheres, na descrição de Azevedo, “não se calavam, sempre a esfregar, e a bater, e a torcer camisas e ceroulas, esfogueadas já pelo exercício. Ao passo que, em torno da sua tagarelice, o cortiço se embandeirava todo de roupa molhada, de onde o sol tirava cintilações de prata³³⁸. Essa “ornamentação” peculiar dos cortiços pode ser observada em diversas fotos captadas pelas lentes de grandes fotógrafos que tomaram as habitações coletivas como objeto, caso dos trabalhos de Augusto Malta e Alberto de Sampaio, que podem ser visualizados abaixo.

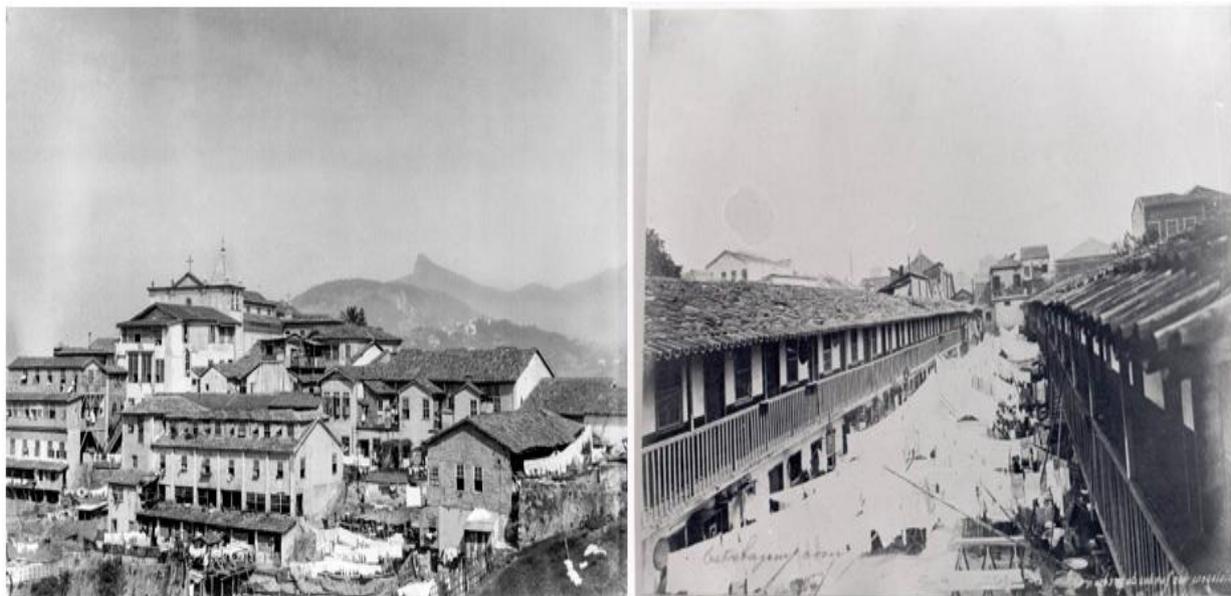
³³⁶ SANTUCCI, Jane. *Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. p. 27.

³³⁷ Correio da Manhã, 23 de janeiro de 1902. p. 3. Disponível on-line: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> > Acesso em 06 fev. 2016.

³³⁸ AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. p. 23. Disponível on-line em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/livros-vestibular/download/cortico.pdf>

Imagem 4 - Um cortiço e estalagem no Rio de Janeiro, início do século XX

Esquerda: Morro do Castelo (1906), Alberto de Sampaio. Direita: Estalagem (Sem data), Augusto Malta



A demolição dos cortiços pôs na rua milhares de pessoas, empurrando-as para outros cortiços ou morros, onde se intensificava a formação de favelas. Muitos ficaram à mercê da especulação imobiliária que tirou proveito da situação e elevou o custo dos aluguéis dos imóveis.

Na imprensa havia opiniões divergentes, ora louvando a ação do poder público, ora cobrando das autoridades a construção de casas populares.³³⁹ As mudanças implementadas foram além das obras de engenharia. Segundo José Murilo de Carvalho, Pereira Passos baixou várias regras que interferiram na dinâmica e nos hábitos dos cidadãos. O prefeito:

Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspsse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltassem pipas³⁴⁰.

³³⁹ SANTUCCI, 2008, 142-4.

³⁴⁰ CARVALHO, 1987, p. 95.

Carvalho ressalta que muitas dessas posturas eram reedições de medidas pretéritas. Embora não se saiba quantas delas se efetivaram de fato, a população percebera, dessa vez, que havia forte atuação do governo no sentido de fazer cumprir as novas regras, tudo com a intenção de tornar a cidade uma “réplica tropical da Paris”. O plano urbano consolidou-se mediante a expulsão da população pobre do centro da cidade, removendo-a para lugares distantes de seus locais de trabalho e deixando-a a mercê da especulação imobiliária e do aumento dos preços dos aluguéis. No lugar das antigas ruas, vielas e cortiços foram construídos boulevares, alargamentos, avenidas e novos prédios que visavam modernizar a capital.

O movimento operário carioca que começava a tomar forma não deixou o “bota abaixo” (demolição dos cortiços) passar em branco e registrou em seu periódico – *Brasil Operário*³⁴¹ - os problemas que os populares estavam enfrentando com toda aquela situação. Reclamava da falta de moradia, do abuso financeiro e da urgência exigida pelo poder público para que a pessoa se mudasse do prédio que seria demolido:

... estipular um prazo de TRÊS DIAS, para a mudança, não querendo saber se o inquilino tem ou não dinheiro para fazer ou se tem casa para ir morar, como se a prefeitura tivesse mandado edificar centenas de prédios para alugar aos infelizes que lutam com dificuldades horrorosas em vista das exigências dos proprietários que aproveitam-se sempre dessas ocasiões para saquearem a bolsa dos infelizes enxotados pela prefeitura.

Apesar das reclamações e dos descontentamentos, as reformas urbanas visavam melhorar a saúde pública e o aspecto da capital, deixando-a mais atraente e apta a receber imigrantes europeus e a atrair novos investimentos e capital estrangeiro. Concluída a obra no centro do Rio de Janeiro, a qual foi classificada pelo escritor Olavo Bilac de "a vitória da higiene, do bom gosto e da arte", cabia ao governo iniciar o combate sistemático das epidemias. É nesse contexto que se destacou a atuação do médico-sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917). Cruz foi nomeado pelo presidente Rodrigues Alves para o cargo de chefe do Serviço de Saúde Pública, e sua missão era sanear o Rio de Janeiro, livrando a cidade das epidemias, principalmente a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. “Das epidemias, a que mais a rijo nos castigava era a febre amarela, que vivia de preferência a ceifar a vida dos pobres estrangeiros que aqui desembarcavam em busca de fortuna ou de trabalho”, anotou

³⁴¹ *Brasil Operário*, 1º de maio de 1903 apud COSTA, 1986, p. 56-7.

um observador³⁴². Logo a intervenção médica era urgente para assegurar as mínimas condições de vida aos imigrantes e aos nacionais.

Assim que assumiu suas funções, Cruz criou o Serviço de Profilaxia, cujas ações foram executadas pela brigada sanitária “composta de agentes conhecidos como mata-mosquitos, que visitavam domicílios exterminando focos de larvas do mosquito hospedeiro e agindo na prevenção de propagação³⁴³”. Iniciou o combate à febre amarela através do controle do vetor da doença, método que já havia sido praticado em Sorocaba, em janeiro de 1901, e em Havana, em fevereiro de 1901, ambas experiências baseadas “nos estudos de Finlay³⁴⁴, sobre o papel do mosquito na transmissão da doença³⁴⁵.” O Rio de Janeiro foi dividido em 10 distritos sanitários, cada um chefiado por um delegado de saúde, contando com vários médicos, inspetores sanitários e acadêmicos de medicina. Os inspetores sanitários incumbiam-se de “receber notificações de doenças, proceder vacinação antivariólica, aplicar vacinas contra outras doenças epidêmicas, entregar intimações, multas, interditar ou fechar moradias, etc³⁴⁶”.

As brigadas sanitárias visitavam as casas, principalmente as habitações coletivas, uma vez que a incidência da doença era maior nas áreas mais pobres e centrais, e deixavam nos lugares visitados um Boletim de Visita Domiciliar, “no qual indicavam as condições higiênicas que foram encontradas e recomendações, por escrito, das medidas necessárias para melhoria sanitária³⁴⁷”. A polícia sanitária passou a agir com rigor, fiscalizando as residências, logradouros e exigindo demolição de habitações coletivas, limpeza de calhas e de quintas, remoção do lixo e de quaisquer objetos que pudessem servir de criadouro para o mosquito. Também monitorou as torneiras e vazamentos em caixas d’água a fim de evitar formação de poças e desperdício, aplicou querosene e creolina em ralos de esgoto, valas e tinas, aterrou pântanos e corrigiu cursos d’água. Estabeleceu, inclusive, o confinamento do indivíduo contaminado com febre amarela e a vigilância àqueles que tiveram contato com os doentes.

Paralelo às medidas repressivas, recorreram-se também “a meios dissuasórios, através dos *Conselhos Ao Povo*, publicados na imprensa e em folhetos avulsos distribuídos pela

³⁴² EDMUNDO, Luiz, 1938, p. 27 apud COSTA, 1986, p. 55.

³⁴³ SANTUCCI, 2008, p. 101-2.

³⁴⁴ Carlos J. Finlay (1833-1915) foi um médico cubano que descobriu que a febre amarela é transmitida de seres humanos infectados a seres humanos saudáveis através do mosquito. Sua descoberta embasou ações de controle da doença através do combate ao vetor. Disponível em <<https://global.britannica.com/biography/Carlos-J-Finlay>> Acesso em 15 abr. 2017.

³⁴⁵ SINGER et al., 1981, p. 106.

³⁴⁶ COSTA, 1986, p. 57.

³⁴⁷ Ibid., p. 57.

cidade sobre os meios de evitar a doença³⁴⁸”. Mas a ação paramilitar das brigadas sanitárias, a exemplo das reformas de Pereira Passos, enfrentou grande resistência popular, pois tal intervenção se caracterizou pelo “aumento das dificuldades de moradia para as camadas empobrecidas da população³⁴⁹”.

Na primeira campanha de Oswaldo Cruz de combate à febre amarela, a polícia sanitária realizou milhares de visitas aos domicílios, mesmo contra a vontade de seus moradores. Muitos recusavam-se a receber os agentes sanitários e recorriam à justiça, solicitando habeas-corpus. No entanto, Oswaldo Cruz procurava se antecipar às medidas do judiciário e irrompia os domicílios antes que fossem prolatadas as decisões judiciais. O esforço liderado por Oswaldo Cruz atingiu tamanha magnitude que, em 1903, foram realizadas 239.919 inspeções sanitárias nas habitações, numa época em que o Rio contava com uma população de 738.509 almas³⁵⁰. Além disso, Paul Singer et al. nos lembram que os métodos empregados por Oswaldo Cruz ainda eram pouco conhecidos pela classe médica, a qual mantinha a crença no contágio direto, desconhecendo o papel do mosquito enquanto agente etiológico da doença. Devido a esse desconhecimento, “houve grande oposição às medidas por ele [*Oswaldo Cruz*] preconizadas por parte dos médicos do Rio de Janeiro³⁵¹”. Dessa oposição resultou

um movimento liderado por grupo de positivistas que acusava a “higiene oficial” de despótica, de arrancar os filhos às mães para lança-los em horríveis hospitais, de devassar a propriedade alheia com interdições, desinfecções e outras medidas, da derrubada maciça das casas dos bairros pobres, de arrombamento das casas para nelas entrarem à força³⁵².

A despeito dos problemas enfrentados, as ações do médico surtiram efeito, provocando queda abrupta no número de óbitos causados pelas epidemias, como podemos verificar em relação à febre amarela no gráfico³⁵³ a seguir. Apesar de haver um aumento dos casos em 1905, nos anos seguintes, o número de óbitos caiu significativamente.

³⁴⁸ Ibid., p. 58

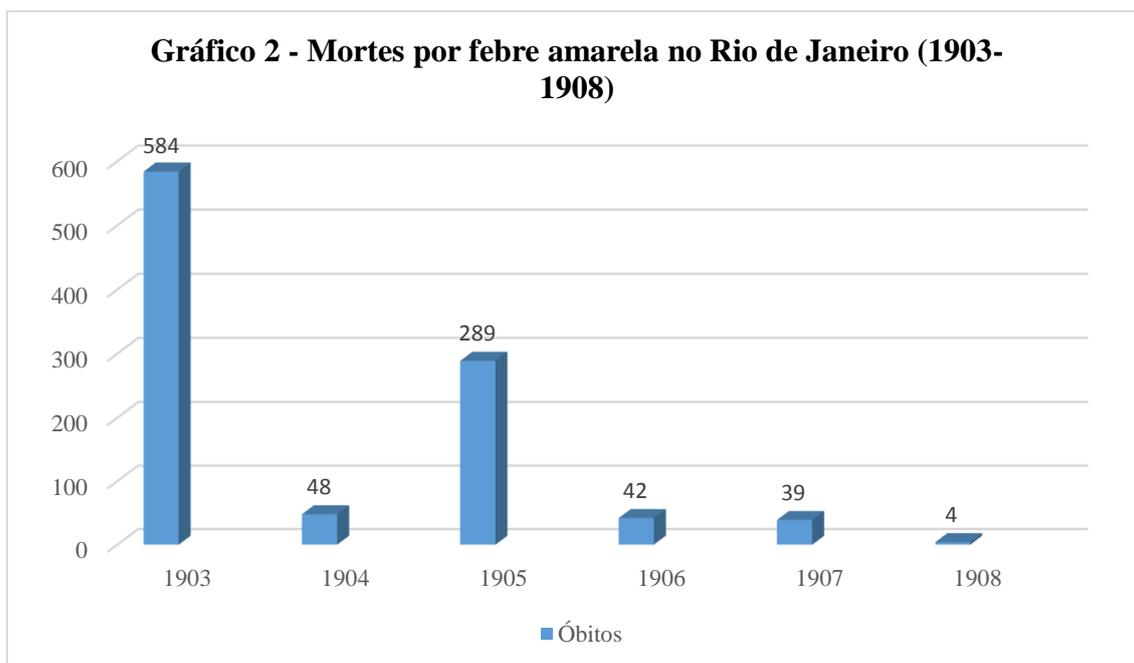
³⁴⁹ Ibid., p. 59.

³⁵⁰ Ibid., p. 60.

³⁵¹ SINGER et al., p. 109

³⁵² Ibid., p. 109

³⁵³ Gráfico elaborado segundo dados disponibilizados por TASCÓ, Aleidys Hernández. *O surto de febre amarela no Rio de Janeiro (1928-1929; pontos controversos)*. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. Site SBHC, 2012. Disponível em: <http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1345081434_ARQUIVO_SurtodefebeamarelanoRiodeJaneiro.pdf> Acesso: 02 out. 2017. p. 3.



Terminada a campanha contra a febre amarela, declarada oficialmente extinta no Rio somente em 1906, Dr. Cruz voltou-se para o combate à peste, apesar da ferrenha oposição enfrentada, principalmente de parlamentares e de parte da imprensa carioca que pediam sua demissão, acusando-o de atentar contra as liberdades individuais em nome do “despotismo sanitário”. A luta contra essa epidemia também teve como foco a intervenção no ambiente e nos espaços urbanos. O alvo, novamente, eram os pardieiros lotados, as antigas construções da cidade, os terrenos com lixo e os armazéns insalubres onde ficavam armazenados mantimentos, enfim, áreas as quais serviam de criadouros para os ratos. A polícia sanitária agia isolando os doentes, fazendo notificações compulsórias e promovendo a desinfecção da área, ao exterminar os ratos e as pulgas transmissores da doença.

Além das medidas compulsórias previstas pelos serviços de saúde, foi “preciso obter a contribuição direta dos proprietários das habitações que deverão executar todas as modificações, sempre onerosas, em seus imóveis³⁵⁴”. Na campanha contra a peste, houve um episódio interessante, a saber: a obtenção de um crédito especial do Estado para a Diretoria Geral de Saúde Pública, a qual chegou a criar um serviço para comprar os ratos. Ocorreu que “despontaram várias criações dos roedores, com uma única finalidade: vende-los à saúde pública!³⁵⁵”. O fato é que os ratos foram exterminados em grande número e a partir daí a incidência da moléstia reduziu-se gradativamente.

³⁵⁴ TORRES, Teófilo, 1913, apud. CASTRO, 1986, p. 62.

³⁵⁵ COSTA, 1986, p. 62.

Se por um lado as campanhas de Oswaldo Cruz apresentavam resultados positivos no controle das epidemias, por outro elas também “reforçaram as fissuras na ordem social e descontentamentos vários, que atingiram o clímax durante a campanha antivariólica³⁵⁶”. A última das campanhas conduzidas pelo Dr. Cruz na capital foi também a que causou maior polêmica em sua gestão à frente do Serviço de Saúde Pública. O combate à varíola, diferentemente da febre amarela e da peste, não visava aos espaços da cidade, agora os corpos dos cidadãos se tornariam objeto da intervenção médica, por meio da vacinação contra a varíola. Oswaldo Cruz propôs um projeto de lei que previa a vacinação e a revacinação obrigatória contra a varíola. Essa iniciativa causou grande polêmica entre a população, refletindo na imprensa e no parlamento. A sociedade ficou dividida entre acusadores que denunciavam a truculência dos agentes de saúde e defensores que viam a vacinação como uma medida de salvação pública. Um dos principais periódicos da capital, o jornal *O Paiz*, louvou a atitude da Comissão de Saúde do Senado após dar um encaminhamento favorável à proposta que tornava a vacinação obrigatória, argumentando que:

Todos os annos esta cruel epidemia [varíola] devasta o Rio de Janeiro, sem falar nos estragos que faz através de todo o paiz, e contra os quaes nada se pode emprender fôra da prophylaxia jenneriana³⁵⁷.

A nota do jornal ressalta que as condições climáticas, a insalubridade dos lugares e a falta de asseio e de higiene concorrem para generalizar o contágio, mas realça que, enquanto não se saneasse a cidade e se adotasse a vacina como “um processo salvador da saude publica”, não haveria saúde e nem bem-estar. O jornal também ataca os positivistas, acusando-os de serem inimigos da bacteriologia, cujas descobertas eles rotulavam de “charlatanices” e aconselhavam o povo “á resistencia contra o despotismo da vacinação, sob o fundamento de que esta gera a tuberculose, a diphteria e a syphilis...” A publicação conclui sustentando a ideia de que a medicina moderna está predominando e que só “existe um meio de vencermos a variola, já empregado nas mais adiantadas regiões com todo o exito: a vaccinação. Usa-lo é um dever superior a quaisquer preferencias doutrinarias³⁵⁸”

Se em parte da imprensa havia certeza de que a vacinação representava a salvação da saúde pública, existia entre o povo um receio de que a vacina não provocasse o bem, antes provocasse a própria doença. Entre homens ilustrados também pairava a mesma desconfiança,

³⁵⁶ CASTRO, 1986, p. 62.

³⁵⁷ *O PAIZ*, 22 de julho de 1904. p. 1. Disponível on-line: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> > Acesso em 06 fev. 2016.

³⁵⁸ Op. cit. p. 1.

é o caso de Rui Barbosa, que observou o seguinte a respeito da vacina obrigatória proposta por Oswaldo Cruz:

Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania, a que ele se aventura, expondo-se voluntariamente, com a introdução, no seu sangue, de um vírus em cuja influência existem os mais fundados receios de que seja condutor da moléstia, ou morte³⁵⁹.

Apesar da resistência de alguns setores políticos, em outubro de 1904, foi promulgada a lei da vacinação e revacinação obrigatória contra a varíola. Com isso “a oposição às medidas governamentais no campo da saúde elevaram-se ao máximo”. O Apostolado Positivista, inicialmente, comandou as ações de resistência afirmando que o “materialismo médico nada respeitava, nem o pudor nem o respeito devido à delicadeza feminina, nem a bondade para com as crianças, nem o acatamento à velhice³⁶⁰”. “O tenente-Coronel Lauro Sodré, jacobinista ferrenho, fundou, em 05.11.1904, a Liga Contra a Vacinação Obrigatória que funcionava junto com o Centro das Classes Operárias, cujo líder era o operário Vicente de Souza”³⁶¹. Em suma, houve descontentamento geral com as medidas governamentais que se acumulavam desde a reurbanização do Rio de Janeiro.

No dia 10 de novembro de 1904, um dia após a regulamentação da vacinação obrigatória, eclodiram os conflitos entre a polícia e a população, num episódio que ficou conhecido como a Revolta da Vacina. Não entraremos em detalhe sobre o episódio do levante contra a vacina³⁶², já que não é nosso objeto de estudo, mas cabe lembrar que ele terminou com uma revolta popular contra o governo e contra o Dr. Cruz, sendo seguido de forte repressão policial. Tornou-se necessária a decretação do estado de sítio para que o governo pusesse um fim na insurreição popular e, finalmente, ocorreu o recuo governamental com relação à obrigatoriedade da vacinação. Grande parte da população não foi vacinada e, apesar disso, houve queda da enfermidade nos três anos seguintes, porém, em 1908, a cidade sofreu um dos maiores surtos da doença, com o número de óbitos atingindo mais de 9 mil pessoas. “Na literatura oficial a resistência às iniciativas de controle sanitário ficou

³⁵⁹ R. BARBOSA apud Vanya Maria Sant’Anna, *Ciência e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, Símbolo, 1978, p. 65.

³⁶⁰ SINGER et al., 1981, p. 109.

³⁶¹ Ibid., p. 109.

³⁶² Sobre o tema, sugerimos a leitura da obra: SEVCENKO, N. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993. Também indicamos a leitura de CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006. Nas duas obras fica evidente que a Revolta da Vacina, irrompida em 1904, foi o estopim de várias insatisfações acumuladas, como as reformas urbanas de Pereira Passos e a política econômica que privilegiava os produtores do café em detrimento do povo. Além disso, os grupos populares que tomaram as ruas da capital e fizeram dela um campo de guerra tiveram a adesão e o apoio de parte do exército e de setores da oposição que estavam descontentes com o perrepismo, como os positivistas e jacobinos.

estigmatizada como simples manifestação de ignorância popular e deslocada para o terreno da violência e crime³⁶³”. Entretanto a historiografia recente que resgata tais movimentos produziu novas interpretações e vê a resistência popular às políticas públicas de saúde não como algo criminoso, mas como parte da luta pelos direitos civis e contra os abusos e as arbitrariedades do Estado.³⁶⁴

Cruz permaneceu à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública até 1908, quando pediu demissão e passou a atuar no Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, que depois foi denominado Instituto Oswaldo Cruz. Lá Cruz continuaria a desempenhar importante trabalho na pesquisa e no desenvolvimento de soluções no campo da saúde pública, tendo em vista que o conhecimento médico-sanitário desenvolvido nos institutos era muito mais ativo do que nas escolas de medicina, a despeito de seu crescimento numérico³⁶⁵. Com Oswaldo Cruz à frente de Manguinhos, a instituição

se converteu no maior centro de pesquisas científicas do país e em uma escola de professores e pesquisadores, cuja produção influenciou diretamente o ensino médico, o desenvolvimento científico, a tecnologia médica e sanitária e a própria imagem do país no exterior. Para exemplificar esta última afirmativa, basta mencionar o I Prêmio, recebido pelo Instituto, por ocasião do Congresso Internacional de Higiene e Demografia, em Berlim, com medalha de ouro, na exposição científica, graças à excelência do material apresentado³⁶⁶.

Ao final das campanhas sanitaristas no Rio de Janeiro, as epidemias de febre amarela, de peste e de varíola representavam uma “ameaça às novas relações de produção emergentes no país³⁶⁷”. A virulência e a mortalidade dessas epidemias ajudam a explicar e a compreender o grande esforço que foi movido na Primeira República no sentido de cuidar das questões sanitárias, principalmente nos bairros pobres e nos espaços industriais em formação. Nesse processo, fica evidente que não havia a preocupação dos dirigentes de cuidar indistintamente da saúde da população, antes executar um projeto com a clara delimitação de debelar as epidemias que colocavam em xeque a modernização e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A partir de então, as legislações foram gradativamente fortalecendo a Diretoria Geral de Saúde Pública, sobretudo para atuar no Distrito Federal, e também a polícia sanitária, a qual exercia significativo controle sobre as moradias e podia aplicar multas aos proprietários e locatários de habitações consideradas inapropriadas aos padrões exigidos pela higiene pública.

³⁶³ COSTA, 1985, p. 75.

³⁶⁴ HOCHMAN, 2013, p. 96.

³⁶⁵ SINGER et al., 1981, p. 111.

³⁶⁶ Ibid., p. 113.

³⁶⁷ COSTA, 1986, p. 79.

Por outro lado, se houve aumento da ação estatal no âmbito da saúde pública, isso ocorreu com limites, restringindo-se ao combate das epidemias que ameaçavam a ordem econômica e social. Outras doenças não foram priorizadas nas campanhas sanitárias, como por exemplo a tuberculose (que vitimava milhares de trabalhadores), porque a moléstia “não impedia que a força de trabalho permanecesse em atividades antes de a doença assumir configuração aguda e moral, ao contrário das outras³⁶⁸”, logo não prejudicava o desenvolvimento do capitalismo. Essa atenção desigual às diferentes enfermidades evidenciou, segundo Costa, os limites da política de saúde definidos pelos interesses dominantes da sociedade, o que não contemplava o combate a todas as doenças nem a proteção de toda a população. Convém lembrar que a profilaxia da tuberculose implicava em discutir as questões sociais que provocavam a doença, como fora reconhecido pelo próprio Oswaldo Cruz em 1906, a saber carga horária de trabalho extenuante dos trabalhadores, higiene e arejamento das fábricas, condições de alimentação, moradia e salário da classe operária, fatores ignorados no debate da saúde pública naquele momento.

Oswaldo Cruz foi personagem central nas campanhas de saneamento do Rio de Janeiro, apresentando também um papel fundamental no campo simbólico. Sua figura passou a representar a imagem de um homem da ciência, algo que interessava aos setores dominantes que almejavam o desenvolvimento e o reconhecimento do país. Embora tenha havido bastante polêmica e repúdio das classes populares à figura de Oswaldo Cruz, a imagem do médico foi bastante celebrada pelas elites. Graças às suas intervenções sanitárias e também sua atuação no campo da bacteriologia, Cruz fora elevado à condição de herói, “representando o desenvolvimento técnico e científico brasileiro”³⁶⁹.

Os republicanos foram mais longe na tentativa de heroizar a figura de Oswaldo Cruz, num processo semelhante ao que já haviam feito com o personagem histórico Tiradentes, considerado o “Cristo das Multidões” e o “mártir da liberdade”. Já o doutor Cruz “foi considerado pelas elites dirigentes o “Cristo da religião do Saneamento, o precursor da cruzada patriótica da redenção da raça e da reabilitação nacional³⁷⁰”. Segundo Nancy Stepan, o dr. Cruz “tornou-se um herói cultural entre a elite, um dos primeiros a serem aclamados por suas atividades como cientistas³⁷¹”.

³⁶⁸ COSTA, 1985, p. 77.

³⁶⁹ MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitário e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 22.

³⁷⁰ MOTA, 2003, p. 24.

³⁷¹ STEPAN, 2005, p. 51.

A idealização em torno do médico contribuía, acreditamos, para moldar o imaginário popular segundo os interesses das elites que dirigiam a jovem república. O novo regime carecia de símbolos e mitos que pudessem ser cultuados pela coletividade, na tentativa de forjar algum sentimento de identidade e de nacionalidade. Apenas para ilustrar a dificuldade de personalidades que canalizassem aspirações coletivas, José Murilo de Carvalho (1990) lembra que um dos personagens centrais da proclamação da república, o marechal Deodoro da Fonseca, não tinha reconhecimento popular, fisicamente assemelhava-se a D. Pedro II, o monarca destituído, e seu republicanismo era incerto, por isso a construção do imaginário coletivo no Brasil República demandou algum esforço por parte dos intelectuais e políticos ao findar o regime imperial! Tal fato se fez necessário, pois, segundo José Murilo de Carvalho, não há regime político que não promova o culto de seus heróis e, em alguns regimes, eles surgem espontaneamente, em outros, de menor profundidade popular, é necessário mais esforço na escolha e na promoção de figuras heroicas. Como a instauração do regime republicano foi um feito sem ampla adesão popular, tornou-se fundamental construir heróis que tivessem alguma identificação coletiva para legitimar a república. As classes dirigentes almejavam um país moderno, por isso elegeram a figura do doutor Cruz um herói, um homem de ciência capaz de salvar vidas. A escolha de Oswaldo Cruz para o panteão da república não foi mero acaso, o regime o havia escolhido porque de, algum modo, ele tinha a “cara” da nação que se desejava. Ele tornou-se um símbolo que materializava as aspirações de progresso dos políticos e dos agentes econômicos desejosos de ver o capitalismo prosperar no país. A esse respeito, José Murilo de Carvalho nos ensina que

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos³⁷².

Rui Barbosa, iminente político e intelectual brasileiro, cognominou o médico de “o Salvador”, por ter sido o precursor do saneamento da capital. Monteiro Lobato, na obra *Problema Vital*, dedicou um artigo para exaltar a atuação do Dr. Cruz, alegando que a “escolha desse homem para chefe da higiene no Rio foi o maior passo, talvez o único, dado pelo país durante a República para arrancar-se ao atoleiro onde lentamente afundava³⁷³”. Parece-nos que a identificação do médico com a figura de um salvador esteve de algum modo

³⁷² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

³⁷³ LOBATO, 1951, p. 226.

ligada ao esforço de legitimar a jovem república brasileira. O novo regime substituíra a monarquia e carecia de heróis para serem cultuados. Foi assim que Oswaldo Cruz “tornou-se um mito. A explicação sobre o nascimento das políticas sanitárias reduziu-se à heroicização da iniciativa de um só indivíduo, marcado pela lucidez, voluntarismo e clarividência superiores às de seus contemporâneos³⁷⁴”.

Se entre os homens de letras sobravam elogios a Oswaldo Cruz, não podemos afirmar que entre a população mais pobre sua imagem era bem recebida. O episódio da Revolta da Vacina fez com que os populares nutrissem muita rejeição em relação ao médico, como foi captado nos versos de João do Rio³⁷⁵:

“As pobres mães choravam
E gritavam por Jesus
O culpado disso tudo
É o Dr. Oswaldo Cruz”.

Assim, a urbanização do Rio de Janeiro e as novas políticas de saúde, atreladas à medicina social, ao Sanitarismo e ao higienismo, desenvolveram-se no país num contexto de transformação das relações de produção. O fim da escravidão, no final do século XIX, a necessidade de trazer imigrantes para a lavoura, bem como a expansão no setor dos transportes, das atividades bancárias, o surgimento das indústrias e a consequente formação do proletariado subordinavam a economia brasileira à racionalidade capitalista articulada ao mercado internacional. As epidemias e a falta de estrutura das cidades, especialmente no eixo Rio-São Paulo, eram um obstáculo às exigências do grande capital, por isso nesses locais “impunha-se a necessidade de políticas públicas orientadas para a preservação da força de trabalho³⁷⁶”. Com a hegemonia da classe produtora do café, buscaram-se modelos de práticas sanitárias desenvolvidos nos países capitalistas centrais e, nesse aspecto, os médicos, destacadamente Oswaldo Cruz, exerceram papel central na implantação de novos métodos de ação e tratamento³⁷⁷ dos doentes, calcados nas descobertas científicas, resultando no que

³⁷⁴ COSTA, 1985, p. 74-5.

³⁷⁵ Versos de presos, coletados por João do Rio. In: *A alma encantadora das ruas*. Disponível on-line em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/alma_encantadora_das_ruas.pdf> Acesso: 14 nov. 2016.

³⁷⁶ COSTA, 1986, p. 36.

³⁷⁷ Exemplos dos novos métodos que caracterizam a “pasteurização” da medicina são: A formação de institutos de pesquisa e ensino no campo bacteriológico; produção de soros e vacinas para serem aplicados na população e a organização médica em moldes paramilitares.

Nancy Stepan definiu como a “pausterização³⁷⁸” da medicina. Esse fenômeno de influência científica e cultural ocorreu no Brasil e em demais países da América Latina que passaram por processos semelhantes de construção da autoridade sanitária, marcados pelo modelo profilático de Pasteur. Segundo Nilson do Rosário Costa

As práticas desenvolvidas a partir de Oswaldo Cruz assinalaram, portanto, a criação de um padrão de serviço que ocupará um espaço próprio na estrutura estatal voltada para o problema da saúde. Através das ações de saúde pública, o Estado passou a viabilizar condições sanitárias às novas relações sociais e ao desenvolvimento da capacidade de produção do país³⁷⁹.

O relativo sucesso obtido na capital com o combate das epidemias causou furor nas elites, o que conferia maior destaque aos médicos e à necessidade de saneamento de todo o país. Abreu e Vilarino (2009, p. 194) ressaltam que o movimento pelo sanitarismo ocorreu em duas fases, a saber

a primeira, entre 1903 e 1909, com ênfase no saneamento urbano da capital federal (Rio de Janeiro). Concentrou-se especialmente na área portuária, e no combate à febre amarela, peste e varíola; visava garantir ao País condições de manutenção, sem prejuízos causados por desordem sanitária, do comércio exterior marítimo. A segunda fase, nas décadas de 1910 e 1920, teve como marca principal a preocupação com o saneamento rural a partir do combate às endemias que grassavam no interior (malária, ancilostomíase, esquistossomose).

Passaremos a analisar agora a segunda fase do Sanitarismo no Brasil, quando as expedições médico-científicas partiram para o interior, chegando a áreas muitas vezes desconhecidas por aqueles que viviam nas cidades e nas regiões litorâneas do sul do país. Foi um momento de redescoberta do Brasil e também de um diagnóstico cruel sobre a nação que ocupava o território: o povo estava doente, tomado pelas verminoses e infecções, abandonado à própria sorte.

2.3 Brasil: um imenso hospital

“O Brasil é um imenso hospital”. Essa frase, pronunciada pelo médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, doutor Miguel Pereira, em 1916, denunciava,

³⁷⁸ STEPAN, 2005, p. 51.

³⁷⁹ COSTA, 1986, p 72.

talvez sem exageros, o estado de abandono e o grau de morbidade das populações interioranas do país e, rapidamente, tornou-se o slogan da campanha pelo saneamento rural que passou a ocupar as páginas dos jornais e a tribuna do legislativo.

A iniciativa de sanear os sertões brasileiros, “iniciada de forma não organizada, ao longo dos anos de 1910, e ampliada com a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, teve impacto significativo na sociedade brasileira³⁸⁰”. Isso ocorreu, pois, segundo o professor e pesquisador Gilberto Hochman, foi nesse período que houve um claro aumento da consciência de interdependência acerca da mobilidade das epidemias entre os estados, tornando todos os entes federados alvos potenciais das enfermidades. Ao mesmo tempo, os debates elegiam a doença como tema central na compreensão da realidade e dos problemas do Brasil. Os agentes históricos envolvidos nessa ampla discussão iam além dos médicos, abrangendo militares, engenheiros, juristas, membros da imprensa e, claro, parlamentares. Aliás, a imprensa teve papel fundamental na ampliação da noção de interdependência. Jornais como *O Paiz* e o *Correio da Manhã*

deram grande cobertura ao tema, tornando-se fóruns de debate sobre o saneamento rural. Uma leitura deles, a partir de 1916, revela a presença diária da saúde pública, tanto em noticiários quanto em colunas e textos dos membros mais ativos da campanha.³⁸¹

Essa rede composta por diferentes pessoas vinculadas a instituições públicas e privadas irá contribuir para nacionalizar o debate em torno da saúde pública e da necessidade de sanear todo o país. Cada um desses indivíduos “divulgava de alguma forma, as concepções e propostas gerais do movimento pelo saneamento do Brasil, nas instituições e organizações às quais pertenciam³⁸²”. O debate permanecerá aceso ao longo das décadas de 1910 e 1920 pela imprensa e pelos discursos acalorados nas tribunas do parlamento.

Cabe nos determos no princípio da interdependência, originário do conceito de configuração, que foi desenvolvido pelo sociólogo alemão Norbert Elias (1980; 1993) e empregado por Gilberto Hochman na análise da campanha pelo saneamento rural do Brasil em sua tese de doutorado. A configuração “pode ser definida como um padrão estruturado e mutante de dependências recíprocas entres seres humanos³⁸³”. Esse instrumento conceitual permitia escapar do “antagonismo *indivíduo versus sociedade*, e a interdependência de indivíduos, grupos e instituições, a condição prévia para a formação e identificação de uma

³⁸⁰ HOCHMAN, 2013, p. 106; HOCHMAN e LIMA, 1996, p. 33.

³⁸¹ HOCHMAN, 2013, p. 107.

³⁸² Ibid., p. 107.

³⁸³ ELIAS, 1980 apud HOCHMAN, 2013 p. 25-6.

configuração³⁸⁴”. Logo, Hochman identificou a formação de uma configuração no Brasil, principalmente a partir dos anos 1910, quando se verificou, primeiro entre as elites, um aumento da consciência social sobre o risco da doença, o que acarretará, por sua vez, na aceitação da interdependência. Com essa formação de uma consciência, houve a concessão de que caberia ao Estado agir para minimizar os efeitos e as adversidades das interações sociais e dos elos estabelecidos entre os indivíduos nos níveis regionais e nacional. Mesmo que a ação estatal implicasse em interferência nas esferas municipais e estaduais, ultrapassando, de certo modo, os limites impostos pela Constituição de 1891, as elites e os chefes locais entenderam que a preservação de sua autonomia de nada adiantaria frente às epidemias e à falta de capacidade técnica e financeira da maioria dos municípios e estados brasileiros para controlar e combater as doenças, excetuando o estado de São Paulo. Acreditamos que, se Miguel Pereira foi o criador do slogan da campanha pelo saneamento, Monteiro Lobato forneceu sua logomarca, com o Jeca Tatu, um retrato do sertanejo doente e improdutivo. A publicação de livros e artigos em jornais e periódicos por nomes, como Belisário Penna e o próprio Lobato, contribuiu para formar a consciência de que a doença era uma mal coletivo e que urgia por medidas supralocais, as quais, por sua vez, dependiam de um grande esforço nacional centralizado.

No caso da saúde pública, a epidemia “pode ser vista como *paradigma da interdependência*, ou seja, ilustra os efeitos externos das adversidades individuais, que alcançam toda a sociedade, e da incerteza quanto à eficácia de qualquer solução individual e localizada³⁸⁵”. Nesse sentido, do que adiantaria sanear determinadas áreas do Rio de Janeiro e de São Paulo se as demais regiões do Brasil continuavam à mercê das endemias rurais? Sendo quase impossível impedir as conexões entre ricos e pobres, doentes e saudáveis, seria fundamental uma ação estatal que amenizasse os efeitos negativos da interdependência causados pelas doenças entre grupos de indivíduos e entre regiões que compunham o Brasil em permanente comunicação. Segundo Hochman, foi o crescimento da interdependência social e o fato de que a doença passou a ser vista como um mal público que contribuiu para a constituição da autoridade sanitária e do próprio poder público, o que promoveu a gradativa expansão de seus serviços, inicialmente restritos às capitais, para o interior do Brasil. De acordo com os

protagonistas e observadores dessas campanhas sanitárias, o sucesso no combate às epidemias e a melhoria da salubridade na cidade do Rio de

³⁸⁴ ELIAS, 1980 apud HOCHMAN, 2013 p. 25-6.

³⁸⁵ HOCHMAN, 2013, P. 29.

Janeiro estariam comprometidos, enquanto reinasse a febre amarela e a peste, em diversas partes do país, em especial nas regiões Norte e Nordeste³⁸⁶.

Nesse contexto em que o poder da autoridade sanitária se constituía e se ampliava, o papel dos médicos ganhou cada vez mais relevância no cenário nacional: eles passaram a sugerir projetos de lei, participar da elaboração de códigos sanitários, ocupar cargos na administração pública, intervir nos ambientes urbanos e rurais e também nos costumes dos cidadãos brasileiros. Assim

a profissão médica era reconhecida como uma técnica distinta das demais, por possuir, antes de tudo, normas de conduta internamente estabelecidas, definindo uma moral resultante de sua prática e da implicação de uma sabedoria do uso de seus conhecimentos e valores éticos³⁸⁷.

Mais do que isso, os médicos tornavam-se cada vez mais distintos dos demais elementos que compunham a sociedade, por conta das especificidades inerentes à sua profissão e de sua capacidade de curar e de transformar a realidade, intervindo nas questões higiênicas e sanitárias dos locais onde estivessem atendendo. A

marca que distinguia os médicos dos outros homens podia ser sintetizada na noção de dom, ou seja, era uma noção que excedia conquistas escolares de qualificação – compunha com estas, em certa dominância, elementos não-identificáveis materialmente, de caráter transcendental. Nesse sentido, o dom, ou a aptidão, não se adquiria – estaria inscrito na própria natureza; não como atributo comum a toda a espécie humana, mas sim como rara propriedade de alguns³⁸⁸.

Respaldados “pela confiança e pelos setores organizados para moldar um novo Brasil, os médicos deveriam adentrar os sertões³⁸⁹”. Sua missão era curar o sertanejo e regenerar a nação. Tal objetivo fica bastante claro no discurso que transcrevemos abaixo, do dr. Miguel Couto, na ocasião de formatura de um grupo de doutorandos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro:

Dois reputados mestres já o pediram com inextinguível eloquência. “os que de vós forem para o interior do país”, disse o professor Austragésilo, “poderão iniciar campanhas profiláticas e curativas contra as doenças regionais, porque, como se fazem propagandas religiosas e políticas, poderemos realizar também, com esforço particular, e não somente implorando aos governos, o início da luta feliz contra os parasitas daninhos que destroem o homem brasileiro”. E o professor Fernando de Magalhães: “É preciso que cada um dos médicos reunidos neste Congresso saia daqui com a

³⁸⁶ HOCHMAN, 2013, p. 96.

³⁸⁷ MOTA, 2003, p. 20-1.

³⁸⁸ SCHRAIBER, 1993 apud MOTA, 2003, p. 21.

³⁸⁹ Idem, p. 25.

preocupação de levar até a casa do doente e fazer penetrar profundamente no espírito dos habitantes desta terra a noção de amor ao solo natal³⁹⁰.

A missão dos esculápios era clara: estender-se aos sertões e aplicar as prédicas do sanitarismo, curar seu povo e promover maior integração nacional por meio do resgate da identidade nacional, da saúde das populações e do amor à terra natal. O pensamento e a ação de muitos médicos sanitaristas tomavam como base a obra de Euclides da Cunha – *Os sertões* (1902), cujo pioneirismo rompeu com as teses deterministas raciais e climáticas que apontavam o brasileiro como um povo inferior. O caboclo, para Euclides da Cunha, era antes de tudo um forte, apesar das condições políticas, econômicas e sociais adversas, incluindo o abandono por parte de seus líderes, que pouco se importavam com o povo do interior.

Mas de onde, exatamente, surgiu o diagnóstico de que o Brasil era um país doente e um imenso hospital? A construção dessa ideia remete-nos ao início da década de 1910. Na ocasião o dr. Oswaldo Cruz chefiava o Instituto Manguinhos, que posteriormente seria rebatizado com o seu nome. À frente do Instituto, Cruz organizou importantes expedições científicas rumo ao interior do país, para combater doenças, como a febre amarela no Pará e a malária no Amazonas e em Minas Gerais, onde estavam em construção as ferrovias Madeira-Mamoré e Central do Brasil respectivamente. No Norte do país, Oswaldo Cruz cuidou pessoalmente dos serviços sanitários que viabilizaram a construção da ferrovia em meio à floresta amazônica. Em Minas Gerais, o médico Carlos Chagas descobriu na cidade de Lassance uma gravíssima doença, após ter

sua atenção despertada por um inseto que proliferava nas frestas das paredes de pau-a-pique das casas, alimentando-se à noite do sangue de seus moradores. Por atacar preferencialmente o rosto, era chamado de barbeiro pela população local. Ao examinar estes insetos, Chagas encontrou neles um novo parasito, que chamou de *Trypanosoma cruzi*, em homenagem a Oswaldo Cruz³⁹¹.

Outra expedição científica bastante relevante foi a chefiada pelos médicos-sanitaristas Belisário Penna e Arthur Neiva. Organizada em 1912 por requisição da Inspetoria de Obras contra as Secas, um órgão que fazia parte do Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, a expedição percorreu áreas do Piauí, Pernambuco, Bahia e Goiás com a finalidade de fazer reconhecimento topográfico, levantamento das condições sanitárias, além de estudos da fauna, flora, geografia e condições de vida. A expedição durou sete meses, de

³⁹⁰ COUTO, [s.d]. apud MOTA, 2003, p. 25-6.

³⁹¹ Carlos Chagas. Disponível on-line em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=109&sid=7>> Acesso em 19 jun. 2017.

abril a outubro daquele ano, resultando num extenso relatório que reuniu informações médicas, políticas, econômicas, sociais e culturais das populações e dos locais visitados. A publicação do documento ocorreu em 1916 e suas informações chocaram a opinião pública e as elites intelectuais brasileiras, pois denunciava o estado de abandono dos sertanejos, que estavam doentes por conta da inércia e da ineficácia do poder público.

Paralelamente às discussões sobre a necessidade de sanear o Brasil, o mundo vivia um período de crescimento dos movimentos nacionalistas e assistia ao horror da Primeira Guerra Mundial. Esses fatos repercutiram no Brasil e por aqui também surgiram vários movimentos e agremiações de cunho nacionalista que almejavam resgatar a identidade nacional. Em 1916, por exemplo, foi fundada, no Rio de Janeiro, a Liga de Defesa Nacional, da qual participavam políticos e intelectuais, como Olavo Bilac, Pedro Lessa, Miguel Calmom e Rui Barbosa. A Liga defendia a ideia do "cidadão soldado" - o serviço militar era encarado como uma possibilidade de acesso à cidadania e, por isso, recebeu o apoio do exército. A questão do recrutamento e do serviço militar trazia à tona uma discussão que permeava o meio intelectual, desde o final do século XIX pelo menos, acerca do povo brasileiro e de sua condição racial. Havia pensadores que atribuíam à mestiçagem ou ao clima a culpa por o povo ser doente, preguiçoso, indolente e pouco produtivo.

Outra organização nacionalista que surgiu ao final da década de 1910 foi a Liga Pró-Saneamento do Brasil, com o intuito de atuar em prol do saneamento de todo o território brasileiro. Ela tinha entre os seus membros médicos, políticos, diversos intelectuais e o próprio presidente da república, Wenceslau Braz, que ocupava o cargo de presidente honorário da Liga. Entre 1918 e 1920,

[...] a Liga Pró-Saneamento do Brasil promoveu conferências em associações privadas e instituições públicas, distribuiu panfletos de caráter pedagógico alertando a população para a importância dos princípios básicos de higiene e estabeleceu delegações em algumas unidades da Federação, com o objetivo de estimular os governos estaduais e municipais a implementar a construção de habitações higiênicas, a profilaxia de doenças consideradas evitáveis, programas de educação higiênica, postos rurais e obras de saneamento básico³⁹².

Para os membros da Liga, sanear o Brasil era uma "luta patriótica" e esse objetivo estava alinhado com o nacionalismo preponderante no país entre os anos de 1910 e 1920.

³⁹² SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Liga Pró-saneamento do Brasil. In: DE ABREU, Alzira Alves et al (coords.). Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20PR%C3%93-SANEAMENTO%20DO%20BRASIL.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

Logo, estabelecer uma política nacional de saúde fortaleceria o povo, resgataria uma identidade nacional e colocaria o Brasil no rumo da modernidade, já alcançada pelas potências capitalistas centrais. Os médicos e intelectuais que compartilhavam dos ideais da Liga estavam convictos de que por meio do Sanitarismo e do Higienismo seria possível resgatar o país! Os membros da Liga, portanto, refutavam quaisquer determinismos climáticos e teses biológicas e científicas baseadas no darwinismo social, cujo princípio estabelecia uma hierarquia entre as raças e condenava a mestiçagem e o povo brasileiro a amargar na incivilidade. Cabe destacar que outros intelectuais brasileiros nos primeiros anos do século XX já haviam questionado os determinismos racial e climático na interpretação do Brasil, são eles: Manoel Bonfim e Alberto Torres. Esses pensadores consideraram outras variáveis para entender os problemas brasileiros, como questões ligadas à cultura, ao passado nacional e à organização da sociedade brasileira; concomitantemente, indicavam alternativas para o país: “No caso de Alberto Torres, a revisão dos princípios federalistas e o incentivo à pequena propriedade rural, e de Manoel Bonfim, um amplo projeto educacional³⁹³”. No início da década de 1930, o historiador Gilberto Freyre, numa abordagem culturalista, também refutou as teorias raciais e, no prefácio de sua obra-prima, enfatizou que o problema do brasileiro não era a raça, e sim a doença:

Vi uma vez, depois de quase três anos de ausência de Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo não me lembro se do São Paulo ou do Minas pela neve mole do Brooklin. Deram-se a impressão de caricaturas de homens e veio-me à lembrança a frase de um viajante inglês ou americano que acabara de ler sobre o Brasil: ‘the fearfully mongrel aspect of population’. A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse, então, como em 1929, Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas mulatos ou cafuzos doentes³⁹⁴.

Logo, a doença se tornava o elemento identitário, onipresente, cada vez mais forte entre os brasileiros, urgindo sanear e higienizar o Brasil e o seu povo. A causa pelo saneamento do país tornou-se cada vez mais evidente na imprensa, e o discurso de Miguel Pereira chamou a atenção de muita gente, sobretudo das elites políticas e intelectuais. Os dados do relatório Penna-Neiva (1916) apresentavam um quadro preocupante de áreas ou regiões onde endemias e epidemias ceifavam vidas e inutilizavam outras tantas sem que nenhuma providência profilática fosse adotada pelo poder público. O saneamento dos sertões, a partir do brado do dr. Pereira, virou tema de debate nacional.

³⁹³ HOCHMAN; LIMA, 1996. p. 27.

³⁹⁴ FREYRE, 1978 apud HOCHMAN; LIMA, 2004, p. 507.

Aliás, essa constatação que de que os sertões careciam de saneamento foi realçada pelo médico e escritor baiano Afrânio Peixoto, quando ele afirmou que os sertões do Brasil começavam no fim da avenida Central (Rio Branco)³⁹⁵, portanto os sertões e as doenças não estavam tão longe assim da elite carioca e do alcance do governo federal. Nas palavras do literato João Guimarães Rosa o “sertão está em toda a parte”³⁹⁶. Algo deveria ser feito para conter as epidemias, as quais foram minuciosamente detalhadas por Penna e Neiva. Como podemos perceber, a expressão “sertões” não se referia apenas às áreas longínquas e interioranas, mas, por conta de suas péssimas condições sanitárias, referia-se também a regiões bem próximas do litoral. Por esse motivo, o pesquisador Gilberto Hochman afirmou que “*sertões*, para a campanha pelo saneamento, eram mais uma categoria social e política do que geográfica. Sua localização espacial dependeria da existência do binômio *abandono e doença*”³⁹⁷.

Sendo assim, onde houvesse a presença do binômio abandono-doença, ali estaria o sertão, como um lugar marcado por condições insalubres, falta de saneamento, pessoas doentes e esquecidas pelo poder público. Para preencher esse vácuo da ausência do Estado, os médicos-sanitaristas, por meio das políticas nacionais de saúde e das medidas profiláticas contra as endemias rurais, se dispunham a ser os representantes estatais nos vários rincões do país. Eles cuidavam de sua gente, promoviam a educação higiênica, tratavam as doenças, coletavam exames, modificavam os costumes locais, combatiam as crendices e superstições do povo e elaboravam estatísticas vitais para se ter um panorama real da situação da saúde na região onde atuavam. Em 1921, num editorial de *A Gazeta Clínica*, destacavam-se a abrangência da campanha pelo saneamento rural e a importância da união de esforços para obter resultados positivos. Eis o registro do documento:

Todas as doenças, que ora nos assediam, desaparecerão mediante uma campanha inteligente e pertinaz, fundada tanto na atividade administrativa como na cooperação individual. Governantes e governados, de mãos dadas para o mesmo fim, unidos pelo interesse coletivo, que nunca se opõe, em essência, ao interesse individual, sanarão a terra, fortalecerão o homem e acabarão de vez com essa atmosfera de dúvida que paira sobre o valor do Brasil e dos brasileiros³⁹⁸.

³⁹⁵ Eis o texto de Afrânio Peixoto, resgatado por Gilberto Hochman: “[...] Se raros escapam à doença, muitos têm duas ou mais infestações [...] Veem-se muitas vezes, confrangido e alarmado, nas mossas escolas públicas crianças a bater os dentes com o calafrio das sezões [...] e isto, não nos “confins do Brasil”, aqui no Distrito Federal, em Guaratiba, Jacarepaguá, na Tijuca [...] Porque, não nos iludamos, o nosso sertão começa para os lados da Avenida” (PEIXOTO, 1922, p. 31-2 apud HOCHAMAN, 2013, p. 70)>

³⁹⁶ ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. São Paulo: Nova Aguilar, 1994, p. 4.

³⁹⁷ HOCHMAN, 2013, p. 69.

³⁹⁸ *A Gazeta Clínica*, Anno XIX, nº 5, São Paulo, 1921, p. 9. Apud MOTA, 2003, p. 25.

Segundo André Mota, ser “um povo civilizado, nas bases sanitárias e higiênicas, equivalia a alinharmo-nos ao perfil de todos os países tidos como ricos, progressistas e racialmente superiores³⁹⁹”. Neiva e Penna classificaram a população do interior como “[...] povo que ainda há de vir”,⁴⁰⁰ afinal as endemias e as péssimas condições de vida dos caboclos não lhes permitiam uma vida saudável, tampouco ter qualquer sentimento de identidade nacional. As ideias médico-sanitárias, por vezes, entrecruzavam-se com a Eugenia, que pode ser definida como a ciência do melhoramento racial. Sendo assim, sanear as cidades e ensinar higiene ao povo o fariam mais saudável, melhorariam sua prole e o tornariam mais forte, produtivo e apto ao trabalho, podendo o brasileiro se equiparar a qualquer trabalhador europeu. Portanto era “urgente transformar esses estranhos habitantes do Brasil em brasileiros. A medicina, aliada ao Poder Público, era instrumento fundamental para operar essa transformação⁴⁰¹”. Além disso, essa “redescoberta” do Brasil sob a ótica da medicina social desmentia a retórica romântica e ufanista que idealizava o caboclo e o sertanejo brasileiro⁴⁰², algo que Lobato já havia feito em 1914, quando publicou os contos *Velha Praga* e *Urupês* nas páginas do *Estadão*”.

O relatório da expedição científica Penna-Neiva constitui-se, pois, numa valiosa fonte histórica e serviu de alimento para os acalorados debates que foram travados em torno do saneamento, do papel a ser desempenhado pelo poder público na esfera de saúde e também das elites no Brasil nas décadas de 1910 a 1920. Nesse documento, publicado em 1916, os médicos registraram que os sertões e seus habitantes estavam sendo consumidos pela “trindade maldita”, isto é, a Opilação ou Amarelão (ancilostomíase), Impaludismo (Malária) e o Mal de Chagas (Tripanossomíase Americana). Segundo eles, cerca de 70% da população rural padecia de opilação ou amarelão, o que explicava a improdutividade do sertanejo. Ele não era indolente e nem sua raça inferior às demais por conta do clima tropical ou por ser miscigenado; o sertanejo não tinha identidade nacional, pouco ou nada produzia, pois estava doente.

Apesar de a descrição da população no relatório, muitas vezes, assemelhar-se a uma imagem negativa corrente no período, a grande mudança está na atribuição de responsabilidade pela apatia e pelo atraso. Seria o governo, e

³⁹⁹ MOTA, André. *Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892 e 1920*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 42.

⁴⁰⁰ NEIVA & PENNA, 1916, p. 198 apud HOCHMAN, 2013, p. 68.

⁴⁰¹ HOCHMAN, 2013, p. 68.

⁴⁰² Dentre esses autores que idealizavam o caboclo, podemos citar o Conde Afonso Celso, Cornélio Pires e Ildelfonso Albano, todos já analisados brevemente no primeiro capítulo desta dissertação, em contraposição ao caboclo de cunho realista retratado por Monteiro Lobato.

não mais a natureza, a raça ou o próprio indivíduo, o grande culpado pelo abandono da população à própria sorte⁴⁰³.

Penna e Neiva culpavam o poder público pela situação de atraso e de abandono do sertão, porque essas doenças eram “males se não curáveis, pelo menos evitáveis⁴⁰⁴”. A esse respeito, o relatório científico diz o seguinte sobre a condição de vida dos caboclos: “Vivem eles abandonados de toda e qualquer assistência [...] sem proteção de espécie alguma, sabendo de governos porque se lhes cobram impostos de bezeros, de bois, de cavalos e burros⁴⁰⁵”. Apesar de o cenário geral ser catastrófico, os médicos também apontaram que, em certas regiões de Bahia e de Pernambuco, havia populações resistentes e robustas, porém o quadro geral era “dantesco”, de regiões isoladas, “como certas áreas entre Goiás e Piauí, praticamente privadas de registro feito por naturalistas estrangeiros ou brasileiros”, onde vivia uma população doente, abandonada à própria sorte, sem nenhuma identidade nacional e desprovida dos mínimos cuidados governamentais em suas três esferas (municipal, estadual e federal). Nesse caso, como aquelas pessoas poderiam se sentir brasileiras, sendo que não tinham nenhuma experiência de cidadania? Sobre a ausência de identidade nos sertanejos, os médicos anotaram que eles desconheciam símbolos e referências nacionais e “[...] a única bandeira que conhecem é a do divino⁴⁰⁶”. A fé e as superstições religiosas preenchiam, portanto, a ausência do Estado.

Mediante esse diagnóstico, “o termo sertões passa a ser sinônimo de abandono, ausência de identidade nacional e difusão de doenças endêmicas⁴⁰⁷”. O movimento sanitarista tomava forma a partir da divulgação do relatório e do brado de Miguel Pereira e começava a exigir “demandas por ações positivas do governo em matéria de saneamento e saúde pública e pelo aumento da presença do Poder Público em vastas áreas desassistidas do país”. Além disso “apresentava uma possibilidade de conformar uma identidade de ser brasileiro distinta daquela fornecida pela doença⁴⁰⁸”. Assim, o “diagnóstico de um povo doente significava que, em lugar da resignação, da condenação ao atraso eterno, seria possível recuperá-lo, mediante ações de higiene e saneamento, fundadas no conhecimento médico e implementadas pelas autoridades públicas⁴⁰⁹”. Mas para que as doenças fossem combatidas, o poder público, principalmente o governo central, deveria agir para solucionar o problema, através de uma

⁴⁰³ HOCHMAN, 2013, p. 67; HOCHMAN; LIMA, 2004, p. 500.

⁴⁰⁴ HOCHMAN, 2013, p. 73.

⁴⁰⁵ NEIVA & PENNA, 1916, p.199 apud HOCHMAN, 2013, p. 67.

⁴⁰⁶ HOCHMAN, 2013, p. 67.

⁴⁰⁷ Ibid., p. 68; HOCHMAN; LIMA, 1996, p. 30-1.

⁴⁰⁸ HOCHMAN, 2013, p. 68.

⁴⁰⁹ Ibid., p. 68.

campanha nacional de combate às endemias rurais e às epidemias que teimavam em aparecer por todo o país, caso da persistente febre amarela. E isso exigia um grande esforço do poder central, o qual deveria, inclusive, extrapolar seus limites fixados pela constituição de 1891 para intervir ou prestar auxílio aos estados que eram vítimas das endemias. Segundo a carta constitucional, as questões de saúde competiam aos municípios e aos estados, ficando à mercê do governo federal o cuidado pelos portos e pela capital da República.

Os sanitaristas e a Liga Pró-Saneamento do Brasil não acreditavam que estados e municípios pudessem arcar com as despesas e as demandas técnicas e científicas necessárias para a profilaxia das doenças. Por isso, clamavam pela intervenção federal e, inclusive, reivindicavam a criação de um Ministério da Saúde, tendo em vista que o principal órgão federal de saúde, a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), criada em 1897, era vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e tinha suas funções limitadas à fiscalização e higiene dos portos e do Distrito Federal e “assistência aos estados da federação, em casos previstos e regulados constitucionalmente⁴¹⁰”. A exceção era o estado de São Paulo⁴¹¹, que desde o final do século XIX já vinha estruturando uma organização sanitária, considerada por Hochman sem precedentes na América Latina. Os paulistas tinham recursos e verbas disponíveis para empreender tais ações de saúde pública sem recorrer ao governo federal. São Paulo era produtor e exportador de café e berço de várias indústrias. Logo os seus dirigentes e as elites econômicas compreenderam que o saneamento e o higienismo seriam necessários para garantir o sucesso das transformações que estavam em curso no Brasil, como o fim do escravismo e as novas relações de trabalho ensejadas pelo incentivo à imigração, à adoção do regime republicano e ao próprio desenvolvimento do capitalismo no país.

Na imprensa e nos principais periódicos nacionais, médicos, como Belisário Penna e Miguel Pereira, além de juristas, intelectuais e políticos, alardeavam a urgência de uma campanha de saneamento rural e cobravam maior atuação do governo federal, uma vez que a maioria dos estados não tinha capacidade técnica e financeira de lidar sozinhos com seus problemas. Houve ceticismo por parte de alguns parlamentares os quais achavam que os sanitaristas estavam cometendo um exagero retórico a respeito das condições de saúde das

⁴¹⁰ HOCHMAN; LIMA, 1996, p. 25.

⁴¹¹ Hochman (2013) dedicou um capítulo de sua tese de doutoramento para analisar a exceção paulista na constituição de serviços públicos de saúde. Ver Capítulo 5 da obra *A era do saneamento*.

populações do interior do Brasil. Outros afirmavam que “a campanha pelo saneamento denegria o país, que o diagnóstico era exagerado⁴¹²”.

Um destes parlamentares foi o deputado federal por Minas Gerais, Carlos Peixoto, o qual exerceu vários mandatos entre 1903 a 1917, ano em que faleceu. Filiado ao Partido Republicano Mineiro (PRM), em sua atuação parlamentar, Peixoto destacou-se, sobretudo, na defesa de projetos de regularização do comércio do café e nos debates relacionados às questões fiscais. Entretanto, numa conjuntura nacionalista, o parlamento como um todo não se furtou à discussão de formas para aprimorar a defesa nacional, elegendo o serviço militar obrigatório como uma das possibilidades.

Há inúmera bibliografia que atribui ao deputado Carlos Peixoto um pronunciamento, no qual o parlamentar se comprometia, em caso de invasão estrangeira nas terras brasileiras, a ir aos sertões e convocar os caboclos para defender o Brasil⁴¹³. Peixoto parecia inclinado em aceitar a tese euclidiana de que o sertanejo, apesar de todas as intempéries políticas, sociais, econômicas e culturais que atribulavam suas vidas, era "antes de tudo, um forte".

O discurso do parlamentar teve resposta, seu interlocutor foi o médico-sanitarista e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Pereira, aquele que esboçou a frase que se tornou lema da campanha pelo saneamento: "o Brasil é um imenso hospital". Pereira pronunciou a frase em 1916, após a divulgação do relatório da expedição Pena-Neiva que causou assombro na mídia e nas elites intelectuais e dirigentes do país, pois revelara o elevado índice de morbidez do povo do interior. Miguel Pereira, num contundente discurso, respondeu ao parlamentar lembrando-o que, afora o Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades mais ou menos saneadas, o Brasil ainda era um país de doentes. De forma irônica, o médico afirmou que, apesar de considerar nobre a iniciativa do político de ir aos sertões para recrutar pessoas para combater, ela se mostraria inócua, pois:

Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria; inválidos, exangues, esgotados pela ancilostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo; chupados pela fome, ignorantes, abandonados, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer da sua modorra ao apelo tonitruante de trombeta guerreira, [...] ou quando, como espectros, se levantassem, não poderiam compreender por que a Pátria,

⁴¹² HOCHMAN, 2013, p. 122.

⁴¹³ NARA, Britto. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995; PENNA, Lincoln de Abreu (org). *Manifestos Políticos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008; KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas no Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

que lhes negou a esmola do alfabeto, lhes pede agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro redentor, a arma defensiva⁴¹⁴.

A fala do médico foi um choque de realidade aplicado no deputado. Antes Miguel Pereira havia levantado algumas questões problemáticas, na ocasião sendo inclusive irônico ao lembrar ao deputado que fora justamente em seu estado – Minas Gerais – que Carlos Chagas havia mapeado a tripanossomíase americana:

Quais os soldados que o orador [Deputado Carlos Peixoto] iria equipar? Os do seu estado natal? Mas foi exatamente ali [em Minas Gerais] que o descobrimento genial de Chagas, numa zona que se alonga e se dilata por centenas de quilômetros, revelou ao país, sem nenhum resultado prático ou consequência profilática, espetáculo dantesco de uma morbidade fatal e progressiva que amontoa gerações sobre gerações de disformes e paralíticos, de cretinos e de idiotas⁴¹⁵. [As inserções são nossas].

Nenhum dos autores consultados acerca desse debate reproduz a tréplica do deputado. Assim resta claro que sua ideia de ir aos sertões para recrutar "cidadãos soldados" não se sustentaria frente ao discurso do médico, o qual demonstrou, com argumentos baseados em um relatório empírico, que a situação da saúde pública nos sertões era gravíssima, o que inviabilizaria qualquer tentativa de formação de um exército nacional.

Embora as posições apresentadas sejam visivelmente contraditórias, ambas estão inseridas num contexto nacionalista e representam a esperança ou a expectativa da formação de uma nacionalidade brasileira forte. Porém a construção da nacionalidade passava pela formação de um povo saudável, com acesso à educação e à renda, e que tivesse um governo que lhe assegurasse o mínimo de cidadania. Em suma, a campanha pelo saneamento rural continuou e obteve muito êxito em sua empreitada que tinha um grande e audacioso objetivo: sanear o Brasil!

Existia um consenso entre os membros da Liga Pró-Saneamento do Brasil de que o governo federal deveria agir e tomar as rédeas da saúde pública, mesmo que isso custasse o rompimento do pacto federativo estabelecido pela Constituição de 1891. Sem intervenção federal nos estados e nos municípios, não seria viável combater as endemias rurais e as epidemias que grassavam por todo o território nacional. Uma das principais vozes que criticou a inoperância do governo federal na saúde pública foi a do médico Belisário Penna. Em conferências, palestras, livros e artigos, ele atacou a república e, sobretudo, o federalismo, culpando-o por “todos os males que nos atingem⁴¹⁶”. Para ele, a autonomia concedida aos

⁴¹⁴ PEREIRA, 1922 apud LIMA; HOCHMAN, 2000, p. 316.

⁴¹⁵ PEREIRA, 1916 apud KROPF, 2009, p. 195.

⁴¹⁶ PENNA, 1923, p. 122 apud HOCHMAN, 2013, p. 71.

entes federados havia minado qualquer hipótese de trabalho conjunto e de solidariedade. “O princípio constitucional de autonomia estadual e municipal, que restringia as possibilidades de uma ação coordenada em âmbito federal”⁴¹⁷, e as doenças transmissíveis eram a prova de que o Estado deveria centralizar as ações de saúde pública a fim de evitar a propagação do mal causado pelas enfermidades.

Belisário Penna destacou-se também por publicar o livro *Saneamento do Brasil*⁴¹⁸ (1918), “que sàe á luz da publicidade acompanhado de annuncios mercantis, á guisa de auxilio”, e todo o valor arrecadado com a sua venda foi destinado à Liga Pró-Saneamento do Brasil⁴¹⁹. Nessa obra, resultado de artigos que o autor publicou no *Correio da Manhã* entre 1916-1917, ele defendeu suas ideias com bastante eloquência e determinação. No livro, Penna

propõe uma interpretação das relações entre doença, sociedade e política, no Brasil, e a modificação do papel do Governo Federal nos campos do saneamento e saúde pública. Tudo isso, a partir de uma crítica contundente ao federalismo e ao descaso das elites governantes. O que torna importante a exposição do seu argumento geral é que as ideias de Belisário Penna, repetidas em centenas de outros artigos e palestras publicados no período, tiveram expressivo impacto público, tendo convertido ao credo sanitaria diversos políticos e intelectuais⁴²⁰ ...

Segundo Hochman, os intelectuais e políticos convertidos pela pregação de Belisário Penna amplificaram a campanha pelo saneamento rural⁴²¹, despertando inclusive certos opositores às ideias políticas, como veremos mais adiante. Um dos homens convertidos por Penna foi Monteiro Lobato. Em 1918, o empresário do ramo editorial e escritor paulista Monteiro Lobato publicou a obra *Problema Vital*, na qual reuniu vários artigos que havia escrito para o “Estadão”, tentando convencer, sobretudo as elites, da importância da campanha. A lume das denúncias feitas pelos médicos das condições higiênico-sanitárias do interior, Lobato também fará uma releitura de seu personagem Jeca Tatu, reinterpretando a preguiça do Jeca como fruto do descuido governamental. Sobre a obra de Monteiro Lobato, trataremos, detalhada e minuciosamente, no capítulo final desta dissertação.

Interessa-nos agora compreender de que maneira as elites dirigentes e econômicas do país se deixaram convencer pela campanha em prol do saneamento rural, mesmo que isso

⁴¹⁷ HOCHMAN; LIMA, 1996. p. 25.

⁴¹⁸ O livro *Saneamento do Brasil* (1918) encontra-se disponível para consulta em versão digital no acervo on-line da Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz. Disponível on-line em: < <http://basearch.coc.fiocruz.br/>> Acesso em 06 fev. 2016.

⁴¹⁹ Op. Cit. p.8. Disponível on-line em: < <http://basearch.coc.fiocruz.br/>> Acesso em 06 fev. 2016.

⁴²⁰ HOCHMAN, 2013, p. 71.

⁴²¹ Ibid., p. 71.

resultasse na perda de autonomia dos entes federados e na maior intervenção do governo central nos estados e nos potentados locais, tradicionalmente controlados por chefes políticos, fazendeiros e coronéis. De acordo com Gilberto Hochman, na medida em que se formava entre as elites uma consciência de interdependência no que tange à necessidade de sanear o Brasil e uniformizar os serviços públicos de saúde, o que demandava intervenção ou significativa ajuda e presença federal nos estados e municípios, os grupos dominantes calcularam que seria mais benéfico “ferir” o arranjo constitucional federalista de 1891 a deixar as economias locais padecerem por conta de um povo doente e improdutivo. Assim o apoio federal foi permitido aos estados e municípios viabilizado através de acordos firmados entre as partes. Tais acordos tratavam sobre o financiamento dos serviços, condições de pagamento, criação de estrutura sanitária, decretos e regulamentos de higiene e constituição de uma autoridade sanitária que respondesse ao governo federal dentre outros. Evidentemente, todo esse processo político de formação da autoridade sanitária foi permeado por ingerências dos chefes locais e dos presidentes dos estados, os quais buscavam indicar nomes de aliados para ocupar cargos e funções na estrutura burocrática e estatal que se gestava tanto nos estados quanto nos municípios.

Enquanto uma política nacional de saúde pública era esboçada, os membros da Liga Pró-Saneamento do Brasil defendiam e reivindicavam um Ministério da Saúde independente que fosse controlado por especialistas em Sanitarismo, higienismo e medicina social, para centralizar as ações no campo da saúde pública e elaborar e colocar em prática um extenso plano nacional de profilaxia. A ideia gerou forte debate no parlamento entre deputados que se mostravam contra e a favor à criação de uma nova pasta ministerial⁴²². Pinçamos as falas de alguns atores históricos que vivenciaram esse contexto e foram antagonistas no debate em questão.

O Deputado maranhense Luís Domingues, por exemplo, tinha uma posição favorável à centralização dos serviços de saúde, por meio da atuação/auxílio do governo federal aos estados. Ele justificou seu ponto de vista alegando: “[...] não temos a lepra maranhense, a febre amarela baiana, a tuberculose carioca, a cura interessa por igual a todo país”⁴²³.

Para Hochman, essa tese era compartilhada pelos deputados que representavam os estados mais frágeis da Federação, que dispunham de menos recursos financeiros e técnicos

⁴²² O debate sobre a centralização ou descentralização dos serviços de saúde remete-nos ao início da República, ainda no final do século XIX. Gilberto Hochman reproduziu a discussão travada em 1891 entre os médicos Azevedo Sodré e Nina Rodrigues. Ver páginas 110 e 111 de sua tese de doutorado.

⁴²³ Atas da Câmara, 98ª sessão, 11-10-1919 apud HOCHMAN, 2013, p. 128.

para erradicar sozinho as endemias. Para eles: “a política de combate às endemias e epidemias deveria ser implementada pela União, independentemente de quando cada estado pudesse contribuir, já que justamente seriam os mais pobres os mais afetados⁴²⁴”.

Já o presidente da Comissão de Saúde Pública, o deputado carioca Teixeira Brandão, médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro da Associação Nacional de Medicina, posicionou-se contra o projeto de criação do Ministério da Saúde e, conseqüentemente, contra uma intervenção federal nos estados e municípios. Em seu argumento, Brandão fez alusão à ordem federalista, portanto a saúde pública era competência dos governos estaduais e municipais.

Atribuir ao governo da União semelhante tarefa seria inverter a ordem natural das coisas e destruir pela base o edifício político que construiu a revolução republicana. De acordo com esse modo de pensar, não podemos, com pesar, dar o nosso assentimento à reforma projetada nos termos em que é proposta⁴²⁵.

O projeto de reforma da saúde rejeitado fora proposto pelo deputado Azevedo Sodré, também médico, membro e ex-presidente da Associação Nacional de Medicina, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro da Liga Pró-Saneamento do Brasil. No modelo proposto por Sodré, o ministério “reuniria todos os serviços de higiene do DF, os serviços sanitários marítimos e fluviais existentes no país e serviços pertinentes de outros ministérios⁴²⁶”. O saneamento e a profilaxia rural nos estados ocorreriam mediante celebração de prévio acordo, o qual estabeleceria as formas de financiamento, o que incluía a criação de novos impostos federais e estaduais, caso o estado não pudesse arcar com parte das despesas.

Embora a proposta de criação do Ministério da Saúde não lograsse êxito, o Serviço de Profilaxia Rural foi regulamentado em 1918. Com a pandemia da Gripe Espanhola, que atingiu em cheio o Rio de Janeiro, fazendo milhares de vítimas⁴²⁷ entre pobres e ricos, os planos de aumentar a responsabilidade da União com a saúde pública ganharam fôlego. Assim os “mesmos deputados que rejeitaram os projetos de Azevedo Sodré e do Executivo de criação de um Ministério da Saúde Pública convergiram na sugestão de fundar um novo organismo federal com poderes bem mais amplos que a DGSP” (idem, p. 136). Um novo projeto fora aprovado no final de 1919, criando o Departamento Nacional de Saúde Pública

⁴²⁴ HOCHMAN, 2013, p. 128.

⁴²⁵ Atas da Câmara, 120ª sessão, 18-11-1918 apud HOCHMAN, 2013, p. 123.

⁴²⁶ HOCHMAN, 2013, p. 121.

⁴²⁷ Estima-se que as vítimas fatais da gripe espanhola no Brasil tenham ficado entre 30 mil a 180 mil. Dentre essas vítimas, estava Rodrigues Alves, que havia sido reeleito para a presidência da República, mas foi sucedido pelo seu vice Delfim Moreira, em 15/11/1918 (HOCHMAN, 2013, p. 125-6).

(DNSP), publicado no Decreto nº 3.987, em 2 de janeiro de 1920. As atribuições do DNSP eram abrangentes, apesar de ele ser vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e suas atividades⁴²⁸ possibilitaram a ampliação da autoridade sanitária por todo o país. A medida agradou tanto a gregos quanto a troianos; um ministério não foi criado, mas sim um departamento robusto que tinha aporte técnico e financeiro para agir em todo o território nacional, sem transgredir o princípio constitucional do federalismo, mediante a celebração de convênios entre a União e os demais entes federados. Depois da aprovação e criação do DNSP, a Liga Pró-Saneamento encerrou suas atividades, acreditando que seu objetivo havia sido atingido.

Uma das diretorias do DNSP era a Diretoria de Profilaxia Rural, assumida por Belisário Penna, que iniciou os trabalhos de levar aos sertões a saúde pública, combater as endemias e proteger e recuperar as populações atingidas pelas doenças. Nos locais contemplados pela ajuda federal, postos de profilaxia rural foram instalados, e sua equipe, formada por um médico-sanitarista, enfermeiros e guardas sanitários, passava a zelar pela saúde do lugar, realizando exames, medicando doentes, registrando estatísticas vitais, promovendo campanhas de vacinação e de educação sanitária junto às escolas, intervindo nos costumes locais, adentrando hospedarias e estabelecimentos comerciais, fiscalizando a produção de alimentos, sobretudo a de leite, planejando e executando obras como aterros sanitários, drenagem de pântanos, construção de cisternas etc. Os critérios para a instalação dos postos de profilaxia rural eram os seguintes: regiões mais atingidas pelas endemias; as mais densamente povoadas e as mais importantes do ponto de vista econômico⁴²⁹. Além da ajuda federal, os estados também poderiam contar com apoio internacional da Fundação Rockefeller⁴³⁰, a qual tinha ampla experiência no combate à febre amarela e à malária, adquirida desde o final do século XIX, atuando no sul dos EUA e em Cuba. A Fundação fornecia recursos financeiros e apoio técnico-científico aos médicos e foi bastante efetiva nas campanhas profiláticas que ocorreram em todo o território nacional ao longo dos anos 1920.

⁴²⁸ Para visualizar a organização burocrática e todas as atribuições do DNSP, consultar a Legislação específica, disponível on-line em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-3987-2-janeiro-1920-570495-publicacaooriginal-93627-pl.html> > Acesso em 27 ju. 2017.

⁴²⁹ HOCHMAN, 2013, p. 179.

⁴³⁰ Há vários trabalhos que abordam a atuação da Fundação Rockefeller no saneamento dos estados brasileiros e apontam os interesses por trás da filantropia médica e científica da fundação. Ver mais em: BRANNSTROM, Christian. A fundação Rockefeller e a campanha de erradicação da ancilostomíase em São Paulo (1917-1926). *Revista de História Regional* 15(2): 10-48, Inverno, 2010; FARIA, Lina Rodrigues de. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. 9, n. 3, pp. 561-90, set.-dez. 2002; MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização: a Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1928). *Horizontes*, Bragança Paulista, v. 22, n.2, p. 175-189, jul-dez, 2004.

A campanha pelo saneamento rural havia logrado êxito. O Brasil, enquanto um “imenso hospital”, estava sendo tratado, e o poder público começou a se fazer presente em áreas até então abandonadas, apesar das dificuldades e de certas resistências encontradas nos potentados locais⁴³¹. Hochman fez o seguinte balanço da atuação federal na saúde:

Já em 1922, estavam em funcionamento 88 postos sanitários, rurais, em quinze estados e no DF, sendo alguns itinerantes no Amazonas e no Pará, visando atender populações ribeirinhas. Havia mais dezesseis postos-sede dos serviços nas capitais e 33 subpostos. Ainda que todos os estados contratassem no mínimo dois postos (como MT), o número variava de três a quatro, para a maioria [...] ⁴³²

Assim uma “infraestrutura nacional de saúde pública insinuava-se lentamente pelas portas abertas pelos acordos para o saneamento rural, preenchendo os espaços vazios de autoridades e repletos de doenças⁴³³”. Quando Miguel Pereira bradou sua denúncia em 1916, a doença estava onipresente nos sertões brasileiros, que passaram a ser associados à imagem de um hospital. Contudo, com o desenvolvimento de uma política nacional de saúde, a lógica se inverteu, onde o Estado estivesse presente haveria saúde. Com isso, houve de fato, na Era do Saneamento, uma ampliação do alcance estatal sobre o seu território e sua população por meio de uma política nacional de saúde. O estado brasileiro passou por um processo de interiorização, cujo foco e atenção não se limitavam mais apenas às áreas litorâneas.

Na implementação de políticas públicas – mediante um processo lento e desigual, porém contínuo, a autoridade sanitária foi se constituindo, assumindo gradualmente novas e maiores atribuições ocupando o país com prédios públicos, instituições, exames, médicos, vermífugos, funcionários, fossas, palestras e folhetos educativos, cadastros de residências, estatísticas, vacinas e regulamentos⁴³⁴.

Se para autores e estudiosos, como Nilson do Rosário Costa e Paul Singer et al., a formação das políticas nacionais de saúde entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX visava atender sobretudo aos interesses econômicos, como forma de evitar obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo em áreas afetadas por doenças, Gilberto Hochman apresenta outro viés interpretativo a respeito do assunto. Embora não discorde da

⁴³¹ Quando Belisário Penna deixou a DSPR em 1922, nas cartas que ele enviou a Carlos Chagas, diretor do DNSP, e recebeu de seus subordinados que atuavam nas unidades estaduais, fica evidente o seu descontentamento com os conflitos que ocorriam em torno da política de saúde, visto que as políticas sanitárias esbarravam nos interesses locais, o que gerava disputas entre os grupos dominantes e a autoridade sanitária. “Esse desencanto de Penna significava a rejeição da política e da barganha que, necessariamente, produziriam políticas públicas diversas daquelas imaginadas como respostas científicas aos problemas da natureza” (HOCHMAN, 2013, p. 187).

⁴³² HOCHMAN, 2013, p. 177.

⁴³³ Ibid., p. 179.

⁴³⁴ Ibid., p. 183.

abordagem econômica, especificamente do trabalho de Costa (1986), Hochman não aceita a explicação monista de que a expansão dos serviços de saúde se deu apenas em virtude dos ditames e dos interesses dos agentes econômicos. Nas palavras do próprio, ele sugere “fortemente que as ações de saúde e saneamento foram veículos importantes no processo de constituição do Poder Público no Brasil da Primeira República⁴³⁵”. Esse autor acrescenta o elemento político, além do econômico, para compreender como ocorreu a constituição dos serviços de saúde no Brasil entre os anos 1910 e 1930. Hochman destaca que esse momento foi de construção e expansão do próprio Estado brasileiro, que, através dos médicos, da formação da burocracia e das políticas públicas higienistas, começou a se fazer presente em lugares onde antes as populações viviam num estado de abandono e de doença, sem nenhuma identidade nacional e amparo mínimo de seu governo. Para Hochman, o Estado brasileiro, longe de estar totalmente formado ao final do Império, valeu-se da campanha pelo saneamento para preencher “espaços vazios” no mapa do Brasil. Ao concluir sua tese, afirma que a crescente centralização dos serviços de saúde terá repercussões dentro do próprio Estado brasileiro nos anos a seguir, que terá como uma de suas características o aumento do ativismo estatal e da concentração de poder. Com isso, “um arranjo voluntário transformou-se em obrigatório para quase todos, além de aumentar significativamente a capacidade do Estado de implementar políticas públicas, cada vez mais independentemente do consentimento das elites políticas⁴³⁶”. A centralização política, conclui Gilberto Hochman, foi um dos legados da era do saneamento.

E como ficou o Brasil depois da campanha em prol do saneamento dos sertões, que se estendeu até os anos de 1930? Os sertanejos foram todos curados? As doenças foram erradicadas? A identidade nacional que almejavam os médicos da Liga Pró-saneamento do Brasil fora descoberta?

É fato que a campanha pelo saneamento promoveu um período de redescoberta do Brasil, expedições médico-científicas deixavam o litoral e iam atuar em lugares distantes – os sertões, que como vimos era mais uma categoria política do que geográfica, podendo ser expressa na seguinte fórmula: sertões = abandono, doença, ausência do Estado. O diagnóstico feito pelos médicos de que o problema nacional era a doença e não a questão climática ou racial estava em pleno diálogo com o pensamento social brasileiro da época, que tentava responder a questão: quem são os brasileiros? A doença tornou-se um elemento identitário dos

⁴³⁵ Ibid., p. 192.

⁴³⁶ Ibid., p. 227.

sertanejos, abandonado pelo poder público, cujo melhor exemplo foi o caricato personagem pintado por Monteiro Lobato, o Jeca Tatu. A partir de então, muito esforço foi feito para sanear o país, especialmente as áreas onde havia epidemias e interesse econômico: órgãos públicos de saúde foram criados, verbas e investimentos em higiene tornaram-se crescentes durante o período e médicos deslocaram-se de norte a sul do país para tratar as enfermidades.

Apesar da colossal mobilização, o Brasil não foi totalmente saneado. Nas missivas que os médicos trocavam entre si, eram comuns relatos das dificuldades cotidianas em implementar as políticas de saúde. Dentre as principais reclamações estavam a falta de recursos, a má vontade dos chefes locais em colaborar com os planos de saneamento e a ignorância do povo, devido ao analfabetismo em massa. Por isso a campanha pelo saneamento do Brasil não se completou, embora tenha contribuído para a redução dos índices de mortalidade e de morbidade. Entretanto, na década de 1970, os relatórios oficiais⁴³⁷ alertavam que doenças como malária, esquistossomose, tuberculose e lepra ainda eram de alta endemicidade em várias regiões do Brasil, uma prova de que as enfermidades continuavam presente no cotidiano de milhares de brasileiros.

Nos dias atuais, apesar de termos maior domínio das doenças pestilenciais, dado o avanço da medicina, dos tratamentos e das campanhas de vacinação, a população brasileira ainda sofre com surtos de doenças, como a febre amarela que afetou estados da região Sudeste neste ano (2017) e fez centenas de vítimas⁴³⁸. E o que dizer das condições sanitárias gerais do Brasil? Segundo dados da OSCIP “Trata Brasil”⁴³⁹, atualmente 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada e mais de 100 milhões não dispõem de coleta de esgoto, apenas 42,67% dos esgotos do país são tratados. Como podemos depreender desses dados alarmantes, em pleno século XXI, o Brasil parece continuar a ser um imenso hospital, pois o país ainda não consegue oferecer as condições mínimas de saneamento e de higiene para que sua população goze de boa saúde e qualidade de vida. Enquanto essa situação permanecer inalterada, os versos de *Macbeth*⁴⁴⁰, inscritos numa publicação sobre saúde pública e profilaxia rural de 1922, continuaram bem adequados à realidade nacional:

Oh! Pobre Pátria

⁴³⁷ Ver CAMPOS, Oswaldo; OLIVEIRA, Elizabeth Machado; SINGER, Paul. (1981), informações sobre a permanência de pestilências em várias regiões do país na década de 1970. p. 123-126.

⁴³⁸ Informações disponíveis online em: <<http://g1.globo.com/bemestar/febre-amarela/noticia/ministerio-da-saude-confirma-574-casos-de-febre-amarela-no-brasil.ghtml>> Acesso em 02 jul. 2017.

⁴³⁹ Dados disponíveis on-line em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil>> Acesso em 02 jul. 2017.

⁴⁴⁰ *A profilaxia rural*, ano I, nº 1, 1922, p. 16 apud HOCHMAN, 2013, p. 87.

Quase sem poder ser reconhecida

Não a chamaí nossa mãe e sim nosso túmulo,

Onde só pode sorrir quem de nada sabe.

Neste terceiro e último capítulo de nossa dissertação, exploraremos o pensamento lobatiano acerca do sertanejo e vislumbraremos a metamorfose pela qual passaram suas ideias sobre o homem do campo a partir do momento em que o cenário social, científico e cultural brasileiro sofria impactantes alterações, ao final da década de 1910. Para tal, tomaremos como fontes históricas seus contos *Velha Praga*, *Urupês*, ambos escritos em 1914, e *Jeca Tatú – a ressurreição* (1924), além de outros trabalhos do autor, como o livro *Problema Vital* (1918), e a correspondência reunida na *Barca de Gleyre*, publicada originalmente em 1944. Também utilizaremos fontes secundárias, constituídas por livros, artigos e teses de estudiosos e especialistas da obra de Lobato e de seu pensamento social sobre o povo brasileiro.

Monteiro Lobato, enquanto empresário e intelectual preocupado com as causas nacionais, não ficou alheio às mudanças, tampouco manteve suas ideias sobre o Jeca Tatu inalteradas; ele as reviu, promoveu adaptações e alinou-as aos novos tempos. Nosso desafio é identificar por que tal transformação ocorreu e como se deu o engajamento de Lobato na campanha pelo saneamento rural, assim como o de seu personagem literário, o Jeca, o qual se cristalizou ainda mais no imaginário popular.

Ao pensar o campônio brasileiro, Lobato objetivava apenas a possibilidade de obter lucro, como sustentam alguns autores? Longe de querer defender posições contrárias, procuramos antes compreender como o criador do “Sítio do Picapau amarelo” via seu povo e com qual vertente do pensamento social brasileiro de sua época ele dialogava. Evidentemente que, ao buscar responder a certas questões, haverá colisões e discordâncias com relação ao conhecimento produzido por outros autores. Mas tal embate de ideias, bastante comum em qualquer área do saber, é salutar para a produção do conhecimento acadêmico e fundamental para evitar o reducionismo das análises, ampliando novas interpretações desde que calcadas na documentação e nos fatos históricos.

3.1 Análise dos contos *Velha Praga* e *Urupês*

“O Jéca não é assim; está assim”. Esta é a epígrafe inscrita na obra *Problema Vital*, publicada em 1918, por Monteiro Lobato. A frase emblemática marca uma importante mudança no pensamento do autor a respeito do caboclo. Ao afirmar que o “Jéca não é assim”,

Lobato refuta a versão fatalista, indolente e preguiçosa do caipira que ele criou em 1914, tanto em *Velha praga* quanto em *Urupês*, os célebres artigos publicados nas páginas do “Estadão” entre outubro e dezembro daquele ano. Mas antes de analisarmos o que provocou a mudança no pensamento lobatiano acerca do homem rural, quatro anos após a publicação de seus textos originais, vamos conhecer os dois contos que inseriram, em definitivo, Monteiro Lobato no cenário cultural e literário Brasileiro no período da Primeira República.

No artigo escrito em 1914 e remetido ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Lobato descrevera o homem do campo como alguém baldio, inadaptável à civilização, avesso ao progresso, incapaz, preguiçoso, uma figura soturna. Em *Velha Praga*⁴⁴¹, antes de apresentar Manoel Peroba, Chico Marimbondo, Jeca Tatu e “outros sons ignaros, de dolorosa memória para a natureza”⁴⁴², o autor faz uma crítica contundente às elites nacionais que só se preocupavam com os acontecimentos externos – a saber a Primeira Guerra Mundial que eclodira na Europa - em detrimento dos problemas internos. Eis o que Lobato registrou sobre tal situação:

Venha, pois, uma voz do sertão dizer às gentes da cidade que se lá fora o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos destruidor devasta nossas matas, com furor não menos germânico.

Em agosto, por força do excessivo prolongamento do inverno, “von Fogo” lambeu montes e vales, sem um momento de tréguas, durante o mês inteiro [...]

Preocupa à nossa gente civilizada o conhecer em quanto fica na Europa por dia, em francos e cêntimos, um soldado em guerra; mas ninguém cuida de calcular os prejuízos de toda sorte advindos de uma sombrosa queima destas⁴⁴³.

O autor, que naquela época vivia na fazenda do Buquira, nas imediações de Taubaté, auto intitula-se a “voz do sertão” para denunciar as queimadas, muito comuns no mês de agosto em várias partes do Brasil, e criticar o fato de que a opinião pública dava mais atenção ao que ocorria na Europa do que a destruição interna provocada pelo “von Fogo”, queimando montes e vales, com o mesmo furor que os fogos de artilharia dos exércitos em guerra incendiavam e destruíam vilas pelo “Velho Mundo”.

Como uma das consequências da ação do “von Fogo”, a “Serra da Mantiqueira ardeu como ardem aldeias na Europa, e é hoje um cinzeiro imenso”⁴⁴⁴, excetuando as “restingas, as

⁴⁴¹ O conto está enfeitado no livro *Urupês*, relançado pela editora Globo, em 2009. p. 158-64.

⁴⁴² LOBATO, Monteiro. *Urupês*. Rio de Janeiro: Globo, 2009, p. 164.

⁴⁴³ *Ibid.*, p. 159.

⁴⁴⁴ *Ibid.*, p. 159.

grotas frias, as nesgas salvas a tempo pela cautela dos aceiros. Tudo mais é crepe negro”. Lobato prossegue reclamando da escassez de chuvas: “À hora em que escrevemos, fins de outubro, chove. Mas que chuva cainha! Que miséria d’água!”. A pouca chuva amortecia, mas não dominava o fogo, o qual “amoita-se insidioso nas piúcas”⁴⁴⁵. A comparação estabelecida pelo escriba ao comparar os incêndios da Serra da Mantiqueira com os efeitos da Guerra Mundial foi um recurso retórico utilizado para chamar a atenção da opinião pública e dos leitores da cidade acerca dos prejuízos provocados pelo fogo, contabilizados a seguir:

As velhas camadas de húmus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; o rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a desnutrição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; a alteração para pior do clima com a agravação crescente das secas; os vedos e aramados perdidos; o gado morto...⁴⁴⁶

É possível perceber que a destruição causada pelo incêndio enumerada por Lobato era abrangente, não se restringindo apenas às suas terras. O autor demonstrava preocupação com as consequências ambientais sobre o clima, a fauna e a flora locais, além, é claro, dos prejuízos diretos que incidiam sobre os fazendeiros da região, incluindo ele próprio: aramados perdidos, gado morto, solo mais pobre, o que agravava o problema de fertilidade da decadente cultura do café no Vale do Paraíba.

Constatadas todas as perdas e a destruição resultantes das queimadas principiadas em Agosto, Lobato lança argui os leitores em busca de um “culpado” pelo fogo na mata: “Qual a causa da renitente calamidade?”⁴⁴⁷ A resposta, sem muitos rodeios, vem em seguida:

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o *Argas* o é aos galinheiros ou o *Sarcoptes mutans* à perna das aves domésticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do *Porrigo decalvans*, o parasita do couro cabelo produtor da “pelada”, pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada.⁴⁴⁸

O culpado pelos danos às montanhas e à vegetação é, segundo Lobato, o “CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças”⁴⁴⁹. O autor compara o caboclo, um mestiço do cruzamento entre o branco e o índio, a um parasita, que atacava as aves e também os homens,

⁴⁴⁵Ibid., p. 159. Piúcas eram tocos semicarbonizados que se esfarelavam, permaneciam fumegantes e eram propícios à nova combustão assim que a chuva terminasse.

⁴⁴⁶Ibid., p. 160.

⁴⁴⁷Ibid., p. 160.

⁴⁴⁸Ibid., p. 160-1.

⁴⁴⁹Ibid., p. 161.

provocando-lhes a “pelada” no couro cabeludo, assim como o fogo que despia a exuberante vegetação transformando-a num sapezeiro.

Quase um mês antes da publicação deste artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, Lobato enviara correspondência ao amigo Rangel e confidenciara que estava passando por problemas na fazenda e gestando uma ideia para uma obra, ainda indefinida – conto ou romance. Na missiva ao amigo, ele disse:

Nessa obra aparecerá o caboclo como o piolho da serra, tão espontâneo, tão bem adaptado como nas galinhas o “piolho-de-galinha, ou como no pombo o piolho-de-pombo, ou como no besouro o piolho-de-besouro – espécies incapazes de viver em outros meios. O caboclo, piolho-de-serra, também é incapaz de outra piolhagem que não a da serra⁴⁵⁰.

A repercussão do artigo, como já discutido no capítulo 1 desta dissertação, ganhou proporções surpreendentes. “O discurso de Lobato foi o discurso de uma grande parte da oligarquia paulista, que estava tendo prejuízos financeiros com a lavoura. E assim, o lucro que não estava obtendo, para o cronista fazendeiro, era culpa do caboclo, e não da seca⁴⁵¹. A metáfora empregada por Lobato, por mais cruel que fosse ao comparar o caipira a um parasita, surtiu o efeito esperado pelo autor, o qual desejava contrapor a sua versão do homem do campo a outras versões apresentadas por literatos que escreviam das cidades, como é o caso de Cornélio Pires, em que o caipira é uma figura alegre e divertida. O artigo de Lobato tinha o objetivo de mostrar o homem do campo sem idealizações literárias, sob o prisma de sua realidade particular, visto que observara de perto os sertanejos desde sua infância e novamente quando assumiu a administração da fazenda de seu avô. Então o fazendeiro adotou um ponto de vista distinto daqueles que ele julgava serem herdeiros do romance indianista e agora viam no caboclo o novo herói brasileiro: “Em vez de índio, caboclo”⁴⁵².

Mas como vivia o caboclo lobatiano, esse grupo étnico que lhe aborrecia e lhe prejudicava os negócios pelo costume de atear fogo no mato? Enquanto dono da fazenda, Lobato foi um observador privilegiado dos caipiras, embora não possamos nos esquecer de que havia um abismo social, econômico e cultural entre o observador e os tipos observados, o que nos parece impedia uma melhor compreensão da cultura cabocla. Lobato olhava para os camponeses como um patrão, embora Leite não concorde que o caboclo descrito por Lobato

⁴⁵⁰ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 362-3. Carta enviada da Fazenda do Buquira, em 20/10/1914.

⁴⁵¹ HABIB, 2003, p. 28.

⁴⁵² LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 365. Carta enviada da Fazenda do Buquira, em 20/10/1914.

restringa-se a mero desabafo de um fazendeiro frustrado por não obter o lucro esperado de seu empreendimento⁴⁵³. O caipira pintado por Lobato foi resultado de “um processo inconsciente”, segundo palavras do próprio autor, com a finalidade de criar algo novo, sob outro prisma, diferente daquele adotado por autores citadinos que desnaturalizavam a realidade, pois tinham medo de ir até à roça por conta dos carrapatos. Sob seu prisma, descreve o caboclo como alguém sem posses, “encoscorado numa rotina de pedra”⁴⁵⁴, que só se mexe com a aproximação da civilização (via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade). Daí o sertanejo recua para permanecer na penumbra. Diferentemente do campônio europeu que se fixava à terra e zelava pela implementação de melhorias na propriedade, o caboclo era um agregado, prestava serviços em terras alheias, sem estabelecer raízes ou qualquer vínculo formal de empregado. E como chega o agregado?

...silenciosamente, ele e a “sarcopta” fêmea, esta com um filhote no útero, outro ao peito, outro de 7 anos à orela da saia – este já de pitinho na boca e faca à cinta. Completam o rancho um cachorro sarnento – Brinquinho, a foice, a enxada, a pica-pau⁴⁵⁵, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo encardido, três galinhas pevas e um galo índio. Com esses simples ingredientes, o fazedor de sapezeiros perpetua a espécie a obra de esterilização iniciada com os remotíssimos avós⁴⁵⁶.

Ao chegarem logo acampam, constroem uma casa de sapé e todo o material é colhido no próprio local. “Tiram tudo do lugar, os esteios, os caibros, as ripas, os barrotes, o cipó que os liga, o barro das paredes e a palha do teto”⁴⁵⁷. Concluída a moradia, a família cabocla vive da caça de aves e de pequenos mamíferos, abatidos com a pica-pau, da coleta de palmito e da derrubada das árvores na busca de mel-de-pau, além de botar fogo na mata para que, com a chegada das chuvas de setembro, pudesse plantar milho, feijão e arroz, “mas o valor de sua produção é nenhum diante dos males que para preparar uma quarta de chão ele semeou”⁴⁵⁸. O que fazer com esse Nero, o incendiário da Serra? “Não há recurso legal contra ele. A única pena possível, barata, fácil e já estabelecida como praxe, é “tocá-lo”⁴⁵⁹. Tocava-se o caboclo e ele seguia sua vida como um nômade, indo de um lugar a outro, sem estabelecer raízes, “agregava-se”.

À época que escreveu o artigo/conto, Lobato confidenciou à Rangel que estava “em luta contra quatro piolhos desta ordem – “agregados” aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os

⁴⁵³ LEITE, 1996, p. 76-7.

⁴⁵⁴ LOBATO, 2009. p. 161.

⁴⁵⁵ Segundo nota da edição de 1946 de *Urupês*, pica-pau é uma espingarda de carregar pela boca.

⁴⁵⁶ LOBATO, 2009. p. 161.

⁴⁵⁷ *Ibid.*, p. 161-2.

⁴⁵⁸ *Ibid.*, p. 164.

⁴⁵⁹ *Ibid.*, p. 163.

estalo nas unhas. Meu grande incêndio de matas deste ano a eles o devo”.⁴⁶⁰ A escrita de *Velha Praga*, para Lobato, era também uma maneira de se vingar dos Neros que incendiavam suas terras, já que a justiça era negligente contra os incendiários. O escritor, então, descontava a impunidade através de sua pena! Embora Lobato desejasse expor o sertanejo de forma realista, de um modo que ele considerava verdadeiro, diferente das versões ufanistas e romantizadas, tal tentativa é, deveras, impossível, pois “um modo de ver é também um modo de não ver; o enfoque sobre o objeto “A” implica num desenfoque sobre o objeto “B”⁴⁶¹. Assim sendo, quando ele optou por descrever a faceta e as características negativas do caboclo, o “objeto “A”, deixou escapar vários aspectos do “objeto “B”, o que lhe rendeu inúmeras críticas, como a de Antônio Cândido ao classificar o texto de Lobato como: “brilhante, injusto e caricatural”⁴⁶². O brilhantismo foi por conta das características literárias da obra - linguagem direta, descrição realista do homem e da natureza. Porém injusta, pois Lobato considerou até então apenas aspectos negativos da cultura caipira e não se preocupou com as causas de seu “atraso” ou em compreender o modo de vida simples do caboclo. Por fim, a construção de uma caricatura, marcante em vários trabalhos do autor, acentuava os defeitos do personagem para depreciar aspectos de seus costumes, rebaixando-o. Esse recurso de linguagem funciona quase como uma agressão de seu criador sob a criatura descrita. O exagero na ampliação dos “defeitos” do personagem atendia “de modo eficaz aos propósitos de seu criador, cumpre uma função satírico-depreciativa, provocadora do *riso de exclusão*⁴⁶³”, isto é, aquele tipo de riso com desdém ou compaixão que rebaixa e deprecia o caricaturado. Ao mesmo tempo, a caricatura parece ser uma estratégia de Lobato para aproximar sua produção literária do gosto popular e também “desempenha função corretiva, exemplar, associada à sátira como forma de asepsia moral e social⁴⁶⁴”. Sendo assim, assume um cunho pedagógico visando corrigir hábitos que o autor considera inadequados, como por exemplo extirpar a prática do caboclo de colocar fogo no mato. De acordo com Leite, os contos enquadram-se numa literatura de caráter mais popular do que era usual na época, apresentando um modo quase sempre doutrinário que objetivava transmitir alguma forma de ensinamento. Aliás esse objetivo será plenamente realizado com a literatura infantil. Todos esses fatores concorrem para que Monteiro Lobato tenha um perfil único e mais moderno do que se costuma supor.

⁴⁶⁰ MONTEIRO, Lobato. *A barca de Gleyre*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 363. Fazenda, 20/10/1914.

⁴⁶¹ MERTON, 1970, p. 275 apud ALVES FILHO, 2003, p. 53.

⁴⁶² CÂNDIDO, 1964, p. 60 apud. ALVES FILHO, 2003, p. 33.

⁴⁶³ LEITE, 1996, p. 79.

⁴⁶⁴ LEITE, 1996, p. 214.

Apesar de o texto ser inovador, como desejava o seu criador, pelas características literárias e recursos de linguagem, a descrição do sertanejo feita por Lobato era injusta, pois concentrava-se apenas no “problema”, sem nenhuma análise das causas ou encaminhamento de soluções para as questões abordadas, pelo menos num primeiro momento. De todo modo, o próprio Antônio Cândido reconheceu que a análise de Lobato não é de todo inverídica, pois ela trazia a lume aspectos do real no que tange à vida do homem rural, mas não descrevia a realidade como um todo, pois tal feito seria impossível de ser realizado em qualquer trabalho de cunho sociológico ou histórico, tendo em vista as limitações próprias dos métodos de pesquisa das Ciências Humanas e Sociais.

Antes da análise de Lobato, feita *in loco*, ser transposta para o papel, ele já vinha estudando e observando o caboclo no dia a dia da fazenda. A rigor, ele conhecia os sertanejos desde a meninice, pois nasceu e cresceu entre os caipiras, nas propriedades de sua família no interior de São Paulo. Porém em 1914 ele já estava diplomado, graduado em Ciências Jurídicas, havia lido as obras de autores europeus adeptos do darwinismo social, como Spencer e Le Bon, certamente conhecia os trabalhos nacionais que buscavam adaptar as teorias racistas da Europa e da América do Norte à realidade brasileira, como os de Sílvio Romero, João Batista de Lacerda, Nina Rodrigues entre outros, os quais enxergavam, em linhas gerais, a mestiçagem do povo brasileiro como algo negativo. Na epístola que Lobato remeteu ao amigo mineiro, ele anotou em detalhes o resultado de suas observações sobre o homem do campo:

Começo a acompanhar o piolho desde o estado de lêmdea, no utero, duma cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro. Nasce por mãos duma negra parteira, senhora de reza magicas de macumba. Cresce no chão das choças e do terreiro, entre galinhas, leitões e cachorrinhos, com uma eterna lombriga de ranho pendurada no nariz. Ve-lo virar menino, tomar o pito e a faca de ponta, impregnar-se do vocabulario e da “sabedoria” paterna, provar a primeira pinga, queimar o primeiro mato, matar com a picapau a primeira rolinha, casar e passar a piolhar a serra nas redondezas do sitio onde nasceu, até que a morte o recolha⁴⁶⁵.

Perceba que novamente o autor evoca a comparação do mestiço com um parasita - o piolho - menospreza o seu modo de vida, julga que as crendices e os saberes daquela gente são meras superstições, calcadas num conhecimento irracional, totalmente distinto do praticado pelos “homens de ciencia”, baseado na observação, coleta e análise meticulosa de dados. Apresenta traços que concorrem para uma indolência natural e degeneração racial – como o alcoolismo e o fumo, vícios que tornavam o mestiço fraco e incapaz. A respeito do

⁴⁶⁵ MONTEIRO, Lobato. *A barca de Gleyre*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 363. Fazenda, 20/10/1914.

alcoolismo, cumpre assinalar, que o recurso à ingestão da cachaça, sobretudo pelos mais pobres, era um problema grave, a bebida era considerada por Rui Barbosa “o veneno, por excelência, etnicida, exterminador”⁴⁶⁶ tamanho eram os prejuízos que o álcool causava na família, no trabalho e na sociedade, com papel desagregador, estimulando a desordem pública e, segundo os médicos eugenistas, provocando a degeneração física e mental da raça⁴⁶⁷. Nesse sentido, o caboclo de Lobato é visto como um tipo inferior que “não é fantasia nem carocha. É uma coisa que está aí e ninguém vê”⁴⁶⁸. Monteiro Lobato alinha-se, portanto, ao pensamento de outros intelectuais, os quais acreditavam que “os brasileiros não haviam promovido o desenvolvimento harmônico da nação porque o clima e a mistura com raças inferiores geravam uma população preguiçosa, ociosa, indisciplinada e pouco inteligente”⁴⁶⁹.

Com sua versão do homem do campo, Lobato contrapõe-se aos literatos que escreviam sobre o meio rural a partir das cidades. Julgava que tais autores não tinham conhecimento pleno de causa, pois não penetravam “nos campos de medo dos carrapatos”⁴⁷⁰. De maneira irônica, ele afirma que só tinha um modo de retificar a visão desses idealistas que viam o caboclo romântico e caipirinhas cor de jambo, o jeito era dar a cada um deles⁴⁷¹ “uma fazenda na serra para que a administrem. Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era estar lá na cidade a perpetuar a visão erradíssima do nosso homem rural” (idem. p. 364).

O artigo *Velha Praga* abriu portas para Lobato no círculo cultural de São Paulo e também no *Estadão*, devido à grande repercussão que o texto tomara. Alguns dias após a publicação do artigo no jornal da família Mesquita, Lobato obteve reconhecimento e passou a ser procurado por agentes culturais paulistas. Eis o que ele escreveu à Godofredo Rangel, em 22 de novembro de 1914: “Publiquei a semana passada um artigo no *Estado* e, com surpresa, recebi a proposito cinco cartas e um convite da Sociedade de Cultura Artística de S. Paulo para fazer uma conferencia lá”⁴⁷². Nessa mesma correspondência, Lobato revelou seus novos

⁴⁶⁶ BARBOSA, Rui, 1998, p. 20.

⁴⁶⁷ Renato Kehl, chamado por Lobato de o “Pai da eugenia” no Brasil, considerava o alcoolismo um dos fatores disgênicos com efeitos hereditários, como se percebe na passagem: “Vê lá um loco – é o filho de um alcoólatra. Vê lá um mentecapto – é descendente de um ébrio. Vê lá aquela família, maltrapilha e esquelética, as crianças fazendo dó de magras, pálidas e feias – qual a causa? – O pai, coitado, deu para para beber e abandonou o lar!” (KEHL, Renato [s.d] apud DIWAN, Pietra, 2007, p. 131).

⁴⁶⁸ LOBATO, 1957, p. 364. Carta enviada da Fazenda, 20/10/1914.

⁴⁶⁹ THIELEN, Eduardo Vilela et al. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991. p. 22.

⁴⁷⁰ LOBATO, 1957, p. 364. Carta enviada da Fazenda, 20/10/1914.

⁴⁷¹ Lobato se refere, nessa passagem, aos escritores Coelho Neto e Julia Lopes.

⁴⁷² LOBATO, 1957, p. 365-6. Fazenda, 22/11/1914.

planos literários ao amigo: “Outro feto que já me dá pontapés no utero é a simbiose do caboclo e da serra, o caboclo considerado o *mata-pau* da terra: constritor e parasitario, aliado do sapé e da samambaia, um homem baldio – inadaptável á civilização”⁴⁷³.

Imagem 5 – Jeca, ilustração de Belmonte⁴⁷⁴.



Não demorou muito e esse feto que dava pontapés na barriga de Lobato veio ao mundo, batizado de *Urupês*, um novo artigo publicado no jornal dos Mesquitas em 23 de dezembro de 1914. Nesse texto, Monteiro Lobato pormenorizou, como quem olha de cima para baixo, a vida do caboclo. Se no artigo anterior o autor referiu-se aos caipiras citando vários nomes, neste ele imortalizou um dos personagens que se tornou um dos ícones de sua literatura, o Jeca Tatu⁴⁷⁵. Mas antes de iniciar a sua incursão à vida do sertanejo, Lobato fez seu costumeiro ataque ao Romantismo e àqueles que idealizavam a figura indígena:

Esboroou-se o balsâmico indianismo de Alencar ao advento dos Rondons que, ao invés de imaginarem índios num gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e *Iracema* aberta sobre os joelhos, metem-se a palmilhar sertões de Winchester em punho.

Morreu Peri, incomparável idealização dum homem natural como o sonhava Rousseau, protótipo de tantas perfeições humanas que no romance, ombro a

⁴⁷³ Ibid., p. 367. Fazenda, 22/11/1914.

⁴⁷⁴ Capturada no site < <http://almanaque.folha.uol.com.br/monteirolobato.htm> > Acesso em 25 jan. 2018.

⁴⁷⁵ No ensaio de Aluizio Alves Filho já mencionado nesta dissertação, há um capítulo destinado ao estudo e à investigação da origem do nome do caboclo de Monteiro Lobato. O autor também demonstra como a construção do nome possui uma carga simbólica e metáforas as quais favoreceram a cristalização do Jeca Tatu no imaginário popular. Consultar p. 85-90.

ombro com altos tipos civilizados, a todos sobreleva em beleza de alma e corpo⁴⁷⁶.

Em *Urupês*, o autor defende o fim do mito da identidade nacional, fundada no século XIX, que tomou por referência o índio, visto como naturalmente bom, segundo a noção do “bom selvagem” formulada por Rousseau. Entretanto Lobato aponta que uma nova versão do Romantismo Indianista estava de volta, porém com outro nome:

O indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se de “caboclismo”. O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; a ocará virou rancho de sapé; o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda troxada; o boré descaiu lamentavelmente para pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito⁴⁷⁷.

O caboclismo, segundo Lobato, derivado do indianismo, agora havia eleito o caipira como o legítimo representante do homem nacional. Mas, a versão idealizada e heroica do homem rural foi piamente negada por Lobato: “Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!”⁴⁷⁸ O autor “acusava a nova escola literária (que não nomeava) de vestir o caboclo com as antigas virtudes indígenas: orgulho, lealdade, coragem e virilidade heroica”⁴⁷⁹. Para justificar e reforçar seu ponto de vista a respeito dos ufanistas que viam no sertanejo um “novo” índio, Lobato contrapõe elementos típicos da cultura e dos costumes caboclos aos equivalentes indígenas. O sertanejo tinha o chapéu de palha, a casa de sapé e a espingarda. O índio, a tanga, a oca e o tacape. O caboclismo, na visão do escritor, estava fazendo escola a ponto de “respeitáveis figurões” baterem no peito e exclamar: “_ Sou raça de caboclo!”⁴⁸⁰. Em seus textos, “Lobato traçou um perfil ácido do caboclo, que destoava da tradição romântica, cultivada por parcela significativa da produção literária da época, que não raro idealizava o homem do campo, atribuindo-lhe dimensões épicas⁴⁸¹.” O fazendeiro e *conteur*, como não escrevia a partir da ótica de um homem da cidade e tampouco era adepto de uma literatura ufanista, achou que deveria esclarecer ao público o que, em sua visão, representava a realidade do homem do meio rural. Para Lobato

a verdade manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beijo, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé⁴⁸².

⁴⁷⁶ LOBATO, 2009, p. 167.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 168.

⁴⁷⁸ Ibid., p. 170.

⁴⁷⁹ SKIDMORE, p. 252-3.

⁴⁸⁰ LOBATO, 2009, p. 168.

⁴⁸¹ DE LUCA, 1999, p. 62.

⁴⁸² LOBATO, 2009, p. 169.

Esse trecho é bastante elucidativo acerca das influências das ideias científicas correntes na época da produção e publicação do texto sobre o caboclo escrito por Monteiro Lobato. Segundo ele, havia no Brasil entre os imigrantes e os indígenas uma raça “incapaz de evolução”, referindo-se ao caboclo, o qual vivia a “vegetar de cócoras”. Sabemos que Lobato leu Spencer, Le Bon e Darwin. Ele também deveria conhecer os trabalhos de Nina Rodrigues, João Batista de Lacerda e de Silvio Romero⁴⁸³, os quais tinham em comum a preocupação com o impacto possivelmente negativo da miscigenação racial sobre o homem brasileiro e, é bem provável, que detinha conhecimento sobre o darwinismo social de Agassiz e de Gobineau (ambos condenavam a mestiçagem e viam no mestiço brasileiro um tipo racialmente inferior, feio e que na hierarquia biológica das raças humanas estaria destinado a ocupar os mais baixos estamentos). Portanto Monteiro Lobato dialoga com o pensamento comum e aceito em sua época de que o mestiço seria um degenerado, alguém improdutivo e avesso ao progresso. Logo é possível notar que o autor usa um prisma biológico para analisar o homem do campo, embora não se restrinja somente ao viés racial. Rui Barbosa, eminente, jurista e político brasileiro, também percebeu no caboclo de Lobato um fatalismo inato, classificando o personagem como um “símbolo de preguiça e fatalismo de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e hebetamento.”⁴⁸⁴

Nesse sentido, sobre a atualização de Lobato em relação às ideias estrangeiras e nacionais que interpretavam o povo brasileiro e a mestiçagem, de maneira geral, Alves Filho esclarece que

Lobato lera sobre as “teorias sociais” de seu tempo. Entre outras, as de cunho racista (então em voga). Certamente conhecia a teoria da degenerescência do mestiço, de Louis Agassiz. Se não leu no próprio, a conhecia através de *Os sertões*, de Euclides da Cunha – livro diversas vezes citado na *Barca de Gleyre*. Ao lado de teorias assimiladas em livros, Lobato aprendera no “vivido”, por “gestação inconsciente” (necessariamente tendo por parâmetro sistema de valores derivado de sua situação de classe) a representar os “deserdados” como inferiores aos membros da elite⁴⁸⁵.

Outro experiente pesquisador que percebeu os indícios de degenerescência racial no caipira de Lobato nos contos de 1914 foi Luiz Antonio Castro Santos. A esse respeito, ele observou o seguinte:

⁴⁸³ Lobato conhecia, com certeza, o trabalho de Sílvia Romero, pois cita o cientista em *Urupês*, à página 175, num trecho em que descreve um rito com o qual os filhos do Jeca vêm ao mundo. Sarcasticamente, Monteiro Lobato afirma que tal rito poderia dar trabalho para um compêndio de Romero sobre tradições populares e folclore brasileiro.

⁴⁸⁴ BARBOSA, 1998. p. 9.

⁴⁸⁵ ALVES FILHO, 2003. p. 52-3.

É verdade que seus primeiros escritos focalizavam o caboclo paulista do Vale do Paraíba. É quando Lobato, como tantos outros, apontava as deficiências da “raça” como responsáveis por supostas características das populações rurais, como a apatia, a indolência, a incapacidade para o trabalho etc. A miscigenação explicava tudo. Éramos um povo fraco⁴⁸⁶. (O destaque é nosso).

Castro Santos enumera, a nosso ver, duas questões importantes: primeiro realça que Lobato escrevia sobre um determinado grupo – o caboclo do Vale do Paraíba, algo que será superado depois, pois essa visão regionalizada ganhará debate de cunho nacional. A segunda questão diz respeito à miscigenação, que explicaria a apatia do homem do campo, a indolência e a incapacidade ao trabalho. Castro Santos é conclusivo a esse respeito; para ele, os pensadores sociais da primeira década do século XX que examinavam a sociedade brasileira, sob a ótica determinista-racial, acreditavam que “éramos um povo fraco” e a miscigenação seria a causa das mazelas nacionais. Pensamos que, em 1914, Monteiro Lobato era um desses pensadores que viam no mestiço pobre, preguiçoso e indolente uma raça inferior, porém essa forma de pensar mudará posteriormente e o autor de *Urupês* irá rever seus posicionamentos. Mas antes de a mudança no pensamento lobatiano ocorrer, fica claro que, por conta da condição mestiça, da pobreza e da ignorância, o caboclo não se adaptava à sociedade capitalista; quando não era tocado de algum canto, ele mesmo evadia para não se adequar à modernização agrícola e à racionalização da produção que o capitalismo exigia. A preguiça é apresentada no conto como algo intrínseco ao personagem principal, não há fator externo que explique suas causas, o que denota ser uma característica própria do Caboclo, transmitida de pai para filho, geração após geração. A historiadora Paula Arantes Habib afirma que Lobato havia aceitado a falência do povo brasileiro como raça e sustenta sua afirmação com as palavras do próprio Lobato: “(...) falimos como povo, como país, como raça – e falimos moral, intelectual e fisicamente”⁴⁸⁷. Segundo Habib essa concepção estaria diretamente relacionada às teorias raciais, entre elas as de Le Bon, que explicavam a miscigenação como um problema pendente de solução. A emblemática posição de cócoras, isto é, assentar-se sobre os calcanhares, denuncia o quanto Jeca era preguiçoso; até mesmo no pensar e no falar Jeca tem preguiça: _ “Não vê que...”. Ele não conclui a frase nem leva adiante seu pensamento, afinal sua filosofia de vida pode ser sintetizada em “não paga a pena”. O Jeca preferia acocorar-se e apenas espiar os acontecimentos sob a sombra do chapéu de palha.

⁴⁸⁶ CASTRO SANTOS, Luiz Antonio. *O pensamento social no Brasil*. Campinas: Edicamp, 2003. p. 217.

⁴⁸⁷ HABIB, 2003, p. 51.

Quando Pedro I lança aos ecos o seu grito histórico e o país desperta estrouvinhando à crise duma mudança de dono, o caboclo ergue-se, espia e acocora-se de novo.

Pelo 13 de Maio, mal esvoaça o florido decreto da Princesa e o negro exausto larga num *uf!* O cabo da enxada, o caboclo olha, coça a cabeça, imagina e deixa que do velho mundo venha quem nele pegue de novo.

Em 15 de Novembro troca-se um trono vitalício pela cadeira quadrienal. O país bestifica-se ante o inopinado da mudança. O caboclo não dá pela coisa.

Vem Floriano; estouram as granadas de Custódio; Gumerindo bate às portas de Roma; Incitatus derranca o país. O caboclo continua de cócoras, a modorrar...⁴⁸⁸

A história acontecia: a independência do Brasil (1822), a abolição da escravidão (1888), a proclamação da república (1889), a revolta da Armada (1893) no governo do presidente Floriano Peixoto e até o sofrimento de Roma antiga com Calígula. Mas nada disso era suficiente para tirar o Jeca de sua posição emblemática: “Nada o esperta. Nenhuma ferrotoada o põe de pé. Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se”⁴⁸⁹.

De acordo com o próprio Lobato, em uma carta enviada à Matias Arrudão⁴⁹⁰, a qual Arthur Neves considera “o documento básico para a interpretação de sua obra” e “auto-crítica honesta e sincera”, o criador do Jeca alega ter escrito o artigo “inocentemente”, sem pensar que haveria repercussão e tão pouco poderia imaginar que a “interferência do colosso”, isto é, Rui Barbosa, transformaria “uma caricatura de despique”, uma vingança pessoal contra os incendiários, em tema de debate nacional. Lobato assume que por “um defeito de criação, eu não via a miséria humana – ou via-a apenas sob um aspecto estético. Que pitoresco o homem da roça, em camisa e calça remendada!”⁴⁹¹ Não desconfiamos da sinceridade das palavras de Lobato, tampouco da importância da carta para a compreensão de Lobato, autor reconhecidamente complexo e apontado por seus vários intérpretes como possuídos de múltiplas facetas, mas enquanto historiador, nos cabe problematizar o documento. Ora, seria o Jeca apenas fruto da estética literária regionalista, na qual Lobato se inseria? A caricatura do campônio paulista fora uma construção inocente de seu criador? Acreditamos que as respostas para essas questões sejam negativas, pelo seguinte: Primeiro, porque reduzir o Jeca à estética artística e literária acarretaria em desconsiderar um contexto histórico mais amplo e

⁴⁸⁸ LOBATO, 2009. p. 169.

⁴⁸⁹ Ibid., p. 169.

⁴⁹⁰ Os trechos da carta foram reproduzidos no artigo de Arthur Neves, publicado na Revista Fundamentos, edição especial pelo falecimento de Monteiro Lobato em 1948. *Fundamentos*. Setembro-Outubro de 1948. Nº. 4-5, Vol. II. São Paulo.

⁴⁹¹ LOBATO, Monteiro, [s.d.] apud NEVES, Arthur, p. 274. *Fundamentos*. Setembro-Outubro de 1948. Nº. 4-5, Vol. II. São Paulo.

abrangente, que envolve a posição social do autor, sua formação intelectual e sua visão de mundo, especialmente sobre o caboclo, todos os aspectos mencionados são relevantes para compreensão da obra/autor. Depois, por que, a

indicação dos limites da arte lobatiana parece colidir com a relevância da figura humana que vive na história brasileira onde já assumiu um papel simbólico. A verdade, porém, é que os limites estéticos derivam de um tipo de personalidade cuja direção básica não era a estética. Compreendê-la em sua natureza específica, sem confundir os planos, é sempre a mais honesta das formas de lembrá-la⁴⁹².

Como se vê, a personalidade de Lobato era bastante singular, bem como o conjunto de sua obra, a qual estabeleceu diálogos e conexões com ideias estrangeiras e também com segmentos do pensamento social brasileiro, como o grupo intelectual que via no Sanitarismo, no higienismo e no eugenismo a possibilidade de redenção dos males nacionais. Além disso, alguns de seus textos tinham especificidades literárias que vão além da questão estética, como a literatura pedagógica, corretiva, literatura voltada para a ação, com o intuito de promover mudanças na realidade da qual se originou o trabalho literário. Segundo, a respeito da suposta inocência do escritor, basta ver as cartas que Lobato enviara à Rangel, antes de publicar os artigos em 1914, que fica evidente a premeditação em construir algo novo, no caso o caboclo, minuciosamente observado e descrito nas missivas endereçadas ao amigo de Minas Gerais, além da exposição de um projeto acerca de uma futura publicação que rendesse frutos ao fazendeiro que sonhava em se tornar um “homem de Letras”. Nessas cartas⁴⁹³ que antecederam a criação do Jeca, Lobato compara o homem a um parasita, sugerindo a inferioridade racial do caboclo.

Em seguida, Monteiro Lobato especifica que o Jeca Tatu é um piraquara do Paraíba, cujo princípio de vida é viver pela “lei do menor esforço”. Jeca não lavrava, não cultivava horta, não plantava árvores frutíferas, não criava gado, em suma, “nada revelador de permanência”⁴⁹⁴ na terra. Coletava o que a natureza lhe proporcionava; quando os recursos locais se esgotassem, ele partiria dali. Sua casa de sapé, que fazia “sorrir aos bichos que moram em toca e gargalhar ao João-de-Barro”⁴⁹⁵, tamanha a simplicidade da obra, tinha pouca ou nenhuma mobília, o chão era de terra batido, não usava talheres, comia com as mãos, pegando o alimento em cuias, que serviam como um prato dormia sob uma esteira “espipada”. Tinha duas mudas de roupa, a que vestia e a outra era guardada num canto qualquer, nada de

⁴⁹² BOSI, Alfredo, 2006, p. 230.

⁴⁹³ As cartas estão entre as páginas 362-7 da obra *A barca de Gleyre*. Tomo I. Brasiliense, São Paulo, 1957.

⁴⁹⁴ LOBATO, 2009. p. 171.

⁴⁹⁵ *Ibid.*, p. 171.

baús nem de armários. Os buracos da parede de barro serviam de gavetas. Os mantimentos, como o toucinho, por exemplo, ficavam pendurados num cipó que, amarrado de uma ponta a outra da cabana, deixava a carne a salvo de roedores. Com o tempo, a palha do telhado da casa apodrecia, o barro caía das paredes e, quando chovia, gotejava dentro de casa. E o que o Jeca fazia? Ele limitava-se “a aparar numa gamelinha a água gotejante...”⁴⁹⁶. O que mantinha a casa de pé, frente as chuvas e as trovoadas, era a imagem de Nossa Senhora pendurada numa parede e “as palmas bentas de queimar durante as fortes trovoadas.”⁴⁹⁷ Quando perguntavam ao Jeca por que não escorava e reparava a casa, ele respondia que não o fazia pois não demorava muito e já iria embora e, além do mais, “não paga a pena”. “Todo o inconsciente filosofar do caboclo grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada paga a pena. Nem culturas, nem comodidades. De qualquer jeito se vive”⁴⁹⁸. Antônio Cândido assinala que a cultura caipira acostuada com os padrões mínimos de vida, seja na alimentação ou na habitação, era uma herança do bandeirantismo paulista dos séculos XVI, XVII e XVIII. A vida nômade dos bandeirantes, os quais sobreviviam principalmente da caça e da coleta, nas bandeiras, foi identificada pelo sociólogo com os costumes e o modo de vida dos Jecas do interior paulista⁴⁹⁹.

O Jeca “não é vadio, simplesmente não é ambicioso nem previdente”⁵⁰⁰. A origem bandeirante do caboclo, mítica ou histórica, fez com que ele desenvolvesse um modo de vida peculiar, à margem do modo da estrutura fundiária vigente no Brasil. Já que as terras onde o Jeca pousava dificilmente eram legalizadas, ele permanecia como agregado ou partia para o sertão acompanhado por seu filho, a mulher com outra criança no ventre e o cachorro Brinquinho, para recomeçar a vida em outro lugar⁵⁰¹. Era por isso que os caipiras “menos afortunados estão sempre fadados a ir para as franjas das zonas ocupadas, empreendendo o desbravamento de novas áreas, desmatando, queimando, plantando, vivendo à rníngüa, embrutecendo-se e isolando-se cada vez mais”⁵⁰². A preguiça do Jeca foi explicada por Cândido como uma condição cultural do caipira, cuja vida se baseava “em termos biológicos

⁴⁹⁶ Ibid., p. 171.

⁴⁹⁷ Ibid., p. 171. Tal prática ainda é realizada até os dias de hoje por pessoas que habitam o interior.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 172.

⁴⁹⁹ CÂNDIDO, 1971, apud. HOCHMAN e LIMA, 2000, p. 521-3.

⁵⁰⁰ CÂNDIDO, 1971, p. 87 apud. HOCHMAN e LIMA, 2000, p. 522.

⁵⁰¹ CÂNDIDO, 1971, p. 86 apud. HOCHMAN e LIMA, 2000, p. 522.

⁵⁰² GOUVEA, Luzimar Goulart. *O homem caipira nas obras de Lobato e de Mazzaropi: a construção de um imaginário*. 2001. 141 f. Dissertação (Mestre em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270187/1/Gouvea_LuzimarGoulart_M.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018. p. 28.

e sociais em torno de padrões mínimos⁵⁰³”. Assim seria compreensível que os caipiras praticassem uma agricultura de subsistência e não se preocupassem em cultivar algo maior, que os inserisse na economia de mercado, por exemplo.

“Há bens que vêm para males”, escreveu Lobato, e a “mandioca ilustra este avesso do provérbio”⁵⁰⁴. O tubérculo, segundo ele, seria uma das culpadas da “lombeira” do Jeca, pois era alimento de fácil cultivo, colheita e preparo, o pão da terra que deixava o caboclo preguiçoso. Lobato defendia que o “vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente⁵⁰⁵”; logo, enquanto o Jeca tivesse o alimento disponível com alguma facilidade, para que precisaria lavrar a terra, criar gado ou expandir áreas de cultivo? O autor opõe o caboclo aos europeus, os quais teriam se fortalecido e produzido grandes coisas por conta do clima inóspito que exigiu maior organização econômica e social para superar as adversidades impostas pelo rigor climático. Aqui Lobato parece flertar com o determinismo climático para explicar a improdutividade do caboclo e dialoga, novamente, com o pensamento social hegemônico de sua época, o qual apregoava que o país não tinha o “desenvolvimento econômico e social de outras nações porque fatores como o clima e a “mistura” com raças inferiores haviam gerado uma população preguiçosa, indisciplinada e pouco inteligente”⁵⁰⁶. Conhecedor dessas ideias propagadas por cientistas, médicos e historiadores que atribuíam ao clima e à miscigenação a falta de progresso no Brasil, Lobato sugere que o clima e a natureza tropical enfraqueciam o Homem, tornando-o preguiçoso, pouco inteligente e imprevidente. Entretanto Lobato demonstra, talvez, uma certa incompreensão dos aspectos da vida do caboclo, como a economia de subsistência, isto é, o hábito de extrair da terra apenas o necessário para a sobrevivência e, no máximo, coletar alimentos para fazer o escambo na feira da cidade. Essa incompreensão, provavelmente, decorre do fato de Lobato, como fazendeiro capitalista, estar interessado em obter lucros com a fazenda Buquira. Não é a toa que, desejoso de modernizar as técnicas de cultivo, abriu novas áreas de plantio, investiu em maquinário de beneficiamento do café e diversificou os gêneros agrícolas, além de criar animais importados cruzando-os com espécies nativas. Enfim era uma visão de negócio diametralmente oposta à do Jeca. Além disso, como o próprio autor

⁵⁰³ CÂNDIDO, 1971, p. 86 apud. HOCHMAN e LIMA, 2000, p. 522.

⁵⁰⁴ LOBATO, 2009, p. 172.

⁵⁰⁵ Ibid., p. 172.

⁵⁰⁶ SANTOS, Ricardo Augusto. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37)*. 2008. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_SANTOS_Ricardo_Augusto_dos-S.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018. p. 4.

afirma, o Jeca era um agregado, que podia ser tocado como uma galinha que adentra a sala. Ademais os piraquaras do vale do Paraíba não possuíam o grau de instrução de Lobato, um homem que nasceu em berço de ouro e foi educado desde tenra idade nas melhores escolas do estado paulista. Nem os Jecas nem sua prole tinham acesso à educação elementar, pois tal serviço ainda estava longe de ser universalizado. O personagem, portanto, era analfabeto, sabia apenas arabescar aquilo que chamava de “sua graça”, e o mesmo ocorria com seus filhos – todos desassistidos por um Estado ausente, que não proporcionava ao povo nenhum bem-estar social. O comportamento de Lobato, de exigir do caboclo outros comportamentos com os quais não estava acostumado era, segundo Sérgio Milliet, típico dos “que embora não dêem aos desgraçados os meios de se educarem e requintarem exigem dos pobres diabos uma atitude na vida semelhante à sua própria”⁵⁰⁷.

Em se tratando de política, encontramos o acontecimento mais relevante na vida do Jeca, que é

sem dúvida votar no governo. Tira nesse dia da arca a roupa preta do casamento, sarjão furadinho de traça e todo vincado de dobras; entala os pés num alentado sapatão de bezerro; ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, ringindo e mancando, vai pegar o diploma de eleitor às mãos do chefe Coisada, que lho retém para maior garantia da fidelidade partidária⁵⁰⁸.

Ele vota, embora não saiba em quem. Assina o livro eleitoral e, em caso de tumulto, luta com heroísmo e enfrenta as porretadas dos oposicionistas. Depois vai para a casa do Coisada, com “galo cívico na testa” para devolver-lhe o “dipeloma” e escuta a promessa de um cargo, quem sabe uma inspetoria de quarteirão. A violência e a fraude que marcaram os períodos eleitorais na Primeira República também foram exposta nos contos de Érico Veríssimo, especialmente no texto *O Retrato*⁵⁰⁹, em cuja narrativa um eleitor vota com o nome de um defunto, provocando desconfiança no presidente da mesa, indicado pela oposição para fiscalizar e evitar fraudes, mas nada pode fazer pois era apenas um contra vários capangas do candidato do governo. As narrativas literárias refletem os dados levantados por José Murilo de Carvalho sobre a pouca participação política da população no Rio de Janeiro, onde 80% da população não tinha direito à participação política, os 20% que tinham o direito, mas não se preocupavam em exercê-lo⁵¹⁰, afinal, sair nas ruas em tempos de eleição na Primeira

⁵⁰⁷ MILLIET, Sérgio. Jeca Tatu é uma vingança. *Ciência & Trópico*. Recife, 9(2): 231-235, jul/dez., 1981. p. 232. Disponível em: < <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/viewFile/277/170>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

⁵⁰⁸ LOBATO, 2009, p. 172.

⁵⁰⁹ VERÍSSIMO, Érico. *O retrato*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 259-260.

⁵¹⁰ CARVALHO, 1987, p. 91.

República era certeza de confusão ou choque entre os capangas de governistas e oposicionistas.

O excerto da obra de Lobato evidencia, portanto, como se fazia política na Primeira República, entre os anos de 1910 a 1930. Os chefes locais, senhores de terras, pessoas influentes que tinham contatos com as oligarquias estaduais, mantinham os eleitores de sua região num curral eleitoral, e pelo voto de cabresto, violência, cooptação de eleitores, promessas e outras fraudes asseguravam que o seu candidato fosse eleito. Lobato critica tal modelo e aqui coloca o Jeca vítima de um sistema corrupto e predatório. Como o Jeca poderia ter alguma autonomia política se não tinha a mínima noção de cidadania, sem escola e nenhum outro tipo de política pública que lhe assistisse em suas necessidades básicas? Por meio de sua prole, o caboclo apenas ajudava a renovar esse sistema, no qual os coronéis detinham grande poder e influência sobre as populações locais.

Nesse modelo político arbitrário, qualquer sentimento nacional parecia algo estranho ao Jeca. Ele sabe pouco sobre o país em que vive, embora tenha noção de que o mundo é grande. Quem governa o Brasil? _ “O homem que manda em nós tudo?”, pergunta o caboclo para responder logo em seguida: _ “Pois de certo que há de ser o imperador”⁵¹¹. Civismo passa longe do Jeca, assim como ele quer passar longe da guerra e do “reclutamento”. Ele dizia ser “inté capaz de cortar um dedo, como o meu tio Lourenço...”. Para fugir da Guerra do Paraguai (1864-1870), o pai do Jeca viveu escondido no mato por mais de cinco anos⁵¹². Interessante observar que, com a eclosão da Guerra Mundial na Europa em 1914, diversos movimentos nacionalistas emergiram no Brasil, tanto no campo literário quanto na esfera política. Foram formadas agremiações, como a Liga de Defesa Nacional criada em 1916, a qual tinha em seus quadros políticos e intelectuais do porte de Olavo Bilac, Pedro Lessa, Miguel Calmon e Rui Barbosa. A liga era a favor do apoio brasileiro aos Aliados (dentre os quais estavam França, Rússia, Grã-Bretanha, Itália, EUA, dentre outros). Ela também ajudou a popularizar, no parlamento e na sociedade, o debate acerca do serviço militar obrigatório, reforçando o papel das forças armadas, que havia sido ampliado no Brasil desde o fim da Guerra do Paraguai. Por meio do serviço militar obrigatório, acreditavam os membros da Liga, seria possível estender a cidadania ao povo e assegurar a soberania do país. Contudo, como vimos, o Jeca não estava disposto a se alistar para servir ao exército nacional, afinal ele não possuía nenhum valor cívico que o identificasse ao país, tampouco era alvo de alguma

⁵¹¹ LOBATO, 2009, p. 174.

⁵¹² Ibid., p. 174.

política pública que lhe despertasse a sensação de pertencimento ao Estado Brasileiro. Ademais a ação da mencionada Liga restringiu-se às cidades, principalmente do litoral, pois o sertão era um vasto território, onde grassavam epidemias e se encontrava uma população desassistida pelo poder público. Vimos no capítulo anterior que, enquanto havia representantes da política que acreditavam que os sertanejos seriam capazes de compor um exército nacional e defender o território brasileiro, os médicos-sanitaristas denunciavam a situação miserável do povo do interior, o qual, tomado pela doença, era fraco e indolente.

Outro aspecto da cultura cabocla insistentemente criticado por Monteiro Lobato foi o das crendices, superstições e práticas curativas. O fazendeiro assinalou que a medicina do Jeca “corre parêlhas com civismo e a mobília – em qualidade. Quantitativamente, assombra”. Adiante afirma que doenças “hajam que remédios não faltam”⁵¹³. Como não havia médicos profissionais por perto quem:

“aplica as mezinhas é o “curador”, um Eusébio Macário de pé no chão e cérebro trancado como moita de taquaraçu. O veículo usual das drogas é sempre a pinga – meio honesto de render homenagem à deusa Cachaça, divindade que entre eles ainda não encontrou heréticos”⁵¹⁴.

Ao longo da história do Brasil, figuras tal qual “Eusébio Macário de pé no chão e cérebro trancado como moita de taquaraçu” foram bastante comuns no território nacional, dada a falta de médicos e especialistas formados. A primeira faculdade de medicina do Brasil só foi criada em 1808, na Bahia, com o advento da transferência da Família Real portuguesa para sua principal colônia. Antes dos médicos, os problemas de saúde eram tratados por curandeiros, parteiras, herbalistas, práticos, sangradores e cirurgiões-barbeiros, os quais atendiam às necessidades da população com técnicas oriundas dos saberes tradicionais e empíricos. Somente após o final do século XIX, com a ascensão da medicina científica, na Europa e depois na América, é que o novo método vai se afirmar perante a sociedade, inclusive, contrapondo-se e promovendo uma “caça” àqueles que exerciam as práticas curativas com saberes não-científicos, pois não tinham a chancela de um diploma oriundo das escolas médicas e cirúrgicas. Essa medida se impôs na tentativa de legitimar a ascensão da figura do médico, fazendo parte do processo de medicalização da sociedade, conforme discutimos no capítulo anterior desta dissertação. Como o Jeca não tinha assistência à saúde nem o acesso à medicina científica, não havia outra forma de obter a cura para seus males e um conforto para suas dores senão através de meios alternativos, aliás o único meio de que

⁵¹³ Ibid., p. 174.

⁵¹⁴ Ibid., p. 175.

dispunha – os saberes, práticas, costumes e simpatias típicas da roça. Lobato, com sua ironia caricatural, lista diversas dessas simpatias e práticas. Para cada problema havia uma solução. Em caso de bronquite, por exemplo, “é um porrete cuspir o doente na boca de um peixe vivo e soltá-lo: o mal se vai com o peixe água abaixo...”⁵¹⁵. Para espantar o quebranto, isto é, o mau-olhado, o procedimento era mais complicado:

Tomam-se três contas de rosário, três galhos de alecrim, três limas de bico, três iscas de palma benta, três raminhos de arruda, três ovos de pata preta (com casca; sem casca desanda) e um saquinho de picumã; mete-se tudo numa gamela d’água e banha-se naquilo o doente, fazendo-o tragar três goles da zurrapa. É infalível!⁵¹⁶

A lista segue, descrevendo desde as simpatias para um bom parto até o cortejo fúnebre daqueles que se foram. São tantas prescrições que nem todos “os volumes do Larousse não bastariam pra catalogar-lhes as crendices, e como não há linhas divisórias entre estas e a religião, confundem-se ambas em maranhada teia, não havendo distinguir onde para uma e começa outra”⁵¹⁷. Religião e medicina popular andavam juntas, sendo impossível dissociá-las segundo Lobato. No plano religioso, a “ideia de Deus e dos santos torna-se jecocêntrica”⁵¹⁸; esses “coronéis celestiais” poderiam ajudar ou castigar os caipiras, intervindo na realidade “como os metediços deuses de Homero”⁵¹⁹.

Por trás da descrição com doses de humor mordaz, Lobato manifesta seu preconceito com a cultura do caipira, a qual se agarrava a superstições e saberes tradicionais transmitidos e ensinados oralmente, geração após geração. A quem eles poderiam recorrer em caso de doença? Acaso eram os jecas latifundiários, como o Doutor Lobato, com recursos para contratar um médico profissional? Havia políticas públicas de saúde voltadas para as populações rurais? É claro que não. Somente a partir de 1916, depois da divulgação do relatório da expedição científica dos médicos Belisário Penna e Arthur Neiva ao interior do Brasil, é que se iniciará uma campanha que defende a bandeira em prol da intervenção estatal na saúde, por meio do saneamento das áreas rurais, tratamento dos doentes aliados à oferta de ensino e educação higiênica. Antes disso, os recursos na área da saúde eram limitadíssimos, e tal vácuo no setor fora criado pela ausência de investimentos do Estado, que se preocupava mais com o litoral, com os portos e com as áreas agroexportadoras do que com as regiões interioranas. Sendo assim, com a carência de tratamento médico-científico, o terreno ficava

⁵¹⁵ Ibid., p. 175.

⁵¹⁶ Ibid., p. 175.

⁵¹⁷ Ibid., p. 176.

⁵¹⁸ Ibid., p. 176.

⁵¹⁹ Ibid., p. 176.

aberto às práticas curativas de empíricos, cujo conhecimento se baseava na obtenção e uso de ervas, unguentos, simpatias etc para tratar os enfermos.

Mesmo em São Paulo, estado que possuía, durante a Primeira República, o maior orçamento do país e também destinava, desde o final do século XIX, significativo percentual de verbas para saúde e saneamento⁵²⁰, havia um déficit com relação às áreas interioranas, já que a maior parte dos recursos era destinada ao saneamento do porto de Santos, de onde se exportava o café e onde chegavam os imigrantes, os quais careciam de cuidados, pois eram considerados “não imunes” às doenças tropicais, e também às cidades ligadas à expansão cafeeira⁵²¹. Portanto o Vale do Paraíba, onde viviam os Jecas, não foi contemplado pelas primeiras políticas de saúde devido ao fato de que o valor econômico da região havia decaído desde a segunda metade do século XIX, com o declínio da produção do café. Em relação à saúde, Jeca estava, portanto, abandonado à própria sorte, ou melhor, estava à mercê dos “coronéis celestiais” (Deus e os santos) e de suas credices e superstições tão criticadas por Lobato e apontadas como sinônimo de ignorância e atraso.

Abandonado pelo poder público, sem cidadania e sem civismo, o que restava ao caboclo? Monteiro Lobato afirmava que esse tipo era soturno, termo que possui vários significados no dicionário⁵²²: melancólico, tristonho, sem alegria, sinistro, sombrio. O Jeca descrito pelo fazendeiro parece reunir, facilmente, todos os atributos listados no *Aulete* para essa expressão, somente qualidades negativas do caipira que ganham evidência em meio à

natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a infolhescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escachoo permanente...⁵²³

O trecho enfatiza as belezas naturais do Brasil, porém o caboclo estava em profunda oposição com o ambiente. Nada poderia ser mais distinto do que as diferenças existentes entre o homem e o meio. Enquanto a natureza proporcionava uma “vida dionisíaca”, com abundância e diversidade na fauna e na flora locais, a figura soturna do caboclo destoava do meio, pois vivia tal qual um urupê – fungo que sobrevive da seiva de pau podre, no sombrio da mata, nos

⁵²⁰ COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986. Ver Quadro II, p. 43.

⁵²¹ Estas cidades localizavam-se no oeste paulista, a saber Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto, as quais recebiam inúmeros imigrantes europeus e vivenciavam um *boom* na cafeicultura.

⁵²² A expressão foi consultada no Dicionário *Caldas Aulete* versão on-line, no site: <<http://www.aulete.com.br/soturno>> Acesso em 21 jan. 2018.

⁵²³ LOBATO, 2009, p. 177.

grotões escuros e úmidos, longe da beleza edênica da Serra da Mantiqueira, a qual volta e meia era vítima dos Neros. Em síntese, “Jeca Tatu era a mais pura expressão de todas as qualidades negativas do ser humano. Dêle nada se salvava. Nem o corpo, nem o espírito.”⁵²⁴

O Jeca também não se expressava artisticamente. As manifestações de arte popular no Brasil, como as modinhas, Lobato atribuía ao Mulato, “em cujas veias o sangue recente do europeu, rico de atavismos estéticos, borbulha de envolta com o sangue selvagem, alegre e são do negro”⁵²⁵. A política de branqueamento, delineada por intelectuais e dirigentes do país ao final do século XIX, baseada no incentivo à imigração europeia, beneficiava a cultura e a arte brasileira. Como se percebe no trecho anterior, Lobato vê no sangue europeu a riqueza estética que fazia arte ao ser misturada com o sangue “selvagem” e sadio do negro, culminando no mulato, etnicamente híbrido, da mistura do branco com o negro. O caipira não tinha senso estético, nada esculpia, feria as cordas da viola, não se comparava ao campônio europeu que tinha sentimento pela arte expresso nas vestimentas, nas canções, nos móveis etc. O “caboclo é o sombrio urupê de pau podre, a modorrar silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive...”⁵²⁶ Segundo Arthur Neves, quando Lobato escreveu os artigos,

também não teve, nem poderia ter, uma visão certa do nosso homem do campo. O fazendeiro, que acabava de tomar pose dum imenso latifúndio e começava a temer os prejuízos do fim do ano, estava objetiva e subjetivamente condicionado a basear a sua teoria do caboclo em premissas falsas, resultantes de uma interpretação de fatores superficiais e não da análise profunda das causas econômicas e sociais, que levavam o pobre piraquara a se transformar no **Porriço decalvans** das terras virgens⁵²⁷.

Apesar da análise restrita que de certo modo deformou o caipira, a descrição de Lobato mostrou-se ambígua, pois se por um lado o Jeca era um predador e avesso à civilização, por outro, denunciava a forma subumana com a qual os caboclos eram tratados. Nesse sentido, o professor Aluizio Alves Filho esclarece o tom da denúncia feita pelo escriba de *Cidades Mortas*:

Jeca não é objeto de nenhuma política efetiva (seja de emprego, saúde, educação, habitação, etc). Vivendo na “penumbra das zonas fronteiriças”, Jeca não tem papel formal na estrutura produtiva. Em decorrência, Jeca não tem direitos nem bens. Jeca não tem cidadania⁵²⁸.

⁵²⁴ CAVALHEIRO, 1955, p. 181.

⁵²⁵ LOBATO, 2009, p. 177.

⁵²⁶ Ibid., p. 177.

⁵²⁷ NEVES, Arthur. Monteiro Lobato. *Revista Fundamentos: Revista de cultura moderna*. nº. 4/5, Setembro/Outubro 1948; São Paulo. p. 272.

⁵²⁸ ALVES FILHO, 2003, p. 60.

A denúncia social, por meio da construção da figura do Jeca, fica mais evidente quando Lobato afirma que: “Nascemos colônia e até agora só conquistamos a independência política. Econômica, espiritual, mental e cientificamente, continuamos colônia”⁵²⁹. Ele também criticou a falta de educação e de ensino técnico para os “Jecas”, o que impedia “à classe de baixo o caminho à imediata” e, prescrevia Lobato, “temos de descascar o Jeca na escola primária, ensinando-lhe, depois na profissional, a utilizar-se da leitura e da técnica”⁵³⁰. Portanto, ou os bacharéis da república investiam em educação básica e técnica, ou o Brasil continuaria a se apoiar numa falsa estrutura, sendo mero espectador do desenvolvimento econômico e social dos países capitalistas centrais, sustentado por uma mão de obra desqualificada e com indivíduos sem identidade nacional nem noção de cidadania.

De todo modo, a figura caricatural de Lobato lhe rendeu frutos. A partir da publicação dos artigos num dos maiores jornais do país, ele definitivamente ficou conhecido no círculo cultural do estado paulista. *Velha Praga* e *Urupês* foram reproduzidos dezenas de vezes em outros periódicos, contribuindo para difundir ainda mais o nome de seu autor e de sua versão sobre o caboclo do Vale do Paraíba. “Se os meros “Neros de pé no chão” da vida real causaram-lhe pequenos prejuízos na “República dos Coronéis”, os Jecas Tatus imaginários renderam-lhe gordos dividendos na “República das Letras”⁵³¹, isso porque Lobato ansiava fazer algo “nuevo”, retratar o caboclo tal como ele era, em seu ambiente, diferente das figuras literárias fabricadas nas cidades, por autores citadinos, como Cornélio Pires e Júlia Lopes, que desnaturalizavam os caipiras. Em uma correspondência enviada a Rangel, em 1915, Lobato esclarecia uma de suas intenções ao publicar os artigos:

Aquilo foi fabricação histórica para bulir com o Cornélio Pires (...) que andava convencido de ter descoberto o caboclo (...) O caboclo do Cornélio é uma bonita estilização sentimental e poética, ultra-romântica, fulgurante de piadas – e rendosa. O Cornélio vive, e passa bem, ganha dinheiro gordo, com as exibições que faz de “seu caboclo”. Dá caboclo em conferência de 5 mil réis a cadeira e o público mija de tanto rir (...) Ora, meu “Urupês” veio estragar o caboclo do Cornélio – estragar o caboclismo⁵³².

O fato é que Lobato teve sucesso em sua empreitada, foi convidado para colaborar regularmente com o jornal *O Estado de S. Paulo*, inclusive sendo remunerado, enquanto amadurecia a ideia de publicar seu primeiro livro, cuja repercussão será objeto de análise do item a seguir.

⁵²⁹ LOBATO, MONTEIRO, [s.d.] apud CAVALHEIRO, 1955, p. 323.

⁵³⁰ LOBATO, MONTEIRO, [s. d.] apud CAVALHEIRO, 1955, p. 324.

⁵³¹ ALVES FILHO, 2003, p. 56.

⁵³² LOBATO, 1944, p. 40. Ponta da Praia, 03 de Julho de 1915.

3.2 *Urupês* e o mito da identidade nacional

A vida de Lobato na fazenda Buquira perdera a graça: os lucros esperados não vieram, a fazenda tinha dívidas e seu proprietário queria se dedicar às Letras. Em 1917, ele concretizou a venda da fazenda e mudou-se para a cidade de São Paulo, “ficando mais perto das redações dos jornais e revistas, do agito cultural da cidade que tantos frutos renderiam ao autor. Entretanto, os temas rurais nunca abandonaram a obra de Lobato”⁵³³. A título de exemplo, podemos citar sua famosa coleção para crianças, com várias estórias ambientadas no Sítio do Pica-Pau Amarelo. Na capital, Lobato investiu parte do dinheiro obtido com a venda da fazenda na compra da Revista do Brasil, de propriedade da família Mesquita, num negócio que envolveu mais de dez contos de réis.

Enquanto se dedicava a cuidar da Revista do Brasil, a mais importante publicação de cunho nacionalista de sua época, Lobato colaborava no “Estadinho”. E, em um dos seus trabalhos, realizou com os leitores do jornal um inquérito sobre o Saci-Pererê, colhendo estórias de várias partes do país com a narração de encontros com o ser folclórico.

Sobre o projeto do Saci, Lobato escreveu a Rangel contando mais detalhes deste plano:

Também preparo para o chumbo o “Inquérito do Saci”, que fiz no Estadinho. Dá 300 paginas, mas não aparece com meu nome. Demonólogo Amador, é como assino. Será livro popular e de vender bem. De modo que a minha estréia será um livro não assinado e feito com material dos outros. Meu, só os comentários, prefácios, prólogos, epílogos [...] ⁵³⁴

O material foi reunido num livro – *O Saci-Pererê: resultado de um inquérito* – editado por Monteiro Lobato e assinado como um “Demonólogo amador”. O livro foi um sucesso, esgotando rapidamente 5000 exemplares. O fato convenceu Lobato de que o mercado editorial era promissor, por isso, em 1918, ele fundou a editora gráfica Monteiro Lobato & Cia Ltda⁵³⁵.

⁵³³ HABIB, 2003. p. 34.

⁵³⁴ LOBATO, 1944, p. 138. São Paulo, 10 de Maio de 1917.

⁵³⁵ ALVES FILHO, 2003, p.66.

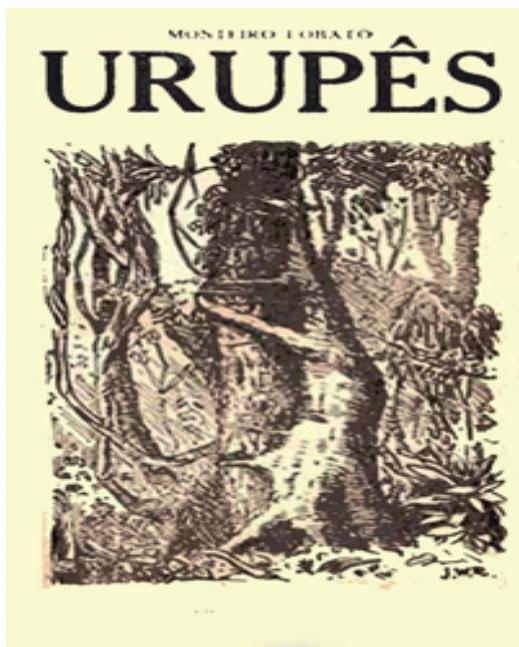
Imagem 6 – O Saci-Pererê⁵³⁶. Desenho com nanquim por Monteiro Lobato.



Essa obra, extraoficialmente, foi o seu primeiro trabalho, mas ele queria algo só dele e não editar materiais coletados de outras pessoas. Foi assim que decidiu reunir alguns de seus textos para publicar, oficialmente, o seu primeiro livro, o qual seria intitulado *Dez Mortes trágicas* e reuniria apenas contos. A capa trazia a ilustração de uma árvore envolta por um mata-pau, tema de um dos contos, já na segunda edição o desenho seria alterado, trazendo vários cogumelos, os urupês ou orelha-de-pau, como eram conhecidos no Vale do Paraíba. No entanto o amigo Arthur Neiva, então chefe do Serviço Sanitário do estado de São Paulo, convencera Lobato a trocar o nome do livro para *Urupês* e também sugeriu que fossem incluídos na obra os artigos jornalísticos - *Velha Praga* e *Urupês*, sugestão aceita pelo autor.

Figura 7 – Capa da 1ª edição de *Urupês*. Arte por J. Wasth Rodrigues⁵³⁷

⁵³⁶ Imagem capturada no site <<https://jornalggm.com.br/blog/gilberto-cruvinel/o-inquerito-de-monteiro-lobato-sobre-o-sacy-perere>> Acesso em 22 jan. 2018.



Na primeira edição do livro, os contos *Velha Praga* e *Urupês*, que haviam tornado Lobato conhecido, não constaram no volume, erro corrigido já na 2ª Edição, a qual fora preparada no mesmo ano devido ao rápido esgotamento da primeira tiragem. No prefácio da nova edição, o criador do Jeca explicou o acréscimo dos artigos, especialmente de *Velha Praga*: “E para ela [a nova edição do livro] entra mais uma, como direi? – o gênero é inclassificável – mais uma “indignação”: “Velha Praga”. E também o artigo “Urupês”. Explica-se. “Velha Praga” é a verdadeira mãe deste livro, e não seria justo separar a mãe do filho”⁵³⁸. As vendas seguiram a todo vapor, parecendo acompanhar a velocidade das máquinas tipográficas das oficinas do “*Estadão*”, e cresceram substancialmente após o já mencionado discurso do “cetáceo” Rui Barbosa, o “cacique-mór”, em sua campanha presidencial, no ano de 1919, quando evocara a figura do Jeca Tatu para demonstrar ao público que lhe assistia no Teatro Lírico, na capital federal, o estado de abandono da população brasileira pelos dirigentes da república e para apresentar um avançado plano de reformas sociais e trabalhistas, como moradia para operários, salário mínimo, regulamentação da jornada de trabalho etc. O discurso de Rui havia sido publicado em vários jornais e serviu como um “pé de vento” nas vendas de *Urupês*, popularizando ainda mais o seu autor e a figura do Jeca, a qual se destacava nas várias edições que se sucediam. O historiador Gilberto Freyre, contemporâneo do lançamento do livro e leitor de Lobato, escreveu o seguinte sobre a relação *Urupês*-Rui Barbosa:

⁵³⁷ Imagem capturada na internet no site: <<http://acropolemg.blogspot.com.br/2016/05/o-mais-celebre-de-todos-os-urupes.html>> Acesso em 22 jan. 2018.

⁵³⁸ LOBATO [s.d], p. 267-8 apud GOUVEA, 2001, p. 64.

ter feito Rui Barbosa, já velho, voltar-se do alto do seu gabinete, com olhos espantados e quase de menino - menino doente, criado o tempo todo dentro de casa - para aquele Brasil áspero que os brasileiros de hoje estudam com um amor que seus avós bacharéis e doutores, quase desconhecera... Foi por obra e graça de Urupês que o maior campeão sul-americano da inocência de Dreyfus verdadeiramente descobriu que a poucas léguas da rua São Clemente havia quem sofresse mais do que o remoto mártir do anti-semitismo europeu; sofresse de dores que o "habeas corpus" não cura, não alivia sequer⁵³⁹.

Pela obra de Lobato, Rui parece ter redescoberto o Brasil. A descrição do Jeca Tatu fez o abolicionista voltar os seus olhos para os sertões, onde viviam os caboclos afastados da realidade de muitos dirigentes republicanos os quais achavam que o Brasil se resumia ao litoral. O candidato à presidência da república viu no Jeca que um “fatalismo cego o acorrenta à inércia”⁵⁴⁰. A revista *O Malho*, de 1919, estampou em sua capa uma ilustração do artista J. Carlos, na qual o “inocente” Rui Barbosa, a bordo de uma caravela, descobre, enfim, o sertanejo! O caipira, por sua vez, trajando suas roupas simples e remendadas, com o chapéu de palha e de pitinho na boca, pesca tranquilamente tentando fisgar, quem sabe, a carne para o seu almoço, dando pouca atenção à chegada do Doutor.

Imagem 8 – Capa de *O Malho*, 1919⁵⁴¹.

⁵³⁹ FREYRE, [s.d] apud CAVALHEIRO, 1955, p. 210.

⁵⁴⁰ BARBOSA, 1998, p. 9.

⁵⁴¹ Imagem capturada na internet. Site: < <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/todas-as-noticias/751-a-categoria-sertao-esta-fortemente-ligada-a-projetos-de-desenvolvimento-diz-nisia-trindade#.WmpANa6nGM8>> Acesso em 25 jan. 2018.



O personagem literário de Monteiro Lobato ganhara a partir de então forte conotação política. Rui Barbosa, em sua catilinária, não apenas indagou ao público se conhecia o Jeca Tatu, como também aventou uma ideia audaciosa, a qual lhe rendera em seguida mais críticas, a saber:

Não sei bem, senhores, se, no tracejar deste quadro, teve o autor só em debuxar o piraquara do Paraíba e a degenerescência inata da sua raça. Mas a impressão do leitor é que, neste símbolo de preguiça e fatalismo de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e hebetamento, o gênio do artista, refletindo alguma coisa do seu meio, nos pincelou, consciente, ou inconscientemente, a síntese da concepção, que têm, da nossa nacionalidade, os homens que a exploram⁵⁴².

O “Águia de Haia” suscita uma questão importante e polêmica: Lobato pincelou uma figura degenerada, de fatalismo inato, que se limita ao piraquara do Paraíba, ou o Jeca representaria algo maior, como a síntese da nossa nacionalidade, na concepção daqueles que exploram os caboclos, isto é, as elites agrárias? O texto de Lobato apresentava características de uma literatura regionalista, mas os seus limites espaciais e culturais começavam a extrapolar e muito as barreiras da obra, assumindo cada vez mais espaço nacional. Com *Urupês* sendo vendido aos milhares para todas as partes do país, principalmente depois do discurso de Rui Barbosa, a figura do Jeca passou a se cristalizar no imaginário social, representando não apenas o piraquara do Paraíba, como fora idealizado por seu criador, mas

⁵⁴² BARBOSA, 1998, p. 9.

toda a gente brasileira que vivia nos sertões, isolada dos centros econômicos e de poder. Lobato queria isto, que o Jeca se tornasse um símbolo da identidade nacional? Não foi ele que tanto criticou o indianismo de Alencar, cujo indígena fora eleito o símbolo da nacionalidade? Possivelmente, Lobato não pretendia, quando escreveu em 1914, que seu personagem viesse simbolizar toda a cultura sertaneja do país. E, ao contrário das tentativas românticas de transformar o índio em um ser diferente do que ele realmente era, Lobato não se apegou a idealizações daquilo que ele chamava de caboclo. O caboclo de Lobato era um anti-herói que só tinha aspectos negativos, pois como vimos ele nasceu de uma visão limitada, patronal e da revolta do fazendeiro contra os piraquaras que punham fogo no mato. Entretanto no discurso de Rui começou a ser construído algo que pode ser entendido como um

embrião de uma crítica que responsabiliza Lobato pela canalização de toda uma energia, de todo um grupo de preconceitos que encontram ancoradouro numa obra realizada, estancando o imaginário. É o momento em que os preconceitos encontram receptáculo, criando urna sua circunscrição, e a representação, assumida por alguém, vai da representação intelectual a urna imagem-símbolo⁵⁴³.

Pelo fato de Rui Barbosa aventar a hipótese de ser o Jeca um símbolo de nacionalidade, o político foi fortemente atacado por Leonidas de Loyola, num opúsculo que reuniu vários artigos publicados no jornal *A Republica*, do estado do Paraná, os quais foram enfeixados em livro em 1919. Loyola, em *Urupês e o sertanejo brasileiro*, questionou a caricatura do caboclo pintada por Lobato e também o fato de Rui não ter uma visão própria do homem brasileiro, tendo que tomá-la de empréstimo. Passemos ao registro do escritor paranaense:

Agora, o que se não concebe é que um homem como Ruy Barbosa, com o seu talento e a sua cultura; Ruy Barbosa, que é a maior potencia verbal da nossa língua; Ruy Barbosa que nos obriga a remontar ao passado para encontrar um seu emulo em Antonio Viera; Ruy Barbosa não tenha uma visão sua do sertanejo brasileiro e precise ir pedil-a de emprestimo ao sr. Monteiro Lobato, a não ser que expliquemos esse facto pelas suas estreitas e intimas relações com “O Estado de São Paulo” e a “Revista do Brasil”... Ruy Barbosa, si, por politica, fez tal cousa, fel-a de modo desastrado, impolítico e impatriótico e incorreu, mais uma vez, na accusação de que não é pensador, sobrando-lhe em verbalismo o que lhe falta em pensamento. Concorrendo, em uma das suas tremendas catilinarias, para o ruidoso successo de “Urupês” e endossando a circulação dessa caricatura infeliz que é “Jéca-Tatú”, Ruy Barbosa demonstrou não ter uma visão sua, pessoal e nacional, dos problemas brasileiros...⁵⁴⁴

⁵⁴³ GOUVEA, 2001, p. 62.

⁵⁴⁴ LOYOLA, Leonidas de, 1919, p. 35-6.

Como se vê, o endosso de Rui ao Jeca Tatu de *Urupês* desagradou bastante ao senhor Leonidas de Loyola, a ponto de ele afirmar que o discurso do presidenciável se justificaria pelas relações que o político mantinha com os órgãos de imprensa e cultura paulistas, caso do “*Estadão*” e da *Revista do Brasil*, de propriedade de Lobato. Outro ataque veemente veio à tona quando disse que Rui é melhor com as palavras do que com o pensamento, precisando recorrer a Jeca Tatu para fazer política, de forma impatriótica, demonstrando desconhecimento dos problemas nacionais.

A publicação de *Urupês*, em 1918, causou celeuma no cenário literário, cultural e político brasileiro, sobretudo por conta dos contos *Velha Praga* e *Urupês*, os quais apresentaram ao Brasil o piraquara do Paraíba, desprovido de qualquer idealização e características positivas que pudessem representar um sinal de esperança acerca da capacidade do homem rural. Muitas vozes críticas levantaram-se contra Monteiro Lobato, acusando-o de falta de patriotismo por ser tão ácido na descrição do sertanejo. A acusação de ser antipatriota ocorreu pois os críticos entenderam que Lobato via o homem do campo com pessimismo, por meio da representação e da caricatura do Jeca, com um fatalismo comum àqueles que defendiam a inferioridade do brasileiro por sua condição racial mestiça. Naquele contexto, para muitos, a depreciação do povo seria inadmissível, o que pode ser entendido devido ao fato de que no:

período da Primeira Guerra Mundial e do imediato pós-guerra foi, no exterior e no Brasil, marcado por intensa atuação de movimentos de caráter nacionalista que pretendiam descobrir, afirmar e reclamar os princípios da nacionalidade e realiza-lo através do Estado Nacional⁵⁴⁵.

Thomas Skidmore lembra que a polêmica gerada em torno do Jeca Tatu evidenciava a mudança de atitude no cenário nacional ocorrida durante a Guerra⁵⁴⁶. Nesse momento histórico, aflorou no Brasil, entre os grupos de elite, classes dirigentes e setores médios urbanos, o nacionalismo, que exaltava a pátria e a identidade nacional. Surgiram agremiações que levantaram diversas bandeiras - saneamento, educação e recrutamento militar - em prol do resgate da nacionalidade. Na literatura, o mesmo fenômeno aconteceu, por exemplo, por meio da publicação de obras como *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), de Lima Barreto; *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, entre outras as quais se debruçavam sobre temas que incluíam a formação do povo brasileiro e a exaltação dos elementos tipicamente nacionais. A obra de Lobato, entretanto, embora tenha sido elogiada por várias

⁵⁴⁵ HOCHMANN e LIMA, 1996, p. 24.

⁵⁴⁶ SKIDMORE, 2012, p. 253.

personalidades, foi também bastante atacada, e seu autor acusado “de denegrir outros brasileiros ao generalizar um problema local (paulista?) como sendo de âmbito nacional”⁵⁴⁷. Tania de Luca afirma que alguns dos críticos, “inconformados com as características imputadas ao personagem e, por extensão, à imensa maioria dos brasileiros, criaram tipos diametralmente opostos, como o Mané Chique-Chique do deputado Ildefonso Albano, rocha viva da nacionalidade; ou o Jeca Leão de Rocha Pombo, criatura dotada de inúmeras virtudes e nenhum defeito”⁵⁴⁸. Assim surgem respostas literárias ao Jeca de Lobato, oriundas de norte a sul do país, questionando a amplitude do caboclo de *Urupês* enquanto símbolo da identidade do homem brasileiro, principalmente do campônio.

Dentre as vozes que se insurgiram contra a obra de Monteiro Lobato, a de Leonidas de Loyola foi uma das mais contundentes. Em uma série de artigos, ele atacou *Urupês*, colocando em dúvida, inclusive, suas virtudes literárias, alegando que tínhamos “em nossa litteratura cousas muito mais originaes, de muito maior profundeza e muito maior amplitude”⁵⁴⁹. Para o autor de *Urupês e o sertanejo brasileiro*, o Jeca Tatu não representava o homem rural brasileiro, representava “quando muito, o sertanejo paulista”⁵⁵⁰, pois o seu criador não conhecia o jagunço e nem o gaúcho, portanto Jeca não era e nem poderia ser um símbolo da nacionalidade.

Políticos e intelectuais dessa época defendiam, desde a divulgação do relatório Penna-Neiva de sua expedição ao interior do Brasil e do brado pró-saneamento de Miguel Pereira, a integração dos sertões ao país, a necessidade de conectar sertão e litoral. Inclusive o deputado federal Dr. Alvaro Fernandes argumentou, em discurso pronunciado no parlamento em 1916, que o “sertanejo é a materia prima, o barro plastico, o solido cimento de nossa nacionalidade”⁵⁵¹. Julgava que a força da nação estava no sertão, no campo, e não nas cidades, onde havia alcoolismo, vadiagem, jogos de azar, prostituição e outros meios que desencaminhavam o homem, conduzindo-o à degeneração física e mental. Evidentemente a denúncia dos médicos sanitaristas apontava graves problemas nos sertões, como epidemias e abandono das populações rurais, mas esses males deveriam ser combatidos, a fim de que se resgatasse a nacionalidade brasileira e integrasse o interior ao projeto de construção da nação e do país. O jurista Alberto Torres foi um dos intelectuais que defendia a vocação agrícola do

⁵⁴⁷ SKIDMORE, 2012, p. 253.

⁵⁴⁸ LUCA, 1999, p. 63.

⁵⁴⁹ LOYOLA, 1919, p. 6-7. O autor cita outros autores cujos trabalhos considera mais originais e de maior amplitude que os de Lobato, a saber os de Affonso Arinos, Alberto Rangel e Carvalho Ramos.

⁵⁵⁰ Ibid., p. 7.

⁵⁵¹ FERNANDES, Alvaro, 1916 apud. LOYOLA, Leonidas de, 1919, p. 20.

Brasil, opondo-se à urbanização e à industrialização. Acreditava que a vida rural era mais saudável que a urbana, pois esta corrompia o homem⁵⁵², e criticava a alienação das elites e a ausência de políticas que ajudassem a corrigir os problemas do campo.

Leonidas de Loyola também criticou a falta de políticas públicas para atender os sertanejos. Para ele, o homem rural, “Pobre, analfabeto, roído de vermes, ignorante, agricultor de métodos rudimentares e bárbaros, o matuto não poderia ter feito mais do que fez”, enquanto o imigrante europeu, “lhe damos toda a proteção, desde o porto de embarque na Europa até ao núcleo colonial que lhe é designado”⁵⁵³. Destacou que o imigrante tinha inúmeras vantagens asseguradas pelo Estado que o Jeca não possuía e por isso permanecia na penumbra da civilização.

Embora Monteiro Lobato, no mesmo ano do lançamento de *Urupês* (1918), tenha se convertido à causa do saneamento, unindo forças a Belisário Penna e Arthur Neiva, e feito justificativas e “pedidos de desculpas” nos prefácios de sua obra por ter ignorado o estado de abandono do Jeca, que o levava à doença e à improdutividade, tais revisões não foram totalmente suficientes para redimir a figura fatalista do caboclo pintada por Lobato, pelo menos para alguns de seus leitores e críticos. A imagem caricatural do caboclo expressa nos artigos de 1914, extremamente negativa e pessimista, estava distante da reinterpretação do Jeca publicada em 1918, no livro de contos. Literariamente, os textos e o personagem eram os mesmos, entretanto a mente do autor havia mudado por conta da transferência para a capital paulista e dos contatos estabelecidos com os médicos sanitaristas, os quais chamaram a atenção de Lobato para um aspecto que influía negativamente sobre o sertanejo brasileiro: o binômio abandono-doença. Convencido pela medicina de que o principal mal do país era a doença, Lobato, inicialmente, “salvagarde-se dessas contradições, através dos prefácios às edições de *Urupês*”⁵⁵⁴, nos quais apresenta pedidos de desculpas ao Jeca e explicações por ter carregado tanto na tinta e ignorado o estado doentio do campônio brasileiro.

Apesar das tentativas de Lobato de restabelecer a figura do caboclo e assumir, em parte, culpa por ter ignorado sua real condição quando escreveu sobre o homem sertanejo, tal esforço não foi considerado por Leonidas de Loyola e nem amenizou as críticas ferinas que dirigiu ao escritor paulista. Loyola julgava que a publicação de Lobato era contraproducente, inútil, inoportuna e antipatriótica. E como *Urupês* havia se transformado em sucesso literário

⁵⁵² SKIDMORE, 2012, p. 182.

⁵⁵³ LOYOLA, 1919, p. 11.

⁵⁵⁴ LOBATO, [s.d], p. 267-8 apud GOUVEA, 2001, p. 64.

nacional, apontava que uma “campanha systematica de depreciação e ridículo do homem e das cousas do Brasil está formando em nossa Patria uma geração de scepticos e de pessimistas, por um lado, concorrendo, por outro, para o nosso descredito no estrangeiro”⁵⁵⁵. Atente para o fato de que o crítico chama a atenção para duas consequências da campanha de depreciação do homem brasileiro: 1. Internamente, formar uma geração que não acredita no futuro do próprio povo; 2. Externamente, mais um arranhão na frágil imagem do Brasil no exterior, visto como um país mestiço e doente, o que prejudicava os planos das elites de atrair imigrantes europeus e capitais estrangeiros para novos investimentos na economia nacional. Loyola sugere que tal campanha fosse encerrada e que se tratasse o Jeca como o doente que era, com proteção e carinho, pois a “piedade é apanagio das almas bem formadas, dos corações grandes”⁵⁵⁶. Ora, Lobato era muitíssimo bem formado, tinha uma visão moderna e também um coração dos grandes, tanto que se arrependeu da versão do homem do campo que escrevera em 1914 e abraçou, como poucos, o movimento em prol do saneamento do país. Sua visão inicial pessimista sobre o piraquara do Vale do Paraíba não o torna um inútil e nem impatriota, pois há que se considerar que o seu relato, apesar de imperfeito, trazia à lume aspectos reais de uma forma de vida negligenciada pelos centros de poder – a dos caipiras. Se não fosse seu texto, tão claro e duro, possivelmente o debate em torno dos Jecas, da necessidade de melhoria de suas condições de vida e de sua inclusão num projeto de nação não teria obtido tamanha amplitude que ultrapassou em muito a esfera literária!

Loyola clamava intervenção federal para integrar os sertões ao restante do país, num projeto de construção da nacionalidade. Ele dialogava com outro sertanista, um ícone, Euclides da Cunha, o qual criticava as elites brasileiras por investirem na imigração estrangeira, esquecendo-se de seus patrícios, que “eram mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa”⁵⁵⁷. Portanto, ao longo das décadas de 1910 a 1920, era “o resgate dos sertões e do sertanejo que se impunha como tarefa de construção da nação”⁵⁵⁸. O jornalista paranaense recusava-se a aceitar que o Jeca seria um representante nacional, primeiro porque julgava seu criador um pessimista que havia pintado o caboclo com “todos os defeitos possíveis e imagináveis”⁵⁵⁹. Depois porque Jeca era uma caricatura e como tal não podia ser um símbolo, sob o argumento de que o personagem “é errado, falso, inverosímil,

⁵⁵⁵ LOYOLA, 1919, p. 19.

⁵⁵⁶ Ibid., p. 20.

⁵⁵⁷ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). p. 90. Disponível on-line em: <<http://dynamicon.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Os-sert%C3%B5es-de-Euclides-da-Cunha.pdf>> Acesso em 01 mar. 2018.

⁵⁵⁸ SANTOS, 2003, p. 216-7.

⁵⁵⁹ LOYOLA, 1919, p. 34.

não resiste ao menor embate da crítica”⁵⁶⁰. Por fim, sugere a Monteiro Lobato que expurgue de seu livro a caricatura infeliz do homem do campo. A partir daí, segundo Loyola, “teremos nada mais nada menos do que um livro de contos regionaes, igual a tantos outros que já existem nas nossas letras”⁵⁶¹.

Outro autor que escreveu um livro em resposta ao *Jeca Tatu* e à concepção de Monteiro Lobato sobre o sertanejo foi o político oriundo de Fortaleza, no Ceará, Ildefonso Albano. Albano publicou, em 1919, *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*⁵⁶², sendo o protagonista da obra uma antítese do Jeca. O embate de Albano com Lobato começa já na epígrafe, com uma celebração à “gloriosa memória” de José de Alencar, autor tão combatido por Lobato por conta de sua literatura romântica acusada de falsear o indígena, responsável pela pavimentação do caminho trilhado por literatos ufanistas do início do século XX, os quais escreviam da cidade, sem conhecer, de fato, a vida do homem do campo, distorcendo a realidade do caboclo, transformado num símbolo de bravura e de nacionalidade. O prefácio da obra foi redigido por Mário de Alencar, membro da Academia Brasileira de Letras e filho de José de Alencar (a escolha de Alencar seria uma provocação e uma forma de o filho responder a Lobato pelos ataques desferidos à obra de seu pai?). No prefácio, Mário de Alencar afirmou que Lobato “descreveu e apreciou a traços incisivos e tintas carregadas, um dos tipos característicos do interior brasileiro, ao qual chamou de Jeca-Tatu”⁵⁶³, tipo que estaria circunscrito a pequeno canto dentro da imensidão do Brasil. De forma cavalheiresca, Alencar não negou a arte e o talento de Lobato, mas não se furtou em divergir da figura criada pelo escritor paulista ao apontar suas supostas falhas e equívocos e fazer uma sutil defesa da memória e da obra de seu pai, como se nota na passagem a seguir:

há generalizações estouvadas, que não se explicam nem mesmo como extravagância retórica, e no caso particular da étnica brasileira não atino o amesquinizador propósito do poeta, que ao otimismo inocente da poesia preferiu o pessimismo possivelmente maléfico e seguramente inestético da difamação genérica⁵⁶⁴.

⁵⁶⁰ Ibid., p. 34.

⁵⁶¹ Ibid., p. 35.

⁵⁶² A alcunha Xiquexique provém de uma planta típica do sertão nordestino. Segundo Albano, ela “nasce e prospera em qualquer terreno bom, medíocre ou ruim; mas, sóbrio, resistente, tenaz e rude, prefere a todos, a pedra nua, a rocha dura. Ali, onde parece impossível a vida, onde qualquer planta estiolaria, e outra semente encontraria a morte, ali êle se firma...” (ALBANO, Ildefonso, 1969, p. 41). O autor nordestino imprimiu em seu personagem as mesmas características da planta, Mané é resistente, forte e sabe viver em qualquer lugar sob quaisquer condições.

⁵⁶³ ALBANO, Ildefonso. *Jeca-Tatu e Mané Xiquexique*. 3 ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969, p.33.

⁵⁶⁴ Ibid., p. 34.

Jeca, para Alencar, era uma generalização estouvada e extravagante, permeada pelo pessimismo “possivelmente maléfico”, algo que difamava uma etnia brasileira, bem diferente do poeta (provavelmente Alencar se refere a seu pai), cuja poesia inocente preferiu a louvação otimista de seu povo à “difamação genérica” feita por Lobato. O filho do autor de *Iracema* também criticava, implicitamente, Rui Barbosa por adotar em sua retórica política oposicionista o Jeca Tatu como tipo simbólico miserável do povo brasileiro que habita o interior em oposição à gente da cidade e dos centros de poder. Achava que a generalização da figura do Jeca seria “um êrro de sociologia leviana ou uma cincada de política inconsciente”⁵⁶⁵ e tomava o Mané Xiquexique como exemplo para desancar o Jeca enquanto símbolo nacional. Disse Alencar: “outros virão vindo, e o tempo com êles, que desfaçam êsse Jeca-Tatu genérico; e basta que de cada canto do interior brasileiro suba a voz dos experimentados e insuspeitos, a exemplo do autor dêste livro.”⁵⁶⁶

Albano, ao iniciar *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*, contextualiza, apresentando a localização de onde se passa a história e os problemas enfrentados pelo protagonista, bem como principia uma resposta direta a Lobato:

O tremendo flagelo da sêca, o Secular Problema do Nordeste, há trezentos anos assola essa vasta região do Brasil, mantendo em contínuo sobressalto mais de três milhões de brasileiros, impedidos de evoluir, impossibilitados de progredir. Dir-me-ão talvez: “Ora, êsses três milhões de indivíduos não passam de Jeca Tatus *a vegetar de cócoras, incapazes de evolução e impenetráveis ao progresso!* É um engano!”⁵⁶⁷

O engano derivaria de uma simples regra: Mané e Jeca eram filhos dos mesmos pais, porém um se tornou trabalhador, e o outro, preguiçoso, o que ocorria na grande família brasileira:

filhos dos mesmos pais, com o mesmo sangue nas veias, educados na mesma escola, temos o Jeca Tatú, preguiçoso e bisonho, e seu irmão Mané Xiquexique, afoito como o jaguar, resiste como o xiquexique⁵⁶⁸.

Se Jeca era “bisonho”, um ser que recuava ao menor sinal de desafio, Mané era o oposto.

Albano toma de empréstimo algumas questões de *Urupês*, reformula-as, acrescenta algo e as responde a seu modo. Observe:

Quem deu o exemplo a Pedro I? Quem precedeu a Isabel, a Redentora?
Quem se adiantou a Deodoro?... Foi Mané Xiquexique!
Quem venceu Riachuelo, Tuiuti e Campo Grande?

⁵⁶⁵ Ibid., p. 35.

⁵⁶⁶ Ibid., p. 37.

⁵⁶⁷ Ibid., p. 39.

⁵⁶⁸ Ibid., p. 41.

Quem desbravou a Amazônia?... Foi Mané Xiquexique!⁵⁶⁹

O autor faz referências a inúmeros eventos históricos ocorridos no Nordeste, como a libertação dos escravos em 1884, na província do Ceará; os acontecimentos revolucionários com ideais separatistas e republicanos - a Revolução Pernambucana de 1817- e a Confederação do Equador, em 1824, denotando o pioneirismo político do Nordeste o qual teria servido de exemplo para o Brasil no rompimento com Portugal em 1822 e, depois, na proclamação da república, em 1889. Cita também a valentia de vários nordestinos que lutaram na Guerra do Paraguai e, por fim, menciona a ocupação da Amazônia por levas de migrantes nordestinos desde o final do século XIX, atraídos pelo trabalho nos seringais, na extração do látex e, posteriormente, na construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. Enquanto exalta os feitos do Nordeste, Albano realça o seu personagem que, para ele, era “afoito como o jaguar”, um pioneiro na História do Brasil. Dizia que: “Enquanto nas veias de Jeca-Tatu corre, ao que parece, sangue degenerado, herdou Mané Xiquexique as qualidades nobres e viris dos Tabajares, dos Jenipapos, dos Cariris, dos Pitiguares e dos Apinagés”⁵⁷⁰. Com essas virtudes em suas veias, Mané era lavrador, vaqueiro, jangadeiro, seringueiro, em suma, era industrioso, apesar de toda a indiferença dos homens do governo em relação ao Xiquexique. Como faltavam-lhe os serviços públicos básicos, educação e saúde por exemplo, quando Mané adoecia, ele encontrava “no mato o remédio para as suas enfermidades”⁵⁷¹, para cada mal havia uma planta ou raiz específica que o sertanejo nordestino conhecia e manipulava bem. Mané mostrava-se sociável, atento à política, fazia poesia e luta... luta para resistir à seca. “Abatido pela sêca ou saturado de quinino, é sempre o mesmo Mané Xiquexique, nobre, ativo e progressista. E êste irmão de Jeca-Tatu, que realizou a epopeia heroica do desbravamento da Amazônia!”⁵⁷². Mané tinha raça forte, sóbria e resistente que só a “grandeza assassina da Amazônia tem conseguido sopitar!”. O personagem resumia-se na expressão “rocha viva da nossa nacionalidade!

Seja a versão de Albano ou qualquer outro tipo literário que tenha surgido como contraponto ao Jeca Tatu, “nenhuma dessas respostas alcançou sequer vagamente a popularidade atingida pelo original, até os dias de hoje bem nosso conhecido”⁵⁷³, o afamado Tatu. Vimos que havia diferentes formas de pensar os sertanejos e também significativas diferenças nas representações que os autores faziam sobre o homem do interior, especialmente

⁵⁶⁹ Ibid., p. 41.

⁵⁷⁰ Ibid., p. 42.

⁵⁷¹ Ibid., p. 74.

⁵⁷² Ibid., p. 90.

⁵⁷³ LEITE, 1996, p. 75.

no que se refere à valorização positiva ou negativa do homem e da vida no interior, desde a afirmação de elementos como força, autenticidade e comunhão com a natureza, bastante enaltecidos na literatura romântica, até o retrato negativo e sombrio(...)⁵⁷⁴.

No prefácio de *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*, Mário de Alencar errou em sua previsão quando afirmou que, a exemplo de Mané, “outros virão vindo, e o tempo com êles, que desfaçam êsse Jeca-Tatu genérico”⁵⁷⁵. Por mais que outros trabalhos tenham surgido, trazendo à lume os tipos locais de norte a sul do país⁵⁷⁶, descrevendo costumes e particularidades regionais, sabemos que tais figuras jamais chegaram a ganhar as dimensões do Jeca, o qual se tornou, certo ou errado, um símbolo da cultura nacional e cristalizou-se no imaginário popular. Nenhum outro tipo literário roubou-lhe o posto central na literatura brasileira e nem foi capaz de promover amplo debate como ocorreu em torno do caboclo lobatiano entre os anos 1910-1920. O Jeca Tatu tornara-se um símbolo, pois, de acordo com Viana Moog⁵⁷⁷, o sucesso do personagem estava intimamente ligado à realidade social que ele representava. E a realidade dos sertanejos na Primeira República era, de modo geral, um estado de abandono e de distanciamento não só geográfico, mas também cultural, social e econômico em relação às cidades e aos centros de poder. Por isso Moog sustentava que, enquanto persistissem essas condições sociais que moldavam o modo de vida e o próprio sertanejo, Jeca Tatu, a figura literária, seria a mais precisa para a compreensão da vida do homem do campo e de seus problemas do que quaisquer informações inscritas em relatórios burocráticos ou estudos demográficos de gabinete sobre as populações interioranas do Brasil. As pessoas continuaram a se identificar com o Jeca Tatu, conforme vimos no primeiro capítulo desta dissertação. Ele avançou no tempo, sofreu releituras, ganhou o cinema e é celebrado, anualmente, nas Festas Juninas, em várias regiões do Brasil, onde adultos e crianças se vestem com chapéu de palha, calça remendada e camisa xadrez com alguns botões entreabertos. Jeca também assumiu uma expressão pejorativa – servindo para designar quem mora ou vem da roça, considerado lugar atrasado em relação à cidade, em que às vezes não há

⁵⁷⁴ LIMA, Nísia Trindade. *Jeca Tatu e a Representação do Caipira Brasileiro*. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 1998, Caxambu, 1998. Disponível on-line em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt10-14/5117-nlima-jeca/file>> Acesso em: 05 fev. 2018. p. 6.

⁵⁷⁵ ALBANO, 1969. p. 37.

⁵⁷⁶ Sylvia Helena Telarolli de Almeida Leite (1996) lembra que: “Inúmeras posições se desenvolveram fazendo o contraponto ao Jeca Tatu; uma das mais conhecidas é o artigo “Urupês e o sertanejo Brasileiro”, de Leônidas de Loyola (...); foram criados personagens-símbolos, como “Mané Chique-Chique”, de Ildefonso Albano, “Juca Leão”, de Rocha Pombo, e em certo sentido “Juca Mulato”, de Menotti del Picchia. (p. 75).

⁵⁷⁷ MOOG apud CAVALHEIRO, 1955, p. 215

estrada, transporte, luz ou água encanada. Em suma, para o bem ou para o mal, o Jeca ganhou o coração do Brasil!

3.3 Eis que surge um novo Homem: a salvação que vem da Medicina e a regeneração do Jeca

A primeira versão do Jeca Tatu, confeccionada em 1914, por Monteiro Lobato, apresentava deveras uma visão negativa a respeito do caboclo. O caipira, sempre a vegetar de cócoras, preguiçoso, afeito à cachaça, para quem nada pagava a pena, foi comparado a um piolho e a um fungo, um urupê que vive como um parasita a sugar a seiva de um pau podre no sombrio das matas. Com a popularidade dos contos e da obra de Monteiro Lobato, bem como do debate em torno do Jeca Tatu enquanto um representante da nacionalidade interiorana brasileira, o personagem tornou-se um símbolo, um ícone da cultura caipira, ultrapassando a barreira geográfica de sua origem, o Vale do Paraíba.

Jeca virou sinônimo de atraso e de ignorância, porém, na mente de seu criador, ele não permaneceu assim. Jeca sofreu uma grande metamorfose na medida em que as ideias de Lobato mudaram e ele fora convencido de que o caboclo não tinha culpa por ser tão preguiçoso, sendo que tal preguiça não seria algo inato à raça, mas provocada por fatores exógenos, como germes e micróbios, por exemplo. Em carta enviada a Rangel em 1917, Lobato já dava sinais da mudança que se operava em sua mente. Ao amigo mineiro, disse: “Virei a casaca. Estou convencido de que Jeca Tatu é a única coisa que presta neste país”⁵⁷⁸. Ora, o que teria feito Lobato virar a casaca e passar a acreditar que o Jeca, antes o piolho da terra, constritor, urupê de pau podre, era a melhor coisa do Brasil? A partir de toda a polêmica causada por *Urupês*, Lobato começou a se interessar mais pelas causas e problemas que envolviam o Jeca.

A transformação no pensamento de Lobato operou-se, efetivamente, no momento em que se mudou para São Paulo, após a concretização da venda da fazenda da Buquira. Na capital paulista, Lobato “vivia” na redação do “Estadão”, era um sapo, no jargão da época, e também frequentava o escritório da *Revista do Brasil*, a qual ele adquiriu em 1918, por onde passavam centenas de intelectuais. Foi, portanto, a partir do contato e do convívio com os intelectuais que chegavam à sede da Revista oriundos de várias partes do Brasil que Lobato

⁵⁷⁸ LOBATO, 1944, p. 160. Carta enviada de São Paulo, 08 de Dezembro de 1917.

criou uma rede de sociabilidade importante. Inclusive, passou a se corresponder regularmente com vários amigos que fez nessa época, como, por exemplo, os médicos Arthur Neiva, Belisário Penna e Renato Kehl – expoentes da medicina, do higienismo e do eugenismo no país. Com os sucessivos encontros com intelectuais na função de editor e proprietário da Revista, Lobato deve ter se embriagado por novas ideias. Foi o que ocorreu, sem dúvida alguma, com a questão do saneamento rural, a qual se desenhara desde 1916, com o brado de Miguel Pereira. Além disso, o médico Arthur Neiva assumiu a chefia do Serviço Sanitário estadual de São Paulo, sendo o responsável pela elaboração do Código Sanitário do estado, que contemplava, além das áreas urbanas, as zonas rurais. A somatória desses eventos em torno da popularização da campanha do saneamento rural foi chamando a atenção de Lobato e atraindo-o para as falanges dessa causa.

O estabelecimento de novas relações profissionais e de amizade com os médicos, especialmente Belisário Penna e Arthur Neiva, concorreu diretamente para a mudança de pensamento de Lobato acerca do homem do campo. Ele começou a repensar o caboclo que havia pintado nos artigos *Velha Praga e Urupês*. A figura preguiçosa e improdutiva do Jeca Tatu encontrava na medicina social, advogada por Penna e Neiva, uma das causas para os males do caboclo – a doença. Para os médicos sanitaristas, a moléstia era o caráter distintivo do povo brasileiro dos sertões, regiões abandonadas pelo Estado, carentes de serviços públicos essenciais, como saúde e educação, produzindo um tipo de gente analfabeta e doente que não tinha a menor noção de cidadania e de identidade nacional. As informações trazidas à lume pelo relatório dos médicos acerca do estado de abandono e do elevado grau de morbidez da população rural, publicadas em 1916, chocaram a elite política e intelectual brasileira. Houve amplo debate na imprensa e no Congresso Nacional sobre as endemias rurais e a urgência do saneamento. Existiam defensores árdios de uma política nacional de saúde e outros que consideravam a versão médica exagerada. Contudo, prevaleceu, após intensos debates no parlamento, fundação de agremiações médicas e campanhas na imprensa para convencimento das elites e do poder público, a versão de que o Brasil era um país enfermo e carecia de cuidados. Essas informações parecem ter atingido em cheio a mente e o coração de Lobato, pois os dados expostos no relatório Penna-Neiva em muito se assemelhavam ao tipo literário que ele criara, porém sem se deter nas origens dos males que afligiam o pobre Jeca. Bastou Lobato ser convertido pela argumentação da medicina que tratou logo de se redimir e, já nas primeiras edições de *Urupês*, no prefácio da obra, escreveu uma

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA, por meio da qual fez um pedido de desculpas ao caboclo. Vejamos:

E aqui aproveito o lance para implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatu, por motivo de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquele tempo, só via em ti um maparreiro de marca. Perdoas?⁵⁷⁹

A partir de então, Monteiro Lobato foi convertido à causa do saneamento sobretudo por Belisário Penna⁵⁸⁰, que era considerado um místico em prol da higienização dos sertões e da revitalização do homem brasileiro. Lobato, vivendo na capital paulista, proprietário da *Revista do Brasil* e colaborador do jornal *O Estado de S. Paulo*, começou a publicar, em meados de 1918, uma série de artigos defendendo a necessidade de sanear o país, reverberando vozes das mais conceituadas autoridades médicas e dos discípulos de Oswaldo Cruz. Tais artigos, reunidos posteriormente, originaram o livro *Problema Vital*, lançado também em 1918. Aliás, toda a literatura consultada afirma que 1918 foi o ano chave para a inflexão de Monteiro Lobato a respeito da mudança de sua visão sobre a situação do caboclo e de seu engajamento, por meio da imprensa, livros e panfletos, em favor da campanha pelo saneamento. O cientista político Aluizio Alves Filho explica que, a partir de 1918, “o ex-fazendeiro, e agora editor constrói a identidade do Jeca por novo prisma. Lobato passa a representá-lo como um produto das endemias rurais”⁵⁸¹. A antropóloga Lilia Moritz Schwarcz também esclarece a mudança de percepção ocorrida no pensamento lobatiano naquele ano. Segundo ela, após a publicação do referido livro, “Lobato parece ter mudado de posição, quando, desviando a atenção para o problema racial, apresentava Jeca Tatu não como o resultado de uma formação híbrida, mas como o fruto de doenças epidêmicas”⁵⁸². Já Enid Yatsuda Frederico argumenta que:

A retomada do tema do Jeca impunha-se pela necessidade de repensar as teorias racistas importadas da Europa e pela modernização das relações de trabalho que obrigava ao enquadramento das "raças inferiores" à economia de mercado.⁵⁸³

Com isso, “a figura do Jeca Tatu parecia se revestir de novos significados, comprovar a falência do argumento degeneracionista racial (...),” e ao mesmo tempo realçar “a importância

⁵⁷⁹ Prefácio à segunda edição de *Urupês*, 1918.

⁵⁸⁰ HOCHMAN, 2013, p. 71.

⁵⁸¹ ALVES FILHO, 2003, p. 67.

⁵⁸² SCHWARCZ, 1993, p. 325

⁵⁸³ FREDERICO, Enid Yatsuda, 1997, p. 228 apud GOUVEA, Luzimar Goulart, 2001, p. 67.

de uma educação sanitarista”⁵⁸⁴ com vistas à recuperação da saúde do caboclo, à construção de um projeto de nação e à inserção do povo regenerado na economia de mercado.

Desse modo, o criador do Jeca Tatu pode respirar aliviado ao tomar ciência, fruto de seus contatos e amizades estabelecidas com os médicos provenientes de Manguinhos, de que o problema do país não era racial e nem climático. Havia outra razão para as mazelas nacionais, as quais poderiam ser explicadas por conta da displicência do poder público com o interior, que relegado à própria sorte era vítima das epidemias. Bastava levar àquela gente educação, higiene e cuidados médicos, assim o povo deixaria a posição de cócoras e se tornaria tão produtivo quanto qualquer outro homem da face da Terra. O alívio foi expresso num dos artigos em que defendia a medicalização para recuperação dos desamparados. O autor coloca os recursos médicos como medida redentora em oposição ao determinismo racial: “Respiramos hoje com mais desafogo. O laboratório dá-nos o argumento por que ansiávamos. Firmados nele contraporemos á condenação sociologica de Le Bon a voz mais alta da biologia”⁵⁸⁵. Para Lobato, o “verdadeiro sabio não emite opinião: consulta o laboratório e repete o que o laboratório diz, sem enfeite nem torsão”⁵⁸⁶. Ele parece depositar uma fé cega na ciência e no poder da medicina de curar as moléstias, combater os microrganismos e erradicar as doenças do brasileiro. Assim o microscópio tornou-se um instrumento revelador de um novo mundo, o dos parasitas, e bastou usá-lo para ver “que o problema brasileiro se visse, pela primeira vez, enforcado sob um feixe de luz rutilante”⁵⁸⁷. Quando escreve sobre Manguinhos, Lobato assegura que: “Só de lá tem vindo, e só de lá ha de vir, a verdade que salva e vence”⁵⁸⁸. As teses defendidas pelos sanitaristas, alinhadas ao crescente nacionalismo das décadas de 1910 e início de 1920, negavam o determinismo racial⁵⁸⁹ e climático, outrora vistos, por parte da intelectualidade, como os motivos do atraso do país. A medicina social, as campanhas sanitárias no Rio de Janeiro e em São Paulo e os estudos desenvolvidos nos laboratórios – principalmente em Manguinhos e no Instituto Butantan – apresentavam o diagnóstico de uma nação enferma, cujo povo analfabeto e abandonado pelo Poder público estava sendo massacrado por germes e microrganismos nocivos à saúde e, o pior, sem que nenhuma medida governamental impusesse obstáculo à

⁵⁸⁴ SCHWARCZ, 1993, p. 325

⁵⁸⁵ LOBATO, 1951, p. 298.

⁵⁸⁶ Ibid., p. 229.

⁵⁸⁷ Ibid., p. 297.

⁵⁸⁸ Ibid., p. 229.

⁵⁸⁹ “Para alguns intelectuais [brasileiros], os obstáculos representados pela base racial eram insuperáveis. Influenciados por teóricos como Gobineau, Agassiz e Le Bom, só viam num programa intenso de imigração uma saída favorável para a nação brasileira. Nessa perspectiva, o grande problema da nacionalidade radicava-se no povo que, no limite, deveria ser substituído”. (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 27).

ação devastadora das endemias rurais. Por isso, nada colocava os homens do campo de pé, excetuando algumas regiões da Bahia e de Pernambuco, onde, apesar das dificuldades e problemas locais, as populações ainda se apresentavam fortes e resistentes. Para o grupo de médicos e eruditos referidos anteriormente, a obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, “é vista como um marco crucial de referência para os intelectuais da campanha do saneamento, que ao tema do isolamento do sertanejo, sugerido por Euclides da Cunha, associam o termo abandono (...)”⁵⁹⁰, culpando as elites intelectuais e política por tal situação.

Alinhado à campanha dos sanitaristas, Lobato pôs-se a escrever e a denunciar, diligentemente, nas páginas do jornal da família Mesquita, a situação do Brasil revelada pela ciência, o “Brasil Real” distinto da “idealização do país característica das análises originárias de informações de gabinete”.⁵⁹¹ A responsabilidade pelas mazelas nacionais fora deslocada do povo e de sua suposta incapacidade racial para os dirigentes da república, cuja negligência deixara os sertões num total isolamento, resultando numa população doente e sem identidade. Seria necessário inculcar na opinião pública e nas elites do país a ideia de que, somente através do saneamento e do higienismo, num grande esforço federal, a partir da implementação de ações coordenadas com os estados e municípios, seria possível construir uma nação forte, integrando o sertão ao litoral e resgatando o sertanejo. Para que isso ocorresse, as barreiras do federalismo e dos interesses das oligarquias locais deveriam ser suplantadas pelo interesse maior e pelo projeto de nação idealizado pelos mentores do saneamento. Daí a importância central que Lobato ocupou na causa, primeiro por ser talentoso escritor e colaborador de um grande jornal – o *Estadão* – depois porque seu personagem literário, o Jeca Tatu, passou a representar as populações interioranas do Brasil, sinônimo de atraso derivado em razão da doença, a qual se multiplicava pois encontrava ambiente fértil para isso, uma vez que o Estado só se preocupava com o litoral e não tinha um projeto de nação com políticas públicas que contemplassem o vasto sertão brasileiro. O convencimento das elites e dos dirigentes foi peça fundamental para que a campanha acontecesse de fato, já que existiam opositores que questionavam os dados dos relatórios médicos, acusando-os de exagerados, e tinham receio de que, com a expansão das atribuições federais no campo da saúde, houvesse desequilíbrio no poder exercido pelos chefes locais. O que os sanitaristas precisavam era ganhar a opinião pública e persuadir o Governo a lhes destinar verbas e suporte material e humano a fim de que os médicos e higienistas pudessem resgatar a nacionalidade perdida nos rincões do Brasil.

⁵⁹⁰ LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 29.

⁵⁹¹ Ibid., p. 27.

Alguns dos artigos publicados por Lobato foram reunidos em livro em 1918, o já mencionado *Problema Vital*. O título é bastante sugestivo – trata-se de uma interpretação do Brasil sob a ótica dos dados referentes à saúde do povo levantados pelos médicos e cientistas de Manguinhos. A epígrafe da obra enterrou de vez a visão fatalista que Lobato tinha em 1914, quando pintou a figura do Jeca Tatu, ao passo que fez emergir uma releitura das causas que afligiam o Jeca e o condenavam a viver de cócoras – “O Jéca não é assim; está assim”. Entendemos que Jeca Tatu não é preguiçoso e avesso à civilização e ao progresso por conta de sua natureza racial e mestiça. Ele encontrava-se naquelas condições de pauperismo e de apatia para o trabalho, pois estava doente, sofria de amarelão e não tinha recurso algum para se tratar, nada que aliviasse seu problema e lhe ajudasse a resgatar as forças para ser um homem sadio, forte e produtivo. Lobato só foi compreender isso em 1918, depois dos contatos e das relações profissionais e de amizade que estabeleceu com os médicos sanitaristas. Nas palavras do criador do Jeca,

Quando sarei, quando comecei a sentir em todo o seu horror o horror da miséria humana (de que o Jéca não passa de humilde ilustração) era tarde – minha obra literária já se havia cristalizado, e morto estava o meu interêsse pelas letras. Reagí de outra maneira. Escreví uma violenta série de artigos no “Estado”, sob o título “Problema Vital”, em que denunciava a doença do nosso homem da roça e o crime dos que na cidade, parasitariamente, se gozavam do produto do seu doloroso trabalho⁵⁹².

O livro *Problema Vital*, publicado com o apoio da Liga Pró-Saneamento e da Sociedade Eugênica de São Paulo, apresentava um prefácio escrito por Renato Kehl, médico paulista considerado por Lobato o “pai da eugenia no Brasil”. Essas informações evidenciam como se constituiu a rede de sociabilidade do escritor com os médicos. A relação entre as partes era pautada por uma agenda comum – convencer as elites dirigentes a implementar a campanha do saneamento rural, por meio da imprensa, publicação de livros e reuniões nas agremiações e universidades que debatiam o assunto.

Os textos de *Problema Vital* faziam coro a outra obra importante também publicada em 1918. Trata-se do livro de Belisário Penna, presidente da Liga Pró-Saneamento, *O saneamento do Brasil*, no qual o autor faz um diagnóstico dos problemas de saúde pública no campo e aponta soluções para o saneamento rural, como indicações de construção de fossas sépticas, de unidades habitacionais mais salubres e outras medidas preventivas e profiláticas

⁵⁹²NEVES, Arthur. Monteiro Lobato. *Revista Fundamentos: Revista de cultura moderna*. nº. 4/5, Setembro/Outubro 1948; São Paulo. p. 274.

para debelar as três grandes endemias rurais: Opilação ou Amarelão (ancilostomíase), Impaludismo (Malária) e o Mal de Chagas (Tripanossomíase Americana).

O referido livro de Lobato “é um violento libelo”, no qual o autor, “em adendo aos pesquisadores de “Manguinhos”, denuncia o descaso oficial em relação às condições de saúde dos “Jecas”⁵⁹³. Para Lobato, “Até Osvaldo o medico no Brasil era o Chernoviz”⁵⁹⁴: xaropes, iodureto e a continha. Curava – quando não matava. Prevenir, nunca. O higienismo dormia o sono das crisalidas, apesar do movimento científico universal determinado pelas teorias pasteurianas”⁵⁹⁵. O atraso do Brasil em relação aos países Ocidentais centrais no que tange à adoção da higiene na prevenção de doenças dava-se por conta da inércia de nossos dirigentes e da alienação das elites. Por isso, em *Problema Vital*, Lobato adotou um tom panfletário, quando atacou o bacharelismo, associando-o à incompetência dos gestores da República, a quem culpava pela falta de vitalidade do povo. Nesse contexto, teceu uma severa crítica aos dirigentes republicanos sugerindo que, devido à sua incompetência, fossem substituídos pelos higienistas de Manguinhos que em pouco tempo fizeram mais pelo Brasil do que os bacharéis. Conforme o historiador René Rémond, o bacharelismo “é uma instituição essencial da sociedade liberal”, por meio dele o indivíduo obtinha diploma, dinheiro e prestígio. Entretanto, tal cultura tinha lá seus inconvenientes, pois a sociedade liberal “abre possibilidades de promoção, mas apenas a um pequeno grupo, e aos que não ostentam os sacramentos universitários são reservadas as funções subalternas da sociedade”⁵⁹⁶. Verificamos que as premissas do historiador francês se aplicam ao Brasil da Primeira república, em que uma minoria de diplomados, graduados em Direito, Medicina, entre outros, exercia os mais elevados cargos na administração pública. Entretanto esse grupo geria o Estado para atender aos interesses das oligarquias estaduais que o mantinham no poder. Tal conjuntura fez Lobato afirmar que

O bacharel do Brasil faliu. Dominando sem peias na politica e na administração, não conseguiu organizar sequer a justiça. Vive a lamuriar de juizes, tribunais e leis, da justiça, em suma, uma coisa criada por ele, que

⁵⁹³ ALVES FILHO, 2003, p. 67.

⁵⁹⁴ Referência à obra do polonês Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1812-1882), o qual viveu parte de sua vida no Brasil, onde escreveu o *Dicionário de Medicina Popular* (1842), obra que por muito tempo foi referência da medicina no Império. O dicionário descreve medicamentos de origem europeia e também vários outros baseados no uso e nas tradições indígenas. Conta com numerosos verbetes definindo as principais doenças disseminadas pelo Brasil e os meios terapêuticos indicados na sua cura. Ver mais em: < <https://www.bbm.usp.br/node/77>> Acesso em 05 fev, 2018.

⁵⁹⁵ LOBATO, 1951, p. 226.

⁵⁹⁶ RÉMOND, René. *Introdução à história de nosso tempo: o século XIX (1815-1914)*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 47.

funciona por intermedio dele, para uso, gozo e proveito dele – e no entanto positivamente falida⁵⁹⁷.

Ao mesmo tempo em que denunciava a sanha dos bacharéis, Lobato louvava a atuação de Manguinhos, que

(...) nos seus poucos anos de existência, mal dotado pelos bachareis da governança com verbinhas choradas, resmungadas, ratinhadas ás gordas maroteiras, com meia duzia de estudiosos lá dentro animados pelo espirito criador de Osvaldo Cruz, Maguinhos já fez mais pelo Brasil do que um seculo inteiro de bacharelize onipotente. A salvação está lá⁵⁹⁸.

O autor alertava que se “tencionamos subsistir como povo soberano, livres do pesadelo de ignominiosa absorção, o caminho é um só: sanear o Brasil”⁵⁹⁹. Concluiu o artigo dizendo que, pela necessidade de conservação, “o bacharel – *Triatoma bacalaureatos* – entregue o cetro da governança ao higienista”⁶⁰⁰, pois ele, aliado ao engenheiro, seria capaz de consertar a “maquina brasilica”.

Em alguns artigos de *Problema vital*, Lobato usou um estilo didático, pedagógico, com linguagem simples e direta, por exemplo, quando tratou das três grandes endemias rurais. Descreveu o ciclo das doenças, seu desenvolvimento, a contaminação pelo homem, os sintomas, os remédios a serem usados e os meios adequados de prevenção. Além disso, merece destaque o título de alguns textos, bastante alarmantes: “Dezessete milhões de opilados”; “Três milhões de idiotas”; “Dez milhões de impaludados”. As cifras eram assustadoras, principalmente se considerarmos que a população brasileira naquela época era de aproximadamente 25 milhões de habitantes. Os dados fornecidos por Monteiro Lobato dialogavam diretamente com os textos da obra *Saneamento do Brasil* (1918), do médico Belisário Penna. A respeito da opilação, Penna afirmou que ela provocava mortalidade apavorante, atingia 2/3 da população nacional e causava o retardamento físico e mental de milhares de crianças, o que por sua vez trazia prejuízos incalculáveis para o país. Para o sanitarista, essa doença era “a principal causa da degeneração da nossa gente, da sua pallidez, da sua minguada estatura e fraca resistenncia”⁶⁰¹. A título de comparação, vejamos o que anotou Lobato, por sua vez, em *Problema Vital*:

⁵⁹⁷ LOBATO, 1951, p. 243.

⁵⁹⁸ Ibid., p. 243.

⁵⁹⁹ Ibid., p. 245.

⁶⁰⁰ Ibid., p. 245.

⁶⁰¹ PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1918. Disponível on-line em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=AceBibCOC_R&pasta=CONGRESSO%20BRASILEIRO%20DE%20HYGIENE&pesq=>>. Acesso em: 15 fev. 2018. p. 132.

Destes 25 milhões [total de habitantes do Brasil], 17 milhões são criaturas derreadas no físico e no moral pela ancilostomose, caso não errem os calculos de Manguinhos que fixam nas alturas dos 70% a proporção dos brasileiros avariados por essa calamidade⁶⁰².

Ambos os autores descrevem didaticamente a posologia da doença – a ancilostomíase – e sugerem medidas para a prevenção do contágio. Penna indica que, para promover a profilaxia radical do ancilóstomo, devia-se colocar em prática, dentre outras medidas, as seguintes ações:

(...) 2º-No uso de fossas e latrinas para que se não lancem as fézes em campo aberto, impedindo-se assim a criação de focos de larvas. Com essa providencia impedir-se-ha a criação de novos focos, e dar-se-ha tempo a que desapareçam os já existentes, sem que possam receber novos elementos.
3º-Na proteção dos pés do individuo que houver de trabalhar em sólo suspeito de contaminação, pelo uso de calçado e observancia de certos preceitos de hygiene (lavagem das mãos antes das refeições, e depois da defecação) e banho geral terminado o trabalho, ou antes de deitar-se⁶⁰³.

Também Monteiro Lobato, que ao longo de seu texto enfatizou o poder destrutivo do ancilóstomo, destacou que seria fácil combatê-lo. Segundo ele, para a prevenção deste parasita intestinal:

Bastam apenas duas coisas: defender os pés contra a infecção pelo uso dos sapatos, e evitar a infecção pelo uso da fossa. Facilimo e difícilimo. Como calçar este país, unico no mundo, fora as populações selvagens da Africa, que ainda anda de pé-no-chão? Como inocular na inteligência bruxoleante do povo a necessidade da fossa?⁶⁰⁴

Como se vê, há bastante semelhança entre os textos: o de Penna tem muita technicalidade, como a especificação da dosagem de remédios, medidas para se construir uma fossa sanitária, dentre outras informações comuns aos profissionais da medicina e higienistas; o livro de Lobato parece fazer uma transposição didática das ideias de Penna, deixando sua obra ainda mais acessível aos leitores. A linguagem, bastante clara, objetivava convencer as elites de que o saneamento era uma questão de ordem, prioritária para o resgate da nacionalidade e da integração do sertão-litoral, transformando as terras ermas em locais salubres, onde pudessem viver pessoas produtivas, integradas ao projeto modernizador e capitalista, com alguma identificação com símbolos nacionais e senso de pertencimento e de cidadania. No texto de Lobato, percebemos ainda uma dose de sarcasmo ao se referir às dificuldades de calçar o país, comparando-o às tribos selvagens da África que continuam a

⁶⁰² LOBATO, 1951, p. 231.

⁶⁰³ PENNA, 1918, p. 135-6.

⁶⁰⁴ LOBATO, 1951, p. 235.

andar descalças, e também quando insinua ser difícil convencer um povo pouco inteligente a usar a fossa e não o céu aberto ou a sombra das bananeiras para defecar, como ocorria comumente segundo relato dos médicos-sanitaristas da década de 1910. Penna disse algo similar a Lobato, ao afirmar que seria “mais fácil remover o Pão de Assucar para Paquetá, do que conseguir do caipira que use sapato”⁶⁰⁵. O médico defendia que o governo exigisse o uso do calçado por trabalhadores em obras públicas, no campo ou na cidade, e que as medidas de prevenção começassem nas escolas com intensa propaganda. Nos dois discursos, há uma firme sugestão que prevê normas e mudanças de hábitos na população – como o uso de calçados, a lavagem das mãos, o banho antes de dormir e a instalação de fossas sépticas para coleta de resíduos. A ideia era promover a higienização, combater a doença e resgatar a força e a produtividade da raça brasileira. Tais propostas podem muito bem ser associadas à eugenia positiva, isto é, aquela que tenta aperfeiçoar as qualidades humanas por meio da educação e da adoção de hábitos de higiene. Interessante observar que as práticas mencionadas pelos dois escritores foram, gradativamente, naturalizadas pela sociedade, tornaram-se costumes e são ensinadas até os dias atuais: lavar as mãos antes da refeição e depois de usar o banheiro, tomar banho, além de usar sapatos no campo. Penna havia previsto que a adoção desses costumes levaria tempo e só ocorreria por meio da educação higiênica, por isso os higienistas investiram bastante no trabalho educativo, indo às escolas fazer palestras e capacitando professores para trabalhar os temas nas salas de aula. O apóstolo mineiro do higienismo acertou em sua previsão. Muito do que ele pregara e defendera assiduamente em 1918 permanece até hoje, no entanto a adoção desses novos hábitos não ocorreu de um dia para o outro. Foi necessária uma grande campanha na imprensa em prol do higienismo, além da inclusão de uma disciplina específica no currículo das escolas para ensinar noções básicas de higiene aos alunos.

Em outro artigo, intitulado “Diagnostico”, Lobato aborda os problemas decorrentes das endemias nas populações rurais. Além disso menciona, a exemplo do que faz Penna, o avanço de outras moléstias, como a sífilis, a tuberculose e a leishmaniose, a qual causa deformações conforme se pode ver na figura abaixo. O terrível problema deveria ser remediado urgentemente. Imagens como esta no livro de Penna, sem dúvida, serviam para aumentar o apelo e o poder de persuasão de sua causa, mas também traziam à tona uma face cruel do sertão, de uma população esquecida e sem nenhuma assistência por parte do governo republicano, que só se lembrava dela na cobrança de impostos.

⁶⁰⁵ PENNA, 1918, p. 136.

Imagem 9 – Leishmaniose (Ferida brava – úlcera de Baurú)⁶⁰⁶



Acerca da sífilis, Lobato afirma que na cidade a doença era combatida por medicação específica que retardava a evolução do mal ou amenizava suas consequências, entretanto, no campo, “nesse maravilhoso sertão preluzido na mioleira dos poetas como um eden embalsamado de manacás, quem lida com ela é o negro velho ignorantíssimo, e o pica-fumo “curador”⁶⁰⁷. No trecho fica claro que o autor retoma antigas críticas, redigidas em *Urupês* de 1914, direcionadas aos autores românticos e aos poetas que idealizavam o sertão e aos práticos e curandeiros, os quais, com a institucionalização da medicina, passaram a ser acusados de charlatães. Munido do diagnóstico dos médicos, com dados e informações empíricas que mostravam ser o sertão um grande hospital, Lobato ganhou munição para atirar contra um de seus alvos favoritos – os literatos da “escola do caboclisto”.

Neste artigo também discorre sobre a cachaça, que degradava os homens e arrastava para o fundo do poço milhões de roceiros:

⁶⁰⁶ A fotografia foi retirada do livro *Saneamento do Brasil* (1918), de Belisário Penna (sem indicação de página).

⁶⁰⁷ LOBATO, 1951, p. 253.

Desnutridos pela parca e má alimentação, afriorentados pelas sezões, exaustos pela ancilostomose, deprimidos de espírito pelo tripanosoma, sem raio de instrução na cabeça, escravizados pelo “graúdo”, a cachaça é o oásis de esquecimento momentâneo onde a miseranda criatura repousa da vida infernal⁶⁰⁸.

A bebida deteriorava o organismo doente e piorava o quadro, pois alguns derreavam “na demencia, no crime ou no agravamento dos males a que por intermédio dela procurou fugir”⁶⁰⁹. A cachaça, portanto, é vista como um agente patológico, causadora de desvios sociais e morais. Era um problema grave, se considerarmos a afirmação de Lobato de que, em todos os países do mundo, são as populações rurais que “constituem o cerne das nacionalidades” e também são “a força, são o futuro, são a garantia biológica dos grupos étnicos”⁶¹⁰. Logo caberia preservar a vitalidade do sertanejo, pois ele seria o futuro do país. “É possível entre nós pedir á roça o sangue revitalizador?”, pergunta Lobato. A resposta é negativa, porque o “elemento rural é peor que o urbano. A nossas cidades se vêem forçadas a importar *sangue de fora*, se querem escapar ao marasmo duma senectude extemporanea”⁶¹¹. Olavo Bilac, quando se referiu aos sertões, disse algo em sentido parecido ao de Lobato: os habitantes dos sertões “não são brasileiros, nem ao menos verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insetos, como as árvores”. Em seguida questionou: “O que se está fazendo para a definitiva constituição da nossa nacionalidade? Nada.”⁶¹² De acordo com Bilac, a solução para a recuperação do homem, em primeiro lugar, seria a implantação efetiva do serviço militar obrigatório. Já para Lobato, “a missão comum e geral, tanto de particulares como de governo, é uma só: curar o Brasil, sanear o Brasil”⁶¹³.

Afinal o que era mais relevante naquela conjuntura: o saneamento ou o recrutamento militar? Lobato é incisivo: “Programa patriótico, e mais que patriótico, humano, só ha um: sanear o Brasil”⁶¹⁴. Ele queixava-se por ser acusado de antipatriota, como vimos ocorrer no opúsculo de Leônidas de Loyola. Tal rótulo derivaria do fato de que “quem diz às claras o que é, o que está, o que urge fazer”⁶¹⁵, esses são acoimados de antipatriotas. Lobato carregara o pincel no Jeca Tatu e agora, em 1918, juntava-se aos sanitaristas que expunham uma face mórbida do país. Alguns consideravam essa atitude ultrajante e exagerada, sustentando que ela depunha contra o próprio povo. O criador do Jeca reclamava que a palavra patriota estava

⁶⁰⁸ Ibid., p. 254.

⁶⁰⁹ Ibid., p. 255.

⁶¹⁰ Ibid., p. 255.

⁶¹¹ Ibid., p. 255.

⁶¹² BILAC, Olavo apud SKIDMORE, Thomas, 2012, p. 220.

⁶¹³ LOBATO, 1951, p. 256.

⁶¹⁴ Ibid., p. 244.

⁶¹⁵ Ibid., p. 270.

desviada de seu real sentido, pois como poderia alguém ser taxado do contrário por falar a verdade que urgia ser remediada? Outros, entretanto, acreditavam que o “veu foi levantado. O microscopio falou”⁶¹⁶, e a Ciência revelara um sertão doentio diferente daquele descrito por contistas da corrente ufanista e romântica. Depois de tal revelação feita pelos higienistas, tudo seria secundário, de acordo com Lobato. Para ele, “Sanear é a grande questão. Não ha problema nacional que se não entrozesse nesse. Só a alta crescente do indice da saude coletiva trará a solução do problema economico, do problema imigratorio, do problema financeiro, do problema militar e do problema politico”⁶¹⁷. Se o país não se movesse para solucionar seus desafios no campo da saúde pública, estava fadado a “apodrecer”, pois “o deficit financeiro é reflexo do deficit economico. O deficit economico é reflexo do deficit da saude”⁶¹⁸, logo “o problema da riqueza publica, pois, liga-se ao da saude do povo”. Saneamento, portanto, seria o problema vital brasileiro. O autor sugere que nossos estadistas parassem de gastar dinheiro com as efígies para perpetuar “os paredros republicanos”, e a economia já seria suficiente para “extirpar de meio país a opilação.”⁶¹⁹

Em outro artigo, que assume a forma de relato, Lobato compartilha sua experiência pessoal a respeito de uma viagem que fez a Iguape, município com cerca de três mil habitantes na época, localizado ao sul do estado de São Paulo. Ele fora convidado para acompanhar Arthur Neiva, chefe do Serviço Sanitário do estado, que em 1918 fez na referida cidade uma inspeção de rotina. O aprendizado em Iguape parece ter atordoado o criador do Jeca Tatu, que pode observar a gente simples do local sob a ótica médico-científica. Em primeiro lugar, eis a descrição que Lobato faz da dinâmica econômica da cidade: “Marasmo senil, modorra. Tudo lento, a arrastar-se em paraplegia de tabetico. O comercio, roncoeiro e mesquinho; a industria, tateante e ingenua; a lavoura, incapaz de criar riquezas, eternamente adstrita á enxada e ao nomadismo da foíce e do fogo”⁶²⁰. Vida intelectual? Segundo o autor, beirava o marasmo e a nulidade. Ali o progresso era impenetrável:

não pela resistencia rotineira de quem possui uma forma e lhe defende a rigidez, mas pela indiferença oriunda desse estado morbido a que se convencionou chamar indolencia. O cérebro humano não dá alí a impressão da maquina maravilhosa que é; parece antes um cemiterio, um paúl, onde as ideias se empegam, languescem e morrem asfixiadas⁶²¹.

⁶¹⁶ Ibid., p. 257.

⁶¹⁷ Ibid., p. 272.

⁶¹⁸ Ibid., p. 276-7.

⁶¹⁹ Ibid., p. 278.

⁶²⁰ Ibid., p. 303.

⁶²¹ Ibid., p. 304.

Pelo relato, percebemos que a economia local era bastante atrofiada, assemelhando-se, de alguma forma, às descrições que Lobato fizera no livro *Cidades Mortas* (1919) a respeito das cidades do Vale do Paraíba paulista, onde tudo se conjugava no pretérito, tudo foi e nada é, eram cidades mortas, que viviam da sombra do passado, de glórias do café. O caso de Iguape, entretanto, mostrava-se distinto, uma vez que havia explicação para o marasmo do município e de toda a sua gente, e ela vinha do Posto de Profilaxia local, cujo relatório informava que, dos 3.100 indivíduos examinados, o microscópio revelou a presença de verminoses nas fezes de 2.673 cidadãos, ou seja, 86,22% da população estava contaminada com vermes em seu organismo!

De acordo com Lobato, somente a ancilostomíase

praga tão grande que moveu a piedade de Rockefeller e o levou a organizar no mundo inteiro uma campanha contra, só este maldito estagnador da vida, ascoroso percebejo dos intestinos, peste duodenal, só ele envenenava a vida a 2.102 pessoas!⁶²²

O problema da saúde não se limitava a constatar no tempo presente a morbidez dos cidadãos, “a ação desses parasitas é ininterrupta, começa na infância e prolonga-se até á morte”⁶²³. E o mais grave ainda era a influência da doença na questão da hereditariedade, como se percebe na anotação a seguir a respeito de um indivíduo tomado pelos vermes e micróbios.

O pai dessa pobre criatura já foi um bichado, como foi o avô e o bisavô. Deles recebeu ela uma vitalidade menor, uma tonicidade organica decaída, um indice fraco de defesa natural. E por sua vez transmitirá ao filho a má herança acrescida funestamente da sua contribuição pessoal de degenerescencia, consecutiva á continuação do trabalho do verme em seu organismo⁶²⁴.

A questão da herança genética e da transmissão da doença ou de um sistema imunológico mais fraco de pais para filhos mencionada por Lobato parece dialogar com a teoria do plasma germinativo e a imutabilidade de determinados caracteres hereditários elaborada pelo cientista alemão August Weismann⁶²⁵, cujos estudos serviram de base teórica para o britânico Francis

⁶²² Ibid., p. 305.

⁶²³ Ibid., p. 305

⁶²⁴ Ibid., p. 305.

⁶²⁵ Importante ressaltar que a eugenia e as ciências sanitárias no Brasil tinham, geralmente, uma orientação neolamarckiana, tendo em vista que os eugenistas e sanitaristas brasileiros acreditavam que o meio exercia influência sobre a formação biológica e psicossocial dos indivíduos, e os caracteres adquiridos seriam transmitidos hereditariamente para as próximas gerações. (CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia. *Episteme*, Porto Alegre, n. 05:23-48, 1998. Disponível on-line em: <http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/porta1/pdf/numero05_entrevista_artigo_castaneda.pdf> Acesso em 24 out. 2007. p. 7)

Galton desenvolver a tese de que a hereditariedade era relevante no projeto eugenista, o qual visava garantir a boa descendência da raça humana.

Logo a presença de inúmeros parasitas vivendo no organismo a extrair toda a força vital daquela população explicava o atraso de Iguape e o fato de a cidade não prosperar economicamente e não ter, segundo o observador, vida cultural ativa.

Segundo Edgard Cavalheiro, o que Lobato “viu com Arthur Neiva deixou-o abatido, profundamente triste”⁶²⁶. Ele tinha noção do estado mórbido e conhecia as estatísticas gerais sobre a miséria, mas vê-la de tão perto e conhecer os efeitos nefastos da parasitologia revelados pelo microscópio foi uma experiência marcante que reforçou sua condição de apóstolo e de uma das vozes de vanguarda na defesa, através da imprensa, do movimento sanitaria. Assim que regressou da viagem para São Paulo, pôs-se a escrever o artigo e convidou aqueles descrentes do estado coletivo doentio do país a ir a Iguape: “vá a Iguape que de lá voltará apóstolo” e, por fim, emendou “Iguape é o Brasil”⁶²⁷. O que observara na pequena cidade do sul de São Paulo fez Lobato repensar o caso do Jeca Tatu de *Urupês* que até aquele momento rendia “bordoadas” e críticas ao escritor, acusado de denegrir o homem rural brasileiro. A respeito do caso do Jeca e da visão médico-científica que mentalmente acabara de incorporar, fez a seguinte revisão:

Não é a raça – a raça dos bandeirantes é a mesma de Jéca Tatú. É um longo e ininterrupto estado de doença transmitido de pais a filhos e agravado dia a dia.

Examinando-lhes o sangue, assombra a pobreza em hemoglobina: não é mais sangue o que lhes corre nas veias, senão um aguado sôro. E nessa agua suja para remate de males, ainda vem aboletar-se o protozoario da malária...⁶²⁸

Apesar do fatalismo e dos graves problemas originados pela onipresença das doenças em decorrência da falta de higiene e de saneamento, Iguape era alvo de ação profilática liderada pelo trabalho de Arthur Neiva e, portanto, algo estava sendo feito para recuperar o tônus vital do povo daquela cidade. Lobato relata que, no posto de profilaxia local, os pacientes, identificados em uma ficha contendo o seu diagnóstico, recebiam o medicamento e depois faziam novos exames, sendo acompanhados pelos sanitaria até que o organismo estivesse livre dos parasitas. O caso de Iguape, defendia Lobato, seria um exemplo a ser seguido pelas demais cidades do estado e depois por todo o Brasil. Pedia paciência, pois a cura não viria imediatamente, levaria tempo até que todos estivessem livres das endemias, e

⁶²⁶ CAVALHEIRO, 1955, p. 234.

⁶²⁷ LOBATO, 1951, p. 303.

⁶²⁸ Ibid., p. 306.

que o mais importante, em primeiro lugar, era o país aceitar sua condição febril; e em segundo, dar o primeiro passo. De acordo com Lobato, em referência a um aforismo norte-americano, o primeiro passo corresponderia a meia obra feita. Então havia esperança! Por conta de sua defesa ferrenha em prol da questão da saúde pública, o escritor conta que certa vez recebeu um telefonema no qual fora chamado de Doutor, e o interlocutor pedia prescrição de algum remédio, pois achava que o escriba fosse médico.

A revisão de Lobato sobre o Jeca em sua “tentativa” de reformar a imagem de eterno preguiçoso avançou na quarta edição de *Urupês*, impressa em 1919. Novamente ele usou o prefácio da nova edição para fazer, desta vez, uma “Explicação desnecessária” e “assumia uma cristalina revisão ao pedir perdão ao pobre e doente homem.”⁶²⁹

Cumpre-me, todavia, implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que era assim, meu caro Tatu, por motivo de doenças tremendas. Estás provado que tem no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade. Perdoa-me, pois, pobre opilado...⁶³⁰

Nesse prefácio, o criador pede desculpa à sua criatura e alega que quando o criou, em 1914, só vira “ruindade”. Quando publica a nova edição do livro em 1919, Lobato já era apóstolo convertido ao saneamento e olha para os Jecas com um novo prisma, sob as lentes do microscópio que revelaram um “jardim zoológico” parasitando o organismo do caboclo, deixando-o exangue, fraco, preguiçoso e improdutivo, inadaptável ao capitalismo agrário. Lobato absolve o Jeca de culpa, afinal o que poderia o caipira fazer se não havia médico e nem educação para receber instruções básicas de higiene? Os responsáveis eram os bacharéis da república e das elites mesquinhas que não se preocupavam em sanear e em higienizar o Brasil e não enxergavam que a defasagem da saúde coletiva era o principal inimigo do país.

O escritor Lima Barreto também não deixou de mencionar a questão da saúde pública. Num artigo de jornal, publicado em 1918, fez a seguinte apreciação sobre o assunto:

...trabalhos de jovens médicos como os doutores Artur Neiva, Carlos Chagas, Belisário Penna e outros, vieram demonstrar que a população roceira do nosso país era vítima desde muito de várias moléstias que a

⁶²⁹ SANTOS, Ricardo Augusto. O Camponês Jeca Tatu e a Saúde Pública. In: Primer Congreso Latinoamericano de História Económica, 2007, Montevideo. *Anais do Primer Congreso Latinoamericano de História Económica*. Montevideo, 2007. Disponível on-line em: <http://www.audhe.org.uy/Jornadas_Internacionales_Hist_Econ/CLADHE1/trabajos/dos_Santos_Ricardo_August_o_176.doc> Acesso em: 16 fev. 2018.

⁶³⁰ LOBATO, apud LEITE, 1986, p. 82.

alquebravam fisicamente (...) julgo que o doutor Penna tem razão, julgo que ele e seus auxiliares não falsificam o estado de saúde de nossas populações campestres. Têm toda a razão. O que não concordo com eles, é com o remédio que oferecem...⁶³¹

Lima Barreto julgava acertado o diagnóstico dos médicos-sanitaristas acerca da população rural do país, porém não estava de acordo com a solução que eles ofereciam para o problema, pois, para o escritor carioca, “o problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social”⁶³². Barreto, sem menosprezar o diagnóstico médico, destacou que a natureza do problema do Brasil era de ordem econômica e social, questões ainda mais delicadas e complexas de serem tratadas. Esse fator socioeconômico, ao qual Lima Barreto se referiu, tão caro ao país, mantinha a elite urbana e as oligarquias rurais prósperas enquanto os trabalhadores rurais minguavam, sem cidadania, sem o Estado para ampará-los e assegurar-lhes qualquer tipo de direito, vivendo, portanto, num regime de subserviência predatório e explorador.

Mas Lobato acreditava na redenção do povo, senão por uma reforma fundiária e na estrutura da sociedade, pelo menos, por enquanto, por meio da higiene e das obras de saneamento que promoveriam o homem rural à sua condição ideal. Ele conta, num outro artigo, que: “Anos atrás um grupo de frades agricultores, vindos da França, fundou a Trappa Maristella á beira do Paraíba, no Tremembé”⁶³³. Para fazer a lavoura, os religiosos recrutaram mão de obra local, formada pelos piraquaras, “os urumbevas ribeirinhos”, fracos, tomados pelo ancilóstomo e desnutridos, porém fizeram algo diferente, narra Lobato. Em vez de “toma-lo como o encontravam, alquebrado pela má alimentação, pela má habitação, roído pelo ancilostomo exaustivo, e pô-lo na enxada com o feitor atrás”, os membros daquela congregação “primeiro atucharam-lhe a fibra com alimentação abundante; depois abrigaram-no em casas higienicas construidas em lugares secos e os curaram nos limites do possivel”⁶³⁴. O resultado dessa experiência? Foi “uma ressureição”, afirmou Lobato, e seguiu:

Das carcaças opiladas onde morrinhava a indolencia do pobre Jéca Tatú, saiu, pelo equilibrio alimentar, um homem resistente; pela cura das mazelas, um homem ativo; pela noção do relativo conforto, um homem sedentario, que “parava” na fazenda e criava amor á faina agricola⁶³⁵.

⁶³¹ BARRETO, Lima, 1956, p. 131 apud SANTOS, 2007.

⁶³² BARRETO, Lima, 1956, apud SANTOS, 2007.

⁶³³ LOBATO, 1951, p. 281.

⁶³⁴ Ibid., p. 283.

⁶³⁵ Ibid., p. 283.

A nutrição e a moradia adequada, construída em locais secos, fizeram daqueles Jecas homens novos, mais sadios, produtivos e sedentários. A saúde do corpo refletira nas faculdades do cérebro, assim eles aprenderam a operar o maquinário agrícola. A Trappa logo produzia 15 a 20 mil sacas de arroz, destacando-se no estado, isso numa região em que a mão de obra disponível era classificada pela “opinião geral como equivalentes a zero”⁶³⁶. O exemplo, para Lobato, tornou-se significativo, pois ilustrava a incompetência de nossos governantes e a falta de visão dos estadistas, que preferiam investir na imigração europeia a resgatar os filhos da própria terra. Curar o homem brasileiro “é criar riqueza”, sustentava Lobato. “A nossa gente rural – argumentava ele – possui ótimas qualidades de resistência e adaptação. É boa por índole, meiga e docil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol”⁶³⁷. Porém, devido ao abandono em que se encontrava, o homem rural do Brasil permanecia em “estado latente”. “Possui dentro de si grande riqueza em forças. Mas força em estado de possibilidade”. Uma vez que esse indivíduo fosse curado recuperaria “o lugar que faz jus no concerto etnológico”. Assim Lobato afastava a ideia de que o caboclo brasileiro fosse inferior a qualquer tipo europeu. Desde que recebesse os cuidados mínimos para ter saúde, deixaria o estado de possibilidade passando ao estágio de um homem produtivo. Nas atuais condições do país naquele contexto, precárias em saneamento, nem mesmo os imigrantes ficariam imunes às endemias; o elemento estrangeiro “se naturaliza por passar a compartilhar com o povo brasileiro aquilo que mais o identificava e distinguia: a doença”⁶³⁸. Não seria necessário importar europeus e nem o “chim”, bastava restaurar a energia ao trabalhador nacional “pela cura e pela higiene”⁶³⁹ para que o país trilhasse o caminho do progresso.

Na implementação das medidas sanitárias adequadas foi preciso enfrentar as resistências dos políticos, dos coronéis e dos proprietários de terras locais que desconfiavam do discurso médico, achando que os dados apresentados sobre a morbidade eram um exagero retórico de alguns intelectuais que viam no sertão a força da nacionalidade. Portanto, inicialmente, não queriam se adequar às normas sanitárias e consideravam dispendioso investir em moradias adequadas e construir fossas sépticas em suas propriedades para evitar o contágio, sobretudo, dos trabalhadores rurais.

⁶³⁶ Ibid., p. 284.

⁶³⁷ Ibid., p. 284-5.

⁶³⁸ HOCHMAN; LIMA, 1996, p. 32.

⁶³⁹ LOBATO, 1951, p. 285.

Belisário Penna foi crítico ferrenho do federalismo, o qual, implantado pela constituição republicana, teria alimentado as elites locais em detrimento do poder central. O médico via na descentralização política uma forma de desagregação e de ausência de solidariedade entre os entes federados. Com isso, alegava que o território brasileiro estava dividido “em 20 patrias”, nas quais predominava “o ciúme e a desconfiança entre as antigas províncias unidas”⁶⁴⁰, numa referência ao modelo monárquico que Penna, naquele momento, julgava ser mais adequado do que o republicano. Como consequência de tal desunião ocorria que:

No Brazil quasi não ha mais brasileiros. Ha paraenses, cearenses, bahianos, mineiros, paulistas etc. Vae desaparecendo a solidariedade nacional, graças á licenciosa autonomia com a pratica dissemelhante de justiça, de administração e de instrucção em regiões de um mesmo paiz⁶⁴¹.

Era necessário mudar de rumo, transferir certas atribuições para a União, uniformizar direitos, deveres e criar um sentimento nacional. Dentre as obrigações do governo federal, Belisário Penna menciona a justiça, a instrução e a higiene. Nesse sentido, defendia, além de outras medidas, a aprovação de um Código Sanitário, considerando a confecção do documento de máxima urgência para que se

estabeleçam as regras geraes para todo o paiz, sobre construcções urbanas e rurais, sobre abastecimento d’água, sobre esgotos; sobre a utilização das aguas de fontes, de rios, de poços e de lagôass; sobre combate ás epidemias e endemias existentes no paiz, e as que possam invadil-o; sobre as regras a que será forçado cada individuo a seguir para que não se torne perigoso á collectividade(...) ⁶⁴².

Arthur Neiva, o chefe do Serviço Sanitário de São Paulo, elaborou um Código Sanitário para o estado, que englobava medidas tanto para as áreas urbanas quanto para o meio rural. Segundo Monteiro Lobato, o documento paulista havia sido

remodelado e acrescentado apesar da tempestade de protestos, transformou-se em lei, e é um dos mais completos existentes. Quem por ele correr os olhos verá como o combate sistematico ás endemias que nos deprimem foi allí organizado com a segurança de quem está senhor do assunto⁶⁴³.

Tanto Penna quanto Lobato defenderam em seus livros que a lei fosse rigorosa no que se refere ao cumprimento do Código Sanitário e que ela evitasse, ao máximo, a interferência dos chefes locais, como um “prefeito coroneloide”, nos dizeres de Lobato. Essa figura não

⁶⁴⁰ PENNA, 1918, p. 92.

⁶⁴¹ PENNA, 1918, p. 92.

⁶⁴² Ibid., p. 169.

⁶⁴³ LOBATO, 1951, p. 299-300.

acreditava “na transmissibilidade de morbus pelo mosquito, que acha uma “bobage” isso de fossas, drenos, aterros, etc.”⁶⁴⁴ Para que os lugares saneados fossem transformados em “oasis purificados” e crescessem, o estado deveria compelir, pela força da lei, “o coroneloide revel a abster-se do direito de lesar a saúde pública, fazendo uso das “suas opiniões pessoais”⁶⁴⁵, de sua ingerência e de seu descaso com as obras e com a observância das normas técnicas previstas no Código Sanitário.

Em termos de moradia no campo, como se sabe, ainda predominava a casa de pau a pique, descrita em *Urupês* e que fazia gargalhar até o João-de-barro. De norte a sul, a habitação rural era invariável: “Paredes de pau a pique ripadas de taquara, barreadas a mão e colmadas de sapé, palmas ou cascas de árvore. O barro ao secar contrai-se e lagarteia-se de inumeráveis rachaduras – couto propício à ninhação de insetos domiciliários”.⁶⁴⁶ Nessas frestas da parede é que se fixava o barbeiro, inseto letal para a saúde humana. De acordo com Penna, o mosquito

não se fixa, porém, em qualquer habitação, sendo necessário que essa ofereça condições que protejam as suas posturas e favoreçam os seus hábitos de esconderijo e escuridão. O seu *habitat* preferido é a choça, cafúia ou rancho, coberto de palha de burity ou de sapé e feita de paredes de taipa, sem reboco nem emboço⁶⁴⁷.

Imagem 10 – A cafúia - habitação típica do interior⁶⁴⁸.

⁶⁴⁴ Ibid., p. 301.

⁶⁴⁵ Ibid., p. 302.

⁶⁴⁶ LOBATO, 1951, p. 239.

⁶⁴⁷ PENNA, 1918, p. 141.

⁶⁴⁸ Casa de pau a pique em Lassance (MG). Todos os habitantes estão doentes por conta da opilação e da tripanossomíase americana. PENNA, BELISÁRIO, 1918. [Imagem sem indicação de página].

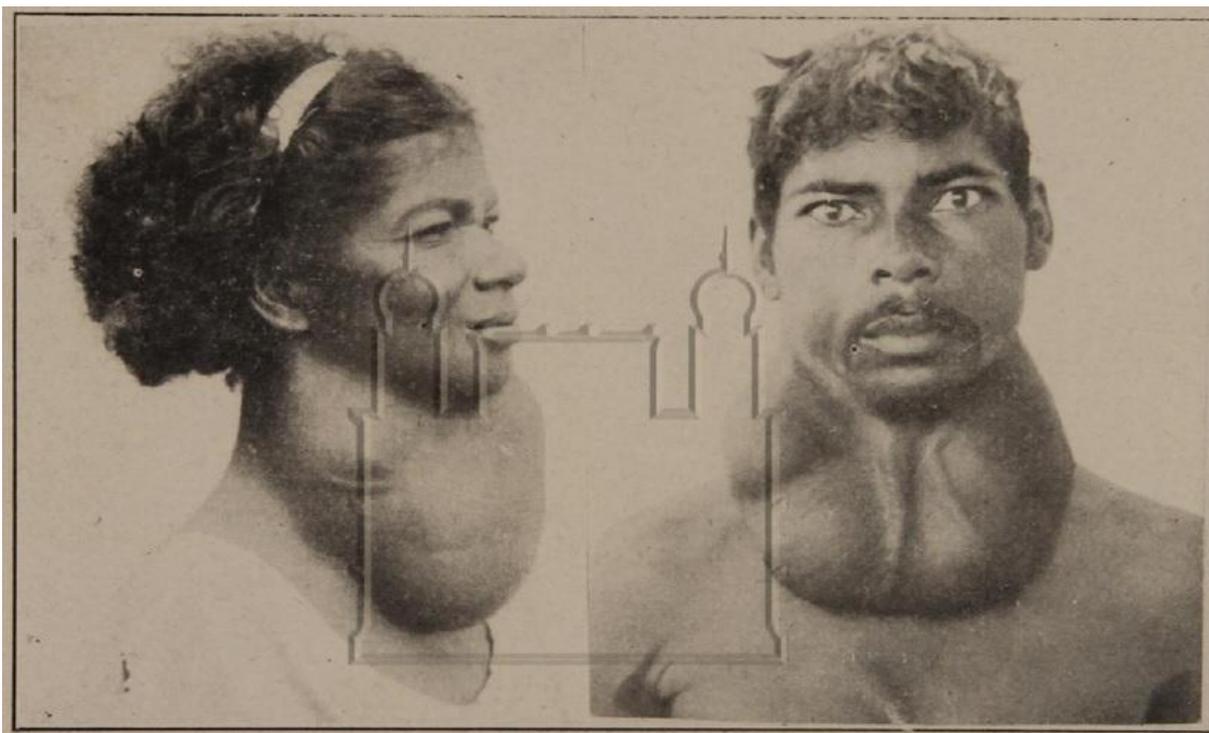


Em 1910, após a descoberta de Carlos Chagas, em Lassance, no estado de Minas Gerais, ficou constatado que a mosca do barbeiro se alojava nas fendas da parede de barro dessas casas e à noite saía para sugar o sangue dos moradores. Nesse contato do mosquito com o humano, ocorria a transmissão do *tripanossoma cruzi*, o qual causa sérias lesões na vítima, febre, paralisias, endocrinismo, deformações físicas e mentais que variam “de depressões mentais oscilantes entre o simples aparvalhamento e o cretinismo completo”⁶⁴⁹. Carlos Chagas contabilizou que havia no Brasil cerca de 3 milhões de pessoas vitimadas pelo barbeiro.

Imagem 11 – Bócio causado pela Moléstia de Chagas⁶⁵⁰.

⁶⁴⁹ LOBATO, 1951, p. 240.

⁶⁵⁰ PENNA, 1918. [Imagem sem indicação de página].



Belisário Penna também relata que o aspecto dessas populações opiladas e vitimadas pelo Mal de Chagas era desolador e, em certos locais, como arraiais e pequenas vilas, “famílias inteiras são constituídas de aleijados, idiotas e papudos semi-idiotas, isso em zonas de vegetação luxuriante, de terras férteis, águas límpidas e climas saudáveis”⁶⁵¹. Já que os governantes ignoravam as precárias condições de vida dos sertanejos, havia terreno aberto para a ação das doenças, o que, conseqüentemente, levava à degradação da força de trabalho no campo.

Para evitar esses males, os sanitaristas e Lobato sugeriram mudanças na casa rural, a qual não poderia mais permanecer no sistema de barro e sapé. A imposição de normas para a construção das habitações rurais, por mais que provocasse celeuma na opinião pública, era algo necessário para prevenção daqueles que habitavam na roça e se encarregavam de produzir as riquezas nacionais, sobretudo o café. Na proposta de regulamentação das casas rurais, previam que fossem construídas com tijolos, emboço e telhadas. Mesmo que alguns fazendeiros e sitiantes se opusessem à ideia por ser mais cara do que a pitoresca casa de sapé, Lobato argumentava que, se a lei fosse respeitada em São Paulo, “dentro de alguns anos os nossos campos apresentarão o aspecto dos argentinos e norte-americanos”. “O que era hoje despesa redundaria amanhã, fatalmente, em lucro”⁶⁵². O autor também alertava para a urgência na reforma das moradias, visto que a doença de Chagas se alastrava, era endêmica

⁶⁵¹ Ibid., p. 145.

⁶⁵² CAVALHEIRO, 1955, p. 235.

em certas regiões de Minas Gerais e de Goiás, e havia centenas de casos que confirmaram a presença do perchevejo também no estado de São Paulo. Logo providências deveriam ser tomadas para conter a endemia. Por fim, para convencer aqueles que duvidavam da capacidade da reforma habitacional no campo da saúde, Lobato advogava que a “transformação do casebre nefasto é uma das pedras angulares da regeneração dessa pobre gente – essa pobre gente que na guerra é quem se bate por nós, e na paz é quem produz a pouca riqueza de que nós gozamos...”⁶⁵³

A fonte iconográfica a seguir ilustra a redenção do Jeca caso ele tivesse uma moradia mais condizente com os ideais higiênicos, o que proporcionaria uma real revolução em sua saúde e em sua condição socioeconômica. Por isso Lobato insistia que a mudança na habitação era “uma das pedras angulares” para o resgate do caboclo. Na imagem da esquerda, predominam a doença, a imundície e a pobreza, com a casa de sapé ao fundo, a qual serve de criadouro para o perchevejo que transmite a moléstia de Chagas; o chão é de terra batida, e o terreno, irregular; há um garoto defecando no mato, próximo à casa, o que contamina o solo com o verme ancilóstomo, que por sua vez ataca o Jeca descalço, deixando-o opilado. O homem inerte, na retratação sombria, não cultiva lavoura e sua criação é restrita a poucas galinhas. Já na figura da direita, a terra foi pavimentada, e o terreno tem um corte regular, denotando planejamento; a casa é feita de tijolos, argamassa e com a cobertura de telhas; há água encanada e um poço ao centro; o sanitário, a pequena casinha à esquerda da ilustração, está afastado da moradia. O campo cultivado ao fundo, a presença do gado e de crianças brincando sugerem saúde, conforto e prosperidade, confirmados pela luminosidade da imagem.

Imagem 12 – A casa do Jeca – antes e depois⁶⁵⁴.

⁶⁵³ LOBATO, 1951, p. 319.

⁶⁵⁴ STEPAN, Nancy. *Picturing tropical nature*. Great Britain: Reaktion Books Ltda, 2001. p. 147.



Monteiro Lobato admitia que sanear todo o sertão brasileiro era uma tarefa quase impossível, mas o primeiro passo deveria ser dado nessa árdua tarefa de levar noções de higiene aos caboclos. Para ele, “Sanear os sertões é inexequível. Nem toda a fortuna de Rockefeller bastaria para isso”⁶⁵⁵, o que não significa se esquecer de atender com medidas profiláticas as áreas rurais agricolamente exploradas. O primordial, dentro das possibilidades do país, era sanear os núcleos urbanos, como Iguape. Desses locais higienizados e recuperados pelo saneamento, acreditava Lobato, vinha “a ação transbordante que irá multiplicar nos sertões novos núcleos plasmados por aquele molde”.

Com *Problema Vital*, Lobato assumiu a “liderança jornalística do movimento e, em artigos vibrantes, altamente convincentes, reforça e valoriza os dados colhidos pelos higienistas”. Além disso, ele agregou “um caráter popular à campanha, tornando-a tema de conversa obrigatória, o que leva os poderes públicos ao abandono da criminosa impassibilidade e desleixo em que viviam”⁶⁵⁶.

Em 1924, Monteiro Lobato escreveu um conto – *Jeca Tatu: a ressurreição* – destinado ao público infanto-juvenil. O título do texto é bastante sugestivo e solidifica a reinterpretação do Jeca por parte de seu criador, o qual passa a considerar fatores como a desnutrição, a doença e o descaso do governo como os causadores do abandono, da preguiça, do alcoolismo e da improdutividade do homem rural. O autor narra a ressurreição de seu célebre personagem

⁶⁵⁵ LOBATO, 1951, p. 313.

⁶⁵⁶ CAVALHEIRO, 1955, p. 230.

por meio da intervenção médica e da adoção de hábitos de higiene. Concorreu para a popularização do texto o fato de Lobato ter feito uma parceria com o farmacêutico Cândido Fontoura, que pretendia divulgar seus remédios para combater as verminoses e usou o conto, readaptado por Lobato, como uma peça publicitária para ser distribuída, aos milhares, em escolas de todo o país. Apesar desse texto ser destinado às crianças, Glaucia Soares Bastos alerta que havia uma convergência entre as obras de literatura geral e infantil, “já que as duas séries constituem parte do mesmo projeto de construção, via literatura, da identidade nacional”⁶⁵⁷. A cartilha caiu no gosto do público, e a história foi apelidada de *Jeca Tatuzinho*. Com isso, Lobato e o Jeca Tatu tornaram-se garotos-propaganda “do Biotônico, o Jeca Tatuzinho vendia a cura para todo o sertanejo do país, pobre e desnutrido”⁶⁵⁸.

Imagem 13 – Anúncio do Anquilostomina Fontoura⁶⁵⁹



No anúncio, Lobato mostra-se compreensivo com a preguiça do Jeca, pois sabe que a origem dela não é da natureza e nem da índole do caboclo, mas sim devido ao fato de o camponês sofrer de opilação e estar contaminado, no sangue e nas tripas, por um jardim zoológico da pior espécie. Os vermes que o faziam “papudo, feio, molengo e inerte”. O remédio aliviaria os sintomas e contribuiria para revitalizar esse organismo doente, transformando-o num novo homem, ativo e trabalhador. Se a princípio o Jeca estava

⁶⁵⁷ BASTOS, Glaucia Soares, 2009, p. 139-40.

⁶⁵⁸ DIWAN, Pietra, 2007, p. 102.

⁶⁵⁹ Almanaque do Biotônico, 1935. Ilustração de J. U. Campos. Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=1035&sid=7>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

condenado, agora aparecia isento de culpa, pois seu autor identificou, “na precariedade de sua saúde, a causa dos males do caipira, descartando as determinações de raça e meio anteriormente consideradas”⁶⁶⁰.

No conto que narra a ressurreição do Jeca, o personagem “passa a ter nas doenças de que é vítima a causa de sua indolência”, bem diferente da caricatura de 1914, “fatalmente preguiçosa e ignorante”⁶⁶¹. Houve adaptações do conto original de 1924, anexado ao final do livro *Problema Vital*, para a versão distribuída como propaganda pelo Laboratório Fontoura⁶⁶². *Jeca Tatuzinho*, editado pelo farmacêutico Fontoura, contava com ilustrações e tinha exercícios de fixação do texto para as crianças com evidente caráter didático e pedagógico, sendo distribuído, aos milhões, gratuitamente. De acordo com as informações de Luzimar Goulart Gouvea, na trigésima quarta edição da cartilha, havia o registro de que 80 milhões já tinham sido impressos e era a “obra de maior divulgação em todo o Brasil”⁶⁶³.

Em nosso trabalho, consideraremos em alguns trechos da análise a última versão, a qual foi distribuída durante décadas para promover os remédios da marca Fontoura⁶⁶⁴; nos demais momentos, utilizaremos o conto publicado ao final de *Problema Vital*⁶⁶⁵. Nossa escolha justifica-se uma vez que a versão propagandística foi a que marcou, sem dúvida alguma, o imaginário popular de toda uma geração. Nela o Jeca é apresentado como fraco e preguiçoso, vivendo em sua casa de sapé, acompanhado por sua mulher e vários filhos, todos magros, feios, pálidos e tristes. No rancho ainda havia o cachorro Brinquinho, sarnento e cheio de bernes. Para o Tatu, nada pagava a pena, apenas beber pinga para “Esquecer as desgraças da vida”⁶⁶⁶. O Jeca era dono de muitos alqueires de terra, mas não tirava proveito delas. Anualmente plantava “uma rocinha de milho, outra de feijão, uns pés de abobora e mais nada. Criava em redor da casa um ou outro porquinho e meia duzia de galinhas.”⁶⁶⁷

⁶⁶⁰ BASTOS, Gláucia Soares. Jeca Tatuzinho: patriotismo e propaganda. In: CECCANTINI, João Luís; LAJOLO, Marisa (Orgs.). *Monteiro Lobato, livro a livro*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 141.

⁶⁶¹ *Ibid.*, p. 142.

⁶⁶² No artigo *Jeca Tatuzinho: patriotismo e propaganda* (2009), Gláucia Soares Bastos compara as adaptações empreendidas no texto para fins de propaganda. A título de exemplo, no texto original, a cura do Jeca se dá pelo uso de um medicamento fitoterápico. Já no texto publicitário, a cura vem através da prescrição médica de *Ankilostomina Fontoura*, redigido em caixa alta, para destacar a marca do remédio.

⁶⁶³ GOUVEA, 2001, p. 63.

⁶⁶⁴ Os trechos da versão publicitária serão extraídos do texto de BASTOS, Gláucia Soares. *Jeca Tatuzinho: patriotismo e propaganda*. p. 139-47. In: CECCANTINI, João Luís; LAJOLO, Marisa (orgs.). *Monteiro Lobato: livro a livro – obra infantil*. São Paulo: UNESP, 2008.

⁶⁶⁵ LOBATO, 1951, p. 329-340.

⁶⁶⁶ *Ibid.*, p. 330.

⁶⁶⁷ *Ibid.*, p. 330.

O personagem tinha um vizinho italiano que, embora fosse “bastante arranjado, mas que ainda assim trabalhava o dia inteiro”. As pessoas diziam que Jeca era “preguiçoso, bebado; além de bebado, idiota”⁶⁶⁸. Certa vez, um doutor parou em sua propriedade e, ao se deparar com o Jeca “amarelo e chucro, resolveu examina-lo. _ Amigo Jéca, o que você tem é doença”⁶⁶⁹. O doutor diagnosticara-o com ancilostomíase e explicou que a doença causava anemia e desânimo. Mediante o quadro clínico do paciente, o médico prescreveu o ANKILOSTOMINA FONTOURA, mandou o Jeca comprar um par de botinas e parar de beber pinga. No entanto o caboclo não se convenceu do motivo de usar galochas, então o esculápio o levou a um local úmido, atrás da casa, e pediu que caminhasse naquele lugar. Sacou uma lente e mostrou-lhe que vários vermes tentavam penetrar sua pele através dos poros. Jeca ficou assombrado e travou um diálogo com o doutor:

_ E não é que é mesmo? Quem “haverá” de dizer!...
 _ Pois é isso, sêo Jeéca, e daqui por diante não duvide mais que a Ciencia disser.
 _ Nunca mais! Daqui por diante nha Ciencia está dizendo e Jéca está jurando em cima! T’esconjuro! E pinga, então, nem p’ra remédio...⁶⁷⁰

Após começar a seguir as orientações médicas, Jeca é curado e transforma-se num novo homem. A preguiça desapareceu, apavorava as árvores quando ele pegava no machado, derrubava a capoeira e abria novas áreas de cultivo. Ficou até valente a ponto de enfrentar uma das duas onças que encontrou no meio do mato. Ao derrotar a fera, fez questão de lhe avisar: “_ Conheceu, papuda? Você pensa então que está lidando com algum pinguço opilado? Fique sabendo que tomei remedio do bom e uso botina ringideira...”⁶⁷¹. Quando ouviu tais palavras, a companheira da derrotada fugiu e afirmam que até hoje está correndo.

Jeca também aumentou sua casa, adquiriu implementos e gado, sua roça nunca foi tão bonita. Queria ficar rico! O médico visitou-o novamente e ficou assustado com a mudança, todos estavam calçados, até os animais. Ao ser interpelado pelo exagero de calçar os bichos, Jeca respondeu que queria dar um exemplo aos caipiras broncos que por lá apareciam e que, quando viam aquilo, jamais se esqueciam da história.

Com o progresso, o protagonista comprou um caminhão Ford e livros, aprendeu a ler e aprendeu inglês. Modernizou sua fazenda, que passou a ter eletricidade, rádio e telefone. De seu escritório, Tatu controlava tudo e, com um telescópio que importara dos Estados Unidos,

⁶⁶⁸ Ibid., p. 331.

⁶⁶⁹ Ibid., p. 331.

⁶⁷⁰ Ibid., p. 334.

⁶⁷¹ Ibid., p. 335.

observava o que ocorria em sua propriedade. Até o processo de produção foi automatizado; com um simples toque num botão enchia o cocho com ração.

Depois de ter ficado rico e ultrapassado o seu vizinho italiano, Jeca não parou. “Hei de empregar toda a minha fortuna nesta obra de saúde geral, dizia ele. O meu patriotismo é este. Minha divisa: curar gente. Abaixo a bicharia que devora o brasileiro...”⁶⁷². Assim criou postos de saúde para atender os enfermos na roça. Viveu até os 89 anos e, embora não tivesse recebido homenagens e nem honrarias, havia cumprido o seu dever até o fim. O conto termina com um recado para as crianças: “Meninos: nunca se esqueçam desta historia; e, quando crescerem, tratem de imitar o Jéca”⁶⁷³. Jeca Tatuzinho deixara um ensinamento moral, o personagem “transformara-se não apenas num homem rico, mas num incansável educador sanitário que transmitia a seus empregados todos os conhecimentos que aprendera”⁶⁷⁴. Essa era a responsabilidade social do fazendeiro-empresendedor, transmitir ensinamentos ao povo, numa cruzada patriótica, para que ele pudesse ajudar a restabelecer a saúde de seus patrícios por meio da educação higiênica e da adoção de novos hábitos, bem como contribuir para o bem-estar coletivo.

Outro aspecto do texto que nos chamou a atenção foi a comparação entre o Jeca e o trabalhador italiano. Se no início da história o sertanejo era pobre e incomparavelmente improdutivo em relação ao italiano, no desenvolvimento da narrativa, Lobato reafirma sua visão de que o caboclo era um homem como outro qualquer, superando a versão determinista corrente no meio político e intelectual brasileiro desde o final do século XIX. Uma vez saudável, o nativo seria tão produtivo quanto o elemento europeu.

A medicalização e a adoção dos novos hábitos de higiene também permitiram ao personagem superar aquela “mentalidade atrasada” de viver somente com o mínimo necessário para subsistência, sem cultivar roças e criar animais. O Jeca curado tinha ambição, aumentou sua casa, expandiu áreas de cultivos, modernizou as técnicas agrícolas, adquiriu maquinário e aprimorou sua educação aprendendo o inglês. Ele não se “interessava mais em trabalhar apenas para viver, como também não desejava enriquecer apenas para ostentar consumo”⁶⁷⁵. O caboclo já não recorria aos práticos, curandeiros e superstições quando adoecia, agora obedecia somente ao que prescrevia a “nha Ciencia”. Em suma, a higiene promoveu sua saúde física e mental, transformando-o numa pessoa racional imbuída do

⁶⁷² Ibid., p. 339.

⁶⁷³ Ibid., p. 340.6

⁶⁷⁴ HOCHMAN e LIMA, 1996, p. 32.

⁶⁷⁵ Ibid., p. 33.

espírito do capitalismo agrário, cujo modelo que serviu de inspiração para Lobato foi o *farmer* dos Estados Unidos da América⁶⁷⁶. A busca pelo lucro, pelo aumento da eficiência e pela modernização do Brasil parece ser uma constante no pensamento lobatiano, manifestada em parte significativa de sua obra, tanto na literatura geral quanto na infanto-juvenil. Acreditava que só assim o país deixaria o marasmo e prosperaria enquanto nação.

Crianças do Brasil inteiro cresceram lendo *Jeca Tatuzinho* e aprendendo os novos hábitos de higiene, popularizando a marca Fontoura e, acima de tudo, o nome de Monteiro Lobato e de seus personagens – o Jeca Tatu e o Tatuzinho. Devido à longevidade da cartilha *Jeca Tatuzinho* e de seu “duplo caráter pictórico, o da escrita e o da ilustração”, é possível afirmar que ela fincou “fortes raízes na lembrança popular”⁶⁷⁷.

Jeca Tatu havia passado por uma metamorfose, fruto das mudanças na mente de seu criador e do próprio desenvolvimento da ciência no Brasil, o que teve impacto na visão de mundo de Lobato e na forma como concebia o caboclo. Conforme exposto anteriormente, as transformações no pensamento lobatiano devem-se às relações pessoais e profissionais que estabeleceu com os médicos sanitaristas em São Paulo, sobretudo a partir de 1918. Se o Jeca de 1914 pode ser interpretado como uma representação pessimista e fatalista do homem do campo, com o passar dos anos, a percepção de Lobato “foi evoluindo para uma atitude mais atenta e cuidadosa, acompanhando o movimento das ideias, no quadro do pensamento nacional”⁶⁷⁸. Ele passou a prestar atenção em outros detalhes: as causas e os fatores que condicionavam a vida do Jeca, como, por exemplo, o abandono pelo poder público e as más condições de vida, alimentação, saúde e moradia. De todo modo, o Jeca degenerado e o Jeca medicalizado foram alçados à símbolo de brasilidade, representando o homem do campo, para o mal e para o bem. Os contos escritos por Lobato alcançaram enorme popularidade e foram amplamente debatidos nos círculos literários, políticos e sociais. Seus artigos sobre saneamento publicados no “*Estadão*” reverberavam os ecos do movimento sanitarista que tomava forma, contribuindo para convencer as elites políticas e econômicas a aderirem à causa. A Ideologia do saneamento, expressão utilizada por Luiz Antonio de Castro Santos⁶⁷⁹, criou o ambiente favorável para que as ideias se transformassem em ações e, gradativamente, a ação estatal unificada e centralizada no governo federal foi rompendo os limites do federalismo para implantar em várias regiões do Brasil as primeiras políticas nacionais de

⁶⁷⁶ Ibid., p. 33.

⁶⁷⁷ GOUVEA, 2001, p. 63.

⁶⁷⁸ BASTOS, 2009, p. 147.

⁶⁷⁹ CASTRO SANTOS, 2003, p. 229.

saúde. Assim construía-se a nacionalidade brasileira por meio de investimentos na área de saúde coletiva e da expansão do Estado, o qual passou a se fazer presente no território através de postos de saúde, profissionais, médicos e educadores que passavam a cuidar das populações interioranas.

É bem verdade que a campanha pelo saneamento teve limites e foi insuficiente para debelar todas as endemias rurais, pois em alguns casos as regiões a serem saneadas obedeciam ao critério do valor econômico, o que beneficiava alguns locais e fazia com que outros permanecessem esquecidos. Mas o movimento sanitário da década de 1910-1920 lançou as bases para as políticas de saúde subsequentes⁶⁸⁰ e para o aprimoramento das legislações, além de possibilitar a criação de um Ministério da Saúde e da Educação e de outros órgãos federais que tratavam de saúde pública. Seu êxito, entretanto, foi maior no campo ideológico do que no campo prático⁶⁸¹.

Quanto ao Jeca Tatu, ele passaria por outra transformação em 1947, quando Lobato publica o opúsculo *Zé Brasil*. Nele o Jeca reaparece fraco, doente e explorado pelo coronel Tatuíra. Agora Lobato desloca sua análise do problema da doença e concentra-a no modelo fundiário brasileiro. O latifúndio e as relações socioeconômicas que ele ensejava seriam os culpados pelas mazelas nacionais e pelo estado doente dos Jecas, e a esperança estava em colocar um fim na velha política com a eleição de Luís Carlos Prestes. Essa última metamorfose, que antecedeu o falecimento de Lobato, não será analisada, pois extrapola os limites de nossa pesquisa. Mas é interessante notar como o fazer literário de Lobato muda com as transformações políticas e culturais que ocorreram em sua época e como ele foi um intelectual atento e inquieto com os problemas de seu tempo. O escriptor buscou por meio de sua arte respostas para os problemas brasileiros e o fez com brilhantismo, engajamento e coragem, legando-nos uma vasta obra que se constitui em rico e diversificado acervo da cultura brasileira, para que os pesquisadores desenvolvam estudos em várias áreas do conhecimento.

⁶⁸⁰ Um exemplo da retomada da ideia de saneamento dos sertões ocorreu no governo do presidente Juscelino Kubitschek, quando foi criado um Departamento especial para combater a Boubá no interior do Brasil. Para maiores detalhes ver: *Basta aplicar uma injeção? Saúde, doença e desenvolvimento: o programa de erradicação da boubá no Brasil (1956-1961)*, dissertação de Mestrado de Érico Silva Alves Muniz, Rio de Janeiro, 2009.

⁶⁸¹ CASTRO SANTOS, 2003, p. 233.

Considerações finais

A trajetória de vida de Monteiro Lobato foi marcante e também bastante impressionante, uma vez que ele se envolveu na luta por grandes causas de sua época. Um intelectual e, às vezes, um militante, dedicou-se com afinco em pensar alternativas para modernizar e transformar o país. Sua formação clássica, de moldes conservadores, em nada denotaria que Lobato fosse se tornar um escritor infanto-juvenil ou um empresário do ramo de prospecção do petróleo. Apesar disso, Gilberto Freire classifica-o como um herdeiro psicossociocultural de uma época específica, a saber o período de transição entre o fim do século XIX e o início do século XX. Em tal contexto, o Brasil passou por significativas mudanças políticas, sociais e culturais. Ocorreu o fim do trabalho escravo, o Estado incentivou a entrada de imigrantes europeus no Brasil, caiu o regime monárquico e foi proclamada a República, e o oeste paulista consolidou-se como centro agrário-exportador do café. Do ponto de vista intelectual, havia no país um fervilhar de ideias, muitas das quais chegavam pelos imigrantes europeus, como o socialismo e o sindicalismo; outras foram importadas do Velho Mundo pelas elites tupiniquins, a exemplo do darwinismo social, que estabelecia uma hierarquia no concerto étnico-mundial. Época de mudanças que se misturaram à trajetória de Lobato, o qual acompanhou boa parte delas.

Lobato nasceu em 1882, conviveu com negros libertos e caboclos nas fazendas de sua família, observou de perto a vida no meio rural e a decadência econômica do Vale do Paraíba. Frequentou as melhores escolas, concluiu o curso superior de Ciências Jurídicas e, apesar de não exercer a advocacia, advogou durante toda a sua vida por uma causa – o progresso nacional. O escritor, pela expressividade e relevância de sua obra, é mais do que um contista ou um literato, ele é um intelectual preocupado “com o Brasil, uma intenção de “inventar” um país novo, gerar uma nação, criar metáforas e símbolos nacionais de superação de nossos problemas sociais, políticos, econômicos”⁶⁸². Seus trabalhos são elencados na Academia na perspectiva clássica do “pensamento social brasileiro”, ao lado de outros grandes autores, como Alberto Torres, Manoel Bonfim, Edgar Roquette-Pinto dentre outros. Em comum no trabalho desses intelectuais, “há a preocupação de mudar este país, em um sentido que se

⁶⁸² CASTRO SANTOS, 2003, p. IX-X.

poderia chamar totalizador”⁶⁸³, algo bem diferente do que fazem os pensadores da atualidade, os quais abandonaram aquela perspectiva por uma opção “tribalista”, que foi

importada dos movimentos sociais norte-americanos, que fraciona as questões nacionais em microobjetos, como o gênero, a raça, a AIDS, raramente situando-os como aspectos ou dimensões de caráter global, referidos à sociedade nacional.⁶⁸⁴

Dessa forma, os problemas de grupos minoritários assumiram maior relevância nas pesquisas sociológicas e históricas do que os temas totalizadores, os quais tentavam olhar o Brasil como um todo, interpretando e projetando uma nação. As causas defendidas por Lobato com suas múltiplas facetas – fazendeiro, escritor, editor e empresário – consideravam, de algum modo, a perspectiva totalizante, mesmo ao pensar em nível regional, quando, por exemplo, publicara os artigos e depois o livro em que deu vida a Jeca Tatu. O personagem literário acabou gerando uma celeuma e tornou-se símbolo de brasilidade, promoveu acalorados debates nos círculos literários e também na arena política. O Jeca rendeu elogios ao talento criador do autor e uma chuva de críticas que vieram de norte a sul do país. Quando publicou os textos no “*Estadão*”, em 1914, a descrição feita do personagem, ignorante, pobre e preguiçoso, parecia dialogar com as ideias do darwinismo social. O Jeca tinha uma dose de fatalismo determinista. Nessa época, era “intensa a influência dos teóricos do racismo científico como Gobineau, Agassiz e Le Bon”⁶⁸⁵ sobre os pensadores sociais e literatos brasileiros.

O piraquara do Paraíba foi tomado pelo movimento sanitarista como o representante do homem rural, esquecido no sertão e entregue às terríveis endemias que lhe deformavam o corpo e idiotizavam o intelecto. *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e o *Urupês*, de Lobato, foram as grandes referências literárias dos sanitaristas para denunciar o atraso nacional. A partir de tais obras, ferrenhas críticas foram tecidas ao governo republicano e ao modelo federalista, cuja descentralização favorecia o mando das oligarquias em detrimento das populações rurais, as quais ficavam a mercê dos caprichos dos coronéis locais.

Enquanto editor na capital paulista, Lobato ampliou sua rede de contatos e fez amizades com os médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, dois expoentes do movimento que defendia a reforma sanitária do Brasil e, por consequência, a construção da nação pela revitalização do homem do campo e a integração sertão-litoral. O convívio com os médicos e as ideias defendidas por eles chamaram a atenção de Lobato, fizeram-no pensar e promover

⁶⁸³ Ibid., p. X.

⁶⁸⁴ Ibid., p. XI.

⁶⁸⁵ SANTOS, 2007.

uma autocrítica de sua concepção sobre o homem rural. Então o editor retomou a caricatura que pintara em 1914 e concluiu que o Jeca não era daquele jeito, ele estava assim pois se encontrava doente, inerte, anêmico, consumido por verminoses, e não havia nenhum tipo de assistência para amenizar os problemas. Depois dessa conclusão, decidiu engajar-se na campanha pelo saneamento, escreveu artigos no *Estado de S. Paulo*, denunciou a precariedade dos serviços de saúde e o descaso dos governos com a gente do sertão, fazendo eco às vozes de Miguel Pereira, de Arthur Neiva, de Belisário Penna e de Carlos Chagas, todos discípulos de Oswaldo Cruz, que anos antes saneara o Distrito Federal.

Após sanear a capital, seria necessário promover o saneamento dos sertões. O exemplo das cidades saneadas formaria novos centros higienizados, e essa força deveria se multiplicar por todo o país, a fim de resgatar a nacionalidade que estava tomada pela morbidez. Gilberto Hochman apontou muito bem que a palavra sertão, naquela época, designava mais uma categoria política do que geográfica. O sertão era qualquer lugar onde não havia a presença do Estado brasileiro e de condições mínimas de vida que garantissem às populações daquelas determinadas localidades educação, cidadania e algum sentimento de nacionalidade.

Contra o bacharelismo parasitário da república, acusado de ser o responsável pelo abandono do sertão, é que Lobato se rebelou, unindo forças aos sanitaristas ao defender que sanear o país era a questão de ordem e tudo passava por isso. Afinal, sem saúde, o que poderia fazer o povo? Lutar, trabalhar, amar, viver? Sem saúde, o Brasil continuaria a vegetar de cócoras.

O trabalho dos médicos-sanitaristas também foi importante, pois ajudou a desancar a ideia do darwinismo social de que o povo brasileiro era incapaz de prosperar por conta de sua herança mestiça, logo deveria ocupar as faixas mais inferiores na pirâmide das raças. Os médicos, munidos dos estudos na área da bacteriologia iniciados por Pasteur e amparados pela força avassaladora do saneamento, acreditavam que o problema nacional não tinha nenhuma relação com a questão racial, tampouco com o clima tropical, considerado insalubre por alguns. O que incapacitava o homem brasílico era a doença e a falta de higiene, o analfabetismo e a desnutrição. Todo esse déficit havia sido provocado pela inércia estatal, que acreditava no sertão descrito por Afonso Celso na obra *Porque me ufano do meu país* (1900) ou na visão de literatos que, na tradição de José de Alencar, romantizavam o homem e a natureza nacionais. No século XIX, o índio; agora, no século XX, o caboclo - queixava-se Lobato!

A expedição médica chefiada por Penna e Neiva ao nordeste e ao centro-oeste do Brasil, em 1912, revelou um país que era um “imenso hospital” e que em nada se parecia com as obras de autores românticos e ufanistas, os quais cantavam em prosa e verso sobre o vigor sertanejo, o berço da nacionalidade. Lobato, ao tomar conhecimento do relatório da viagem e ao presenciar, *in loco*, o estado dos caipiras de São Paulo, afirmou que o homem nacional estava em estado latente, cheio de força e riqueza dentro de si, mas tudo isso se encontrava apenas no campo da possibilidade. Para que ela se concretizasse em prosperidade, deveria ocorrer um grande esforço nacional para construir políticas públicas que amparassem as populações rurais e debelassem as endemias, como a febre amarela, a ancilostomose, o mal de Chagas entre outras. Curando as doenças e higienizando os sertões, teríamos uma raça eugenicamente mais forte e vigorosa. Então higienizar o povo era eugenicizar a raça, tornando a prole mais saudável e menos suscetível às doenças e à degeneração física e moral, extirpando condutas inadequadas, a saber o crime, a demência e o alcoolismo. Entre os sanitaristas, havia também médicos que dialogavam com a corrente eugenicista, a qual visava aperfeiçoar a espécie humana, e “estrutural e cientificamente, a eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ramo da higiene”⁶⁸⁶.

Nesse contexto, Monteiro Lobato mudou completamente sua concepção do homem rural. A historiadora Pietra Diwan esclarece como se deu essa transição no pensamento lobatiano a partir de nova interpretação, que partiu de uma análise:

puramente racial dos problemas sociais, médicos e intelectuais migraram, com o passados dos anos e com o sucesso da medicalização, para uma interpretação sanitária. De inferior e inapto, o Jeca passou a vítima, a paciente esquecido por um governo omissivo e irresponsável⁶⁸⁷.

Tomar a obra de Lobato enquanto fonte primária para estudar o papel desempenhado por ele na campanha sanitarista nas décadas de 1910-1920 foi uma pesquisa instigante e desafiadora, que nos permitiu dialogar com vários autores, recorrer a outras fontes, além dos textos literários do próprio autor. Tornou-se preciso investigar artigos de jornais e correspondências pessoais para melhor dimensionar o pensamento do autor em seu tempo e vislumbrar a relação que as ideias e os textos de Lobato estabeleceram com outros

⁶⁸⁶ STEPAN, Nancy. A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: Hochman, Gilberto; ARMUS, Diego. *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 348.

⁶⁸⁷ DIWAN, 2007, p. 102

interlocutores e agentes históricos do seu tempo. Nesse sentido, cumpre destacar que a fonte literária

(...) detém um valor temporal, histórico, o qual se pode desvelar por meio de um processo de historicização, ou seja, de sua inserção no tempo e na sociedade em que foi produzida, clareando a relação de trocas recíprocas, de contatos e interações entre essas dimensões, suas aproximações e seus distanciamentos internos e externos⁶⁸⁸.

O processo de historicização referido é uma rotina na prática do historiador, no sentido de tomar o documento histórico como um monumento, como nos ensina Le Goff, sendo socialmente construído, possui as marcas da sociedade e das relações de poder de seu tempo. O “documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram”⁶⁸⁹, logo cabe ao pesquisador da história questionar as fontes, cruzá-las com outros documentos, revelar as marcas do contexto em que foram produzidas, trazer à tona as ambiguidades e contradições para se chegar a uma versão do real.

Em nossa dissertação, procuramos “desmontar” nossas fontes, isto é, os contos selecionados da obra de Lobato e outros textos, para melhor compreendê-los e responder às questões essenciais que motivaram este trabalho: O que fez Lobato mudar de ideia sobre o caboclo? Quais influências ele recebeu e concorreram para tal mudança? Como o Jeca Tatu se tornou símbolo nacional e se perpetuou no imaginário social? Vimos, ao longo da investigação histórica, que as ideias de Lobato não mantiveram o mesmo sentido de quando foram publicadas originalmente. Houve metamorfoses no pensamento lobatiano sobre o homem rural brasileiro, o que fez o autor rever seus conceitos, se desfazer de antigos posicionamentos, devido à influência de novas teorias e da própria divulgação científica de seu tempo, e até pedir desculpas e reescrever a história de Jeca Tatu. O personagem, outrora hostilizado por sua preguiça congênita, ressurgiu em novo conto, dez anos após a publicação do original, porém com um final diferente. A indolência, o gosto pela pinga, a indolência e a falta de previdência e de ambição deram lugar a um homem diferente, tratado pelo médico, símbolo da ciência, que traz a cura para os males do Jeca. Tatu passa a trabalhar, abandona o vício, adota os hábitos higiênicos, prospera no seu negócio e se torna um representante do moderno capitalismo agrário almejado pelas elites nacionais. Mais do que isso, Jeca Tatu, criado em 1914, teve várias releituras, e em cada uma de suas mutações, assumiu as configurações políticas e culturais que evidenciavam a preocupação de seu criador em buscar

⁶⁸⁸ BORGES, 2010, p. 106.

⁶⁸⁹ LE GOFF, 1990, p. 289.

respostas distintas para demandas diferentes em sua trajetória no tempo. Depois da ressurreição do Jeca, em 1924, Lobato percebera que as “causas das mazelas físicas transcendiam o simples impulso sanitário. Eram mais profundas”. “Suas origens provinham(...)”, como se dera conta mais tarde, “de fundo antes econômico que científico⁶⁹⁰.”

A campanha pelo saneamento, embora tivesse seu vigor na força ideológica, o que lhe permitiu levar à frente inúmeras ações, jamais cumpriu plenamente o seu objetivo; o remédio oferecido pelos médicos foi insuficiente. Primeiro porque os higienistas encontraram restrições ao seu trabalho, como falta de recursos e resistência dos chefes políticos locais de áreas atendidas; segundo porque a solução unilateral adotada pelas autoridades públicas, as quais acreditavam que sanear os campos e ensinar noções de higiene ao povo bastaria para que o país prosperasse. Por isso o objetivo da campanha não se cumpriu, houve melhora no quadro endêmico de algumas regiões, entretanto até os dias de hoje a nossa sociedade é assolada por epidemias, como febre amarela, dengue, zika vírus, entre outras, as quais demonstram a fragilidade de nosso sistema de saúde e a falta de prevenção por parte da população. Além disso, acreditamos que medidas unilaterais serão sempre incapazes de resolver os problemas do Brasil, com dimensões continentais, que tem sua história marcada pela escravidão, por uma sociedade patriarcal com profundas desigualdades que se fazem sentir até a atualidade. Dada à complexidade sócio- histórica de nosso país, fica candente que políticas públicas devem agir em várias frentes – habitação, redução das desigualdades e da violência, emprego e garantia de saúde e de educação – com ampla participação popular na formulação e na aplicação de projetos nacionais. Para atender às demandas da sociedade é preciso a construção de propostas horizontais com o apoio da comunidade, bem como a existência de um governo democrático e legitimamente eleito, cuja prioridade seja o bem-estar coletivo, e não a mera submissão aos interesses do mercado e dos seus agentes. A partir daí, quem sabe não comecemos a encarar os problemas estruturais brasileiros com medidas complexas e multilaterais, mais efetivas do que ações isoladas.

Enfim, no decorrer de nosso trabalho evidenciamos a maneira como o Jeca cristalizou-se no imaginário social, contribuindo para a popularização de seu criador, e a caricatura foi alçada a representante do homem nacional – seja simbolizando o preconceito atrelado à vida no campo, o isolamento e a ignorância do caipira ou como figura que evoca a gente alegre da roça, a vida saudável junto à natureza e aos animais, as pescarias, as rodas de prosa e de viola e a deliciosa comida preparada no fogão à lenha, que atende desde os paladares mais simples

⁶⁹⁰ CAVALHEIRO, 1955, p. 236

aos mais exigentes. Longe de esgotarmos o assunto de personagens tão complexos e abrangentes, como Lobato e o Jeca, nossa pretensão foi fazer uma releitura, uma interpretação nossa, calcada em sólida bibliografia, para explorar as infinitas possibilidades que o objeto de pesquisa proporciona.

Bibliografia

ALBANO, Ildefonso. *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*. 3 ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

ALBURQUEQUE, Marli Brito et al., *A ciência à caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz, 1991. p. 5. Disponível on-line em: <<http://books.scielo.org/id/5vx2d/pdf/intituto-9788575413074.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2018.

ALMEIDA, Angela Mendes de; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ MAUAD, 2001.

ALVES FILHO, Aluizio. *As metamorfoses do Jeca Tatu : a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: INVERTA, 2003.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

AZEVEDO, Carmem Lucia de et al. *Monteiro Lobato: furacão na botocúndia*. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1998.

BEDÊ, Ana Luiza Reis. *Monteiro Lobato e a presença francesa em A barca de Gleyre*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

BIGNOTTO, Cilza Carla. *Monteiro Lobato e a infância na república velha*. Ensaios do Projeto Memória de Leitura do Instituto de Linguagem da Unicamp. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/RepublicaVelha.htm>>. Acesso em 05 fev. 2018.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BOARINI, Maria. Lúcia. (Org.). *Raça, Higiene Social e Nação Forte: mitos de uma época*. Maringá: EDUEM, 2011.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo científico: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 1, n.12, p. 153-165, 1996. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36031/22220>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*, ano 1, p. 94-109, 2010. Disponível on-line em: <https://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO__BORGES.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRAGLIA, Nádia Christina. Paulicéia de ontem: o viver urbano na belle époque paulistana. *Projeto História* (PUCSP), v. 40, p. 523-531, 2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6149/4468>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CAMPOS, André. Raça ou Doença? O Problema Vital do Brasil. *Ipotesi: revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, vol. 2, nº 1 - p. 45 a 52, jan/jun. 1998. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/12/Ra%C3%A7a-ou-Doen%C3%A7a1.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

CAMPOS, Oswaldo; OLIVEIRA, Elizabeth Machado; SINGER, Paul. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à história*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; MONTEIRO, Yara Nogueira (org.). *As doenças e os medos sociais*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.

CARVALHO, Daniel Alencar. *Dialética do descompasso: os tempos de Monteiro Lobato na composição da nação brasileira (1914-1927)*. 2016. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16223/1/2016_dis_dacarvalho.pdf>. Acesso em 05 fev. 2018.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASSAL, Sueli Aparecida Tomazini Barros. *O Brasil visto verticalmente: uma constelação chamada Monteiro Lobato*. 2003. 269 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4036/000396170.pdf?...1>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *O pensamento social no Brasil: pequenos estudos*. Campinas: Edicamp, 2003.

CATELLI JÚNIOR, Roberto. *Brasil: do café à indústria*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

CECCANTINI, João Luíz; LAJOLO, Marisa (orgs.). *Monteiro Lobato, livro a livro: obra infantil*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Laemert & C. Livreiros, 1908. Versão eBook, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ufano.html#21>>. Acesso em 05 fev. 2018.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2 ed. Lisboa: Difel, 1990.

COHEN, Ilka Stern; MARTINS, Ana Luiza. *O Brasil pelo olhar de Thomas Davatz (1856-1858)*. 2 ed. São Paulo: Atual, 2000.

COSTA, Bianca Campello Rodrigues. *Monteiro Lobato, um modernista desprezado*. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6540020-Monteiro-lobato-um-modernista-desprezado.html>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Disponível on-line em: <<http://dynamicon.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Os-sert%C3%B5es-de-Euclides-da-Cunha.pdf>> Acesso em 01 mar. 2018.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n' A Barca de Gleyre. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escritas de si, escritas da história*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 139-161.

DE SOUSA, Margarida Maria Alacoque Chaves. *Emília: potencialidade transgressora na formação de um novo conceito de infância*. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-7RCJPQ/disserta__o_de_mestrado.pdf?sequence=1>. Acesso em 05 fev. 2018.

DEL PRIOE, Mary, AMANTINO, Marcia (org.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2011.

DIAS, Márcia Lúcia Rebelo Pinho. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo: 1870-1914*. São Paulo: Nobel, 1989.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FIALHO JÚNIOR, Renato; PINHEIRO, Manoel Carlos. *Pereira Passos: vida e obra*. Coleção Estudos Cariocas. Agosto, 2006, p. 3-4. Disponível on-line em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2376_Pereira%20Passos%20vida%20e%20obra.pdf> Acesso em: 06 fev. 2016.

FRESSATO, Soleni Biscouto. *Caipira sim, trouxa não: representações da cultura popular no cinema de Mazaropi*. Salvador: EDUFBA, 2011.

GARCIA, Juliana Cristina. *Monteiro Lobato: contista e editor*. 2013. 150 p. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Florianópolis, SC. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/30387483.pdf>> Acesso em 05 mar. 2017.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco Javier Guerrero. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. *Interface* (Botucatu. Impresso), v. 16, p. 21-34, 2012. Disponível on-line em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/2012nahead/aop2112>> Acesso em 05 mar. 2017.

GOUVEA, Luzimar Goulart. *O homem caipira nas obras de Lobato e de Mazaropi: a construção de um imaginário*. 2001. 141 f. Dissertação (Mestre em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270187/1/Gouvea_LuzimarGoulart_M.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia. (orgs). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: REVAN, 2001.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou: raça, eugenia e nação*. 2003. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281539/1/Habib_PaulaArantesBotelhoBriglia_M.pdf> . Acesso em 15 fev. 2018.

HEIZER, Alda; NEVES, Margarida de Souza. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. 14 ed. São Paulo: Atual, 2004.

HOBBSAWN, Eric John Ernest. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2013.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: EDUSP, 2006.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas no Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

LAJOLO, Marisa; MARANHÃO, Ricardo; ROCHA, Rute. *Monteiro Lobato*. São Paulo: Abril Educação, 1981.

LAMARÃO, Sérgio. *Os Estados Unidos de Lobato e as respostas ao "atraso" brasileiro*. Lusotopie. Enjeux contemporains dans les espaces lusophones, Paris, v. 9, p. 51-68, 2002. Disponível on-line em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/lamarao.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1996.

LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e Industrial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1973.

LIMA, Nísia Trindade. *Jeca Tatu e a Representação do Caipira Brasileiro*. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1998. Disponível on-line em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt10-14/5117-nlima-jeca/file>> Acesso em: 05 fev. 2018.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca Saúde, Muita Saúde os males do Brasil são: Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 313-332, 2000. Disponível on-line em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7098.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

LINO, Maria Clara. *Rev. Lusófona de Educação*. n. 12. Lisboa, 2008. Disponível on-line: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502008000200014 > Acesso em: 20 nov. 2016.

LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1944.

_____. *A barca de Gleyre*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1951.

_____. *Cartas Escolhidas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959

_____. *Urupês*. 2 ed. São Paulo: Editora Globo, 2009.

_____. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

LOYOLA, Leonidas. *Urupês e o sertanejo brasileiro*. Paraná, 1919.

MAIO, Marco Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

MARTINELLI, Laís Pacifico. *Monteiro Lobato e a educação: da crítica à produção de uma nova literatura infantil brasileira*. 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2014%20-%20Lais.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta - A experiência Brasileira*. 2 ed. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MILLIET, Sérgio. Jeca Tatu é uma vingança. *Ciência & Trópico*. Recife, jul/dez., 1981. Disponível em: < <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/viewFile/277/170>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: Sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

_____. *Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MOTTA, Marly. PASSOS, Pereira. In: ABREU, Alzira Alves et al (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PASSOS,%20Pereira.pdf>> Acesso em: 01/10/2016.

NEPOMUCENO, André Juliano. *Monteiro Lobato e a crítica da cultura brasileira*. 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado em Teoria literária e crítica da cultura) – Departamento de Letras, Artes e Cultura, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/mestletras/DISSERTACOES/MONTEIRO_LOBATO.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

NEVES, Arthur. Monteiro Lobato. *Revista Fundamentos: Revista de cultura moderna*. n.º. 4/5, Setembro/Outubro 1948; São Paulo. p. 266-85.

NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato: o editor do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

PARRY, Roger. *A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PAULA, Juscimar Maria de; QUILICCI NETO, Armindo. As categorias freireanas e a educação popular na perspectiva do filme Tristeza do Jeca. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 14, n. 60, p. 324-345, abr. 2015. ISSN 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640564/8123>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1918. Disponível on-line em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=AceBibCOC_R&pasta=CONGRESSO%20BRASILEIRO%20DE%20HYGIENE&pesq=>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PENTEADO, J. Roberto Whitaker. *Os filhos de Lobato: o imaginário infantil na ideologia do adulto*. São Paulo: Globo, 2011.

PIETRA, Diwan. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO DA SILVA, Albert Stuart Rafael. *Representações de caipira nas práticas literárias de Cornélio Pires*. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. Disponível em: <

<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/RQEIMGVLSXKI.pdf>>. Acesso em 05 fev. 2018.

PONTE, Carlos Fidelis; KROPF, Simone Petraglia; LIMA, Nísia Trindade. O sanitário (re)descobre o Brasil. In: Ponte, Carlos Fidelis e Falleiros, Ialê. (Org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venancio, 2010, p. 75-112. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/cap_3.pdf o sanitário redescobre o brasil>. Acesso em: 05 fev. 2018.

RÉMOND, René. *Introdução à história de nosso tempo: o século XIX (1815-1914)*. São Paulo: Cultrix, 1976.

RICCI, Fabio. A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba paulista. *Heera* (UFJF. Online), v. 1, p. 1-11, 2006. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo02.pdf>>. Acesso em 05 fev. 2018.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

SANT'ANNA, Vanya Maria. *Ciência e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, Símbolo, 1978.

SANTOS, Ricardo Augusto. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37)*. 2008. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_SANTOS_Ricardo_Augusto_dos-S.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____. *Lobato, Os Jecas e a Questão Racial no Pensamento Social Brasileiro*. Achegas.net, v. n.7, 2003. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. O Camponês Jeca Tatu e a Saúde Pública. In: Primer Congresso LatinoAmericano de História Econômica, 2007, Montevideo. *Anais do Primer Congresso LatinoAmericano de História Econômica*. Montevideo, 2007. Disponível on-line em: <http://www.audhe.org.uy/Jornadas_Internacionales_Hist_Econ/CLADHE1/trabajos/dos_Santos_Ricardo_Augusto_176.doc> Aceso em: 16 fev. 2018.

SANTUCCI, Jane. *Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SCHNEIDER, Luiz Alberto. *Sílvio Romero: hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. O Espetáculo da Miscigenação. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, p. 137-152, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf>>. Acesso em: 05 fev, 2018.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *O racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. Usos e Abusos da Mestiçagem e da raça no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 18, p. 77-101, 1996. Disponível on-line em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20901/13519>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

SELKE, Ricardo de Castilho. *Monteiro Lobato: crítico social*. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/100885/311487.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Liga Pró-saneamento do Brasil. In: DE ABREU, Alzira Alves et al (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20PR%C3%93-SANEAMENTO%20DO%20BRASIL.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Marcela Verônica; SILVA, Mariana Matheus Pereira; SANTOS JUNIOR, Moisés Gonçalves. A Modernidade em Monteiro Lobato: Cidades Mortas e o retrato de um Brasil decadente no início do século XX. *RevLet: Revista Virtual de Letras*, v. 05, p. 293-308, 2013. Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigos/188.pdf>>. Acesso em 05 fev. 2018.

SIMÕES FILHO, Mário Luís. *Tensões no modernismo brasileiro: tradição e contradição em Monteiro Lobato*. 2008. 87 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_Mario.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. Arthur Neiva e a 'questão nacional' nos anos 1910 e 1920. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, p. 249-264, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000500012#back4>. Acesso em: 05 fev. 2018.

STEPAN, Nancy. A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: Hochman, Gilberto; ARMUS, Diego. *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 348.

_____. *A hora da eugenia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TASCO, Aleidys Hernández. *O surto de febre amarela no Rio de Janeiro (1928-1929; pontos controversos)*. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São

Paulo. Site SBHC, 2012. Disponível em: <http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1345081434_ARQUIVO_Surtodefebea_marelanoRiodeJaneiro.pdf> Acesso: 02 out. 2017.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. Da raça à doença em Casa-grande e senzala. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p. 231-243, 1997. Disponível on-line em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n2/v4n2a02.pdf>> Acesso em 05 fev. 2018.

THIELEN, Eduardo Vilela et al. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

TOLEDO, Edilene. *Imigrantes e operários de origem italiana em São Paulo e Minas Gerais da Primeira República ao Estado Novo*. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário). Disponível em: <http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/imigrantes_operarios.pdf>. Acesso em 05 fev. 2018.

VALENTE, Thiago Alves. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VERÍSSIMO, Érico. *O retrato*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval. Soldados de todo país: higienizai-vos! A Liga Brasileira de Higiene Mental e as Forças Armadas. In: Boarini, Maria Lúcia (Org.). *Raça, Higiene Social e Nação Forte: mitos de uma época*. Maringá: EDUEM, 2011.

Fontes Primárias ou Diretas

Correio da Manhã, 30 de Dezembro de 1902. Ano II, número 568. Disponível on-line: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 06 fev. 2016.

O PAIZ, 22 de julho de 1904. Anno XX, número 7227. Disponível on-line: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 06 fev. 2016.